



Mestre do Tempo



Eduardo Paes

Prefeito do Rio de Janeiro

Claudia Costin

Secretária Municipal de Educação – SME

Cleide Ramos

Presidente da Empresa Municipal de
Multimeios – MultiRio

Lucia Maria Carvalho de Sá

Chefe de Gabinete

Ricardo Petracca

Diretor de Mídia e Educação

Sergio Murta Ribeiro

Diretor de Administração e Finanças

Mestre do Tempo

Série televisiva: textos complementares

Mestre do Tempo

Série televisiva: textos complementares



MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda.

Largo dos Leões, 15 • Humaitá • Rio de Janeiro/RJ • Brasil • CEP 22260-210

Tel.: (21) 2976-9432 • Fax: (21) 2535-4424

www.multirio.rj.gov.br • ouvidoria.multirio@rio.rj.gov.br

Apresentação

Nossos professores da Rede Municipal de Ensino recebem hoje a série televisiva *Mestre do Tempo*, acompanhada de textos complementares que permitirão, por meio de uma agradável leitura, propor aos seus alunos a descoberta da **Cidade Maravilhosa** em que vivem.

Com essa série, e caminhando pelos trajetos que as estrelas, as águas e as terras permitiram aos homens, nos deslumbramos com a descoberta de um país, com a presença viva de nossa cidade na formação de uma identidade nacional.

Presente e passado se unem para mostrar a nossas crianças e jovens como se forma e se constrói um país, além de levá-los, pela magia do encontro, a amar, respeitar e prosseguir na construção de sua cidade.



Claudia Costin

Secretária Municipal de Educação – SME

Prefácio

A MultiRio, empresa pública associada ao projeto de educação da cidade do Rio de Janeiro, construiu e testou em suas ações, por diferentes meios, referenciais de trabalho que permitem, em suas realizações, a elaboração de produtos verdadeiramente educativos.

Vale destacar, entre seus referenciais de trabalho, a identidade, a herança cultural, a fidedignidade da informação, a democratização da informação e da cultura e a qualidade do produto balizada pela ética e pela estética.

Utilizando linguagens apropriadas aos formatos e às mensagens a serem veiculados e às características do público-alvo, o princípio da identidade se traduz pela constante presença de crianças e jovens como protagonistas e apresentadores de seus programas, buscando a identificação de seus pensamentos, seus sonhos, suas posturas. Torna-se, assim, mais fácil compreender o mundo novo em que estão os jovens, favorecendo a aproximação de gerações e pedagogias de trabalho diferenciadas.

Trabalhar a herança cultural revisitada pelo pensamento infantojuvenil implica, necessariamente, que, no trabalho pedagógico, exista uma discussão de valores atuais e do passado, reforçando a importância de sua permanência ao longo do tempo.

Ao democratizar a informação e a cultura com fidedignidade nas mensagens oferecidas, por meio de vários recursos organizados e estruturados, de forma interdisciplinar, a MultiRio tem permitido aos alunos e professores o acesso ao conhecimento e à cultura.

Com uma linguagem leve, instigante e próxima do dia a dia das crianças e dos jovens, alimentam-se o desejo e a curiosidade sobre o mundo e as pessoas, compartilhando conhecimentos. E, considerando o público-alvo em formação, ética e estética balizam a qualidade de nossos produtos.

A série que ora entregamos às escolas é rica no respeito a esses referenciais. É possível observá-los no desenvolvimento de seus dez programas, pela proximidade dos seus protagonistas com o dia a dia de nossas crianças, pela herança cultural revisitada e que aproxima gerações e pela linguagem lúdica, instigante e provocativa.

Nosso convite é para que professores e alunos encontrem, através da série *Mestre do Tempo*, a importância desses princípios na construção do conhecimento e vivenciem o prazer de descobrir sua cidade. No prazer de descobrir sua cidade, nossos alunos vão conhecê-la, amá-la, preservá-la e usufruir do tempo e do espaço em que vivem.



Cleide Ramos

Presidente da MultiRio

Sumário

Introdução	11
Das Estrelas	13
Tempo, tempo, tempo rei... ..	15
Nas trilhas da aventura... ..	23
Das Águas	35
O Rio antes do Rio	37
Um vai e vem de pessoas e de coisas	49
Das Terras	67
Aquí neste mesmo lugar... O tempo dos vice-reis	69
Rio de Janeiro, capital do Reino	87
Dos Homens	107
O Rio de Janeiro novamente Corte: Império	109
O Rio de Janeiro: vitrine, cartão-postal e capital federal	135
Do que Era e do por Vir	161
Um Rio de muitos janeiros	163
O Rio de Janeiro no presente	181
Cantos, recantos e encantos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro	197

Introdução

Mestre do Tempo foi pensado e organizado para ser desenvolvido em dez programas televisivos, tendo como foco a História da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com viés em Geografia, e voltado para atender os jovens de um modo geral. Mais especificamente, os alunos do quarto e do quinto anos da Rede Municipal de Ensino.

Como ponto de partida, elencamos reflexões que incluem a ideia de que a História é o estudo das ações humanas no tempo. Portanto, a busca do entendimento do “hoje” – do presente – percorrerá um caminho da “volta no tempo”, alcançando, então, o passado. Revisitando o passado, estaremos antenados, ligados ao tempo presente, procurando compreendê-lo. Os seres humanos, de uma forma ou de outra, relacionam-se com o que aconteceu no “ontem”.

Uma lição repetida volta e meia ensina que “em História não há obra definitiva: há aproximações felizes”. No caso, optamos, dentro de uma visão global, caminhar por uma linha de tempo conduzida pela História política da cidade. Isso sem reivindicar, durante a narrativa, qualquer “hegemonia política” e, muito menos, sem abandonar o todo social e as suas relações com os outros ricos aspectos da realidade. Aspectos que produzem uma pluralidade de combinações em constante diálogo com as inúmeras facetas do conhecimento.

Caminharemos através de uma visão pela qual laços foram estreitados e olhares foram ampliados. Nosso ponto de partida: observar (“namorar”) as estrelas e refletir sobre os sonhos humanos. Mais adiante, estabelecer um diálogo entre as descobertas e os inventos – que orientaram a localização no espaço –, permitindo a chegada a terras do além-mar...

Partindo, portanto, dos sonhos humanos e das suas realizações, lançamos, utilizando uma análise crítica e afetiva, múltiplos olhares sobre a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Pretendemos, assim, favorecer a curiosidade intelectual, estimular o senso crítico e desenvolver o conceito de cidadania, estabelecendo, amplamente, a relação com o cotidiano e com os projetos do futuro.

Teoria e prática se renovam e se interligam. Além das intenções claras e objetivas, este projeto tem como proposta ir, sutilmente, um pouco mais distante: servir como elemento “inspirador” para que outros trajetos sejam buscados, investigados e trilhados.

A escritora Ruth Rocha, usando seu estilo crítico e, ao mesmo tempo, bem-humorado, observou que “uma história é boa quando tem lógica bastante para ser entendida por todo o mundo e má intenção suficiente para oferecer mais um pouco aos bons entendedores”.

Ressaltando esse pensamento, norteamos o presente projeto.

Alexandre Ferreira Sandoval - Professor de Geografia

Jeanne Abi-Ramia - Professora de História

The background is a vibrant teal color, filled with white line-art illustrations of celestial objects. These include various sizes of stars, crescent moons, planets with rings (like Saturn), and spiral galaxies. The elements are scattered across the entire page, creating a rich, cosmic atmosphere.

DAS ESTRELAS

Com o tema Das Estrelas, a proposta é estabelecer um diálogo entre as diferentes tecnologias usadas pelo homem para a sua orientação e localização no espaço que permitiram a sua chegada a terras do além-mar.

Tempo, tempo, tempo rei...

Amamos tão apaixonadamente as estrelas que não tememos a noite

Epitáfio na lápide de dois astrônomos amadores



Sinopse

A intenção deste material é apresentar (em contraponto passado/presente) a história do Rio de Janeiro a partir das estrelas que a cidade contempla e que iluminam o seu céu. Estrelas que guiaram os homens que vieram do além-mar em busca dos seus sonhos.

Este capítulo apresenta e trata os sonhos e as vontades humanas como fonte geradora da engenhosidade humana. Impulsionada por essa energia, a humanidade evoluiu tecnologicamente e encontrou explicações para fenômenos da natureza (os dias e as noites, as estações do ano, o Sistema Solar) importantes para a sua qualidade de vida. Em uma busca incansável. A partir daí, foi possível para o homem orientar-se e localizar-se através dos astros e, mais tarde, usando os mapas.



O Astrônomo, obra de Jan Vermeer (1668)

Há momentos na História da humanidade em que um lampejo produzido pela engenhosidade humana faz toda a diferença. Quando isso acontece, o curso da vida é alterado para sempre. Novos rumos, outros caminhos passam a ser trilhados frente à multiplicidade de possibilidades que se apresentam no passo e no compasso das grandes descobertas e dos grandes inventos. Porque, para inúmeros homens e para inúmeras mulheres, o “sonho” não acontece, apenas, durante o sono. É mais que isso; vai muito além. Corações e mentes dedicam-se constantemente a buscar, a encontrar e a concretizar novas (e outras) possibilidades impulsionadas pela curiosidade, pela observação e pela reflexão criativa. Esse conjunto de ações são os primeiros passos que levam o homem às conquistas e às transformações vivenciadas através dos séculos.

A vida estará interligada – sempre e profundamente – ao conjunto de conhecimentos adquiridos no oscilar do dia e da noite. Pois, se hoje nos encantamos frente às mudanças tecnológicas que apontam para o GPS (Sistema de Geoposicionamento) e para os computadores, apenas para exemplificar, foi preciso passar interrogativamente pela observação do céu – motivo constante de fascinação e de interesse humano. Observar o céu estrelado, portanto, é muito mais do que uma fonte de inspiração para trovadores e para poetas.

Expressões usadas frequentemente, como “tão longe como as estrelas”, “onde o vento faz a curva” ou, ainda, “depois da face oculta da Lua”, denotam uma necessidade do ser humano em compreender e em desvendar os segredos e os mistérios do que é (ainda) ou era desconhecido.

Não sem receio ou sem medo de seres reais ou imaginários, de vegetações fantásticas, de abismos ameaçadores, de águas turvas e turbulentas. Contudo, o inquieto espírito humano não se intimidou. Percorreu trilhas em incontáveis aventuras, somando experiências, acumulando conquistas, multiplicando avanços, dividindo emoções que, aos poucos, foram sendo compartilhadas em forma de ideias – registradas na pedra, na placa de argila, no pergaminho, no papiro, na madeira, no papel ou na tela de um computador.

Os corpos celestes e sua importância para a vida



Antigamente, acreditava-se que a Terra era o centro do universo

Hoje, utilizando-se de sofisticados instrumentos ópticos, os astrônomos exploram o universo. Mas nem sempre os homens dispuseram de equipamentos que permitiram um entendimento

a respeito da dinâmica dos astros. Era como assistir ao movimento de um imenso relógio, de extraordinária precisão, cujo mecanismo era desconhecido. A observação a olho nu, sem o auxílio de instrumentos, foi o passo inicial.

Na visão dos antigos, o céu era imutável. As estrelas seriam pontos fixos no universo, e a Terra permaneceria imóvel no centro do cosmo. Muito tempo se passou para que se aceitasse como verdade o fato de que o nosso planeta não está parado e que gira em torno do Sol, assim como os outros planetas do Sistema Solar. Bem mais tarde, chegou-se à conclusão de que o Sol é apenas uma estrela entre bilhões de outras que formam uma galáxia chamada Via Láctea. E que existem bilhões de galáxias além da nossa.

Hoje, sabemos que o Sistema Solar, localizado em um braço da Via Láctea, é o nosso “endereço” cósmico. Nele, a Terra, o terceiro planeta mais próximo do Sol, é um pequeno mundo dentro da vastidão da abóbada celeste. Pequeno, mas precioso – afinal, é a nossa casa e, pelo que se sabe, o único a abrigar formas de vida.

Aliás, ser um planeta habitado não é para qualquer um. A receita da vida na Terra é o resultado da mistura de vários ingredientes, tais como: compostos orgânicos combinados com água em estado líquido com uma temperatura abaixo de 120 °C; tamanho ideal; atmosfera; movimento de rotação relativamente rápido (para que a temperatura não varie muito); ser o terceiro planeta distante do Sol (para resistir às variações de temperatura da estrela central).

Mas, segundo os cientistas, em alguns satélites existem elementos parecidos com os que devem ter originado a vida na Terra. Por ora, estamos sozinhos no cosmo. “Talvez não sejamos a medida de todas as coisas, como propôs o grego Protágoras em torno de 450 a.C., mas somos as coisas que podem medir. Enquanto continuarmos a nos questionar sobre quem somos e sobre o mundo em que vivemos, nossa existência terá significado” (Marcelo Gleiser). Será que, no futuro, poderemos receber visitas de alienígenas parecidos com os terráqueos?

A partir da observação e da pesquisa, vários povos, em diferentes épocas, procuraram explicações para aquilo que viam no céu e, assim, ajudaram a construir um pouco da história da Astronomia.



Detalhe de *As Musas Urânia e Calíope*, óleo sobre tela de Simon Vouet (1634). Na Grécia Antiga, Urânia era a musa que inspirava os astrônomos

Muitos aceitam a ideia de que a Astronomia é a mais antiga das ciências e que a sua origem poderia ser datada de até 50 mil anos, já que foram encontradas em cavernas desenhos (pinturas rupestres) que representam o nascimento do Sol e até de algumas estrelas. A orientação pelas estrelas, contam os especialistas, é um dos métodos naturais mais antigos praticados pela humanidade.

Atualmente, com os conhecimentos acumulados de Astronomia, é difícil de acreditar em afirmações como “a Terra é imóvel” ou “a Terra é o centro do universo”. No entanto, somente a partir do século XVI, o Sistema Heliocêntrico (modelo em que o Sol ocupa o centro do Sistema Solar, com a Terra e os demais planetas a seu redor em órbitas circulares) triunfou sobre o Geocêntrico (modelo em que a Terra era o centro de tudo e todos os astros giravam ao seu redor). A ideia heliocêntrica já havia sido apresentada por astrônomos da Antiguidade (século V a.C.). Porém, só voltou a ser levada em conta muitos séculos depois, com a tese de Nicolau Copérnico *Da Revolução sobre as Revoluções das Órbitas Celestes*. Após a morte de Copérnico, foi apresentado o seu estudo, que contestava as teorias

aceitas até então e defendia que o Sol seria o centro do nosso sistema. Para ele, a Terra e os demais planetas giravam em torno da estrela central, obedecendo a órbitas circulares.

Por conta desses conhecimentos, falamos corriqueiramente sobre o universo. Mas, para chegar até aqui, foi preciso uma (paciente) espera de alguns milênios, ao longo dos quais os conceitos somaram-se e solidificaram-se.

Noções astronômicas e atmosféricas associadas à vida dos homens

A tecnologia avançou, dando aos observadores e aos estudiosos provas que construíram conhecimentos importantíssimos para a compreensão das engrenagens do movimento celeste. O passar dos dias e das noites permitiu a contagem do tempo. A observação quanto à presença de certos grupos de estrelas no céu passou a indicar os períodos de seca e chuva e a época adequada para o plantio e para a colheita. A posição do Sol no horizonte ao longo do ano ajudou o entendimento dos fenômenos cíclicos, como, por exemplo, o das estações do ano. A Lua, com suas fases, sugeriu os períodos mensais e semanais e explicou o ciclo das marés. Inúmeras foram as manifestações que, com as suas periodicidades, interligaram-se aos eventos celestes.

“Faça-se a luz”, diz a citação bíblica. A luz se fez no Sistema Solar há aproximadamente 4,6 bilhões de anos. Localizado a cerca de 150 milhões de quilômetros da Terra, o Sol emite luz que leva cerca de oito minutos para chegar à superfície terrestre. A energia gerada por essa estrela é a responsável pela existência da vida.

Na sua órbita em torno Sol, o nosso planeta está sempre recebendo a luz e o calor deste. Ora é dia ou noite (movimento de rotação), ora é verão ou inverno (movimento de translação). Por conta desses movimentos, o ar, em determinado momento, pode estar quente ou frio, seco ou úmido (tempo atmosférico), sendo que uma su-

cessão de muitos e muitos estados de tempo constitui o clima.

O que determina o clima é a regularidade com que se repete determinado tipo de tempo. Onde chove pouco e faz calor, o clima é quente e seco; onde chove muito e faz calor, o clima é quente e úmido, como na Amazônia.

Desde a Antiguidade, o céu vem sendo usado como mapa, como calendário e como relógio. Visto no sentido prático – pelo significado de sobrevivência –, o Sol orientava a época do plantio e a época da colheita do alimento. Como na agricultura, a observação celeste auxiliou o homem a se orientar na terra e no mar. Se não pudéssemos contemplar uma noite estrelada, jamais poderíamos ter nos aventurado pelos mares. As constelações guiaram navegantes durante séculos.

A História dos mapas: navegar é preciso... cartografar também

“Se me derem uma informação, eu chego lá...” Esse sempre foi o ponto de partida para chegarmos a algum lugar!



Mapa do Oceano Pacífico (1589), do belga Abraham Ortelius

Desde que o mundo é mundo que a humanidade se desloca de um lugar para o outro usando informações transmitidas oralmente ou por es-

critos, ou até mesmo pelos famosos “mapas do tesouro”. Esses mapas misteriosos (se verdadeiros), feitos pelos piratas e cheios de detalhes, poderiam ajudar na descoberta do esconderijo de baús cheios de riquezas, se fossem decifradas as informações e instruções neles contidas.

O mapa é uma representação, um desenho, em tamanho reduzido, de um lugar determinado, de uma certa porção do espaço terrestre ou mesmo da Terra inteira.

Mas, se nosso planeta é redondo como uma bola, como desenhá-lo todo em uma folha? Vai sempre ficar faltando “a parte de trás”.

O globo terrestre é uma forma muito antiga de representação da Terra, que mostra melhor todas as suas principais características. A preocupação de representar a Terra o mais fielmente possível é tão antiga quanto o globo construído pelo árabe Mohamed ben Muwajed el Ordhi, provavelmente no século XIII.

Apesar disso, os cartógrafos da Antiguidade criaram vários planisférios (mapas que permitem visualizar toda a superfície terrestre de uma só vez). O planisfério não é o retrato mais exato da Terra, mas é o meio mais prático de representá-la.

Os mapas antigos revelam a visão que os cartógrafos tinham do espaço que conheciam e as necessidades que os levavam a confeccionar os mapas. Observando os do século XVI ao XVII, é possível ter, através dos desenhos, uma ideia de como eram as pessoas do lugar, a fauna, a vegetação e os rios da região.

Alfabetização cartográfica

Mas, como não é possível desenhar em um mapa a realidade na sua forma verdadeira, nem incluir nele um número grande de dados, os cartógrafos começaram a usar cores e símbolos para representar as informações necessárias.

Assim, a partir do início do século XIX, decidiu-se usar o nível do mar como ponto de partida para medir altitudes e, por meio das cores, representar o relevo sem precisar desenhá-lo.

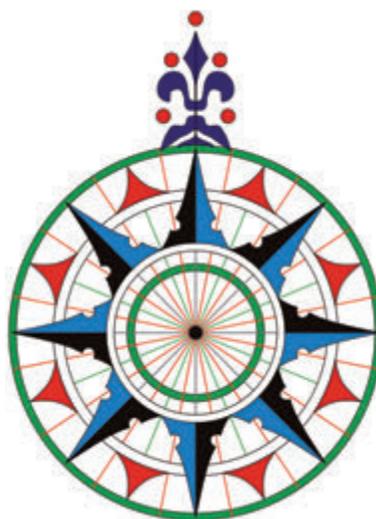
Os símbolos precisam ser de fácil entendimento e conhecidos mundialmente. Podem ser usados desenhos esquematizados ou simplificados, figuras, etc. A explicação para os significados dos símbolos chama-se legenda. Geralmente, aparece no canto inferior do mapa. Interpretar a mensagem da legenda é compreender o que os mapas têm a nos dizer.

Como desenhar espaços tão grandes em um papel tão pequeno?

Já que não é possível representar em tamanho real as distâncias dos espaços cartografados, é preciso diminuí-los. Mas essa redução não pode ser feita ao acaso. Ela tem de ser proporcional às medidas reais. Para demonstrar quanto um lugar mede no papel e na realidade, os mapas trazem uma escala.

A escala é a proporção entre o tamanho de um objeto ou de um lugar representado e o seu tamanho na realidade.

Maria Elena Simielli, geógrafa



Rosa dos ventos de antiga carta náutica, do cartógrafo português Pedro Reinel

Nos mapas, além da escala e da legenda, aparece uma outra figura: a rosa dos ventos. Ela é

usada para representar os pontos cardeais, que são pontos de orientação. Como vimos, durante muito tempo, o homem orientou-se observando o Sol. Percebeu que ele sempre “nasce” na mesma direção e passou a chamá-la de leste, este ou oriente, e o ponto no horizonte onde ele “morre” passou a ser chamado de oeste, poente ou ocidente. A partir desses pontos, encontramos as outras direções cardeais – norte e sul.

Ficaria muito confuso colocar em um mesmo mapa vários e diferentes tipos de informação. É mais prático apresentá-los em mapas específicos. Daí existirem mapas políticos, físicos, climáticos, demográficos, e assim por diante.

A reunião, em forma de livro, desse conjunto de mapas recebeu o nome de “atlas” (esse nome é uma homenagem ao rei Atlas, da Mauritània – norte da África –, que, segundo uma lenda, foi transformado em montanha e condenado a sustentar o céu sobre os ombros).

Os atlas contêm as mais diferentes e valiosas informações. Por isso, é necessário saber interpretar, isto é, ler os mapas neles contidos.

Um tempo... no tempo

Site da Universidade de Pádua



Galileu apresenta o telescópio a um grupo de venezianos. Pintura do século XIX, de um artista desconhecido.

Hoje em dia, tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz, recursos como o globo terrestre e o atlas proporcionam uma melhor compreensão da realidade que nos cerca. Mas nem sempre foi assim. Antigamente,

quando algum fenômeno astronômico não era compreendido, podia ser visto como agourento. Havia, nesses tempos distantes, a crença da existência de um “mundo paralelo”, habitado por “deuses do céu”, muitas vezes assustadores e vingativos, detentores do “poder” e que agiam diretamente sobre os fenômenos astronômicos. Explicação pertinente se associada às crenças e às divindades próprias de cada sociedade.

A passagem de cometas pelos céus, por exemplo, foi por longo tempo associada às grandes tragédias, como guerras, doenças, secas. O medo escondido no fundo da alma humana construía essas superstições. Partindo-se dos avanços dos recursos que levaram à exploração do universo até a comprovação, e o reconhecimento, de que eram corpos celestes obedecendo às leis naturais, a humanidade trilhou um longo caminho. Muito tempo se passou.

Dias e noites. Estações do ano sucessivas. Em meio aos sonhos, aos questionamentos, aos ideais, às pesquisas, aos estudos e aos objetivos: de Tales de Mileto (dos tempos a.C.) até Albert Einstein (século XX), passando por Pitágoras de Samos, Ptolomeu, Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, Sir Isaac Newton, conta-se a história dos protagonistas responsáveis por incontáveis avanços. Chegaram a inventos incomparáveis que contribuíram definitivamente para o nosso conhecimento sobre o universo, assim como para os benefícios alcançados por tais avanços. Possivelmente, passaram noites e mais noites em claro. Não em vão. Uma caminhada a passos largos: o que ontem era sonho hoje traduziu-se em realidade. Jamais estática; seguindo, sempre, em frente, como nos versos do poeta:

*Tenho para a minha vida
A busca como medida
O encontro como chegada
E como ponto de partida*

Ponto de Partida

Sérgio Ricardo

Conceitos-chave

- Os corpos celestes e sua importância para a vida
- Noções astronômicas e atmosféricas associadas à vida dos homens
- A História dos mapas: navegar é preciso... cartografar também
- Alfabetização cartográfica
- Um tempo... no tempo

Para usar em sala de aula

A partir desse tema, que tal sugerir algumas destas atividades aos seus alunos?

- Concursos de poesia com os seguintes temas: sonho, céu estrelado, a Lua e os enamorados, as noites cariocas.
- Montagem de uma linha do tempo que destaque a engenhosidade humana.
- Observação do céu da cidade do Rio de Janeiro a olho nu (em uma noite estrelada), com o registro das principais impressões. Posterior visita orientada ao Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- Redação de uma carta a partir da pergunta: será que no futuro poderemos receber visitas de alienígenas? No envelope, deve constar o endereço cósmico do destinatário e do remetente.
- Pesquisa sobre os diferentes tipos de calendários e as suas ligações com os movimentos celestes. Assinalar datas festivas significativas da cidade do Rio de Janeiro.
- Desenho da planta baixa do quarteirão onde se situa a escola. Assinalar pontos de referência usando os pontos cardeais e legendas com símbolos criados pelos alunos. Posterior visita orientada ao Museu Cartográfico do Serviço Geográfico do Exército.

Para visitar

- Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ
- Museu da Chácara do Céu

- Museu da Vida
- Museu de Astronomia e Ciências Afins – Mast
- Museu de Ciência da Terra
- Museu Nacional/UFRJ
- Museu Cartográfico do Serviço Geográfico do Exército

Bibliografia

Livros

ANTUNES, Celso. *Por quê? O Ar e o Tempo*. São Paulo: Editora Scipione, 1995.

CHIANCA, Rosaly M. Braga. *Mapas, a Realidade no Papel*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

GLEISER, Marcelo. *Criação Imperfeita — Cosmo, Vida e o Código Oculto da Natureza*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

MATSUURA, Oscar T. *Atlas do Universo*. São Paulo: Scipione, 1996.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de F. *Dicionário Enciclopédico de Astronomia e Astronáutica*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995.

OLIVEIRA, Ivanilton José. *A Linguagem dos Mapas: Utilizando a Cartografia para Comunicar*. Publicado originalmente em: Revista Uniciência. Goiás, 2004.

SAGAN, Carl. *Cosmos*. Tradução: Ângela do Nascimento Machado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

YAMASAKI, Sergio. *Atlas do Universo*. Barcelona: Editorial Sol, 2005.

Web

REMOND, René. *Por que a História Política*. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br>.

Adaptado por: RUFFINO, Sandra Fagionato; MARTINS, Silvia; SALVADOR, André. *O Uso dos Mapas*. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br>.

<http://pt.wikipedia.org>

Músicas citadas e seus autores

Ponto de Partida – Sérgio Ricardo

Nas trilhas da aventura...

E se quiser saber pra onde eu vou, pra onde tenha Sol, é pra lá que eu vou...

O Sol

Antonio Julio Nastácio



Sinopse

O espírito de aventura e a busca incessante pela realização de seus sonhos fizeram a humanidade superar obstáculos e trilhar o caminho do novo e do desconhecido. Esse é o mote deste capítulo: as formas que homens e mulheres encontraram de viver, sentir e pensar ao longo do tempo. O tempo da natureza, o tempo cronológico ou o tempo histórico. Formas diferentes de contar o tempo e contar a História da humanidade.

Os séculos XV e XVI foram capítulos marcantes dessa História. A aventura das grandes descobertas marítimas e de riquezas incalculáveis, na qual as caravelas transportavam, além de sonhos... a espada, a cruz e a luneta.

Nesse contexto, os navegadores portugueses vencem os medos do “mar sem fim” e alcançam terras do além-mar, aonde a poderosa esquadra de Cabral chegou em 1500. Essa aventura, que começou com a expansão marítima, resultaria na conquista e ocupação do território americano, além da convivência forçada entre duas culturas: a europeia e a ameríndia.

Sony Pictures



O Barão de Munchausen é um personagem do século XVIII que simboliza o homem que nunca deixa de acreditar em seus sonhos

Costuma-se dizer que os homens possuem o chamado espírito de aventura no sangue. Entretanto, é claro que nem todos, ao longo do tempo, correram os mesmos riscos realizando façanhas inusitadas, como embrenhar-se por florestas desconhecidas ou navegar por oceanos de águas revoltas buscando outros novos horizontes. Mas aventurar-se foi de extrema importância para a humanidade. Muitos, ousadamente, aceitaram os perigos e, mesmo frente às incertezas, aventuraram-se! Sem desistir, deram mais (outros) importantes passos e... ousaram! Foram além...

Hoje, observando por uma fresta da janela do tempo, por onde se enxerga a natureza dos sonhos humanos, percebe-se que aspectos como a curiosidade, a vontade, a perseverança, a coragem e a paixão de buscar o “novo” (o desconhecido) não esmoreceram na alma dos homens e das mulheres.

O aventureiro – que trata o que na vida é percebido como incalculável – talvez frequentemente se pergunte: “O que se faz, o que se alcança sem se abrir aos riscos e às aventuras?”. No encontro entre a segurança do possível e a insegurança do inusitado é que o homem, passo a passo, foi encontrando seus rumos e seus trajetos ao longo do espaço e do tempo.

Contagem do tempo: da natureza e o cronológico

O tempo perguntou pro tempo quanto tempo o tempo tem.

O tempo respondeu pro tempo que tem tanto tempo quanto o tempo tem...

Cultura popular

Afinal, quanto tempo o tempo tem? É intrigante e surpreendente considerar que o próprio tempo não tem tempo. Brincadeiras à parte, volta e meia, é possível ouvirmos ou repetirmos frases como estas: “Não tenho tempo”, “O tempo voa”, “O tempo passa rápido”, entre inúmeras outras. O filósofo e religioso Santo Agostinho (354-430) questionava-se: “O que é o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei, porém, se quiser explicar a quem me perguntar, já não sei”.

Para o escritor inglês William Shakespeare (1564-1616), o tempo seria “(...) muito lento para os que esperam; muito rápido para os que têm medo; muito longo para os que lamentam; muito curto para os que festejam”. Nesse sentido, a humanidade, desde épocas remotas, buscou uma solução diante da necessidade de contar, de dividir o tempo visando escolher, por exemplo, o melhor momento para semear, para colher e também para festejar.

Mas o tempo existe? É fato ou fantasia? Pode ser medido, enfim... mensurado? Mais recentemente, o cientista Albert Einstein (1879-1955) registrou que “passado, presente e futuro são apenas ilusões”. Entendia que o passado já aconteceu, sendo transformado em memórias, e, enquanto o tempo avança, o futuro se converte em presente e em seguida em passado. (Os acontecimentos atuais são reais. O tempo é relativo.) Para os astrônomos modernos, o tempo (concebido como a sucessão dos anos, dos dias, das horas, dos minutos, dos segundos) existe, sim! Embora a materialidade buscada pelo método científico, e de maneira inequívoca, ainda não tenha sido encontrada.

Os estudiosos do tema aceitam que o tempo, como o conhecemos e o entendemos, começou com a expansão do universo – Teoria do Big Bang –, assim descrita pelo físico Marcelo Gleiser: “Ninguém testemunhou o que estava para acontecer. O ‘tempo’ não existia; (...) O espaço não existia. (...) De repente, um tremor; (...) O espaço nasceu com o tempo. Ao falarmos em espaço, pensamos em conteúdo. Ao falarmos em tempo, pensamos em transformação. (...) o tempo incerto iniciou sua marcha (...)”.

Nesse sentido, o tempo é movimento, podendo ser quantificado (medido) pelo escorrer dos grãos de areia em uma ampulheta, pelo derretimento da cera de alguma vela, pelo vaivém do pêndulo ou pelo tique-taque sincopado de algum relógio. Só podemos compreender o movimento dos ponteiros do relógio se existir algo como o tempo. Aliás, a regularidade do movimento de um pêndulo foi estudada por Galileu Galilei (século XV). Consta que, criativamente, por não dispor de nenhum cronômetro ou relógio que lhe permitisse medir o tempo das suas experiências, o fazia pelas batidas do seu coração.

Essa imensa transformação trazida pelo pensamento científico não se limitou às descobertas em si. Alterou completamente a visão de mundo, provocando mudanças significativas, fortalecendo ou enfraquecendo os inúmeros conhecimentos acumulados pelos homens. Conceitos sobre o tempo foram sendo construídos pela humanidade no passar dos dias e das noites, das noites e dos dias, causando uma fantástica revolução. E mais: foi-se estabelecendo um constante diálogo entre os diversos saberes: o científico – História, Astronomia, Geologia, Geografia, Física, etc. – e o vivido.

As formas que os homens encontram de viver, de sentir e de pensar ao longo do tempo não são homogêneas. Nem mesmo para aqueles que viveram em uma mesma época. Não existe nenhum momento atual que seja válido universalmente. Se, teoricamente, “cidadãos do universo”, pudéssemos construir e viajar em uma fantástica máquina do tempo, qual seria a direção escolhida? No comando da nave, haveria um relógio maluco com os ponteiros girando aceleradamente? Passariam, diante dos nossos olhos,

bússolas, caravelas, o 14-Bis, discos de vinil, máquinas de escrever, calculadoras...? O que veríamos, certamente, refletiria a forma como homens e mulheres se organizaram no espaço e no tempo em que viveram. A contagem do tempo é fundamental para a humanidade.



O historiador e geógrafo Heródoto está imortalizado na fachada do Museu do Louvre, Paris

Como, então, fazer a contagem do tempo diante de tantas possibilidades? O “pulo do gato” está na harmonia entre o tempo da natureza e o tempo cronológico. “A natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina”, pode ser um ponto de partida, segundo o geógrafo Milton Santos. Inspirados nesse mestre, Demétrio Magnoli e Regina Araújo afirmam: “O tempo pode ser visto como uma seta, uma linha formada por infinitos pontos, que tem uma direção.

Cada lugar no mundo tem um endereço nessa linha, pois sua origem pode ser datada (...).”

Na busca desse endereço, os gregos da Antiguidade Clássica foram os primeiros intérpretes da história geológica da Terra. O pensador Heródoto (484-420 a.C.), em seus estudos sobre a formação do delta do Rio Nilo, imaginou que os fósseis encontrados no Mediterrâneo eram lentilhas petrificadas, restos de alimento dos trabalhadores que construíram as pirâmides egípcias. Na Era Cristã, as interpretações sobre o passado da Terra adquiriram forte conteúdo religioso: intuiu-se a grandeza do tempo geológico associando-o aos dias da criação, narrados na Bíblia, como uma metáfora para as longas eras.

Nas últimas décadas do século XVIII, a noção da grandiosidade do tempo geológico começou a se delinear com algumas hipóteses inovadoras: os homens começaram a lidar com uma noção estranha a eles e à sua história, já que até então o tempo tinha a dimensão dos dias e das noites. Estimaram-se para a Terra idades entre 20 e 200 milhões de anos.

Diante da grandeza incomensurável do tempo geológico (tempo profundo), a história dos homens parece muito pequena. Nessa escala, não é a existência da Terra que está ameaçada pelo poder de destruição das sociedades modernas, mas sim a da própria humanidade. A Terra, com certeza, sobreviverá aos seus habitantes atuais. Nos versos do compositor Herbert Vianna, fica sugerida outra lição, outra contagem do tempo.

*Nuvem preta desse céu
guarda minha oração
e o tempo para
nada muda de lugar
nessa outra dimensão*

Lição de Astronomia
Herbert Vianna

O céu estrelado, um pôr do sol, uma tarde chuvosa ou até uma nuvem preta, mesmo nestes tempos cibernéticos, ainda são fonte de inspiração para os poetas. Desde que o mundo é

mundo, a natureza ao nosso redor desperta a curiosidade do homem, seja ele cientista ou trovador. Galileu Galilei e Herbert Vianna viveram em épocas diferentes, mas observaram o mesmo céu (agora um pouco mais poluído, é certo) e fizeram dele o ponto de partida para a construção de suas obras. Hoje, além de inspirar os “românticos de plantão” e despertar a curiosidade dos cientistas, sabemos que a natureza ao nosso redor se repete e se renova em ciclos, com ritmos próprios. Todos os dias o Sol nasce e se põe no horizonte, repetindo o seu movimento aparente ao redor da Terra. Os pássaros, os bem-te-vis, são um exemplo clássico: cantam mais ao alvorecer e ao fim da tarde. A planta onze-horas abre as suas pétalas no horário que lhe dá o nome.

O homem, como todos os seres vivos do planeta, percebe a presença ou a ausência da luz solar. O cotidiano, aliado à pesquisa científica, comprova que organismos, rios, mares e astros apresentam comportamentos cíclicos e ritmos próprios. Nesse espetáculo da natureza, o que mais chama a atenção é a sincronia que há em grande parte desses ciclos. Povos antigos, como egípcios e mesopotâmicos, formaram uma das primeiras plateias desse espetáculo que a natureza apresenta diariamente, estabelecendo uma relação entre o meio ambiente e o passar do tempo.

Apesar de toda a parafernália tecnológica (satélites artificiais, robôs, notebooks, iPhones, estações espaciais...), o homem tem a sua vida regida por unidades de tempo que se relacionam com os movimentos aparentes do Sol – que podem ser vistos como consequência dos movimentos de rotação e translação da Terra e da Lua.

Atualmente, a divisão do tempo é aplicada naquilo que chamamos de calendário. Os mais utilizados pelos grupos humanos são: o Cristão ou Gregoriano, o Judaico e o Islâmico ou Muçulmano. Heranças que chegaram aos dias de hoje após uma série de tentativas e de erros, tendo sido elaborados lentamente ao longo de milênios. Muitos aguardam, ansiosamente, o dia do pagamento; outros utilizam a semana inglesa de trabalho (semana de trabalho em que o fim de semana é a tarde de sábado mais o domingo) e aproveitam até o último instante o mês de

férias; outros, ainda, festejam o final de mais um ano. Contudo, nem sempre percebem que o grande parceiro de jornada ao longo tempo, o calendário, é um dos feitos de maior complexidade deixados pelos nossos antepassados.

Espaço e tempo: o fato histórico e suas implicações

Apesar de ser um importante referencial para a História, a contagem do tempo não é, objetivamente, o foco dessa ciência. O tempo empregado pelos historiadores é chamado de tempo histórico e difere do tempo cronológico. Enquanto os calendários trabalham com medidas constantes e exatas, a História analisa eventos que podem ter curta ou longa duração.

A passagem do tempo cronológico, literalmente, não determina as mudanças e os acontecimentos do chamado fato histórico. Este, para ser conhecido e estudado, necessita que se estabeleçam numerosas correlações e numerosos questionamentos, interligando conhecimentos. O “acontecimento”, em seu sentido mais primitivo, seria o registro de coisas já acontecidas. Mas investigar o passado não é, apenas, levantar questões isoladas. Usar o passado no sentido de aprender com ele para corrigir os erros, talvez, seja romantizar a História. Se assim fosse, os conflitos e as guerras, que existiram desde tempos remotos, não prosseguiriam pontuando a história dos homens. Os riscos que os antigos marinheiros vivenciaram, quando as primeiras caravelas cruzaram o Atlântico, não são os mesmos vividos pelas diversas tripulações que singraram as águas nos tempos seguintes. Diante de um determinado documento – vestígio que “conta” algum acontecimento –, será necessário estabelecer uma espécie de diálogo. Se o documento fosse, por exemplo, a Carta de Pero Vaz de Caminha (“sexta-feira, primeiro de maio de 1500”) – enviada ao rei de Portugal, D. Manuel I (1469-1521), comunicando o “achamento” de uma nova terra –, ele seria um testemunho vivo e ocular, feito

pelo escrivão da frota, e seria a matéria-prima do passado que o historiador estará resgatando para a cena do hoje. Isso sem perder de vista o quadro cultural em que foi elaborado.



<http://commons.wikimedia.org>

A expansão marítima europeia teve início no século XV

Segundo o historiador Antonio Edmilson Martins Rodrigues, “(...) o ato de relatar e de registrar é uma construção que implica uma seleção, uma dada leitura do passado e do presente”. A carta, prossegue, deve ser “(...) trabalhada como ‘memória fundadora’, na medida em que ajudou a construir (...) uma ideia de História do Brasil (...)”.

Vale ressaltar que o tempo histórico – assim como o tempo cronológico – é importantíssimo para que o homem organize o seu viver. Também que o historiador utiliza a cronologia do tempo para organizar as narrativas que constrói. Em cada período, é necessário perceber as continuidades e as discontinuidades que apontam para a importância que o passado possui – como referencial significativo na formação das pessoas e das suas coletividades. As sociedades humanas não abandonam um antigo comportamento

adotando, repentinamente, outro diferenciado e inovador. É um jogo com várias faces; a natureza das regras estará diretamente associada às formas que o presente (integrador) terá de olhar, de perceber e de ampliar o passado. A História, segundo o historiador Boris Fausto, “(...) tanto ou mais do que outras disciplinas, se encontra em constante elaboração”. Resgata o homem com as suas particularidades sem abandonar a sua universalidade. A historiadora Raquel Gleser conclui muito apropriadamente que, “para os historiadores do contemporâneo, os seres humanos passaram do tempo dominante da natureza ao tempo dominado pelo homem e depois ao homem dominado pelo tempo”.

Feitos nunca vistos: descobertas e aperfeiçoamentos do século XV

Se, como detetives, investigássemos os passos dados pela humanidade ao longo do tempo, riquezas incalculáveis surgiriam diante dos nossos olhos. Dos primeiros registros escritos até a internet, da roda até o ônibus espacial, do microscópio à clonagem, os homens, em um processo coletivo, foram escrevendo capítulos importantíssimos da História. O século XV, por exemplo, foi um período extremamente marcante. Nele, e a partir dele, configura-se uma característica notável do pensamento moderno: o conhecimento não parte, apenas, de noções e de princípios, mas da própria realidade observada e submetida à experimentação.

Portugueses e espanhóis, aventureiramente, superando dificuldades – entre vontades e interesses – lançaram-se pelo desconhecido. Transformaram em ação os inúmeros conhecimentos adquiridos e acumulados ao longo do tempo pela humanidade. E isso não foi pouca coisa! Somaram os saberes, traduziram manuais de astronomia e de navegação (do latim, do árabe...), simplificaram cálculos, utilizando instrumentos

náuticos, como o compasso, de origem chinesa, que anota e registra a direção da embarcação; o astrolábio, valioso equipamento de localização, conhecido e utilizado por célebres estudiosos, como o grego Cláudio Ptolomeu (90-168); a bússola, introduzida na Europa pelos árabes; as cartas náuticas ou “cartas de marear”, equivalente marítimo dos mapas terrestres, utilizadas por navegadores genoveses e venezianos desde meados do século XIII; a caravela, com suas velas latinas. E mais: a utilização da pólvora e do papel. Comparando com o hoje: verdadeiras “tecnologias de ponta”. Mudanças que não ocorreram de uma vez só e muito menos em um mesmo lugar. O conjunto desses conhecimentos, aplicados à realidade daquela época, produziu feitos nunca vistos.



Modelo de astrolábio persa

Para muitos estudiosos, Portugal teve como grande mérito assimilar conhecimentos, antigos ou recentes, aplicando-os na prática. Isso permitiu às embarcações lusas avançar pelo Mar Oceano, contornar a África, alcançar as Índias e, mais adiante, chegar às terras do além-mar, a América. Assim, estabeleceram rotas comerciais importantíssimas para a época. Novas terras foram encontradas, agregadas e transformadas em propriedades da Coroa portuguesa.

As caravelas começaram a ser usadas pelos navegadores lusos a partir de meados do século XV. Há registros, no século XIV, que se referem à “caravela de descobrir”. Tida como muito su-

<http://www.wikipedia.org>

perior às outras embarcações de vela latina daquele tempo, justamente por ter características e técnicas de construção muito próprias – adaptadas à navegação oceânica. Era um tipo de embarcação ajustada para enfrentar os “mares grossos”, no dizer da época. Versátil, ideal para a navegação costeira, podendo entrar na embocadura de rios, manobrar em águas baixas, contornar arrecifes e bancos de areia. E também zarpar rapidamente caso acontecesse algum ataque de população hostil. Esse tipo de caravela, protagonista nas viagens de “descobrimiento”, não era um navio de carga. Segundo o professor Antonio Vieira Martins, “a sua carga mais importante na volta era o conhecimento que realimentava as viagens seguintes”. Podia ser movida a remos, em caso de necessidade (ausência de ventos), e a sua rapidez nas manobras era um importante recurso de defesa contra alguma outra armada – nem sempre tão amiga. A tripulação alcançava até 50 almas nessas embarcações.

Aliando a ciência com a técnica, Portugal transformou-se na maior potência náutica do seu tempo e, em menos de 80 anos (1434-1513), as embarcações lusas passaram a navegar pelo Atlântico, pelo Índico e pelo Pacífico, chegando, inclusive, ao litoral da China em 1513. Um esforço gigantesco de alto preço cobrado em recursos e em vidas.

Essas façanhas somadas promoveram “feitos nunca vistos” que causaram tanto espanto naquela época e que deixaram um rastro significativo nas páginas da História da humanidade. Foram inúmeros os desafios e os perigos enfrentados pelos navegadores portugueses, mesmo sob a proteção do rei e sob o incentivo da Igreja. O maior foi, sem dúvida, sair para o mar alto e voltar para casa em segurança. Navegar, afinal, será (sempre) preciso.

A espada, a cruz e a luneta

A partir do século XV, os europeus, tendo à frente os portugueses e espanhóis, lançaram-se por “mares nunca antes navegados”. Depois disso, nada mais foi como antes. O conhecimento e a

compreensão que os homens daquela época tinham sobre o mundo transformou-se, apontando para o surgimento de um novo tempo. Sincando os mares, alcançando outras terras, em continentes distintos, esses aventureiros deparavam-se com paisagens, climas, aromas e sabores completamente desconhecidos! “São coisas grandes e estranhas (...) é um outro mundo, sem dúvida!” Essa frase, dita por um navegador do século XVI, resume o tanto de surpresa e o tanto de espanto vivenciados. Não sem razão. Diante de altíssimas montanhas, escaldantes desertos, profundos lagos e lagoas, rios sinuosos despenhando em magníficas cascatas, florestas exuberantes e animais jamais vistos até então, muitos chegaram, inclusive, a relacionar tudo isso com a “visão do Paraíso”! E sem falar nos seres humanos de variados tipos físicos organizados de formas diferenciadas, com culturas diferenciadas. Quando as caravelas regressavam, comandantes e marujos, além das novidades e das mercadorias (algumas desconhecidas), traziam informações que realimentavam o planejamento para novas viagens.

Historiadores entendem que, por ter transformado toda essa movimentação em política de Estado, Portugal assumiu a liderança na era dos grandes descobrimentos marítimos. Fatores como a legendária Escola de Sagres e o papel do Infante Dom Henrique (1394-1460) não podem ter a sua importância ignorada. Boris Fausto acrescenta que “Portugal se afirmava no conjunto da Europa como um país autônomo, com tendência a voltar-se para fora”. Isso significa: posição geográfica atlântica (portos) e experiência com o comércio de longa distância (acumulada no passar dos séculos XIII e XIV). Acrescente-se o fato de ser um reino unificado cristão em tempos políticos nada tranquilos.

A cena europeia, no século XV, era de lutas e de temores. A série de conflitos armados entre a França e a Inglaterra conhecida como Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e a conquista (1453) pelos povos turcos da cidade de Constantinopla – principal porto por onde passavam as rotas comerciais do Oriente para a Europa Ocidental – praticamente paralisaram o comércio.

Segundo o mestre Ilmar Rohloff de Mattos, a rota pelo Mar Mediterrâneo esteve ameaçada; não interrompida. Os conquistadores exigiam “(...) cada vez mais ouro e prata por uma quantidade menor de especiarias”. Em tempos nos quais a espada e a cruz se associavam, essa ameaça se estendia também ao cristianismo, já que os turcos tinham se convertido à religião muçulmana. Os europeus, desde os tempos das Cruzadas (expedições militares de inspiração cristã que saíam da Europa Ocidental na direção de Jerusalém com o intuito de dominá-la e conquistá-la dos turcos muçulmanos), consumiam produtos vindos do distante Oriente. A Rota das Especiarias introduzira no mercado europeu produtos como tecidos de seda e de algodão, porcelanas, frutas secas e as especiarias – como a canela, a noz-moscada, a pimenta, o gengibre: substâncias usadas como remédios, perfumes e temperos. Boris Fausto acrescenta que a Europa Ocidental, nos tempos medievais, foi uma civilização carnívora. “A carne era armazenada e precariamente conservada pelo sal (...) a pimenta servia para disfarçar o que tinha de desagradável”. Remotamente, muito antes da invenção do dinheiro, alimento era riqueza – e o seu controle era poder. Rotas de comércio funcionavam como redes de comunicação, fomentando não apenas a troca comercial, mas também a troca cultural e religiosa.

Eram tempos nos quais a palavra “aventura” protagonizava a cena da História. Aventura que também permitia a propagação da fé cristã, convertendo pagãos e combatendo infiéis. Aventura marítima que atraía e, ao mesmo tempo, enchia de medo tanto os que seguiam nos navios quanto os que permaneciam em terra. Aventura na qual as caravelas – que ostentavam nas velas a cruz da Ordem de Cristo – transportavam, além dos sonhos, a espada, a cruz e a luneta.

Vencendo os medos do mar sem fim: as Navegações

No início de março de 1500, partiu de Lisboa, a principal cidade do reino português, uma expedição de 13 navios que dava prosseguimento às

navegações portuguesas. Ia em direção a Calicute, nas Índias. Era a maior e mais poderosa esquadra que saía de Portugal. Dela faziam parte 1,2 mil homens: famosos e experientes navegadores e marinheiros desconhecidos. Eram nobres e plebeus, mercadores e religiosos, degredados e grumetes. Parecia que todos os portugueses estavam nas embarcações que enfrentariam, mais uma vez, o Mar Tenebroso, como era chamado o Oceano Atlântico.

Somente a Coroa portuguesa possuía condições para mobilizar tantos homens, conseguindo reunir técnica e capital. Era uma aventura que abria a possibilidade de obter riquezas, conhecidas ou desconhecidas, além de propagar a fé cristã. Dom Manuel I confiou o comando da esquadra a Pedro Álvares Cabral (1467-c.1520). Esperava concluir tratados comerciais com o governante de Calicute, para ter, com exclusividade, acesso aos produtos orientais. Também criar condições favoráveis à pregação da religião cristã, por missionários franciscanos. A missão da frota de Cabral reafirmava, assim, os dois sentidos orientadores da aventura das navegações portuguesas: o mercantil e o religioso. Aliás, desejando aumentar o número de fiéis, a Igreja Católica incentivava as navegações portuguesas.



Cristóvão Colombo (1451-1506), navegador genovês

Através de bulas – documentos em que o papa toma alguma decisão ou faz alguma doação –, as terras descobertas eram distribuídas com a recomendação da conversão dos habitantes. Participando também do movimento da expansão marítima, a Espanha, governada por reis católicos, reivindicava uma “fatia” dessas novas terras. Referia-se àquelas alcançadas por uma expedição realizada com recursos da Coroa espanhola e comandada pelo genovês Cristóvão Colombo. Essa contenda resultou na assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), que dividia as regiões “descobertas e por descobrir” entre Portugal e Espanha, não sendo considerado o interesse de qualquer outro país europeu que pretendesse navegar para comerciar e enriquecer. Porém, esse acordo não impediria que os outros países europeus – não reconhecendo a sua validade – fizessem inúmeras incursões nas terras do Novo Mundo.

Na tarde de 22 de abril de 1500, então, um grande monte “mui alto e redondo” foi avistado e, logo em seguida, “terra chã com grandes arvores”, conforme o relato do escrivão Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal. Chamada de Vera Cruz por Cabral, por ali os portugueses permaneceram alguns dias, entrando em contato com seus habitantes. Em 26 de abril, frei Henrique de Coimbra, o chefe dos franciscanos, celebrou uma missa observada, a distância, por homens “(...) pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos, andam nus, sem nenhuma cobertura (...)”, na descrição de Caminha. Em 1º de maio, com a celebração de outra missa, tomou-se posse do território em nome do rei de Portugal. Caminha resumiu aquele acontecimento, ao mesmo tempo que destacava os sentidos mercantil e religioso que orientavam a expansão marítima: “(...) até agora não podemos saber se haja ouro nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem de ferro (...); as águas são muitas, infindas; em tal maneira é graciosa, que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem; porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece, que será salvar esta gente e esta deve ser a principal semente de Vossa Alteza em ela deve lançar; e que aí não houvesse mais que ter aqui esta pou-

sada, para esta navegação de Calicute, bastaria, quanto mais disposição para nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber: o acrescentamento da nossa santa fé”.

No dia seguinte, 2 de maio, a expedição partia rumo a Cabeçote. Uma embarcação comandada por Gaspar de Lemos retornou a Lisboa, levando notícias e alguns produtos encontrados na terra descoberta.

Onde estavam os medos do mar sem fim? Onde foram parar os monstros marinhos que provocavam terror? Quem explica essas imensas diferenças encontradas nas pessoas e nas coisas? Afinal, que sei eu?

A chegada dos portugueses às terras do além-mar: o encontro das diferenças

Repentinamente, o tempo parecia ter parado. Algo estranho – sem o menor significado para aqueles homens e para aquelas mulheres que observavam da praia – desenhava-se no horizonte, deslizando lentamente pelas águas daquela baía. Aumentava, pouco a pouco, a expectativa e, mais adiante, o espanto. O que seria aquilo? O povo tupinambá, senhor daquele litoral, aguardava com os olhos fixos no horizonte.



Desembarque de Cabral em Porto Seguro, tela de Oscar Pereira da Silva

Nas caravelas, um grito ecoou: “Terra à vista! Terra à vista!”. Aqueles que correram ao tombadilho avistaram, ao longe, um litoral e um monte. Era uma quarta-feira, dia 22 de abril do ano

de 1500. O que os navegadores lusos avistaram era um mundo novo! Mas, para os habitantes dali, era o seu mundo! O que viria adiante? Quais os caminhos que seriam percorridos, após esses primeiros momentos, pelos filhos daquelas terras e pelos outros, das terras do além-mar? Encontros? Desencontros?

Os portugueses entendiam que, a partir da “descoberta”, eram os legítimos donos daquelas terras e delas tomaram posse em nome do rei. Possivelmente, não lhes ocorreu que aqueles seres pudessem ter qualquer direito à terra onde nasceram e viviam.

Estranheza para os dois lados. Se, para os portugueses, era tão diferente ver homens e mulheres nus, tão diferente quanto era para o gentio ver aquelas pessoas de barba usando estranhas vestimentas. Uma outra questão relacionava-se aos metais preciosos. O interesse dos europeus pelo ouro, por exemplo, era incompreensível para os ameríndios.

A aventura iniciada com a expansão marítima recomeçava enveredando pela conquista e pela posterior ocupação do território. Uma aventura que seria tão emocionante quanto aquela que lhe dera origem, porque tanto atraía quanto provocava medo. Uma aventura, segundo o historiador Ilmar Rohloff de Mattos, que “(...) trocaria o Mar Tenebroso pelo amplo, silencioso e não menos amedrontador sertão. E, ainda, uma aventura que transformaria o encontro de duas culturas na convivência forçada de europeus e ameríndios, logo seguida de negros africanos, sob a dominação dos primeiros”.

Se, modernamente, um famoso seriado de televisão, citando o “desconhecido”, utiliza a frase “A verdade está lá fora”, talvez, para os navegadores desses tempos, “a verdade estivesse no além-mar”.

Mas essa história prossegue. Afinal, dizem que quem conta um conto, aumenta um ponto. Portanto, não termina por aqui. Vai adiante, passando por outros espaços e viajando por outros tempos. Alcançando outras terras. Tal qual no pensamento do poeta:

*Mudam-se os tempos,
Mudam-se as vontades*

Luís de Camões, poeta português

Conceitos-chave

- Contagem do tempo: da natureza e o cronológico
- Espaço e tempo: o fato histórico e suas implicações
- Feitos nunca vistos: descobertas e aperfeiçoamentos do século XV
- A espada, a cruz e a luneta
- Vencendo os medos do mar sem fim: as Navegações
- A chegada dos portugueses às terras do além-mar: o encontro das diferenças

Para usar em sala de aula

- A partir do “trava-língua” sugerido no início do capítulo, criar outros, pontuando ideias de tempo, aventuras, descobertas e diferenças.
- Com a turma em grupos, propor uma pesquisa na biblioteca da escola ou na internet, buscando as diferentes formas de contagem do tempo. O registro pode ser feito no caderno (gravuras, desenhos) ou em cartazes e murais.
- Propor a confecção individual da “Minha História na Escola”, na qual seriam anotados os dados pessoais do aluno e dados escolares (colégios onde estudou, professores, merendas de que mais gosta, brincadeiras preferidas, melhores amigos, etc.).
- Narrar para os alunos o “encontro das diferenças” entre os portugueses e os ameríndios (nativos), propondo um pequeno sociodrama que tenha os alunos como atores.

Para visitar

- Espaço Cultural da Marinha
- Museu Histórico Nacional
- Museu do Índio
- Museu Naval
- Museu do Transporte

Bibliografia

Livros

AMADO, Janaína; GARCIA, Ledonias Franco. *Navegar É Preciso – Grandes Descobrimentos Marítimos Europeus*. São Paulo: Editora Atual, 1991.

CASTRO, Terezinha de. *História Documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

CHERMAN, Alexandre; VIEIRA, Fernando. *O Tempo que o Tempo Tem: Por que o Ano Tem 12 Meses e Outras Curiosidades do Calendário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

COSTA, Mirian; BEUTTENMÜLLER, Alberto. *Aquarelas e Navegação*. São Paulo: Editora de Cultura, 2005.

DAPIEVE, Arthur (editor responsável). *Coleção Brasil 500 Anos de Cultura*. Rio de Janeiro: O Globo, SESC/RJ e Tap Air Portugal, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1997.

GLEISER, Marcelo. *Criação Imperfeita – Cosmo, Vida e o Código Oculto da Natureza*. São Paulo: Editora Record, 2010.

MAESTRI, Mário. *Terra do Brasil – A Conquista Lusitana e o Genocídio Tupinambá*. São Paulo: Editora Moderna, 1991.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. *Projeto de Ensino de Geografia: Natureza, Tecnologias, Sociedades, Geografia Geral*. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff et al. *Brasil – Uma História Dinâmica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1969.

PINSKY, Jaime (org.). *O Ensino de História e a Criação do Fato*. São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. A Cidade na História. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.) *Ler e Escrever para Contar – Documentação, Historiografia e Formação do Historiador*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. *A Geografia no Dia a Dia*. São Paulo: Editora Scipione, 2000.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. *O Encontro entre Culturas – Índios e Europeus no Século XVI*. São Paulo: Atual, 1994.

STANDAGE, Tom. *Uma História Comestível da Humanidade*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Web

CARDOSO, Ciro Flamarion. Artigo: *Tempo e História*. Disponível em: www.historia.uff.br.

CARVALHO FILHO, Joel Câmara de; GERMANO, Auta Stella de Medeiros. *Astronomia: Sincronismos e Medidas de Tempo – Tempo Solar*. Natal: EDUFRN, 2007. Disponível em: www.scribd.com.

GLESER, Raquel. Artigo: *Tempo e História*, Cienc. Cult, v. 54, n. 2. São Paulo. out./dez., 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br>.

MARTINS, Antonio Vieira. Navigator, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 53-68, dezembro de 2005. Artigo: *Náutica e Cartografia Náutica na Origem da Ciência Moderna*. Disponível em: www.revistanavigator.com.br.

MARTINS, Luciano Camargo. *O Estudo do Pêndulo*. Disponível em: www.mundofisico.joinville.udesc.br.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). *História do Brasil - Centro de Informações*. Disponível em: <http://portalmultirio.rio.rj.gov.br>.

PINSKY, Jaime. *Quem Determina o Fato Histórico*. Disponível em: www.jaimepinsky.com.br.

efisica.if.usp.br

www.worldlingo.com

www.nautica.com.br

<http://pt.wikipedia.org>

Músicas citadas e seus autores

O Sol – Antonio Julio Nastácio

Lição de Astronomia – Herbert Vianna

DAS ÁGUAS

A proposta é usar a ideia das “águas” como um caminho utilizado pelos homens para chegar, estar e partir.

Percorrendo essas águas, os portugueses ultrapassaram o portal de entrada da Baía de Guanabara e descobriram uma natureza (des)conhecida e misteriosa; o que acabou despertando a curiosidade e a cobiça do “alheio”.

O Rio antes do Rio

*Pois bem, cheguei / Quero ficar bem à vontade (...)
Descobridor dos sete mares / Navegar eu quero*

Descobridor dos Sete Mares

Gilson Mendonça e Michel



Sinopse

O mar, fonte de perigos e mistérios, é também uma “estrada” utilizada pelo homem como forma de chegar, estar e partir, desde os tempos mais remotos. O desconhecido por trás do horizonte ou a chance de descobrir novas terras e tesouros inesgotáveis fez com que navegadores europeus realizassem um dos maiores feitos: a conquista do Mar Oceano (Atlântico). Percorrendo essas águas, as caravelas portuguesas ultrapassaram o portal da Baía de Guanabara e descobriram uma natureza (des)conhecida e misteriosa que acabou por despertar a curiosidade e a cobiça do “alheio”.



“Uma luz azul me guia/ Com a firmeza e os lampejos do farol”, canta Tim Maia em um dos seus maiores sucessos. O mar, fonte de perigos e mistérios, é também uma “estrada” utilizada pelo homem desde os tempos mais remotos. O desconhecido por trás do horizonte, a oportunidade de “botar o pé no mundo” ou a chance de descobrir novas terras e tesouros inesgotáveis sempre mexeu com os sonhos e com o espírito aventureiro da humanidade. Camões, movido pelo seu patriotismo, deixou os seguintes versos: “Cessem do sábio grego e do troiano/ As navegações grandes que fizeram;/ (...) Que eu canto o peito ilustre lusitano,/ A quem Netuno e Marte obedeceram. / Cesse tudo o que a Musa antiga canta,/ Que outro valor mais alto se alevanta”.

<http://commons.wikimedia.org>



Descobrimiento do Brasil, tela de Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo

No seu poema épico *Os Lusíadas*, o fundador da moderna língua portuguesa, em fins do século XVI, estava longe de ser apenas um patriótico poeta sonhador. Portugal foi o líder de um dos maiores feitos da humanidade no segundo milênio: a conquista do Mar Oceano ou Tenebroso – como os contrerâneos de Cabral chamavam o Atlântico. O mundo nunca mais seria o mesmo.

“Terra à vista”, gritou o marinheiro do alto do mastro, ao entardecer de 22 de abril de 1500. Depois de percorrer por 44 dias os caminhos, velejando pelo Mar Oceano, a frota comandada por Pedro Álvares Cabral avistou o Monte Pascoal, na Bahia. As águas do oceano os trouxeram e os levariam adiante, em direção às Índias.

Desse momento histórico ficou a famosa carta de Pero Vaz de Caminha (1450-1500), dando ao rei de Portugal, D. Manuel I (1469-1521), a notícia da “descoberta”. Nela, Caminha registra, entre outras coisas, suas impressões da nova terra: “Esta terra Senhor, me parece que da ponta que mais contra sul vimos até outra ponta que contra o norte, de que nós deste porto tivemos visão, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa”. Referia-se à parte do litoral sul do estado da Bahia. O relato chama a atenção para o extenso litoral.

Esse trecho do Atlântico que banha o Brasil, além de fonte de riquezas, foi e ainda é uma das grandes portas de entrada para aqueles que buscam estas terras ao sul do Equador.

O litoral carioca – a baía como porta de entrada

“Do Leme ao Pontal...” os 80 quilômetros de orla do Rio de Janeiro têm mais do que praias famosas e *points* badalados. Poucas areias no mundo reúnem uma combinação tão perfeita: o mar e a montanha. Ponto a ponto; “(...) Não há nada igual”.

O charme desse litoral é composto por ilhas isoladas (Arquipélago das Cagarras, ilhas Rasa e Redonda), praias quase desertas (Reserva, Joatinga...) e fortalezas, como a de Santa Cruz e a de São João, impregnadas de história. Em muitos desses lugares, é possível desembarcar e desvendar ângulos inusitados dessas terras.

Outro trecho dessa orla, de rara beleza, está nos grandes paredões de pedra formados pelas montanhas da cidade, projetando-se sobre o mar, e as belas praias cariocas nas partes baixas do litoral.

Por falar em beleza... É o caso do trecho que vai do Rio Meriti até o Pão de Açúcar. Verdadeiros cartões-postais, como a Ilha de Paquetá, o pôr do sol visto da Ponte Rio-Niterói, a Praia da Urca e o Aterro do Flamengo. Todos são pontos situados dentro da Baía de Guanabara, nosso portal de entrada. Aqui cabe lembrar o *Samba do Avião*, de Tom Jobim, sobre a saudade que a

cidade desperta em todos aqueles que conhecem seus cantos e recantos, sejam eles cariocas da gema ou não.

*Minha alma canta
vejo o Rio de Janeiro
(...) Cristo Redentor
braços abertos sobre a Guanabara*

Samba do Avião

Tom Jobim

A Baía de Guanabara é um dos símbolos mais fortes do Rio de Janeiro. Desde a chegada dos primeiros europeus, a sua paisagem e a sua natureza exuberante foram descritas entusiasmaticamente por viajantes, pintores, poetas, estudiosos e por tantos anônimos admiradores.

O jesuíta espanhol José de Anchieta (1534-1597), em uma de suas cartas, registrou: “É a mais fértil e viçosa terra que há no Brasil”. Vale a pena destacar a reflexão proposta pelo pensador francês Saint-Hilaire (1779-1853): “Quem seria capaz de descrever as belezas que apresenta a baía do Rio de Janeiro, esse porto que, na opinião de um dos nossos almirantes mais instruídos, poderia conter todos os navios da Europa?”.

O reconhecimento da sua importância começou muito antes da chegada dos portugueses.

Por muitos séculos, desde os povos construtores dos sambaquis até as populações indígenas encontradas pelos primeiros navegantes, o ecossistema da Baía de Guanabara e seu entorno foram disputados por numerosos grupos rivais.

Os europeus que chegaram à região em busca de riquezas logo perceberam que as águas calmas e seguras possuíam grande valor estratégico, tanto no suporte à navegação ao longo do litoral como para o acesso ao interior.

A Baía de Guanabara, por ser ampla e bem abrigada, devido ao estreito espaço de sua barra – 1.600 metros ladeados por dois morros que formam um baluarte natural de proteção, o do Pão de Açúcar e o de Santa Cruz –, foi o elemento importante para o contar da história da cidade. Nas suas duas pontas de entrada, foram construídas importantes fortalezas: a de Santa Cruz e a de São João, e qualquer embarcação que penetrasse a barra ainda teria que passar

pela Fortaleza de Lage, erguida um pouco mais para dentro, formando com as outras duas um triângulo. A barra, principal acesso à cidade por muito tempo, impôs sua importância para o Rio como ponto fundamental para a movimentação da economia.



Alberto Jacob Filho

Fortaleza de São João, localizada no bairro da Urca

Com o crescimento das cidades que a contornam, a baía foi aos poucos sendo tragada. A ocupação irregular, os aterros e, principalmente, a poluição contribuíram para a alteração do seu traçado original. São problemas graves de hoje. Mas ela parece resistir ao estilo de vida moderno. Sua beleza sobrevive com força. A geografia favorável encanta quem passa por ela, seja na terra firme de seus entornos ou dentro das centenas de embarcações que cortam suas águas todos os dias.

A geografia do lugar e a posterior escolha do sítio urbano

“Dentro de mais um minuto estaremos no Galeão” ou no Santos Dumont, quem sabe?

Chegar ao Rio de avião é lançar outro olhar sobre a cidade. É claro que, dependendo da maneira escolhida para ver a cidade do alto, a visão muda e um novo recanto se revela. Subindo um morro de trem (Corcovado), de bonde (Santa Teresa), a pé ou de carro (Parque da Catacumba). Subindo as escadas da Igreja da Penha. Praticando voo livre. Sobrevoando a cidade de helicóptero. No computador, por meio do Google Earth.



Enfim, seja qual for a forma escolhida, a paisagem revela uma combinação de diferentes elementos naturais, como: os rios (Carioca e Maracanã); os morros (Urca e Viúva); e as belas e importantes lagoas (Rodrigo de Freitas e Marapendi). Somando a isso os elementos feitos pelo homem, que ajudam a compor um espaço geográfico uno e múltiplo. Segundo Antônio Torres, esse “primeiro olhar já dá uma boa medida dos embates travados entre a construção civil e a natureza, desde que a cidade foi fundada”.

No início da ocupação da região (1567), a área escolhida para levar os 200 habitantes de então, “os mais deles (...) mamelucos e casados com negras”, como citado pelo professor Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, foi o Morro do Descaso ou de São Januário, depois do Castelo; local mais alto assim escolhido por necessidade de defesa. Além disso, era difícil ocupar as baixadas, pois os terrenos eram alagados, com brejos e pântanos, onde havia insetos transmissores de doenças.

Portanto, desde o começo, seus habitantes circulavam por morros, baixadas e vales e, sem perceber a ocupação, “serpentearam” acompanhando o relevo.

Mas atenção! Cuidado! As cidades crescem, tornam-se mais densamente povoadas e mais vulneráveis aos desastres naturais. Um círculo vicioso se estabelece. Quem sofre as consequências?

A água que abastece a cidade

*Atente bem aos relatos
Vindos de mundo afora
Depois que o chão esquentou,
Dona Água, sem demora,
Pegou carona num jato
E deste torrão tão ingrato
Deu no pé, foi-se embora*

O Dia em que a Água Acabou

Adriano Santori

Profecia de Nostradamus, ficção ou realidade? Por enquanto, apenas uma possibilidade. A água pode desaparecer das torneiras ou se tornar intratável, devido ao descaso a que vêm sendo submetidas, ao longo dos anos, bacias como as dos rios Paraíba do Sul e Guandu.

No passado, dizia-se que “a fonte de que bebem os vizinhos da cidade é um copioso rio, chamado Carioca; de puras e cristalinas águas depois de penetrarem corações de muitas montanhas, se despenhavam por altos riscos uma légua distante da cidade”. Palavras do historiador Sebastião da Rocha Pita (1660-1738).

Nos idos de 1565, entre a Urca e o Pão de Açúcar, havia apenas o que, na época, era chamada de “lagoa de água ruim”. Um poço então foi aberto, mas, com o tempo, não mais se conseguia abastecer os que ali chegavam de Portugal e precisavam morar. Desde essa época, a população teve sua sobrevivência dependente da sorte da “guerra” pelo controle das águas do Rio Carioca, que abasteciam também as embarcações. Ao longo dos séculos, os habitantes da região conviveram com a deficiência no abastecimento de água e com a insuficiência das soluções.

É importante lembrar: “A terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. (...) O homem não teceu a rede da vida, ele é só um dos seus fios. Aquilo que ele fizer à rede da vida, ele o faz a si próprio” (trecho da carta escrita pelo chefe indígena Seattle ao “Grande Chefe Branco de Washington”, em 1854).

Os rios e a penetração para o interior

*Muito antes de existir o Rio de Janeiro,
existia o Rio Carioca.*

Alceu Amoroso Lima, escritor

O Rio Carioca tem sua nascente na Serra do Corcovado, na altura das Paineiras. Pouco abaixo, ao longo do Vale das Laranjeiras, divide-se em

dois “braços”, um dos quais tem sua foz no Flamengo e outro que desemboca junto ao Outeiro da Glória. Como a maioria dos rios da cidade, ele nasce nas áreas mais altas dos maciços que fazem parte do relevo da região. Segue o seu curso e vai desaguar na Baía de Guanabara.

wikipedia.com



O Rio Carioca passa pelos bairros de Cosme Velho, Laranjeiras e Flamengo

Antes de o Rio ser o Rio, cursos d’água atravessavam livremente as baixadas no seu caminho para o mar, lagoas ou outros rios. Atualmente, muitos deles se encontram canalizados e têm seus cursos escondidos no subsolo da cidade. O Rio Carioca, por exemplo, corre subterraneamente, embaixo de ruas e edifícios dos bairros do Cosme Velho, de Laranjeiras e do Flamengo.

Os rios, no seu caminho da nascente à foz, desempenharam desde muito cedo um papel importante na conquista e ocupação do território. Eram “estradas” que facilitavam o ir e vir de pessoas e de mercadorias pela região, principalmente no entorno da Baía de Guanabara. Criavam uma espécie de corredor em direção aos portos do litoral. Muitas povoações surgiram em suas margens.

Atualmente, muitos desses rios constituem motivo de preocupação, pois, além de terem se transformado em vazadouros de esgoto e de lixo doméstico e industrial, vêm sofrendo as consequências do intenso desmatamento de suas nascentes e margens, estando com seus leitos acentuadamente assoreados, o que compromete o escoamento natural de suas águas, causando frequentes enchentes na estação chuvosa e acarretando danos à população ribeirinha.

O verde do Rio: a Mata Atlântica

“Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,/ Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu”, diz o poeta Fernando Pessoa. A cidade do Rio de Janeiro não foge desse destino. No início da ocupação do espaço onde hoje se encontra a nossa cidade, a Mata Atlântica cobria parte dos morros e das serras. Aliás, essa formação vegetal não era privilégio deste sítio urbano. Ela se estendia, naquela época, pelas encostas próximas ao litoral brasileiro, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul.

Com a chegada dos portugueses, essas áreas foram devastadas, com a retirada de várias espécies vegetais ou para a construção de vilas, povoados e cidades. Os jequitibás, as palmeiras, as orquídeas, as quaresmeiras e os paus-brasis são espécies da vegetação original, hoje dificilmente encontradas.

Hoje, a Mata Atlântica encontra-se altamente reduzida e fragmentada (restam 7,3% de sua cobertura florestal original), com seus remanescentes localizados, principalmente, em áreas de difícil acesso. A sua preservação vem garantindo a contenção de encostas, propiciando oportunidades para desfrute de exuberantes paisagens e desenvolvimento de atividades voltadas ao ecoturismo, além de a mata servir de abrigo para várias populações, incluindo tribos indígenas. Além disso, nela estão localizados mananciais hídricos essenciais para o abastecimento de cerca de 70% da população brasileira.





Mata Atlântica na região de Paraty, RJ

É importante lembrar que, além da Mata Atlântica, os europeus encontraram (quando aqui chegaram) outros ecossistemas, como: o manguezal, as restingas, as praias e os costões litorâneos, que ajudaram a compor o cenário natural onde se desenvolveu uma sociedade com características próprias (fruto dessa relação entre o mar e a montanha) que ajuda a construir o que é ser carioca em “terras” da Guanabara.

Uma baía chamada rio

Era uma vez, há muito tempo, nas águas da Guanabara... Como contar a história dessa região, inicialmente percebida como um rio? Viajando pelo espaço e pelo tempo, surgem informações variadas. Olhares diversos. Pero Lopes de Souza, em 1531, registrou, no seu Diário de Navegação, que “toda a terra deste rio é de montanhas e serras altas. As melhores águas há neste rio que podem ser”.

Em 1555, o franciscano André de Thevet registrou: “Nas terras circunvizinhas ao Rio Guanabara existem árvores e arbustos inteiramente cobertos de ostras. Quando sobe a maré, a água avança de terra adentro, (...) as ostras prendem-se-lhes em quantidade incrível entre os ramos”. Bem mais adiante, o compositor Caetano Veloso referiu-se à região dizendo: “O pintor Paul Gauguin amou a luz na Baía de Guanabara/ O compositor Cole Porter adorou as luzes na noite dela/ A Baía de Guanabara”.

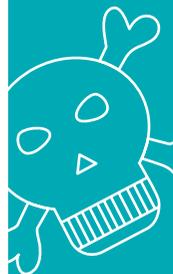
Relatos, sensações distintas despertadas pela visão da Baía de Guanabara, apontam para a beleza da sua paisagem e para a sua natureza exuberante. Importantes registros – ora no passado, ora no presente – e que prosseguem pelo tempo afora... Na passagem dos anos que algum calendário aponta.

Recuando até o século XVI, a história da cidade do Rio de Janeiro inicia-se às margens da baía. Afinal, o Rio só tem esse nome, opinam muitos pesquisadores, porque esse sítio foi alcançado em janeiro de 1502 por navegadores que a confundiram com a foz de um grande rio, chamando-a, então, de “Rio de Janeiro”. Berço da cidade, testemunha e protagonista dos mais importantes acontecimentos relacionados ao Rio de Janeiro e ao país, palco de incontáveis aventuras acumuladas ao longo dos dias e das noites, em meio à lágrima e ao sorriso, entre o verso e a denúncia, lá vai o tempo passando – “deslizando” pelas águas dessa baía chamada de Guanabara (“baía semelhante ao mar”).

Hoje, no século XXI, essa região prossegue existindo em meio aos encantos e sobrevivendo aos desencantos. E não conseguiria (sobre)viver todo esse tempo, diante de tantas transformações, impunemente. Sem marcas e sem cicatrizes frente aos desafios do cotidiano. Trajetória nada fácil: caminhos complexos pontuados por histórias dela mesma e do seu entorno.

Mas, diante dessas inúmeras pistas, será possível articular um “contar”? Viajar curiosamente no espaço e no tempo observando o vasto cenário descrito por tantos corações e por tantas mentes? Contabilizando, no dizer do historiador Ilmar Rohloff de Mattos, “experiências constituídas pelas variadas maneiras de viver e obter a subsistência; pelas diversas formas de associação e de organização política; pelas crenças, ideias e utopias; pelos hábitos e costumes; e pelas formas de diversão e de trabalho”.

Se, para emoldurar o primeiro capítulo, os olhos se voltassem na direção da Baía de Guanabara, a visão seria de um perfeito cartão-postal. Entre as montanhas e o mar, contornada por vegetação tropical, das suas margens (ao longo delas e na direção do interior) ergue-se a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.



– Muito prazer, Rio de tantos janeiros!

Porém, é preciso reunir mais (e outras) informações para organizar esse “contar”. Isso porque, na visão de alguns historiadores, “faltam documentos e sobram versões”. Não quanto à descrição muitas vezes idílica da região: espelho d’água com entrada estreita e bem protegida. Mas quanto ao primeiro registro que deu o nome ao local. Ponto controverso. Pesquisadores acreditam que o navegador florentino Américo Vespúcio (1454-1512), a quem se atribui o “batismo” da região, com toda a experiência que possuía, jamais cometeria esse tipo de engano: confundir dois acidentes geográficos. Talvez, e essa seria uma explicação para a versão, o termo “Ria” (usado no século XVI para indicar uma configuração geográfica, entrada de uma baía), registrado em cartas escritas por Vespúcio, acrescido de Janeiro, tenha conduzido ao nome. Há consenso quanto ao fato de a região ter sido alcançada em 1º de janeiro de 1502.

Nessa época, as novidades circulavam pelas ruas e pelas vielas de cidades europeias, como Lisboa. Marujos das tripulações que participavam das navegações pelo Mar Oceano eram ouvidos em meio a temores e a espantos! Um diz que diz sem fim. Nas conversas que, frequentemente, continham um exagero aqui, uma verdade mal contada acolá...

Porém, a informação circulava por outras formas importantíssimas – através dos mapas e das cartas. Os relatos contidos nessas cartas, como aquelas escritas por Vespúcio, eram também uma prestação de contas aos reis e financiadores que, abrindo seus cofres, custeavam essas longas viagens.

Nesse sentido, a conhecida carta de Pero Vaz de Caminha, além da descrição da viagem e do “achamento” (“desta vossa terra nova que nesta navegação agora se achou”), abrangia, por ser ele o responsável, a contagem de todas as coisas que podiam ser contadas, além daquilo que podia ser pesado e ser medido nas embarcações da frota cabralina.

Ao registrar o novo, o desconhecido, o inusitado, o mundo da época caminhava, comunicava-

-se, expandia-se... O conhecimento no campo dos experimentos, assim como no das técnicas náuticas, viajava nas águas do mar sem fim, de lá para cá e daqui para lá.



Américo Vespúcio, navegador italiano

Para o professor Joaquim Falcão, que estudou as cartas de Américo Vespúcio interligando-as ao debate jurídico relativo ao Direito Autoral na web, esses manuscritos que instigaram a aventura das descobertas passavam de mão em mão, divulgando saberes, sendo reproduzidos, “artisticamente (...), um a um, linha a linha, letra por letra. Iluminuras a iluminar o conhecimento”. Documentos que, por terem fluxo livre, auxiliaram a “tecer a rede de comunicação do século. (...) Atuaram como verdadeiros *softwares*. Estabeleceram (...) diálogo e debate entre matemáticos, astrólogos e cosmógrafos (...). Estimularam o processo de inovação. Viabilizaram descobertas. Conectaram o Velho e Novo Mundo. Construíram o século”.

Cabe uma analogia entre a emocionante aventura realizada pelas águas do Mar Oceano, que levou a um “Novo Mundo”, com outra não menos impressionante, que conduziu ao “Novo Mundo

Novo” – o da criação do espaço virtual. Dos navegadores do ontem para os “navegadores” do hoje, “ciberespaço” afora, “RIA” significa: aplicações na web – “Rich Internet Application”.

O conhecimento se expande...

As expedições exploradoras: Gaspar de Lemos e Gonçalo Coelho

Contudo, por que esse navegador de origem florentina prestava serviços para a Coroa lusa?

Nesses tempos, cartógrafos e navegadores experientes ofereciam seus conhecimentos acumulados às monarquias interessadas em alçar novos horizontes e conquistar outras terras.

No decorrer dos primeiros anos após o “Descobrimento”, as regiões encontradas ocuparam uma posição secundária na política portuguesa. Não corresponderam às expectativas.

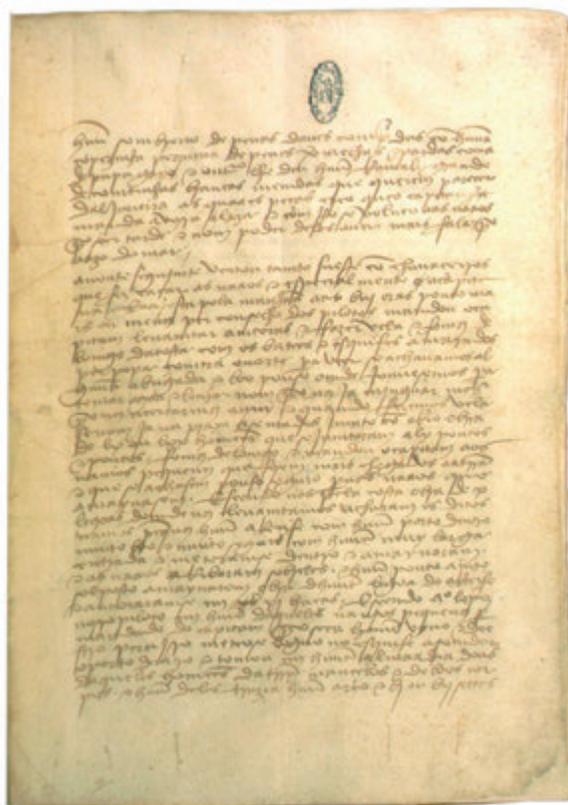
Aparentemente, não possuíam riquezas que interessavam à Coroa: metais preciosos e especiarias – estas obtidas fartamente no comércio com o Oriente. Porém, era preciso assegurar o domínio do território. Era preciso!

O rei D. Manuel I, diante dos relatos existentes na carta de Pero Vaz de Caminha – escrivão da frota cabralina –, decidiu enviar expedições com a finalidade de mapear as potencialidades do lugar. Reconhecer a sua geografia e seus habitantes: os índios.

Os portugueses que chegavam até estas paragens no século XVI encontravam regiões povoadas por tribos de língua tupi-guarani. A presença dessas populações foi uma “revelação do diferente” para os portugueses. Aliás, de acordo com Ilmar Rohloff de Mattos, nesse “momento de encontro, conhecido pelo nome de ‘Descobrimento’, a comunicação entre as culturas europeia e ameríndia tornou-se possível, somente, por meio de gestos. Duas culturas apenas se tocavam, abrindo margem às interpretações que ressaltavam as diferenças entre elas”.

E assim foi feito: com expedições chamadas de exploradoras, que combinavam ações da Coroa e de particulares. Nestas, incluíam-se, em especial, ricos comerciantes, muitos dos quais eram “cristãos-novos”, os judeus recém-convertidos ao cristianismo para escapar dos rigores da Santa Inquisição.

A primeira, organizada em 1501, teve a iniciativa da Coroa portuguesa. Comandada, provavelmente, por Gaspar de Lemos (o mesmo que havia levado a notícia do “achamento” do Brasil), tinha como missão fazer um reconhecimento daquela nova terra chamada de Terra de Santa Cruz.



<http://purl.pt>

Parte da carta de Pero Vaz de Caminha sobre o Descobrimento do Brasil

A bordo ia Américo Vespúcio, que, com seus conhecimentos náuticos, entende o historiador Sérgio Buarque de Holanda, favoreceria o “bom êxito da empresa”, fornecendo preciosas informações sobre a viagem. Assim, pelas notícias dadas por Vespúcio, a expedição aportou, inicial-

mente, no litoral do atual estado do Rio Grande do Norte. Prosseguiu margeando rumo ao sul. O comandante, com o calendário em punho, ia “batizando” os primeiros acidentes geográficos encontrados pelo caminho. Os nomes escolhidos eram aqueles dos santos do dia ou dos dias de festas religiosas. Em janeiro de 1502, essa expedição chegava ao Rio de Janeiro (prosseguiu, alcançando o Rio da Prata). Justamente no primeiro dia do ano de 1502, as embarcações alcançaram a entrada da Baía de Guanabara e as tripulações vislumbraram a região que receberia o nome de Rio de Janeiro.

O rei de Portugal recebia as notícias que davam conta do clima, das condições da terra e da única riqueza encontrada com possibilidade de comercialização em larga escala àquela altura: o pau-brasil. Porém, esse produto, de modo algum, superava os lucros obtidos pelo comércio com o Oriente. Essa árvore fazia parte da mata que se estendia ao longo do litoral. Daí o nome recebido: “Costa do Pau-Brasil”. Mais ao sul, atribuía-se o nome de “Costa do Ouro e da Prata”, em razão das notícias sobre a existência daqueles metais preciosos. Porém, nem só o pau-brasil atraía a atenção dos europeus daquela época: impressionavam-se com as araras de cores vistosas, com os papagaios, com os saguis...

Aquele era um “estranho novo mundo” – nada fácil de entender, pensavam. Mas, por outro lado, concluíam, ofertava produtos diferentes que alimentavam o comércio variado e lucrativo! As notícias se espalhavam. Embarcações abarrotadas de mercadorias, ostentando a cruz da Ordem de Cristo, aportavam em Portugal. E as notícias iam além...

Comandada por Gonçalo Coelho, outra expedição foi organizada em 1503 por particulares.

A Coroa firmou, em 1502, contrato com um grupo de comerciantes, tendo à frente Fernão de Noronha. A terra foi arrendada por um período de três anos para exploração do pau-brasil (prazo prorrogado adiante). Em troca, comprometiam-se a construir feitorias, pagando à Coroa parte do lucro obtido. As feitorias instaladas serviam como depósitos do pau-brasil até que as embarcações portuguesas aqui chegassem. Essas

árvores não nasciam juntas. Encontravam-se dispersas nas grandes áreas de Mata Atlântica. Os europeus passaram a recorrer aos índios, que cortavam a madeira e recebiam, por esse trabalho, objetos de pouco valor, como facas, pentes e espelhos. Essa relação, chamada de escambo, baseava-se na troca de produtos.

Nessa época, as pessoas que exploravam aqui o comércio do pau-brasil eram chamadas de “brasileiros”. Para os nativos que nela habitavam, eram “ibirapitangas”. Mas será que os portugueses se interessavam em saber o porquê de os nativos chamarem de “Ibirapitanga” a terra em que moravam? Essa era uma forma particular de os europeus encararem os mundos que descobriam. Talvez, a nenhum deles ocorria respeitar e manter os nomes já existentes dos lugares e das coisas. No entender de Sérgio Buarque de Holanda, essa atitude significava um anseio de submeter o nativo. Assim, desde o princípio, a intenção dominadora marcava as imagens do novo território: dar nomes é conquistar; nomear é tomar; batizar é dominar...

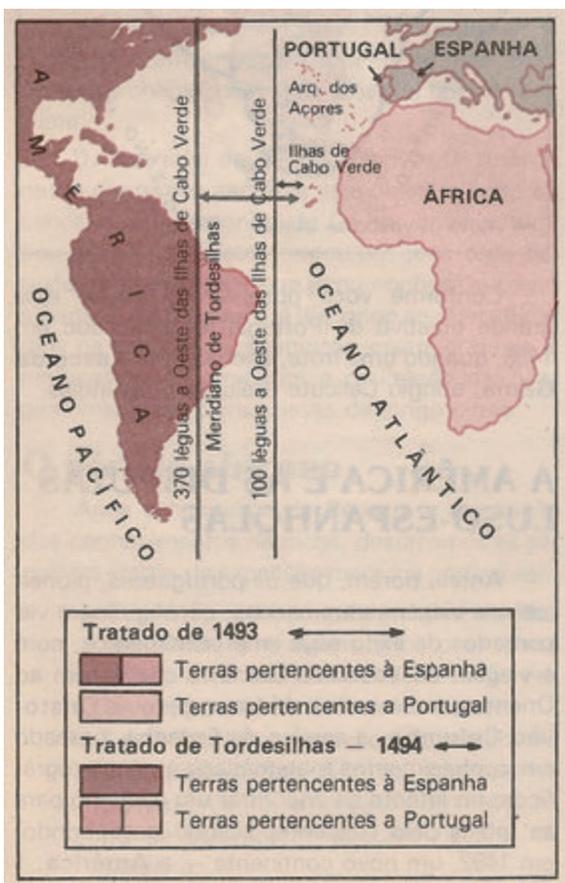
De lá para cá... Daqui para lá: piratas e contrabandistas. A ofensiva da Coroa portuguesa

A atração, provocada por riquezas vistas (valiosas madeiras, plantas estranhas, animais desconhecidos) e intuídas (metais preciosos), agitava um número incalculável de pessoas.

Por outro lado, o Tratado de Tordesilhas não se sustentava. Franceses e ingleses, por exemplo, recusaram-se a respeitar as decisões nele contidas. Para esses não signatários do Tratado de Tordesilhas, o mar e as terras descobertas não tinham dono. Na prática, isso significava ataques e incursões frequentes de aventureiros e de traficantes. A Coroa portuguesa sentia na pele a ameaça que vinha pelas águas da Guanabara.

Em cena: o século XVI. Tremulava ao sabor dos ventos, hasteada, a bandeira negra com o desenho de um crânio com duas tíbias cruzadas.





Tratado de Tordesilhas

Uma embarcação desenhava-se no horizonte sombrio. Apavorante indicativo da aproximação desse sinistro pavilhão; sinal de alerta no mar e na terra. Ataques e saques estavam para ocorrer. Alguém gritou: “Piratas ao largo!”. O que viria a acontecer dessa vez?

Navegar pelos oceanos era uma aventura bastante arriscada para as tripulações como as das caravelas lusas. Enfrentar embarcações compostas por renegados, com todo tipo de gente que nada tinha a perder, não era simples. Sangue frio, coragem e destemor não eram apenas palavras nesse contexto.

Como Portugal ainda não havia ocupado efetivamente o extenso litoral das terras americanas, tarefa nada fácil naqueles tempos, esses aventureiros costumavam explorar o pau-brasil existente na chamada Mata Atlântica. Eram incursões ilegais – protestavam Portugal e Espanha – por conta do teor do Tratado de Tordesilhas. Consta que, para legalizar o ato da pirataria, utilizava-se

a chamada Carta de Corso. Quem a portasse estava autorizado a buscar, tomar ou destruir outras armadas inimigas. Poderia incluir o saque, nas áreas recém-descobertas por Portugal, por exemplo, diante daquelas notícias de riquezas que corriam de boca em boca, chamando a atenção e despertando a cobiça.

Muitos desses indivíduos, ditos piratas, eram oficialmente patrocinados por nações europeias. Porém, mais adiante, frente à dificuldade de comunicação e da falta de uma fiscalização internacional eficaz, a linha entre o que era a pirataria “oficial” e o que era a criminosa ficou indefinida. Aliás, condutas diversas, com objetivos e com intenções distintos, foram, ao longo do tempo, genericamente classificadas como atos de pirataria. Para o arqueólogo Leandro Domingos Duran, piratas, corsários, traficantes, contrabandistas são “constantemente associados entre si, revelando claramente uma imprecisão e inadequação no emprego das terminologias, bem como uma tendência para incentivar sua identificação com aspectos do senso comum”. Entende Duran que Portugal reafirmava ser legítimo o “seu direito de posse com relação às terras brasílicas” e, por conta disso, concluía: “o que é estrangeiro é vil e infame. (...) vê, nos índios, bárbaros; nos franceses, piratas”.

Diante dessas ameaças, era preciso assegurar o domínio do território, já que, até então, o governo de Portugal ainda não tinha organizado um plano de ocupação. A reação da Coroa lusa envolveria defender o monopólio da exploração do pau-brasil, protegendo a “terra descoberta” das investidas dos “estrangeiros vis e infames”.

Em 1516 e em 1526, foram enviadas pelo rei de Portugal duas expedições chamadas de guarda-costas, comandadas por Cristóvão Jacques, a fim de explorar o litoral e enfrentar a pirataria. Esses ataques foram mais efetivos entre os séculos XV e XVI. Mais adiante, a criação do sistema de Capitanias Hereditárias pela Coroa portuguesa teve como um dos principais objetivos enfrentar os ataques.

Todos esses acontecimentos, até a reação da Coroa portuguesa, pontuariam, encerrando, a história de uma baía chamada “rio”? Se-

ria o final? Um antigo ditado ensina que “não é a direção do vento que determina o rumo do navegador”.

Então, escolhendo os rumos do “era uma vez”, com as velas, não ao sabor dos ventos, a viagem prossegue nas inúmeras histórias do “contar”. Pelo imaginado e/ou pelo vivido – pois sempre há outras palavras a dizer e alguns silêncios a calar.

Assim são as páginas da vida, como dizia meu filho quando fazia versos, e acrescentava que as páginas vão passando umas sobre as outras.

Machado de Assis, escritor

Conceitos-chave

- O litoral carioca – a baía como porta de entrada
- A geografia do lugar e a posterior escolha do sítio urbano
- A água que abastece a cidade
- Os rios e a penetração para o interior
- O verde do Rio: a Mata Atlântica
- Uma baía chamada rio
- As expedições exploradoras: Gaspar de Lemos e Gonçalo Coelho
- De lá para cá... Daqui para lá: piratas e contrabandistas. A ofensiva da Coroa portuguesa

Para usar em sala de aula

- Dividir a turma em grupos e propor a confecção de um jogo de tabuleiro chamado “Do Leme ao Pontal”, que terá como objetivo conhecer as praias do litoral. Os participantes encontrarão obstáculos que vão retardar a caminhada no jogo, como sinais de trânsito, etc. O vencedor será o primeiro a alcançar a Praia do Pontal.
- Confeccionar frases ilustradas, tendo como temas a Baía de Guanabara, o mar e a montanha, as águas do Rio e a Mata Atlântica.

- A partir de uma reflexão sobre a ideia do que é um tesouro, propor a confecção de mapas individuais nos quais cada aluno vai escolher e esconder o seu, como os antigos piratas faziam.

Para visitar

- Baía 360° – Barcas S.A.
- Museu Histórico da Fortaleza de São João
- Pão de Açúcar
- Rebocador Laurindo Pitta
- Trem do Corcovado

Bibliografia

Livros

ABI-RAMIA, Marco Antonio *et al.* *Anais de Metrologia – Metrologia para a Vida*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Metrologia, 2003.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rey Dom Manuel*. Transcrita e comentada por VILLELA, Maria Ângela. São Paulo: Ediouro, 2000.

CARVALHO, Delgado de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Divisão de Edição C/DGDI, 1994.

DAPIEVE, Arthur (editor responsável). *Coleção Brasil 500 Anos de Cultura*. Rio de Janeiro: O Globo, Sesc/RJ e Tap Air Portugal, 2000.

ENDERS, Armele. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo I: A Época Colonial*, Livro Terceiro: O Advento do Homem Branco. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

MATTOS, Ilmar Rohloff de *et al.* *Brasil uma História Dinâmica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.



MURRIE, Zuleika de Felice (org.). *História e Geografia: Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/Inep, 2006.

PAIXÃO, Sérvula de Souza; ABREU, Vera Regina Costa. *Educação Ambiental: Habilidades de Gestão*. Rio de Janeiro: GEP/DIPRE, Senai/RJ, 1999.

SANTA RITTA, José de. *A Água do Rio: do Carioca ao Guandu: a História do Abastecimento de Água da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Synergia/ Light / Centro Cultural da Seaerj, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

TORRES, Antônio. *O Centro das Nossas Desatenções*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará em coedição com a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1996.

Web

CARDOSO, Irene. *Narrativa e História*. Disponível em: www.fflch.usp.br.

FALCÃO, Joaquim. *Mundos Novos*. Por um Novo Direito Autoral. Disponível em: www.direitogv.com.br.

MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). *História do Brasil – Centro de Informações*. Disponível em: <http://portalmultirio.rio.rj.gov.br>.

PINTO, João Rocha. *Houve Diários de Bordo Durante os Séculos XV e XVI?* Revista da Universidade de Coimbra. Disponível em: books.google.com.br.

SANTORI, Adriano. *Literatura de Cordel – O Dia em que a Água Acabou*. Disponível em: adrianosantoricordel.blogspot.com.

letras.azmusica.com.br

letras.terra.com.br

literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com

www.aseac.com.br

www.cedae.com.br

www.cide.rj.gov.br

www.dbd.puc-rio.br

www.ecopress.org.br

www.educacaopublica.rj.gov.br

www.ibama.gov.br

www.marcillio.com

www.portalbaiadeguanabara.org.br

www.releituras.com

<http://pt.wikipedia.org>

Músicas citadas e seus autores

Descobridor dos Sete Mares – Gilson Mendonça e Michel

Do Leme ao Pontal – Tim Maia

Samba do Avião – Tom Jobim

O Tempo Não Para – Cazuza e Arnaldo Brandão

Um vai e vem de pessoas e de coisas

Lá vou eu... / Me levo pelo mar da sedução

Sou mais um aventureiro / Rumo ao Rio de Janeiro (...)

(...) no balanço das ondas... Eu vou / No mar eu jogo a saudade... amor

O tempo traz esperança e ansiedade / Vou navegando em busca da felicidade

Peguei um Ita no Norte

Demá Chagas, Arizão, Celso Trindade, Bala, Guaracy e Quinho



Sinopse

As águas sedutoras da Baía de Guanabara são o palco da ação histórica que se desenrola neste capítulo. Preocupados com a posse da terra, alvo da cobiça de outros povos europeus, os portugueses, a partir de 1530, organizaram expedições para efetivamente ocupar a terra. A fundação da cidade se insere nesse contexto.

Outra questão que se desenrola nesse cenário é a relação complexa entre portugueses e índios, além da presença da Companhia de Jesus. Diante da necessidade de tocar a lavoura canieira, a solução encontrada foi o uso de uma “mão de obra mais robusta”, posteriormente utilizada nas regiões mineradoras. Cada vez mais, se intensificaria um vai e vem de pessoas e de coisas pela Guanabara.

A letra do samba-enredo do Salgueiro *Peguei um Ita no Norte*, campeão do carnaval de 1993, narra a saga de inúmeras pessoas que, vindas de todos os cantos, entre sonhos e saudades, lançaram-se em aventuras ao longo do tempo pelos caminhos do novo ou do desconhecido.

Em meio às esperanças e às ansiedades, buscavam um outro destino que, talvez, alterasse o curso das suas vidas. O destino? Rio de Janeiro.

Nesse sentido, no ontem (pelo desconhecido) e no hoje (pelo almejado), dezenas de embarcações, dia a dia, deslizam pelo extenso litoral brasileiro, de porto em porto, até alcançar as águas “sedutoras” da Baía de Guanabara. Após enfrentarem uma viagem pelo mar aberto, encontram o abrigo e a proteção na região.

Mas nem só a beleza de aquarela tornou esse local tão procurado. O passar do tempo confirmou o seu valor estratégico. Além disso, revelou ser uma “porta” que conduziria ao litoral e às riquezas do interior.

O Rio de Janeiro, ao longo da sua história, constituiu-se em um importante palco onde múltiplas cenas se desenrolaram. Uma história que apresenta aos que dela participam inúmeros caminhos e possibilidades. Anônimos ou protagonistas exercitam seus papéis, com suas crenças, ideias e utopias; com os seus hábitos e costumes; ou através das suas formas de diversão e trabalho.

Realizariam os sonhos? Encontrariam a desejada felicidade? Voltariam, algum dia, ao porto de partida? Diante dessas questões, inúmeras respostas. Novas e outras perguntas.

Seria melhor, segundo o dito popular, “conhecer algumas perguntas neste mundo do que saber todas as respostas”?

A expedição de Martim Afonso de Souza

Mundo mundo vasto mundo, mais vasto é meu coração

Poema de Sete Faces

Carlos Drummond de Andrade

Quantos, ao longo do tempo, já percorreram este “vasto mundo”? Quantas histórias a contar... das pessoas e das coisas nessas viagens da vida e do sonhar. Assim como hoje, no passado essa movimentação era bastante intensa!

A colonização, aqui, dá continuidade às façanhas das Navegações, pois, a partir daí, entende o historiador Ilmar Rohloff de Mattos que “(...) criava a Colônia, um território e sua população submetidos à dominação política e jurídica de uma Metrópole. A colonização do vasto sertão sob a direção da Coroa portuguesa estabelecia uma relação colonial”. Colônias, entendidas como regiões submetidas ao poder de um Estado metropolitano, existiram em diferentes momentos das experiências históricas vividas pelos homens. E, em cada um desses momentos, a experiência da relação colonial assumiu um caráter particular, específico.

Nessa época, a colônia (terra do Brasil) era vista pela metrópole (o reino de Portugal) como um espaço que possibilitaria a realização dos interesses comerciais e religiosos — objetivos da expansão marítima. As novas terras “descobertas” seriam o território onde deveria ocorrer a expansão da fé e do império, aumentando o número de súditos da monarquia lusa e de fiéis para a Igreja de Roma. Assim se asseguravam o poder e o prestígio de Portugal no conjunto dos outros Estados modernos europeus. Além disso, os navegantes que enfrentavam seus temores e medos nas águas revoltas do Mar Oceano pretendiam controlar com exclusividade para o reino (monopólio) o comércio de todas as coisas que fossem encontradas, assim como os caminhos que a elas conduzissem.

Contudo, se isso era uma “verdade” indiscutível para uns, para outros a discordância era generalizada. Para o rei francês Francisco I (1494-1547), apenas os lugares “habitados e defendidos” pertenciam legitimamente a uma Coroa. Os demais seriam “de quem os tomasse”!

Conspirava-se. Nas cortes, nos atracadouros, pelas ruas e vielas, o burburinho corria solto. Tramava-se aqui e acolá. O que viria adiante?

Em 1530, com a intenção de realizar uma política de colonização efetiva, Dom João III (1502-1557) organizou uma expedição. Comandada por

Martim Afonso de Souza, a esquadra era composta por cinco embarcações. Bem armadas e bem aparelhadas, reunindo a bordo 400 almas – entre tripulantes e colonos. Mas qual seria a missão atribuída pelo rei, conhecido como O Colonizador, aos participantes dessa expedição?

wikimedia.org



Martim Afonso de Souza, capitão da primeira expedição colonizadora

As ordens eram claras: combater os “estrangeiros vis e infames”, penetrar nas terras (na direção sul – “Costa do Ouro e da Prata”) para procurar metais preciosos e, ainda, estabelecer núcleos de povoamento no litoral. Locais onde, objetivando dar visibilidade à soberania da Coroa, seriam fixados padrões e marcos de pedras, esculpidos com as armas portuguesas. Era uma forma de o Rei, apesar do oceano de distância, deixar claro quem era o dono daquelas terras!

No dizer de Ilmar Rohloff de Mattos, iniciava-se o “povoamento do ‘grande deserto’, as terras brasileiras. Para isso, traziam ferramentas, sementes, mudas de plantas e animais domésticos”. A ideia era a de “povoar para defender”, consolidando o poder da Coroa nas terras da América portuguesa. O rei entendia que a assinatura dos acordos internacionais com países europeus não lhe assegurava o domínio do novo

território. Era preciso agir antes que aventureiros ocupassem definitivamente a região. Defender era preciso. Povoar, também.

Com essa intenção, a expedição atravessa as águas atlânticas, navegando ao longo do litoral sul. Pelo caminho, adquire importantes conhecimentos geográficos, além de interceptar naus francesas, apreendendo uma “(...) com muita artilharia e pólvora, e (...) toda abarrotada de (pau) Brasil”. No dia 30 do mês de abril de 1531, sábado, Pero Lopes de Souza redige, em seu Diário de Navegação, que a expedição alcançava o Rio de Janeiro.

Seria o segundo registro sobre esse sítio. “Ao meio-dia se fez o vento do mar, e entramos dentro com as naus.”

A flotilha ficou ancorada na baía, “com muitos abrigos”. Penetrou-se um pouco na direção do interior, recolhendo-se notícias, anotadas naquele Diário, da existência de riquezas minerais em certo Rio de “Peraguay”. Foram fabricadas duas embarcações, além de ser erguida uma casa de pedra na foz do rio que os nativos chamaram de Carioca – “a casa de branco”. Possivelmente, a palavra teria surgido a partir de “oca” (casa) e “acará” (peixe de escamas grossas). Para os locais, talvez, o acará fosse um “entendimento”, uma comparação, com os capacetes e as armaduras utilizados pelos lusos. Outra interpretação associaria “oca” a “kara’iwa” (“homem branco”) – “casa do homem branco”, uma construção feita de pedra e cal desconhecida por aqueles povos de cultura ameríndia. Anotações que descreviam o lugar deslizavam através da pena do escrivão Pero Lopes, registrando os novos espaços físicos e sociais com que se deparava.

As preciosas informações, algumas com toques paradisíacos, contidas nesses diários de bordo e em relatos de viagens seriam utilizadas por dezenas de navegadores. Traduziam, além da utilidade potencial da terra para atender à política ultramarina do reino, um conhecimento acumulado e constantemente corrigido por conta das novas observações e das novas descobertas. E mais: essas seriam as primeiras informações em língua portuguesa sobre o local de que se tem notícia!

“A gente (...) é como da Baía de Todos os Santos; senão quanto é mais gentil gente. Toda a terra (...) é de montanhas e serras mui altas... Aqui estivemos três meses tomando mantimentos, para 1 ano, para 400 homens que trazíamos.”

Esse modo “gentil” tomou, com o tempo, contornos mais sutis. No dizer do escritor Millôr Fernandes, ser carioca é “essencial”! Bem-humorado, considera que (...) “o carioca, todos sabem, é um cara nascido dois terços no Rio e outro terço em Minas, Ceará, Bahia e São Paulo, sem falar em todos os outros estados, sobretudo o maior deles, o estado de espírito”.

Entendendo ser carioca como um “estado de espírito”, o poeta (mineiro) Carlos Drummond de Andrade assim se expressou: “Ser um contigo, ô cidade (...) que comigo repartes/ no incessante fazer-se, desfazer-se/ que um Rio novo molda a cada instante/ (...) um Rio amantiamado há 40 anos”.

No dia 1º de agosto, anota Pero Lopes em seu Diário, a partida da frota “deste Rio de Janeiro com vento noroeste”. Nesse primeiro momento, como era do interesse da Coroa portuguesa encontrar metais preciosos, a região da Guanabara, no dizer da historiadora Armelle Enders, ficou “negligenciada”. A expedição prosseguiu cumprindo a missão de que fora investida: velejou para o sul, indo até a foz do Rio da Prata. Fundou a primeira vila da América portuguesa: São Vicente (erguida no litoral paulista). Ali, distribuiu lotes de terras, cabeças de gado, ferramentas e sementes aos novos habitantes, além de dar início à plantação de cana-de-açúcar. Montou o primeiro engenho, o Engenho do Governador (no atual estado de São Paulo). Além disso, entrou em contato com degredados e náufragos, como Diogo Álvares Correia (1475-1557). Chamado de “Caramuru” (“homem trovão”, possivelmente pelo uso de arma de fogo), facilitou bastante a missão de Martim Afonso.

Vivendo com os nativos desde 1510, serviu de intérprete, além de fornecer valiosas informações sobre a terra e seus habitantes. Muitos historiadores consideram que esses homens foram fundamentais no estabelecimento da colonização oficial das terras portuguesas na América. Participaram ativamente, ainda que de forma

acidental, desse processo. A Coroa, reconhecendo tal importante papel, mais tarde chegou a atribuir-lhes funções oficiais.

Antes de retornar a Portugal, ainda em 1532, o capitão recebeu carta de Dom João III. Falava da sua intenção de implantar o sistema de Capitânicas Hereditárias e de designar Martim Afonso e seu irmão, Pero Lopes de Souza, como donatários. Fato concretizado em 6 de outubro de 1534, quando o comandante da expedição de 1530 recebeu do rei as capitânicas de São Vicente e do Rio de Janeiro. Era uma honraria concedida a um súdito! Porém, não era uma tarefa fácil administrar esse modelo de colonização adotado por Portugal. Os custos eram altíssimos, sem retorno imediato, além da necessidade de adaptação às condições climáticas e a um tipo de vida totalmente diferente do europeu.



Caramuru, tela de Ernesto Frederico Scheffel

Dificuldades não são situações apenas vivenciadas no hoje. Esses homens enfrentavam as questões relativas ao seu tempo. Percebendo esses obstáculos, o donatário Martim Afonso concentrou seus esforços na região de São Vicente, que entendeu ser mais favorável (por já ter vivido experiências de ocupação agrícola) que a do Rio quanto à prosperidade almejada. Fez alianças com grupos nativos e conseguiu reunir um número significativo de colonos naquelas terras. Contudo, os riscos e os perigos permaneciam vivos e latentes!

Prosseguiram, aqui e ali, rondando e ameaçando os planos da Coroa portuguesa.

Enquanto as plantações de cana se espalhavam e as moendas “rangiam contentes”, vertendo o

caldo açucarado, embarcações estrangeiras, em contrapartida, abarrotavam seus porões com cargas e mais cargas de pau-brasil pirateadas do Rio de Janeiro e retiradas da Mata Atlântica. Já nessa época, o desmatamento nessas encostas se fazia presente.

Corsários franceses, em especial, faziam seu ninho em terras cariocas. E, além disso, enfrentavam, atacando se necessário, as caravelas portuguesas que com eles cruzassem.

Alerta! Alerta!

Franceses à vista! A França Antártica

*Aviso aos navegantes
tem mais alguém aí?*

Aviso aos Navegantes

Lulu Santos

A mensagem enviada em 12 de maio de 1548 pelo fidalgo Pero de Góis – donatário da capitania de São Tomé – para o seu soberano era clara e alertava: a baía do Rio de Janeiro constituía a maior “escala de corsários”. Isso, contudo, não era um fato novo: há muito que os franceses navegavam pelo litoral da América portuguesa e pelo do Rio de Janeiro, em particular. Esse alerta era mais um entre tantos já enviados para Dom João III. Em outra correspondência, o irmão de Pero de Góis, Luís, avisava: “Se Vossa Alteza não socorrer rapidamente estas capitanias e a costa do Brasil, perderemos nossas vidas e nossas plantações, e Vossa Alteza perderá o país”.

Diante dessa grave situação, em 1548, El Rei busca outra estratégia, instituindo, através de um Regimento, o Governo Geral. Era uma ação ampla. Dava “favor e ajuda” aos donatários e centralizava a organização administrativa da América portuguesa. Nesse momento, não se tratava de acabar com as capitanias e muito menos com o sistema dos capitães donatários (representantes do rei nas terras do além-mar),

apesar de o governador ter assumido algumas funções que, anteriormente, eram desempenhadas pelos donatários.

O objetivo era o de lhes prestar apoio e coordenar esforços para que pudessem enfrentar os inúmeros problemas (novos e recorrentes), como o daqueles “renegados” franceses que, usando o caminho das águas, alcançavam as terras litorâneas, usurpando o que Portugal entendia como seu.

Os governadores, fidalgos da tradicional “nobreza de espada” que vieram servir à Coroa (recebedores, segundo muitos historiadores, de “menos honrarias” do que aqueles que serviam ao rei nos domínios, mais lucrativos até então, das Índias e do norte da África), não viveram tempos tranquilos por aqui e nem tiveram uma vida fácil.

Tomé de Souza (1503-1579), o primeiro deles, chegou em 1549 para cumprir a missão que recebera. Fundou a cidade de Salvador, a primeira nas terras da América portuguesa, localizada às margens da Baía de Todos os Santos, centro geográfico do litoral pertencente a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas. Conveniência, também, pela proximidade com os engenhos localizados na terra do frevo. Essa posição favorecia as capitanias, como almejava Dom João III. Nesse sentido, o governador agiu. Instalou engenhos, incentivando a criação de gado; estabeleceu vilas e cidades, fixando as pessoas nas terras.

Assim, dificultava incursões daqueles estrangeiros “vis e infames”.

Com o governador vieram padres jesuítas chefiados por Manuel da Nóbrega, encarregados da catequese dos indígenas e de consolidar, através da fé, o domínio do território pela Coroa lusa. Não sem motivo. As ações atribuídas ao Governo Geral foram importantes diante do momento pelo qual passavam as monarquias europeias: tempos do absolutismo e dos movimentos decorrentes do surgimento do protestantismo.

Se todos esses fatos aconteciam em áreas distantes das terras do sul, reafirmando a autoridade lusa e consolidando a colonização, na região do Rio de Janeiro, a desejada e esperada “ajuda” não acontecia.



Ataques e invasões se multiplicavam. A tal ponto que em 1552, segundo cita Armelle Enders, “(...) os tamoios, aliados aos franceses, mostraram-se suficientemente dissuasivos” quando impediram que Tomé de Souza desembarcasse na Baía de Guanabara. O governador, em Carta-Relatório (10 de junho de 1553) enviada ao rei, registra suas impressões: “Parece-me que V. A. deve mandar fazer ali uma povoação honrada e boa, porque já nesta costa não há rio em que entrem franceses senão neste, e tiram dele muita pimenta, e fui sabedor que um ano tiraram 50 pipas e tirarão quantas quiserem”.

Apesar de Portugal proibir o comércio com estrangeiros, acordos de paz assinados entre as monarquias europeias determinavam que “não se podia, em nenhum porto, negar hospitalidade às embarcações das nações amigas” que precisassem de reparos ou de acudir os doentes. Com essas alegações, muitas embarcações entravam porta adentro da Baía de Guanabara. A tripulação acolhida estava proibida de exercer qualquer tipo de comércio. Na prática, isso nem sempre era respeitado, e o contrabando corria livre, leve e solto, contando, dezenas de vezes, com a cumplicidade ou com a iniciativa de moradores.

Além da correspondência oficial, são inúmeros os relatos de viagens, roteiros e diários de bordo de marinheiros e comerciantes que, acolhidos nos portos, visitavam e descreviam vilas, cidades e seus habitantes.

A partir de finais do século XVII e durante todo o século seguinte, a capitania do Rio de Janeiro foi cada vez mais assediada por navios europeus que usavam esses argumentos de socorro e de ajuda para a sua tripulação.

Alertas não faltaram. A presença francesa espalhava-se, confirmando as notícias que o governo português recebia por variada correspondência...

Diante dessa situação de insegurança, possivelmente, muitos se perguntavam: O que estaria para acontecer?

Duarte da Costa (?-1560) foi o segundo indicado como governador-geral. Durante a sua administração, ocorreram inúmeras incursões de corsários de potências europeias - entre elas, a dos

franceses, “incansáveis inimigos de Portugal”, segundo a historiadora Maria Fernanda Bicalho. Em 1555, aportaram na Baía de Guanabara, com o objetivo de instalar um núcleo colonial que ficaria conhecido como França Antártica. Chefiados por Nicolau Durand de Villegagnon (1510-1571), pretendiam garantir a exploração do pau-brasil no litoral sul e conseguir um espaço onde os protestantes franceses pudessem exercer livremente sua religião. Fundaram o Forte de Coligny em uma ilhota rochosa que os locais chamavam de Serigipe (atual Ilha de Villegagnon). Dizendo-se “aliados”, fizeram amizade com os nativos, que guerreavam entre si e com os portugueses contra sua escravização. Não retiraram o gentio das suas tabas. Os franceses se estabeleceram em uma ilhota desprovida de água e até então abandonada. Estratégias...



<http://bn.digital.br.br>

Forte de Coligny, localizado na atual Ilha de Villegagnon

Era dura a vida desses franceses aqui. Relatos de viajantes, como os do franciscano André de Thevet (1502-1590) e os feitos por Jean de Léry (1536-1613), descrevem, por conta do tempo de permanência, a adaptação aos costumes indígenas, especialmente os alimentares. Léry comenta (*Voyage Faict en la Terre du Brésil*), por exemplo, o uso da rede de algodão, além de vários preparados feitos com mandioca. Narra o sabor que aprecia, embora lamente não serem próprios para fazer pão. Esse testemunho revela a dependência dos europeus em relação aos nativos não apenas na coleta do que a natureza ofertava. Espantoso era também constatar que os índios não estavam nada dispostos a reconhecer em Jesus

Cristo o seu Salvador. Ainda por cima, andavam, de um lado para o outro, “costumeiramente tão nus quanto saem do ventre da mãe”! Era um mundo diferente, estranho e inquietante.

Por aspectos outros, esses desconhecidos homens barbudos, que os ventos em rodopios por sobre as águas da Baía de Guanabara haviam trazido, causavam pasmo aos ameríndios... Nada fácil de entender, concluía.

Temores. Ou seria só o vento lá fora?

A fundação da cidade

Levantemos esta cidade que ficará por memória do nosso heroísmo, e de exemplo de valor às vindouras gerações, para ser a Rainha das Províncias e o Empório das riquezas do mundo.

Proclamação de Estácio de Sá
1º de março de 1565

Um passeio pelas ruas, hoje, do tradicional bairro da Tijuca (que, na língua tupi, significa “pântano”) é bastante convidativo. Ruas arborizadas, movimentadas por pessoas e por trânsito intenso. Comércio variado, praças, clubes e igrejas históricas traçam o perfil do local. Outro roteiro bastante interessante é caminhar pelo bairro do Flamengo. Considerado bastante residencial, tem como um dos pontos notáveis o conhecido Parque do Flamengo. A Urca, agradável localidade sombreada, à beira da Baía de Guanabara, convida à visita. Cercada por morros, praias e monumentos históricos e pelo mundialmente conhecido bondinho do Pão de Açúcar.

Bairros como tantos outros, guardam parte da história do Rio de Janeiro: na Igreja de São Sebastião, na Tijuca, encontra-se o marco comemorativo da fundação da cidade, além da lápide onde repousam os restos mortais de Estácio de Sá; no Parque do Flamengo, foi erguido o Monumento a Estácio de Sá – na antiga praia

chamada de Uruçumirim, onde ocorreu um enfrentamento definitivo contra os franceses em 20 de janeiro de 1567; na Urca, chama a atenção a Fortaleza de São João, entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar.

Locais e personagens. Faces da fundação da cidade iniciada em meio às disputas e aos confrontos pela posse da região. Coragem e destemor representavam seus papéis na cena dessa história. No centro do palco, as preocupações da Coroa lusitana. Mem de Sá, o terceiro governador-geral, conseguiria retomar para Portugal as terras ocupadas pelos franceses? A Guanabara assistiria às derradeiras cenas do embate entre aqueles homens?

Corações e mentes em dúvidas e em alerta nas terras separadas pelo Mar Oceano.

O governador-geral recebera missões bem definidas: atenuar os conflitos entre indígenas e colonos (pacificando a administração) e expulsar os franceses do Rio de Janeiro, erradicando a sua ocupação. Temores (reais e imaginados) diante da proximidade de qualquer embarcação estranha pontuavam o cotidiano daquelas pessoas que estavam no Rio de Janeiro. Fortes emoções estavam para acontecer.

Em 15 de março de 1560, a primeira expedição organizada por Mem de Sá ataca os franceses e destrói o Forte de Coligny, expulsando os invasores temporariamente da região da Baía de Guanabara. A falta de água doce acaba influenciando a fuga dos sitiados a bordo de canoas. Relatos descrevem números imprecisos dos participantes desse embate. O padre Manuel da Nóbrega, que desembarcara em 1549 com a missão de evangelizar os nativos e que presenciara os combates, calcula em 60 franceses somados a mais 800 índios, sobretudo tamoios. Para Mem de Sá, que enfrentava os entrincheirados “desclassificados”, seriam “116 franceses apoiados por mais de mil índios”.

Pontos de vista nem sempre coincidentes, diante das refregas acontecidas nas batalhas campais e naquelas travadas pelos interesses econômicos e religiosos. Muito estava em jogo. Afinal, dizem que quem conta um conto, aumenta um ponto.

A vitória que desmantela a Fortaleza de Coligny (dispersando seus derradeiros habitantes) não encerra a presença francesa na região. Os súditos do rei francês fogem para as matas que cercavam a baía, ocupando a Ilha de Paranapuã – atual Governador –, chamada de Ilha do Gato pelos reinóis. Também prosseguem as hostilidades dos tamoios contra seus inimigos portugueses e contra aqueles de outras tribos, como a dos tupiniquins.

Novos apelos de Nóbrega alcançam a Corte; relatos informavam a necessidade de ajuda. O que tinha sido conseguido até então pelo governador poderia não ter duração: “Esses franceses permanecem entre os índios e esperam socorro da França, sobretudo aqueles que pretendem estar aqui, a pedido do rei da França, para descobrir metais preciosos que existem neste país”. Em 1563, uma frota com reforços é enviada para o governador por Lisboa, já que os invasores contavam com o auxílio dos tamoios.

Em 1º de março de 1565, Estácio de Sá, reunindo todos os reforços com que poderia contar naquele momento, dentro da ideia de “povoar para defender”, desembarca cautelosamente em uma pequena faixa de terra (entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar) localizada estrategicamente à entrada da Baía de Guanabara. Uma área cujo desenho geográfico permitiria um melhor posicionamento defensivo contra invasores; ponto de articulação na costa atlântica com as rotas e feitorias das áreas sob a dominação portuguesa na África e na Ásia. Ali, na presença de representantes da Igreja de Roma (Nóbrega e Anchieta), funda a cidade “instalada sob a invocação de São Sebastião, padroeiro do rei de Portugal, Dom Sebastião”. Uma cidade de inspiração portuguesa e católica.

São Sebastião do Rio de Janeiro serviria, inicialmente, de base na luta contra os franceses e seus aliados indígenas. Até 1567, a região foi vivendo em meio aos enfrentamentos. A partir daí, alguns fatos importantes aconteceram. Chegaram outros reforços militares que, associados ao auxílio de indígenas (chefiados por Arariboia) adversários dos tamoios, definiram a situação. Os franceses, sem o apoio dos seus aliados – os tamoios, pacificados pela ação de Manuel da

Nóbrega e de José de Anchieta com a promessa de não serem mais atacados ou escravizados –, não conseguiram resistir, sendo definitivamente expulsos do Rio de Janeiro em uma batalha travada no dia 20 de janeiro. Estácio de Sá, atingido por uma flecha envenenada no decorrer da luta (no sopé do morro onde hoje está o Outeiro da Glória), não resistiu aos ferimentos.



Morte de Estácio de Sá, tela de Antônio Parreiras

Os portugueses, pondo fim às ameaças que pesavam sobre a região e (...) “porque naquele lugar não havia mais que uma légua de ruim água, e esta era pouca” (segundo Anchieta), decidem transferir, estrategicamente, sua localização mais para o interior da barra, para o Morro de São Januário, naquele mesmo ano. A área está a aproximadamente 60 metros de altura, dominando o sudoeste da baía, além de situar-se sobre os pântanos existentes na costa. Passando a ser chamado de Morro do Castelo, é fortificado, recebendo ainda casas de pedra e de taipa cercadas de fossos e de muros que completam o sistema de defesa. O núcleo primitivo da cidade começava ali, acrescido de uma escola jesuíta nos moldes europeus, além da igreja do padroeiro (1585).

Pedaços dessa história encontram-se vivos no agora – testemunhas do passado, do vivido...

O berço da cidade, onde surgiram as primeiras casas e igrejas, localizava-se na área da atual Praia de Fora, no terreno onde hoje funcionam a Fortaleza de São João e a Escola de Educação Física do Exército, na Urca. O Morro do Castelo desapareceu em 1922 por conta da reurbanização do local. Apenas alguns metros restaram,

localizados na Ladeira da Misericórdia. A colina escolhida por Mem de Sá transformou-se na Esplanada do Castelo, repleta de altas construções. A ilha onde foi erguida a fortaleza francesa, símbolo da ocupação, foi recoberta de concreto e ligada ao continente. Desde 1938, abriga os prédios da Escola Naval. Próximo a ela encontra-se o Aeroporto Santos Dumont, desde 1936. Também através da força das palavras, a emoção dos que viveram aqueles tempos pode ser recordada: “Quem poderá contar os gestos heroicos do Chefe à frente dos soldados, na imensa mata! Cento e sessenta as aldeias incendiadas, mil casas arruinadas pela chama devoradora, assolados os campos, com suas riquezas, passado tudo a fio de espada!”.

Versos de José de Anchieta – tido como o primeiro poema épico das Américas e o primeiro escrito no Brasil. Editado em Coimbra, em 1563.

Nem sempre bons amigos: portugueses e índios

*Quem me dera
ao menos uma vez
Como a mais bela tribo
Dos mais belos índios
Não ser atacado
Por ser inocente*

Índios

Renato Russo

Os primeiros europeus que alcançaram as terras que formariam a América portuguesa, pelos idos do século XVI, não encontraram esta região despovoada. Vários grupos distintos habitavam o Brasil no período da expansão ultramarina. O nome “índios” refere-se a uma forma genérica utilizada pelos europeus para chamar os nativos que encontravam.

Entretanto, essa denominação não designa um único povo. Eram centenas de nações indepen-

des, com línguas diferentes. Cada uma com história própria, organização social, habilidades e crenças religiosas peculiares. Cada uma com a sua própria cultura, os seus costumes, o seu jeito de ser e o seu próprio nome.

Os nativos transmitiam seus conhecimentos por meio da palavra. Não deixaram documentos escritos. Os europeus, diante do desconhecido, fizeram grande confusão tentando identificar cada grupo. Escreviam de formas diferentes, inventavam nomes que mudavam frequentemente. Um critério, então, que auxiliou a identificá-los foi o das línguas, que, se não eram idênticas, eram “aparentadas”, por terem semelhança e origem comum.

Na região do Rio de Janeiro, por exemplo, os portugueses encontraram os tupinambás (pertencentes à família de língua tupi ou tupi-guarani) espalhados em aldeias formadas por um número que variava de 500 a 3 mil indígenas cada.

Se, por um lado, esses nativos demonstraram resistência às vontades dos estrangeiros, por outro, foram aqueles com quem os lusos mais contaram nesses tempos. É mito acreditar que os aborígenes, nesta parte do Novo Continente, assistiram à ocupação da terra passivamente. Seria percebê-los como a antiga historiografia do século XIX: “povos sem história e sem futuro”.

Coragem e vontade estiveram no centro da cena histórica. O heroísmo, relatado nos documentos da época que engrandeciam os feitos dos “brancos”, foi o mesmo por parte dos ameríndios. Ambos verdadeiros. Cada um em defesa do que entendia como “seu”.

Os índios, antes uma “revelação” do estranho para os portugueses – descritos pelo escrivão Caminha como “resistentes, saudáveis e inocentes” –, diante das circunstâncias, passavam a ser vistos de uma forma menos fantasiosa. Conflitos, nas terras luso-tropicais, se estendem para além do campo da guerra. Desejando inserir o índio no processo de colonização, diante da “substituição do escambo pela agricultura”, no dizer de Florestan Fernandes, “os portugueses alteraram completamente seus centros de

interesse no convívio com o indígena”, que passava a ser visto como “um obstáculo à posse da terra, uma fonte desejável e insubstituível de trabalho e a única ameaça real à segurança da colonização”.

Interesses e desejos ficavam mais explícitos. Submetê-los (aliados ou inimigos) à escravidão, na base da força, dispendo “de suas pessoas, de suas coisas e de suas mulheres”, era a forma como os colonos encaravam a situação. Por outro lado, os jesuítas, cujas atividades, constantemente, contrariavam os interesses dos colonos, desejavam aculturá-los, trazendo-os para a convivência religiosa. Entretanto, os lados em questão concorriam para alcançar o mesmo fim: dispor dessa mão de obra nativa valiosa, reduzindo-a, nesses tempos, à dominação do europeu.

Mas a situação não era tão simples. A Coroa lusa, se considerasse os indígenas como súditos reais, entenderia não ser “legal e nem moral” escravizá-los. Porém, uma situação era o que deveria ser, outra era aquela que necessitava ser. A produção açucareira, lucrativa, crescia pelos idos dos anos finais do século XVI e do início do XVII, necessitando de um grande contingente de mão de obra. Não havia em Portugal grande oferta de trabalhadores em condições de emigrar para o Brasil.

Os anos entre 1540 e 1570 foram os do apogeu da escravidão indígena nos engenhos, especialmente os localizados nas capitanias de Pernambuco e da Bahia. A Coroa portuguesa, apesar de ter começado a criar em 1570 uma legislação para proibir a escravização indígena, deixou suficientes brechas na lei para não extingui-la de vez. Isso evitaria afetar a produção açucareira e reduzir os lucros de que tanto o erário necessitava.

O regime de trabalho nos canaviais era estafante e árduo. A influência da Igreja era tão significativa que seus representantes em terras ultramarinas pressionaram a Coroa e conseguiram que os senhores dessem folga aos índios aos domingos, com o objetivo de que assistissem à missa. Mas, esgotados pelo ritmo de trabalho, eles preferiam descansar ou ir caçar e pescar, como forma, também, de suplementar a sua alimen-

tação. Muitos senhores não atenderam a essa determinação régia, e os índios continuaram trabalhando aos domingos e dias santos. Tentando resolver essa situação, os jesuítas intensificaram as ações contra a escravidão, promovendo intenso programa de catequização nos pequenos povoados e nas aldeias da região. Não sem intenções e interesses.



wikimedia.org

Escravos em moenda mortátil, de autoria de Jean-Baptiste Debret

Nas terras da América, onde reluzia o brasão da Coroa portuguesa, a sombra da cruz fincada em nome da Igreja de Roma pelos missionários se alongava para muito além do desenho que ela projetava no chão.

A serviço da fé: a Companhia de Jesus nas terras dos tupinambás

“O padre visitador (...), no dia de Reis, celebrou (...) uma missa cantada, executada pelos índios com suas flautas: ele casou alguns e deu comunhão a outros. Eu batizei somente dois adultos, pois todos os outros eram cristãos.”

Essas são palavras do padre Fernão Cardim (1549-1625) que narram o sucesso da catequese entre os nativos. Segundo entende o historiador Boris Fausto, “as ordens religiosas tiveram mérito de tentar proteger os índios da escravidão imposta pelos colonos”. Prossegue considerando

que, apesar disso, “não tinham qualquer respeito pela cultura indígena”. O padre Manuel da Nóbrega, por exemplo, chegava a duvidar de que os nativos fossem pessoas. Dizia que “índios são cães em se comerem e matarem”. Referia-se, provavelmente, aos “índios inimigos” – como os tamoios – que matavam e “moqueavam” seus prisioneiros condenados à morte. Os portugueses distinguiam, e muito bem, os índios aliados, reunidos em aldeamentos, daqueles espalhados pelo sertão. A estes o tratamento dispensado era muito diferenciado.

O que as ordens religiosas que atuavam nas terras da América portuguesa, e no Rio de Janeiro, principalmente a Companhia de Jesus, realizavam relacionava-se diretamente às suas concepções missionárias. Transformar os índios pagãos em “bons cristãos” era uma piedosa missão, entendiam os jesuítas. Isso demandava um esforço considerável, reunindo-os em pequenos povoados ou aldeias, para que adquirissem hábitos de trabalho e de viver como os dos europeus. Criavam “um grupo de cultivadores indígenas flexível às necessidades”, conclui Boris Fausto.

historialins.blogspot.com



A catequese de indígenas pelos jesuítas

Nesses aldeamentos jesuíticos, os nativos eram educados para viver como cristãos. Significava a imposição de outra cultura. Essa ação, além da diferença quanto às crenças religiosas, destribalizava, violentando aspectos fundamentais na vida e na mentalidade dos índios, como o trabalho na lavoura, considerado uma atividade exclusivamente feminina.

Enfrentando as dificuldades, lutaram pelas terras em que viviam e pela liberdade que, repentinamente, lhes era arrebatada. Resistiram às formas de sujeição ora pela guerra, ora pela fuga ou pela insistente recusa ao trabalho imposto. Conhecedores da região, levavam vantagem considerável. Imensa desvantagem, por outro lado, frente às epidemias. Vítimas de sarampo, varíola, gripe – doenças para as quais não tinham desenvolvido imunidade biológica. Dados citam que, entre 1562 e 1563, morreram mais de 60 mil nativos por conta de epidemias. Não por acaso, ouvia-se no reino, na metrópole, os ecos de resmungos vindos da colônia.

O que podia parecer sobre quase nada, na verdade, era sobre quase tudo.

Canaviais e engenhos: a presença da “mão de obra robusta”

Engenho de Dentro

*Quem não saltar agora
Só em Realengo*

Engenho de Dentro

Jorge Ben Jor

Bairros do Rio de Janeiro que começam com a palavra “Engenho” estão associados ao ciclo do açúcar. Após a fundação, passada a fase que o professor Delgado de Carvalho chama de “reconquista” (dos franceses), a cidade, no final do século XVI e princípio do XVII, vivia outros desafios. O religioso franciscano Vicente do Salvador (1564-1635) registra esse momento dizendo que “estando a terra de paz, se estendeu pelo val, ao longo do mar, de sorte que a praia lhe serve de rua principal”.

Os vales e as meias encostas foram, aos poucos, sendo ocupados pela monocultura açucareira. No final do século XVI, eram seis engenhos na região onde hoje se localiza a Floresta da Tijuca.

Duzentos anos depois, existiam 120. Engenho Novo, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro são exemplos dessa atividade econômica bastante intensa naqueles tempos. A letra da música de Benjor refere-se ao fato de que o trajeto da Estrada de Ferro Central do Brasil (antes chamada de Dom Pedro II) inclui a estação do Engenho de Dentro. Com humor e poesia, relembra os tempos em que utilizava tal transporte, avisa a chegada àquela parada. Desembarque perdido? Então, somente na próxima: Realengo.

Na baixada, entre os morros mais próximos (Castelo, São Bento, Santo Antônio e Conceição), expandiam-se por Tijuca, Laranjeiras, Gávea e Andaraí as lavouras da cana-de-açúcar. Engenhos ganhavam importância, como o Engenho D'El Rey, pertencente à Coroa lusitana, construído em 1576 pelo governador Antonio de Salema. Localizado perto da lagoa que ganharia, posteriormente, o nome do seu proprietário: Rodrigo de Freitas. Outros engenhos, como o localizado na Ilha do Governador, produziam açúcar e aguardente.

No final do século XVI, dados estimam uma população de 3.850 almas: 3 mil índios “amigos”, 750 reinóis e aproximadamente cem africanos. A qualidade da terra da capitania do Rio de Janeiro propiciava o desenvolvimento agrícola. O comerciante português Gabriel Soares de Souza (1540-1591) registrou, nas páginas do chamado *Tratado Descritivo do Brasil*, em 1587, que “neste Rio de Janeiro se podem fazer muito engenhos por ter terras e águas (...) e é muito farto de pescado e marisco, e de todos os mantimentos que se dão conta na costa do Brasil: onde há muito pau do Brasil, e muito bom”.

A necessidade de tocar as lavouras e impulsionar as moendas era cada vez mais urgente. Os engenhos reais movimentavam-se pela força da água. Muitos, entretanto, dependiam do uso da força dos bois ou dos escravos – comparados, dessa forma, ao gado. Urgia encontrar soluções diante da “rarefação dos índios inimigos” e das “pressões dos jesuítas”, que incitavam a buscar na África “uma mão de obra considerada mais robusta”, escreve Armelle Enders.

Desde que começaram a percorrer o litoral da África, a partir das chamadas Grandes Navegações, os portugueses haviam iniciado o tráfico de africanos. Nas últimas décadas do século XVI, esse comércio possuía contornos definidos, e a sua lucratividade era reconhecida. Os cativos, por sua vez, não aceitaram passivamente a situação que lhes era imposta. Desde os primeiros tempos, fugas e agressões contra os opressores fizeram parte das relações cotidianas entre os senhores e os escravos. Os quilombos – redutos daqueles que escapavam da escravidão – existiram em grande quantidade. Inclusive, no Rio de Janeiro. O bairro do Leblon tem parte da sua história associada a um deles. No final do século XIX, às vésperas do dia 13 de maio de 1888, o comerciante português José de Seixas Magalhães adquiriu terras nessa localidade, na época, bem distante do centro nervoso do Rio de Janeiro. Nessa chácara, cultivava flores diversas com o auxílio de escravos fugidos, formando o Quilombo do Seixas. Simbolicamente, consta que a camélia passou a ter um significado especial para os abolicionistas e que, no dia da assinatura da Lei Áurea, a Princesa Isabel teria recebido uma braçada dessas flores. Histórias e mais histórias pelos cantos e recantos da cidade...

Muitos africanos eram oriundos de sociedades que conheciam o trabalho com o ferro e a criação de gado. Existia, também, a ideia de que resistiriam melhor que os nativos às difíceis condições de trabalho e às epidemias. E mais: havia recursos acumulados pelos portugueses através do trabalho escravo a que haviam submetido os índios. Por conta dessas características, os africanos eram vistos como mão de obra “superior” se comparada com a dos ameríndios. As lavouras açucareiras, assim como os engenhos, logo teriam predominantemente o trabalho dos negros. A cidade receberia, sobretudo, grupos oriundos de Angola, trazidos maciçamente no decorrer da última década do século XVII. O Rio de Janeiro vai se transformando em um porto negro.

Durante quase todo o século XVII, a cidade tem características agrícolas. Aos poucos, rompe os limites do morro onde Mem de Sá a localizara e “desce para a várzea”, espalhando-se pelos “va-

les apertados entre os montes”. Ruelas se interligavam, levando quem por elas passasse – a pé, levado por cavalos, burros ou em carros de bois – até os templos e conventos que expressavam o espírito religioso daqueles tempos. Também ao Paço ou ao Mercado de Peixe situado à beira do cais. A partir delas, surgem as principais ruas do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Salvador Correia de Sá, desejando povoar rapidamente a cidade que governava, concedia aos novos habitantes – famílias originárias que iam constituir o núcleo populacional – o direito de “edificar onde bem lhes parecesse, sem ônus algum”.

wikimedia.org



Mosteiro de São Bento, no Centro do Rio

As casas urbanas, contemporâneas dos engenhos, eram residências simples, térreas, que aos poucos aumentavam a sua fachada, abrindo portas para o comércio. A praticidade era o ponto fundamental nessas construções. Esse modelo vai permanecer por longo tempo, atendendo às necessidades da colônia essencialmente rural, mas que necessita das cidades, especialmente as litorâneas, para acumular, negociar e escoar produtos como açúcar, cachaça, farinha de mandioca, madeira, peixe salgado e óleo de iluminação. A distribuição da água por meio de fontes e de chafarizes favorece, mais ainda, a expansão da cidade.

Nesse período, chegavam padres de diversas ordens religiosas: beneditinos (em 1589), que em 1590 fundam o Mosteiro de São Bento; carmelitas (1590); e franciscanos (1592). Cada ordem

recebia doações públicas e de particulares, por exemplo, para seu sustento ou para as atividades de atendimento aos fiéis. A arquitetura da cidade ficou caracterizada pela construção de igrejas erguidas com esses recursos.

Os habitantes do Morro do Castelo desciam lajeiras como a da Misericórdia e a da Ajuda para alcançar a planície. Apenas da primeira resta um pequeno pedaço, que, se hoje não leva mais ao antigo trajeto, conduz a imaginar os primórdios do dia a dia da cidade.

Pelas ruas e vielas, o vai e vem de pessoas e de coisas se intensificava.

Os caminhos e os (des)caminhos do ouro

Nem tudo o que reluz é ouro.

Sabedoria popular

Logo que as notícias se espalharam sobre a descoberta de metais preciosos, a Coroa portuguesa respirou aliviada frente às possibilidades de amenizar, ao menos momentaneamente, a crise financeira e econômica que vivenciava. Confirmava-se a opinião de muitos que acreditavam existir metal precioso na América portuguesa como havia na América espanhola. Novos interesses e outras atenções passaram a ser dispensados para as capitanias do sul, onde as possibilidades de riqueza eram extremamente mais favoráveis.

A sede por reunir rapidamente fortuna atrai para as regiões meridionais um incontável número de pessoas. Ávidos aventureiros, ou não, dirigem-se para os sertões do planalto, para “além das serras”, segundo Vivaldo Coaracy, em busca do “Eldorado”. No início do século XVIII, informado sobre os acontecimentos naqueles sertões distantes, o jesuíta André João Antonil (1649-1716) observou que “a cada ano vêm nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôn-

cavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios (...). A mistura é de toda condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa”.

O ouro encontrado era, em grande parte, de aluvião. Depositado nos cursos das margens dos rios, riachos e terrenos superficiais, não exigia técnicas específicas, grandes investimentos nem pessoas especializadas para a sua extração. Por conta disso, explica-se a corrida desordenada para a região das descobertas, que ficaria conhecida como “Minas Gerais” – assim chamada por reunir diferentes jazidas. Dizia-se, então, que nas Minas não havia justiça, nem governo, apenas “montanhas de ouro”.

Fiscalizar e controlar, evitando os “descaminhos do ouro”, não era tarefa fácil. Dificuldades pontuavam por todo lado. A região mineradora encontrava-se no interior, em um território cercado por serras e matas. Para tentar diminuir o contrabando, foram montadas barreiras nos caminhos: de São Paulo a Minas Gerais, passando pelo Rio de Janeiro, chamado de Caminho Antigo; do Rio de Janeiro para Minas Gerais, denominado Caminho Novo; e o que ligava Bahia a Minas Gerais, conhecido como Caminho do Sertão Geral.

Porém, não aconteceu o efeito desejado, já que os contrabandistas sempre achavam uma forma de evitar a fiscalização. Outras medidas foram tentadas, como, por exemplo, a cobrança de tributos de acordo com o número de escravos que o minerador possuísse – a “capitação”. Isso gerou diversas queixas, até a revogação da mesma, pois a quantidade de cativos não significava, necessariamente, a extração de grande quantidade de ouro.

Nos primeiros momentos, o Rio de Janeiro deparava-se, somente, com inconvenientes dessa descoberta. Gêneros aumentavam de preço e a mão de obra rareava diante da corrida na direção da região das minas. Ocupando posição estratégica no litoral sul, na Baía de Guanabara,

a povoação cresce como região portuária e comercial. No século XVIII, com o desenvolvimento da mineração, essa situação já não é a mesma.

O porto do Rio de Janeiro torna-se o principal centro exportador e importador, por onde saem ouro e diamantes e entram escravos e manufaturados, entre outros produtos. Além disso, a necessidade de otimizar a arrecadação de impostos na região mineira, o aumento do contrabando e a maior proximidade com a Bacia do Prata, objeto do desejo da monarquia portuguesa, explicam a transferência da sede do governo da América portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763.

Ambições, desejos e vontades se espalhavam pelas almas das pessoas daqueles tempos, em busca do que parecia não ter fim. Todos na mesma direção. Entretanto, nem tudo o que brilhou e rebrilhou era ouro. A riqueza tão almejada nem sempre era alcançada. Será que alguém teria dito “agora eu sei”?

Invasões francesas: o retorno (1710 e 1711)

Há muito tempo nas águas da Guanabara...

O Mestre-Sala dos Mares

João Bosco e Aldir Blanc

Era o ano de 1711. Protegido por um forte nevoeiro, o corsário francês René Duguay-Trouin transpôs a barra da Baía de Guanabara. Invadiu a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, pondo em risco a vida de seus habitantes, contestando o domínio do rei de Portugal sobre o porto do Rio de Janeiro e ameaçando avançar sobre a região das Minas, ainda sob precário controle das autoridades portuguesas.

Duguay-Trouin alegava, como pretexto, estar vingando Duclerc – outro corsário francês que, no ano anterior, pagou com a vida a tentativa de ocupar a cidade. Situação que dessa vez, porém, foi diferente. Em pânico, diante da poderosa esquadra francesa composta por 18 embarcações bem armadas, que transpuseram a entrada da baía tida como “inexpugnável”, o governador Francisco de Castro Morais ainda tentou resistir, sem sucesso. Rumores circulavam dizendo que não havia como enfrentar o ataque. O pavor tomou conta das milícias, que desertaram e, tal qual a população, fugiram sem esperar o auxílio militar que vinha das Minas. Duguay-Trouin saqueou a cidade e ainda impôs a seus moradores um oneroso resgate: 610 mil cruzados, cem caixas de açúcar e 200 bois.

commons.wikimedia.org



René Duguay-Trouin, corsário francês

Quando Duguay-Trouin partiu, muitos dos habitantes do Rio de Janeiro voltaram a comentar que, se aquela “porta” da cidade que se abria para o mar favorecia a entrada de notícias, pessoas e mercadorias – como escravos negros –,

permitia também a entrada de forasteiros, doenças e corsários, provocando-lhes medo.

Após esse episódio, o governo português planejou uma reforma no sistema defensivo do Rio de Janeiro, além de reforçar as fortalezas já existentes. O projeto, que idealizava a construção de muralhas em volta dos principais morros no entorno da cidade, não agradava à população. As obras se arrastaram e acabaram esquecidas pelas autoridades. Depredada, desapareceria aos poucos da paisagem no decorrer da segunda metade do século XVIII.

Entretanto, para o arquiteto Nireu Cavalcanti, esse cinturão foi um marco urbanístico, “pois definiu a área central e o seu perímetro urbano (...) passando a área exterior a ela a ser categorizada como arrabalde ou subúrbio”.

Afinal, o que os habitantes da cidade não podiam imaginar é que os ataques de corsários franceses não se repetiriam. Depois de 1711, não mais ocorreram incursões de corsários e invasões estrangeiras no litoral brasileiro.

Questões, entre inúmeras outras, que necessitavam de soluções. O que fariam os homens daqueles tempos? Quais seriam as escolhas daqueles que viviam em Portugal e daqueles que na América portuguesa permaneceriam? Quais as notícias que cruzariam o Atlântico? De lá para cá e daqui para lá?

E a cidade dedicada a São Sebastião? Quantas mudanças desde a sua fundação...

As cidades, inúmeras vezes, podem ser admiradas como livros que registram seus mistérios, seus desafios, suas descobertas, seus avanços. Transformações que acontecem ao longo do tempo, no interior das mesmas. Pelas vielas, pelos becos, pelas ruas e pelas praças abrem-se verdadeiras janelas do mundo por onde se espiam os costumes da época... A vida. O tempo passa, mas as histórias ficam, sobrevivendo, segundo Jacques Le Goff, pelas escolhas, por exemplo, daqueles “que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”. Então, folheando as páginas desse “contar”, pelos idos do século XVIII, a cidade do Rio de Janeiro seria um lugar de “estar”?

*Todos os dias é um vai e vem (...)
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar*

Encontros e Despedidas

Milton Nascimento e Fernando Brant

Nesse vai e vem de pessoas e de coisas, quantos chegaram? Quantos se foram? Quantos ficaram aqui – hoje (ontem) – neste mesmo lugar?

Conceitos-chave

- A expedição de Martim Afonso de Souza
- Franceses à vista! A França Antártica
- A fundação da cidade
- Nem sempre bons amigos: portugueses e índios
- A serviço da fé: a Companhia de Jesus nas terras dos tupinambás
- Canaviais e engenhos: a presença da “mão de obra robusta”
- Os caminhos e os (des)caminhos do ouro
- Invasões Francesas: o retorno (1710 e 1711)

Para usar em sala de aula

- Partir da discussão sobre o tema “O que você levaria em uma viagem de barco pelo Oceano Atlântico?”. Elaborar com os alunos uma lista dos elementos mais importantes. A seguir, realizar uma comparação com os itens embarcados na expedição de 1530. Com esse material, confeccionar um mural chamado “Página de um diário de bordo”.

- Começando por uma apresentação (com imagens) sobre o viver dos nativos que os portugueses aqui encontraram, dividir a turma em grupos e propor a montagem de uma revista ilustrada, que abordará temas como a divisão de trabalho, os artefatos, o artesanato, as habitações, etc.
- Contrastando ideias sobre o passado e sobre o presente, pesquisar imagens que serão organizadas em formato de postais, retratando construções (moradias, igrejas, etc.) erguidas em épocas diferentes e que contam a história da cidade do Rio de Janeiro.

Para visitar

- Fortaleza de São João
- Fortaleza de Santa Cruz
- Museu do Índio
- Igreja Nossa Senhora de Bonsucesso
- Igreja de Santa Luzia
- Igreja de Santa Cruz dos Militares
- Igreja de São Sebastião (Capuchinhos)
- Mosteiro de São Bento

Bibliografia

Livros

ABREU, Brício (coord.). *Revista O Cruzeiro*. Edição Comemorativa do IV Centenário. Rio de Janeiro, 1965.

CARVALHO, Delgado de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Divisão de Edição e Circulação C/DGDI, 1994.

CASTRO, Therezinha de. *História Documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII. Raízes e Trajetória*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica Editora, 2009.

DUNLOP, Charles. *Os Meios de Transporte do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1972.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

FERRAZ, Antonio Leoncio Pereira. *Terra da Ibirapitanga*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I: A Época Colonial, Livro Segundo: A Terra e a Gente. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

MATTOS, Ilmar Rohloff de et al. *Brasil uma História Dinâmica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (org.). *Rio de Janeiro – Cinco Séculos de História e Transformações Urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, 2010.

PRIORI, Mary Del; VENANCIO, Renato. *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, Willian Seba Mallmann. *500 Anos da Casa no Brasil – As Transformações da Arquitetura e da Utilização do Espaço de Moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VIANNA, Helio. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1970.

Web

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império – O Rio de Janeiro no Século XVIII*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

BICALHO, Maria Fernanda. *Temor, Cumplicidade e Sedução: Relações entre Franceses e Portu-*

gueses no Brasil Colonial. Disponível em: www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. Disponível em: www.taquiprati.com.br.

LUCIANI, Fernanda Trindade. *Fernão Cardim (1540-1625)*. Disponível em: www.brasiliana.usp.br.

MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). *História do Brasil*. Disponível em: <http://portalmultirio.rio.rj.gov.br>.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores – Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Disponível em: www.ifch.unicamp.br.

<http://fmanha.com.br>

<http://letras.terra.com.br>

<http://oglobo.globo.com>

www.marcillio.com

www.memoriaviva.com.br

www.portalsaofrancisco.com.br

www.releituras.com/millor

<http://pt.wikipedia.org>

Músicas citadas e seus autores

Peguei um Ita no Norte – Demá Chagas, Arizão, Celso Trindade, Bala, Guaracy e Quinho

Aviso aos Navegantes – Lulu Santos

Índios – Renato Russo

Engenho de Dentro – Jorge Ben Jor

O Mestre-Sala dos Mares – Aldir Blanc e João Bosco

Encontros e Despedidas – Milton Nascimento e Fernando Brant



DAS TERRAS

O ano de 1763 é elencado como marco para a mudança do eixo administrativo da América portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro. Esse ato da Coroa portuguesa constitui-se na mola propulsora de transformações na cidade e no seu entorno: uma verdadeira espiral de mudanças sociais, políticas e econômicas.

A partir desse momento, acreditamos que a cidade do Rio de Janeiro contorna o seu perfil de centro econômico, administrativo e cultural.

A chegada da família real portuguesa, em 1808, vai dinamizar esse processo.

Aqui neste mesmo lugar... O tempo dos vice-reis

Vista assim do alto

Sei Lá, Mangueira

Paulinho da Viola e Hermínio Bello de Carvalho



Sinopse

O lugar em que se vive o cotidiano é a base da identidade do coletivo que tanto afeta o indivíduo. Neste capítulo, o lugar é a cidade do Rio de Janeiro no século XVIII e o tempo é de reis: dos vice-reis. Nesse momento, lançaremos diferentes olhares pelos quatro cantos da cidade. A partir do Centro histórico (onde tudo começou), descenderemos as ladeiras do Morro do Castelo e percorreremos a várzea. Acompanhando a trilha da ramificação da água que supria os vários chafarizes da cidade, entenderemos o seu processo de expansão.

Definindo o que se olha, por que se olha e de onde se olha o Rio setecentista, poderemos entender o papel e o lugar desempenhados pela cidade dentro da estrutura daqueles tempos. O ouro extraído na região das Gerais tinha o seu escoamento pelo porto da cidade, e a posição estratégica nas rotas comerciais do Atlântico Sul confere ao Rio de Janeiro maior importância e centralidade.

Nesse contexto, o Rio se transforma no centro econômico e administrativo da América portuguesa, conquistando o papel de sede do Vice-Reinado, em 1763.



Lugares e pessoas podem ser observados por ângulos diversos, dependendo das escolhas, das possibilidades, definindo-se o que se olha, por que se olha e de onde se olha. Daquele ponto ou ângulo escolhido: o foco. Daquilo que o sentimento, a vontade e a emoção pretendem observar, refletir e meditar.

Contemplar, por exemplo, a Cidade Maravilhosa com sua baía monumental, com a curva sinuosa e envolvente do seu litoral; ampliar a visão para as suas montanhas de pedra lisa ou recobertas ainda pela vegetação da Mata Atlântica enfeitada em verdes intensos, delicados ou profundos é, realmente, deparar-se com um cartão-postal que, em imagem, cruza o mundo. Em prosa, em verso e em melodia também: “Rio de Janeiro, braços abertos sobre a Guanabara”.

A história aponta versões de um possível “engano” cometido pelos navegadores que, no século XVI, alcançaram a região através das águas...

Se pudessem observar o local – às margens da Baía de Guanabara – por outro ângulo, do alto, em voo panorâmico, talvez a cidade não tivesse recebido o nome que lhe foi atribuído naquele janeiro: Rio – Rio de Janeiro.

Ender – c. 1817



Baía de Guanabara vista do Corcovado, de autoria de Thomas Ender

Se ontem esse pedaço da América portuguesa guardava a promessa de ser o “Éden” – fonte de incontáveis riquezas almejadas –, hoje, apesar dos problemas enfrentados, permanece inconfundivelmente belo.

“O Rio de Janeiro continua lindo”: verso de Gilberto Gil.

E mais que isso. Na cidade, estão presentes inúmeras dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais que se entrelaçam em variados aspectos.

Segundo o escritor Carlos Heitor Cony, a natureza desta cidade é tão bela que “nem os homens conseguiram desfigurar, nem as nuvens são capazes de esconder”.

O Rio é mesmo assim... “maravilha mutante”...

E as pessoas que vivem, que passeiam, que circulam pela cidade? Cariocas, mineiros, paulistas, gaúchos, baianos, amazonenses... Homens e mulheres transitando pelos lugares que fazem o Rio: calçadas, ruas, túneis, ladeiras, praças, praias. Apressados ou nem tanto... Trabalhando, criando, produzindo, sonhando no Rio de Janeiro, pelo “Rio carioca” afora que “continua sendo” em fraternal abraço coletivo...

Bem-vindos! Todos acolhidos e abençoados pelo Cristo Redentor – no mundo moderno: “que maravilha”!

Fernanda Abreu, poeticamente, registra: “Rio, cidade viva/ Seu corpo abriga a alma coletiva/ Que pulsa que dança e encanta/ Num paradoxo desconcertante”. Prossegue: “Rio, quão mais distante avisto/ Lá, até onde a vista alcança/ Mais poderosa a imagem/ Mais reveladora a viagem”.

Então, o convite, agora, é viajar por esta cidade no tempo de reis. Dos vice-reis.

Pelos quatro cantos da cidade

É como se a cidade fosse um imenso alfabeto com o qual se montam e desmontam palavras e frases.

O que É Cidade?

Raquel Rolnik, arquiteta

Ser um morador da cidade não é uma mera questão de endereço. É, antes de mais nada, viver coletivamente. Ser capaz de decifrar os có-

digos (letras) desse alfabeto que permite uma leitura dos diferentes locais por onde passamos. O lugar em que se vive o cotidiano (o bairro) é a base da identidade do coletivo que tanto afeta o indivíduo. Com essa compreensão, diz o geógrafo Milton Santos: “Os lugares (...) podem ser vistos como um intermédio entre o mundo e o indivíduo”.

Morar no Rio de Janeiro é... estar perto da praia, da montanha; dos parques, das lagoas, nos fins de semana e feriados. É também... enfrentar os engarrafamentos do dia a dia; sofrer com todas as dificuldades que são notícias de jornal.

Muitas vezes, andar por uma grande cidade é ter a sensação de estar no meio do caos. Por isso, o arquiteto carioca Carlos Nelson Ferreira dos Santos afirma: “A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta”.

“Decifra-me ou te devoro”, impõem as cidades. Como uma esfinge, em uma desordem organizada, elas propõem enigmas que ajudam a desvendar seus mistérios e encantos.

O Rio de Janeiro também apresenta os seus desafios e seduz com suas belezas. Decifrá-lo necessita de uma leitura mais atenta, para descobrir suas características e conhecê-lo “por dentro”.

Para entender melhor o interior de uma cidade, em primeiro lugar é preciso observar o local sobre o qual ela foi construída, o seu “chão”. No caso do Rio, dois anos depois da fundação, a cidade foi transferida para o alto do Morro do Castelo e, aos poucos, ocupou a baixada (pantanososa, cheia de charcos e mangues). Expandiu-se através do arrasamento de morros e da construção de túneis e aterros, ganhando terras ao mar. Outro aspecto importante para conhecer melhor este espaço urbano e entender o seu crescimento é a sua posição geográfica. No caso do Rio de Janeiro, a localização – no interior de uma baía – foi determinante para a escolha feita por Portugal: fundar neste local uma cidade.

Nesse “mergulho”, querendo entender melhor a “alma carioca”, uma reflexão se propõe. O que se faz na cidade? Como ela está organizada para isso?

Um passeio pelos quatro cantos da cidade revela que alguns bairros ou áreas têm o predomínio de certas atividades. Em alguns, temos muito comércio; em outros, muitas fábricas ou uma zona portuária. Isso significa que cada parcela do espaço urbano abriga atividades econômicas que não são sempre as mesmas, que identificam cada área ou zona dando a elas uma fisionomia, uma alma bafejada pelo mar e iluminada pelo sol...

*Vento do mar e o meu rosto no sol a
queimar, queimar
Calçada cheia de gente a passar e a me
ver passar*

Valsa de uma Cidade
Ismael Netto e Antônio Maria

Onde tudo começou: o Centro

*Era a recordação, a saudade do
passado começo.*

João do Rio, cronista e teatrólogo

A área central da cidade corresponde, normalmente, ao seu Centro histórico, o local onde começou a aglomeração e a partir do qual ela se expandiu.

Com São Sebastião do Rio de Janeiro não foi diferente. Fundada entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, o arraial de precárias casas de pau a pique sobre uma pequena praia foi o começo de tudo.

Em 1567, derrotados os franceses, Mem de Sá reuniu os “homens bons” (os únicos que podiam votar e ser eleitos para cargos públicos), decidindo, com objetivos estratégicos, transferir a cidade da região da Urca para um sítio “de um grande mato espesso cheio de árvores grossas” e que permitia uma visão estratégica da entrada da Baía de Guanabara. Chamaram-no Morro do Descanso ou de São Januário, mais tarde conhecido como do Castelo.



Hoje, um olhar cuidadoso nesse pedaço da cidade “permite que o próprio espaço se encarregue de contar a sua história”, afirma a arquiteta Raquel Rolnik. Construções como o Mosteiro de São Bento, os Arcos da Lapa e o Chafariz do Caminho da Glória (situado na Rua da Glória, entre a Candido Mendes e a Conde de Lage); e ruas que tiveram sua origem nos primeiros caminhos traçados em direção às várzeas, como a Ladeira da Misericórdia e a Rua Direita, hoje Primeiro de Março.

Pinacoteca do Estado de São Paulo



A Rua Direita, atual Primeiro de Março, no Centro do Rio

Atualmente, o Centro da cidade é o resultado da mistura de grandes arranha-céus e largas avenidas com construções que datam, muitas vezes, de quase cinco séculos. Milhares de pessoas circulam por ruas e praças, a caminho do trabalho ou em busca do comércio de lojas sofisticadas ou de áreas mais populares, que compõem a região do “Saara”. O Rio de Janeiro, chamado “a terra das lagoas e dos pântanos” e que escorreu morro abaixo e espalhou seus tentáculos pela várzea, cresceu. A “mui leal e heroica” cidade que ocupava o espaço drenado entre morros deu lugar a uma frenética metrópole. O Centro, que, no século XVIII, se estendeu em direção às terras da Glória, do Catete e do Rossio (hoje, Praça Tiradentes), pulsa cortado por linhas de ônibus, trens e metrô. Sem falar na Praça XV, de onde chegam e de onde partem as barcas que cruzam a não menos famosa Baía de Guanabara. O movimento no Centro da cidade é muito grande. Mas, à noite, o trânsito diminui, porque qua-

se não existem bairros residenciais nessa área. Os que mais resistiram às transformações e permanecem como áreas residenciais são a Saúde, o Santo Cristo, a Gamboa e Santa Teresa.

No século XVIII, as chácaras que ocupavam os morros da Saúde e da Gamboa (próximos ao mar) começaram a ser loteadas e deram lugar a ruas estreitas e a pequenas habitações onde foram morar os trabalhadores do porto.

Hoje, o Cais do Porto e a Praça Mauá são áreas do Centro da cidade que estão sendo revitalizadas. Mas, desde o início do século XVIII, essa região teve um papel importante: os modestos trapiches de madeira eram a porta de entrada e de saída da cidade dentro da estrutura colonial portuguesa.

Nas últimas décadas dos anos setecentos, a antiga vila de São Sebastião do Rio de Janeiro cresceu e foi se transformando em uma cidade mais movimentada. O Centro do Rio expande-se com a abertura de novas ruas, igrejas e com a construção de sobrados de dois ou três andares, com janelas altas e portas que dão para pequenas sacadas.

Tocada pelo ouro e pela força da água, que jorra das fontes e dos chafarizes, cada vez mais longe, a malha urbana se alonga.

A cidade se expande

*Água pra encher
Água pra manchar
Água pra vazar a vida
Água pra reter
Água pra arrasar
Água na minha comida
Água*

Água
Djavan

Em meados do século XVIII, a canalização do Rio Carioca desde a nascente até o Largo da Carioca foi um marco no processo de urbanização do

Rio daquela época. Iniciada na administração de Ayres de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, vice-rei entre 1719 e 1725, a construção do aqueduto Carioca (atualmente, Arcos da Lapa) foi a obra da engenharia colonial de maior importância. Dizia-se que essas águas que abasteciam, então, o Rio de Janeiro eram afamadas pela sua frescura e pelas virtudes de embelezar a pele e suavizar a voz... Quem sabe seria mesmo verdade?

Na trilha da ramificação da água para o suprimento de novos chafarizes, a cidade se desenvolveu, expandindo-se. No final desse século, já ultrapassava a Tijuca, ao norte, e alcançava o velho Engenho D'El Rey nas terras em volta da Lagoa de Sacopenapã (atual Rodrigo de Freitas), ao sul.

À medida que a cidade crescia, pobreza e riqueza conviviam lado a lado nas ruas do Rio setecentista. Enquanto o ouro ornava os altares das igrejas, junto aos locais de desembarque de cativos (Largo do Paço) ou em volta dos chafarizes, reuniam-se os escravos que executavam as mais variadas funções: ou lavando roupas, ou carregando água, ou transportando o esgoto das casas para descarregá-lo no atual Campo de Santana (região ainda desabitada e afastada do Centro).

O vice-rei Marquês do Lavradio (1729-1789), quando governou, preocupou-se com a segurança e com o saneamento da cidade. O escoamento de esgotos, a drenagem dos pântanos e alagadiços e a secagem das lagoas fizeram com que a cidade crescesse além da Rua da Vala (atual Uruguaiana) e começasse a ocupar os chamados Rossio Grande e Pequeno (Praça Tiradentes e circunvizinhanças), chegando ao já aterrado “Campo da Cidade” (atualmente, Campo de Santana). Essa parte da cidade, outrora um local de despejo de dejetos, começava a tomar feições de uma praça, com a construção das capelas de São Domingos e Sant’Ana e mais algumas ruas (em substituição aos caminhos que para ali convergiam). A cidade chegava ao seu extremo norte.

Na direção oposta, o aterro da famosa Lagoa do Boqueirão removiu um obstáculo que impedia a passagem entre a cidade velha e o caminho do

Catete – aberto pelo ir e vir contínuo dos “aguadeiros” em busca da água no Rio Carioca. A área aterrada deu origem ao Passeio Público (projeto do Mestre Valentim), e a cidade caminhou mais um passo em direção à chamada zona sul.



Passeio público, fotografia de Augusto Malta

A capital do Vice-Reinado crescia em importância e em número de habitantes. Em 1763, ano da transferência do eixo de poder para o Sudeste brasileiro, a antiga vila já alcançava cerca de 40 mil habitantes. Sêneca (4 a.C.-65 d.C.), filósofo romano, considerou que “nenhum vento sopra a favor de quem não sabe aonde ir”.

E o Rio de Janeiro, certamente, procurava os seus rumos nesses tempos dos vice-reis.

O Rio de Janeiro como centro econômico e administrativo

(...) pelas notícias e informações de pessoas práticas que incessantemente tenho ouvido desde que desembarquei, e por tudo o que tenho observado, considero hoje o Rio de Janeiro a chave deste Brasil pela sua situação, pela sua capacidade, pela vizinhança que tem com os domínios de Espanha e pela dependência que desta cidade têm as Mi-



nas com o interior do país, ficando por este modo sendo [sic] uma das pedras fundamentais em que se afirma a nossa Monarquia e em que [se] segura uma parte muito principal de suas forças e das suas riquezas.

Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão
(1722-1798)

Nessa correspondência que, em 1765, Dom Luiz, o governador da capitania de São Paulo trocou com Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, transparece um aspecto importante daquele momento: o entusiasmo pela cidade que era a sede do Vice-Reinado. As palavras desse nobre português ajudam a refletir sobre essa cidade setecentista.

Recentemente, historiadores, assim como arquitetos, urbanistas e geógrafos, focaram estudos na formação e no desenvolvimento das cidades coloniais. Buscando o papel e o lugar que desempenharam, esses estudiosos deixaram para trás o conceito que reduzia o Rio de Janeiro, por exemplo, (...) “à simples condição de porto e sede do aparelho administrativo metropolitano, meio caminho entre as fazendas e os centros de comercialização e decisão política na metrópole”, no dizer da historiadora Maria Fernanda Bicalho.

Navegar, conquistar e defender. Mais adiante, povoar, fundando vilas (que poderiam ser criadas pelos donatários ou pelos governadores) e cidades (atributo exclusivo da Coroa), significaria uma estratégia “fundamental não apenas para a configuração, mas também para a administração” das terras localizadas na América portuguesa.

Nesse contexto, a cidade do Rio de Janeiro foi consolidando, ao longo do tempo, o seu papel de importante porto no Atlântico Sul. Além disso, a partir de interesses sediados na cidade de São Sebastião, passou a núcleo articulador da administração colonial e metropolitana.

Os derradeiros anos do século XVII iam testemunhar promessas de riquezas incalculáveis por

conta da proximidade com a bacia do Rio da Prata. Essa situação ia conferir-lhe “maior importância e centralidade”. No século seguinte, a descoberta do ouro, na região das Gerais, marcaria uma fase próspera: mais embarcações alcançavam o porto (incluindo-o nas suas rotas), além dos comboios que ora partiam, ora tinham como destino o Rio de Janeiro. Essa movimentação intensa foi a responsável pelo desenvolvimento da rede urbana e pela circulação de inúmeros produtos, facilitada pela bacia hidrográfica que circunda a baía. Consolidava-se a vocação comercial da cidade do Rio de Janeiro como principal porto do país e também o mais vigiado...

Bônus e ônus. Se, por um lado, todos esses fatos e essas situações transformavam a cidade em ponto de articulação da América portuguesa, abrindo-a ao vai e vem de pessoas e de coisas, por outro, crescia a preocupação em cercá-la com fortalezas e muralhas por conta dos constantes assédios de corsários e de contrabandistas. Diversas tentativas, nesse sentido, aconteceram. Multiplicava-se a presença desses “estrangeiros”, especialmente franceses, que tentavam ocupar ou saquear o Rio de Janeiro. Ações eram necessárias.

Escolhas urgiam nesses tempos em que instabilidade não era apenas uma palavra na Europa Ocidental. Instabilidade vivenciada, por exemplo, na disputa política que, muitas vezes, conduzia para sangrentas batalhas, como aquelas travadas durante a chamada “Guerra dos Sete Anos” (1756-1763), que envolveu a França e a Inglaterra. Conflito entre monarquias nacionais europeias em torno do controle de regiões de exploração colonial. Embate que, apesar de europeu, cruzou as águas atlânticas, colocando em perigo o império ultramarino português: intensificavam-se as ações de corsários. O Rio de Janeiro novamente corria riscos. O medo espalhava-se.

A cidade que, aos poucos, tornara-se a “depositária” das riquezas provenientes das Gerais despertava a ambição de muitos. Muitos aventureiros.

Esses enfrentamentos eram extremamente desgastantes para os lados envolvidos. Mesmo o vencedor – no caso, a Inglaterra – sentiria, adiante, o desdobramento do imenso esforço despendido no conflito. Afinal, quem “faz” a guerra,

quem participa dela, direta ou indiretamente, tem a sua economia afetada e a sua população fortemente atingida... Prejuízos incalculáveis de complexa recuperação. Quem “ganhava” também perdia...

O governo de Portugal entendia a importância do Rio de Janeiro. Para muitos estudiosos, a cidade era uma espécie de “moeda de garantia” do seu poderio, para se manter hegemonicamente no cenário de articulações e de conflitos que pontuavam a Europa, durante o século XVIII. Documentos daquela época (...) “previam o estabelecimento de um Vice-Reino francês no Brasil com perspectivas mais ou menos duradouras, ao contrário do que ocorrera mais de cinquenta anos antes, quando se efetivou a expedição de corso comandada por Duguay-Trouin”.

Por conta de toda essa insegurança, a metrópole portuguesa respondeu à ameaça de invasão de suas colônias. Foram idealizados projetos visando inibir, vigiar, defender, conter qualquer manifestação daqueles inimigos do rei (de Portugal) e da fé (da Igreja de Roma).

Pensar a defesa das terras coloniais ia além do que apenas erguer muralhas aqui e fortificações acolá: significava prosseguir fundando e povoando vilas. Essa política urbanizadora, no Rio de Janeiro em especial, avançaria durante toda a primeira metade do século XVIII. Segundo o professor Roberto Conduru, a cidade era “(...) ainda um lugar de guerra; mas não apenas este lugar”. Sua vocação expansionista “(...) não vai se moldar somente a partir de sua função ‘portuária estratégica’, mas através da superposição e conexão de funções diversas e espaços respectivos”.

Quando se fala em “urbanização”, a ideia contida na obra do historiador Sérgio Buarque de Holanda *O Ladrilhador e o Semeador* se apresenta. Nela, o autor reserva ao colonizador luso uma atitude “casual e displicente” do semeador, contrastando com um caráter mais sistemático na construção das cidades por parte dos colonizadores hispânicos. Contudo, estudos mais recentes apontam para o fato de que desde o século XVI Portugal construía fortificações em pontos estratégicos de suas possessões ultramarinas. Isso significava uma combinação (e uma preocupação) entre Estado e defesa que definiria “a gênese do urbanismo colonial europeu”. Nada “casual” e nada “displicente”, se assim entendida.

Os projetos de proteção da cidade do Rio de Janeiro idealizados nos séculos XVII e XVIII pontuariam uma contradição entre a preocupação em enclausurar a cidade e a sua vocação expansiva. Para Roberto Conduru, o que teria começado com uma lógica defensiva medieval (núcleo urbano + fortificação) seria substituído pela região-fortificação – abrangendo, incorporando e articulando aqueles pontos considerados vitais à defesa, como morros, rios...

Era atribuição do Rio de Janeiro, “(...) por ser cabeça do estado do Brasil e centro de articulação de fronteiras, territórios, redes de interesse e negócios no Atlântico Sul”, a defesa do patrimônio, “tanto régio, quanto de seus vassalos ultramarinos”, na visão de Maria Fernanda Bicalho. Nesse sentido, encontram-se as palavras do nobre português que governou a capitania de São Paulo Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, quando se refere ao Rio de Janeiro como “chave deste Brasil”.

Representando o seu papel (de articulação política e econômica, de defesa do território central e meridional e de principal porto do Atlântico Sul), a cidade será a protagonista na cena que vai se desenrolando nos derradeiros anos setecentistas até o ano de 1808, quando aconteceria a transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro. Nos atos seguintes, a cidade se transformaria “(...) em Corte, (...) redimensionando os elementos e o significado de sua capitalidade”.

Jean-Baptiste Debret – 1826



Uma tarde na praça do palácio, tela de Jean-Baptiste Debret



Essa capitalidade é sempre única. Seu processo de construção é específico, de acordo com as características temporais e locais, ou com a localização e seu passado histórico. É o palco onde, segundo o professor Carlos Lessa, se “exibem o imperador, o rei, o presidente” e, no caso, os vice-reis. Indício disso teria sido a própria transferência, em 1763, da sede do Vice-Reinado de Salvador para o Rio de Janeiro.

A compositora Fernanda Abreu, com seu toque carioca, muito tempo depois registraria intuindo que: “(...) O Rio é uma cidade/ De cidades misturadas/ O Rio é uma cidade/ De cidades camufladas”...

E nem é de hoje.

Os vice-reis no Rio de Janeiro

Rio dos vice-reis

Dos chafarizes, das velhas congadas

Rio dos capoeiras

Cenário eletrizante

Das famosas cavalhadas.

Rio dos Vice-Reis

Rio dos Vice-Reis

Aidno Sá, Mano Décio e Davi do Pandeiro

Por um longo período de tempo, os metais e as pedras preciosas chegados do Brasil deram uma trégua aos problemas financeiros que a Coroa lusitana enfrentara decorrentes do período conhecido como União Ibérica (1580 a 1640). Por 60 anos, Portugal e suas possessões ultramarinas passaram ao domínio da Espanha.

Isso ocorreu devido à questão dinástica em Portugal. Morto o rei Dom João III, a sucessão seria do neto Dom Sebastião (1554-1578), que, lutando em Cruzadas, desapareceu sem deixar herdeiros. Seu tio-avô, já idoso, Cardeal Dom Henrique (1512-1580), reinou por dois anos. Após a sua morte, seu parente mais próximo era Felipe II

de Espanha (1527-1598), que, herdando o trono, passava a governar não apenas Portugal, mas todas as possessões lusas.

Diversas questões, assim como tensões e problemas passados pela Espanha, foram conseqüentemente estendidas para Portugal. O que, por exemplo, o Tratado de Tordesilhas definira como América portuguesa e como América espanhola perdeu o sentido. Outras importantes situações vivenciadas naquela época, nas terras europeias, deixavam rastros e conseqüências significativos também para o Brasil.

Desde a Restauração (Portugal separou-se da Espanha, recuperando sua independência), quando o novo rei Dom João IV (1604-1656) foi aclamado, o reino encontrava-se enfraquecido politicamente e empobrecido financeira e economicamente.

Para consolidar a independência conquistada e minimizar as dificuldades políticas, o soberano firmou alianças, concluiu tréguas e assinou tratados com outros reis europeus. O mais importante foi o de Methuen (1703), que garantia a proteção política da Inglaterra em troca de concessões econômicas em tempos marcados pela crise e pela recessão...

Questões importantes afligiam a Coroa, como aquela ligada à esquadra portuguesa. Necessária à manutenção do império colonial, achava-se praticamente destruída após inúmeras batalhas travadas ao lado da armada espanhola. Sem seus navios, a situação complicava-se! Muitos se perguntavam: “E agora? O que será feito?”.

O quadro que se apresentava nos derradeiros anos do século XVII era o de uma crise que não cedia. Portugal, agrícola, aumentava a importação dos produtos ingleses; esvaziavam-se os combalidos cofres da Coroa, acentuando o desequilíbrio na balança comercial portuguesa. A teoria econômica dominante no período era a do mercantilismo. Pelos padrões da época, a riqueza de uma nação residia na acumulação de metais preciosos – ouro e prata –, no incremento das exportações e na restrição das importações, o que resultaria na chamada “balança comercial favorável”. Tempos difíceis, murmurava-se, aqui e ali, em lamentos.

Com a chegada do ouro e dos diamantes do Brasil, parecia que a grave crise que o reino vivera desde a Restauração estava superada. Mas não era bem assim; além do “descaminho” que o ouro da região das Gerais tomava, inúmeras transformações, crises e disputas aconteciam em terras europeias, alcançando Portugal e seu império colonial.

purf.pt



Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal

Com a finalidade de enfrentar tantos problemas, o soberano Dom José I (1714-1777), que sucedeu seu pai, Dom João V (1689-1750), escolheu Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) para o cargo de secretário de Estado. Aquele que receberia os títulos de Conde de Oeiras e, posteriormente, Marquês de Pombal, buscou reerguer e reorganizar o enfraquecido reino de Portugal, incentivando a agricultura, o comércio, a navegação e a frágil manufatura lusa. Voltando o olhar para o Brasil, determinou, em 1763, a transferência da capital da colônia da cidade de Salvador (Bahia) para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A medida tinha a intenção de defender e de proteger aquela que se tornava

a única porta de acesso à região das Minas e, dessa forma, pretendia combater o contrabando e os desvios de ouro e diamantes em um momento em que a redução do recolhimento dos tributos sobre os metais e as pedras preciosas já se fazia sentir em razão do esgotamento das jazidas. Além disso, a localização da capital na Baía de Guanabara era estratégica: facilitava o apoio militar às forças portuguesas nas lutas, que aconteciam contra as tropas espanholas em razão da ocupação do litoral meridional, até então não efetivamente ocupado.

O cargo de vice-rei não era concedido a qualquer pessoa, mas, por decisão real, àqueles que de alguma forma tinham influência na vida política do império ultramarino português. Isso dava uma espécie de “garantia” de lealdade para com El Rei. Os fidalgos, com nobreza de sangue, deveriam fazer valer os interesses da Coroa em tempos em que o Brasil ganhava importância como a principal possessão no século XVIII, superando a Índia...

Para a historiadora Armelle Enders, “(...) o vice-rei do mar e da terra do Brasil dispõe de um poder mais honorífico do que efetivo sobre a América portuguesa (...). Lisboa é o verdadeiro centro do poder”. As capitanias existentes no Brasil, no século XVIII, estavam subordinadas à capital lusa e, além disso, (...) “quase não se comunicavam entre si, (...) unidas apenas por uma mesma obediência à Coroa e pela solidariedade militar”.

Esses homens, em especial, não vinham para o Brasil atrás de aventuras. Prestando serviço ao rei de Portugal nas terras do ultramar, pensavam, teriam as maiores e as melhores chances de obter prestígio, honra e poder como “pagamento”. Contudo, na longa viagem, partindo de Lisboa, nem tudo era certeza. Resistiriam ao longo percurso? Sobreviveriam a climas tão diversos? Retornariam com vida? Alcançariam a devida “remuneração” e a consequente ascensão social?

A esperança suspira. Ao mesmo tempo, o medo estremece... E a cantiga lamenta: “Ó Brasil, terra de enganos/ Quantos lá vão enganados! Quantos lá vão por três anos/ E lá ficam enterrados”.



A cidade: a disposição do espaço urbano

*Se esta rua
Se esta rua fosse minha
Eu mandava
Eu mandava ladrilhar
Com pedrinhas
Com pedrinhas de brilhante
Só pra ver
Só pra ver meu amor passar*

Cantiga de roda

A paisagem da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a partir daquela primeira visão, há mais de cinco séculos – quando o meio ambiente era desconhecido e intocado, aparentemente intransponível e inabitado –, não é mais a mesma. O território foi sendo ocupado em um processo de transformação constante. Em meio a um cenário “único no mundo”, segundo o professor Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, onde se misturam a natureza e a intervenção do homem, emergiram casas de todas as formas, prédios com alturas diversas, praças cercadas de antigas árvores, calçadas com desenhos famosos margeando as praias, além do intenso movimento nas ruas e nas avenidas, com “milhões de buzinas tocando sem cessar”, como diz a canção do carioca Jorge Ben Jor.

No contexto da produção do espaço urbano desta cidade, tão cobiçada nos tempos em que era possessão portuguesa, imagine só se fosse possível, como o verso promete, “ladrilhar uma calçada com brilhantes”. Sonho cantarolado repetidamente por almas delicadas em brincadeiras infantis.

A realidade, contudo, apontava para cidades bastante diversas na época em que o Rio de Janeiro abrigava o Vice-Reinado. E mesmo antes disso.

Documentos coloniais testemunham um cenário de desordem urbana em um palco onde aconte-

ciam frequentes disputas e conflitos sociais. Não era, portanto, o “melhor dos mundos”. Os portugueses, quando vinham para a possessão americana, deparavam-se com muitas diferenças. As cidades, nesses tempos, reuniam os grupos mais pobres da sociedade. Não era diferente no Rio de Janeiro.

O Marquês do Lavradio (Dom Luís de Almeida Portugal d’Eça Alarcão de Melo e Silva Mascarenhas), décimo primeiro vice-rei, enxergava o Rio de Janeiro como um cenário urbano “sumamente pobre”, marcado por “clima e gente infernal”.

Até a descoberta do ouro nas Gerais, a cidade surgida às margens da Baía de Guanabara não possuía tantos encantos que não fossem os naturais.



Eduard Hildebrandt

Vista panorâmica da Igreja da Glória, tela de Eduard Hildebrandt

De acordo com o estudioso Vivaldo Coaracy, o século XVI, para o Rio de Janeiro, foi um período heroico, no qual “combatia-se e construía-se”. Ouvia-se “(...) o clangor marcial das batalhas”. Tempos dos primeiros governadores e do intenso esforço para o estabelecimento do novo espaço urbano. O século XVII, prossegue, é agrícola, dos engenhos de açúcar que dividiram as terras, radicando as pessoas que iam constituir o núcleo da sua população. Nessa época, a cidade “(...) rompe os limites estreitos do morro onde a localizara Mem de Sá e desce para a várzea, derrama-se pelos vales apertados entre os montes, firmando as diretrizes materiais do seu desenvolvimento urbano, traçando as ruas primitivas que até hoje perduram”. Surgem tem-

plos e conventos – por conta da religiosidade da época – antes dos palácios. Em torno dos engenhos e das igrejas, a vida acontece em urdidura e em trama.

O século XVIII, prossegue Coaracy, é o dos vice-reis. São os anos da descoberta e da exploração das minas, das inúmeras ações do Marquês de Pombal e que, ao seu final, revelariam a presença de um patíbulo erguido – em meio aos murmúrios e às condenações – em uma das praças do Rio de Janeiro...

Viajantes estrangeiros que passavam pela cidade registravam os sérios problemas com a limpeza. Observavam que, em contraste com a belíssima baía de águas tranquilas e claras, as moradias eram simples e sem beleza, traçando o perfil de uma cidade bastante acanhada. Contudo, à medida que avançavam os anos no século XVIII, ocorreria um empenho dos governantes coloniais no sentido de mudar esse quadro. As inúmeras transformações que resultaram na transferência da sede do Vice-Reinado – em momento delicado para Portugal e para os seus domínios ultramarinos – exigiram um controle mais efetivo da metrópole sobre os produtos coloniais. A praça do Rio de Janeiro, tida agora como fundamental para Portugal, passou a ter uma dinâmica urbana diferente. Mudariam gradativamente suas características e suas funções diante do crescimento urbano e do aumento das almas que ora se fixavam, ora circulavam, ora passavam, ora...

O espaço urbano do Rio de Janeiro vai se alterando. Aqui e mais ali, surgiam moradias. Algumas com o térreo chamado de “lôgea”. Casas rurais e chácaras, desmembradas e loteadas, vão sendo incorporadas ao tecido urbano. As construções não possuíam numeração, sendo identificadas pelo nome do seu proprietário, pela sua localização ou pelo comércio que nelas se praticava. Segundo o escritor Luiz Edmundo, as esquinas, tais quais as casas, utilizavam referências como: “canto do João da Guitarra, canto do Tabaqueiro, ou canto do Manoel da Lagarta”. Endereços citados por esse autor registram: “defronte do Arsenal”, “defronte das bancas de Peixe”.

Os documentos que tratam da arquitetura desse século mostram projetos de arruamentos, de construções para o uso civil, de praças... A arquitetura tida como “militar” cuidava das fortificações e de tudo o que se relacionava às práticas bélicas.

Por iniciativa de vice-reis como o Marquês do Lavradio e o Conde de Rezende (José Luiz de Castro – 1744-1819 –, que deu início à iluminação do Rio de Janeiro com óleo de baleia), a cidade foi aos poucos traçando o seu perfil urbano através de obras como o Passeio Público e de igrejas como a de São Francisco de Paula, a de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, a de Santa Cruz dos Militares.

Com a finalidade de proteger a cidade, no contexto do projeto da construção da “muralha”, foi erguida a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Mantida a preocupação em defender o acesso à Baía de Guanabara, outras fortalezas foram melhoradas, como a da Ilha das Cobras, a de São João e a de Tamandaré da Lage. Vias (ainda sem calçamento) foram abertas ou alinhadas: Lavradio e adjacentes, Rezende, Inválidos.

Ruas, tantas. Com as suas histórias. Passado e presente entremeados. Futuro? Não importando se as do século XXI ou se as do século XVIII, percorrê-las lentamente, caminhar por elas, deixando o olhar deslizar aqui e ali, pode significar uma maneira de descobrir, de desvendar uma cidade. O cronista João do Rio, nesse sentido, recomenda a arte de flunar. “Flunar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina, seguir com os garotos o lutador do Cassino vestido de turco, gozar nas praças os ajuntamentos defronte das lanternas mágicas (...). Flunar é a distinção de perambular com inteligência.”

Todos os dias, cariocas da gema ou os de coração podem descobrir um pouco mais sobre a cidade. Como uma espécie de Sherlock Holmes, munir-se com uma lente de aumento imaginária para desvendar seus mistérios. Seguir as “pistas”, a caminho do trabalho, da escola ou do lazer, ou por meio do noticiário. Buscar lugares conhecidos, muitas vezes apenas pelo nome ou por ouvir dizer.



Quem sabe como “flâneurs” que Gabriel, O Pensador e Martinho da Vila, pensando em revelar retas e curvas desta cidade, escreveram: “É Rio de Janeiro, é mundo inteiro, é Brasil (...). Se cariocar (pode chegar)/ Pegar molejo, cadência no andar, é beleza... (...) É e a gente vai conversando sobre a nossa cidade... Sou carioca, sou do Rio de Janeiro, do Rio de Janeiro, de Janeiro, de Janeiro. Tô contrito. Concentrado. Tô pensando”.

A população

*Não posso negar, não posso,
Não posso por mais que queira
Que o meu coração se abraça
Da ternura brasileira*

Domingos Caldas Barbosa

O trovador Domingos Caldas Barbosa (1739-1800) retratava em rimas algumas das peculiaridades da população brasileira. Tido como o criador da modinha – gênero poético e musical de temática amorosa –, o poeta-compositor carioca encantava os fidalgos quando executava essas canções, suaves e românticas, pelos salões de Lisboa, em tempos nos quais, segundo o pesquisador José Ramos Tinhorão, “(...) imperava, avassaladora, a influência do bel’canto instituído pela ópera italiana”. Na mesma época, viveu o deputado, conselheiro, professor e também compositor Cândido José de Araújo Viana (1793-1875), o Marquês de Sapucaí, hoje nome da avenida carioca que se transformou na passarela das escolas de samba.

Nos tempos em que o Vice-Reinado se estabeleceu no Rio de Janeiro, quem eram aqueles homens e aquelas mulheres que circulavam pelas ruas coloniais cariocas, que frequentavam seus templos, que executavam as tarefas diárias, que participavam das festas populares? Seriam daquela forma que a modinha os cantava? Afinal, como era composta a população da cidade lá pelos idos do século XVIII?

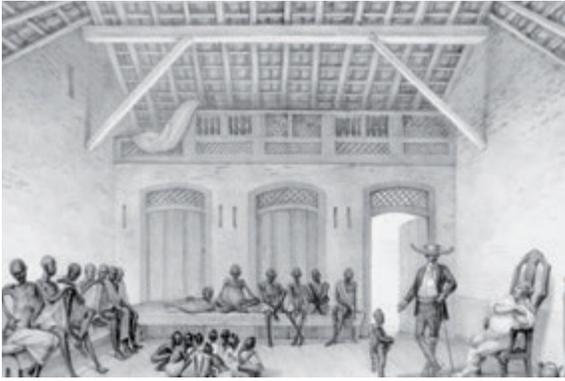
No Rio de Janeiro, a massa de escravos dominava grande parte do contingente urbano. Dados apontam que, em 1799, para um total de 43.377 almas, 19.578 são brancos. Portugal buscou essa mão de obra em diferentes partes da África. Havia gente de Moçambique, da Guiné, da Costa do Marfim, entre outras regiões.

Para Luiz Edmundo, entretanto, do mesmo continente, mas com “almas diferentes”... Atuavam, em grande parte, nos ofícios urbanos. Dominados, submetidos, sentiam o relho (rebenque), sob o peso da severa mão do capataz, inibindo desobediências. Transportavam, diariamente, recipientes repletos de água que abasteciam as moradias; espalhavam-se pelos caminhos, movimentando a cidade. Transportavam as cadeirinhas e as serpentinas (outra modalidade da cadeirinha). Carregavam pesados tonéis e todo tipo de lixo doméstico. Sempre atarefados, podiam, em certos casos, oferecer os seus serviços ou os produtos feitos nas casas do senhor (“escravos de ganho”). Levando recados, corriam desabalados, descalços, pelas ruas de chão batido. Estavam por toda parte.

O escravo, visto como um “sem alma” pelos dominadores “brancos”, era uma “peça”, uma ferramenta que poderia ser descartada ou substituída como qualquer objeto pelo seu proprietário. Era negociado no Valongo, depósito de cativos, que se localizava entre o Outeiro da Saúde e o Morro do Livramento. Cartazes por ali afixados anunciavam a chegada da “mercadoria”: “negros bons, moços fortes: os chegados pela última nau, com abatimento (no preço)”. Após sucessivas transformações urbanas, hoje, falar no Valongo é referir-se ao Observatório do Valongo. Localizado nessa parte da cidade, a instituição é um Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

É canção e resume tudo: “Nada do que foi será/ De novo do jeito/ Que já foi um dia/ Tudo passa/ Tudo sempre passará” (Lulu Santos e Nelson Motta).

Ao som do badalar dos sinos que ecoavam pela cidade afora, por vezes, o Ex. Sr. Vice-Rei a honrava com a sua presença caminhando pelas suas ruas.



Mercado de escravos da Rua do Valongo, gravura de Jean-Baptiste Debret

O movimento do entra e sai nas dezenas de igrejas era frequente e constante. Não se ia à rua sem entrar na nave de um templo. Ora para fazer uma prece, ora para benzer-se.

Mais incomum, porém, seria encontrar ao ar livre senhoras, pois apenas nos anos finais do século XVIII começaram a aparecer nos logradouros públicos – e, assim mesmo, no interior das suas conduções protegidas por cortinas e rendas. Mantinham-se reclusas nas lidas domésticas.

Os portugueses, mesmo sem ser a maioria da população, eram os senhores do comércio na cidade. Para cada reinol, calculavam-se dez negros, três mulatos e três caboclos. Porém, essa situação não significava poder a menos. Colonizando, impuseram a língua, a religião e os costumes. Trabalhavam incansavelmente, consolados “pelo lucro” das patacas acumuladas. Esse senhor do comércio do varejo, segundo registra Luiz Edmundo, “é baixo, forte e atarracado” e não se acovardava quando provocado, ao ouvir os gritos: “Pé de chumbo! Marinheiro!”. O mulato, capoeira temido por muitos, afrontava. Volta e meia, a situação assumia proporções funestas... Contudo, a vida da cidade não parava por conta disso.

Nos caminhos que levavam às capelas, ou pelos becos, encontravam-se os mendigos. Quase todos negros. Doentes, aleijados, deixados à própria sorte. Misturavam-se aos outros desprotegidos, como imigrantes, soldados expulsos das tropas, camponeses pobres, crianças abandonadas. Personagens daquelas camadas mais despossuídas da população.

Pelas ruas estreitas e movimentadas, seguem também padres e frades. Batizam, casam, absolvem, dão extrema-unção. Falava-se, naqueles tempos, em corrupção desses religiosos – nem sempre preparados para tais funções. Inúmeros estrangeiros que chegavam à capital do Vice-Reinado ficavam escandalizados diante desse fato! Corria, de boca em boca, em rimas: “Se fores para o céu,/ Bem irás;/ Se fores para o inferno,/ Lá ficarás./ Pelo sim ou pelo não/ A pataca e a vela/ C’á p’rá mão”.

Quando a noite chegava, a cidade se “desmanchava” e os que circulavam desapareciam antes que “a noite role do alto e desça apressada e escura para forrar a cidade de sombra (...) e de mistério”, segundo palavras de Luiz Edmundo.

As festas e seus códigos. Modas e costumes

Trago fazendas bem finas

P’rá moças do Brasil

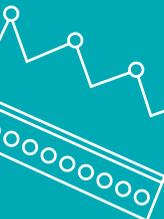
Trago também ramalhetes

De flores de cor de anil

Ditado popular

A vida prosseguia no Rio de Janeiro no século XVIII. Pelas ruas estreitas, circulavam o banguê (um estrado que poderia transportar pessoas ou coisas, em especial bagaço de cana), a liteira (cadeira portátil aberta ou fechada, particular ou de aluguel), o sege (veículo de um só lugar com duas rodas). Neles, moradores dos arredores da cidade vinham para o Centro. Ouviam-se aqui e ali os gritos do condutor, afastando os passantes: “Eia! Uia! Oia!”.

Os escravos encarregados da condução, os “andas”, eram escolhidos entre os mais fortes e vistosos pelas casas abastadas a que pertenciam. Sempre descalços; porém, trajados com roupas da “melhor qualidade”, perucas à moda francesa e luvas brancas. Desejava-se ostentar, impor-



tando do comportamento europeu a mais fina moda. Contudo, a sátira popular não perdoava: “Negro de luva/ Sinal de chuva!”.

Em datas especiais, eram organizadas festas e folguedos de rua que agitavam a cidade. Gritava-se, aclamava-se. Soavam clarins, e os tambores rufavam! Festas! Festas! Festas! A notícia se alastrava, tomando conta do Rio de Janeiro.

Talvez os preços dos tecidos de luxo vindos da Europa subissem – pensavam as sinhás. Alfaiates e costureiras, por sua vez, sonhavam em aumentar seus ganhos com as encomendas recebidas dos mais abastados. Os candeeiros de azeite iluminariam as moradias desses comerciantes noite afora. Escreviam, a pena de pato, os cálculos dos possíveis e prováveis orçamentos.

Para a arraia-miúda, essas comemorações iniciadas no final da tarde representavam, segundo Luiz Edmundo, uma espécie de ilusão, de uma felicidade passageira, que encobria todas as dificuldades vivenciadas pela maior parte da população do Rio de Janeiro (e das demais regiões do Brasil) naqueles tempos.

Aí, vinham as cavalhadas (trazidas de Portugal, eram uma espécie de torneio entre pessoas que representavam mouros e cristãos e que terminavam com o aprisionamento dos primeiros); as aplaudidas touradas (a programação tinha como principal atração homens que, em arenas montadas como a do Campo de Santana, desafiavam os animais trazidos da Europa); as congadas (folias de origem africana que na cidade se revestiam de caráter cristão); a serração da velha (cortava-se uma tábua, fingindo-se serrar uma velha – crítica direcionada àquela vista como “má filha, má mulher, má sogra, má avó”). Nesses dias de folguedos, deitava-se bem tarde: 8h da noite.

Os elegantes homens, pertencentes às rodas abastadas, não dispensavam do seu vestuário a presença de uma bengala. Tal qual a metrópole, o Rio de Janeiro fitava e copiava a elegância francesa, que por aqui chegava trazida pelas embarcações vindas de Lisboa. Usavam coletes enfeitados por uma gravatinha de renda. Perfumavam-se com essências de flores de laranjeira e de lavanda.

As cabeleiras postiças, adotadas por alguns, compunham a indumentária e foram sucesso por longo tempo! Essas perucas feitas com cabelos humanos, seda ou crina de animal eram objetos de luxo! Podiam, inclusive, transformar-se em herança familiar!



Trajes de mulheres e homens do Rio de Janeiro no século XVIII

História Ilustrada do Vestuário 2009

As senhoras casadas com os notáveis da cidade mantinham seus olhos postos nos padrões da corte da França. Penteados complicadíssimos adornados com presilhas, colas de peixe (para fixar os cachos), quando não eram perucas pesadas e volumosas. Crônicas da época dão conta de que as poucas damas e os poucos cavalheiros que podiam pagar por esses “luxos” importados eram frequentemente assolados por “pragas”, por conta das altas temperaturas da cidade e pela higiene pouco adequada. Para Luiz Edmundo, a moda que alcançava o Brasil e, conseqüentemente, o Rio de Janeiro, oriunda da elegância feminina francesa, era “arremedo” que aqui chegava já em “terceira mão”. Assim, quem conseguiria “acompanhar” tais costumes? Ora por conta da distância do reino, ora porque (e isso é importante registrar) as embarcações de qualquer outra nação estavam proibidas de ancorar nos portos brasileiros para efetuar qualquer tipo de comércio. Somente as naus portuguesas poderiam descarregar mercadorias e no-

tícias. Ou elas, ou mais nenhuma. A economia colonial “era um negócio da Coroa lusa”, segundo aponta o historiador Caio Prado Júnior.

Contudo, isso não seria para sempre. Outros rumos surgiriam, um pouco mais adiante...

Em meio às preocupações das autoridades em manter a ordem, diante das dificuldades e dos problemas, ouviam-se “murmurações” transformadas em conversas. Estas pareciam não ter fim, alimentadas pelas notícias que entravam pelas “portas” das cidades coloniais abertas para o mar. Como a do Rio de Janeiro. Notícias que davam conta das mudanças que estavam acontecendo em outras partes do mundo.

Possivelmente, porém, para muitos que aqui viam ou para outros que estavam por chegar, a cidade do Rio de Janeiro era, no findar do século XVIII e no alvorecer do século seguinte, um porto seguro, um lugar de ser feliz...

*Aqui, fora de perigo, agora,
dentro de instantes
Depois de tudo o que eu digo
muito embora muito antes
O melhor lugar do mundo
é aqui e agora
O melhor lugar do mundo
é aqui e agora*

Aqui e Agora
Gilberto Gil

Ou não?

Conceitos-chave

- Pelos quatro cantos da cidade
- Onde tudo começou: o Centro
- A cidade se expande
- O Rio de Janeiro como centro econômico e administrativo

- Os vice-reis no Rio de Janeiro
- A cidade: a disposição do espaço urbano
- A população
- As festas e seus códigos. Modas e costumes

Para usar em sala de aula

- Listar no quadro de giz ou em tiras de cartolina dez palavras ligadas com o conteúdo: O Rio no tempo dos vice-reis. Acrescentar outras duas que não se relacionam. Montar o “jogo dos erros”, em que os alunos identifiquem as palavras que estão na lista e não fazem parte desse contexto.
- A partir da cantiga de roda que inspira a disposição do espaço urbano no texto, *Se Esta Rua Fosse Minha*, pesquisar na sala de leitura letras de outras cantigas de roda ou de composições que tenham como tema a rua, a cidade.
- Organizar uma ficha resumo na qual o aluno vai registrar informações sobre como eram (no século XVIII) e como são (no século XXI), na cidade, o abastecimento de água, o transporte, a iluminação, as ruas, etc.

Para visitar

- Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo
- Igreja de Santa Luzia
- Igreja de São Francisco de Paula
- Paço Imperial
- Arcos da Lapa
- Chafariz do Caminho da Glória

Bibliografia

Livros

ARAÚJO, Genilson. *Memórias das Nuvens – O Rio Visto de Cima*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2010.



CALDEIRA, Jorge *et al.* *Viagem pela História do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

CALMON, Pedro. *História do Brasil na Poesia do Povo*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973.

CARVALHO, Delgado de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Divisão de Edição C/DGDI, 1994.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII*. Raízes e Trajetória. Rio de Janeiro: Documenta Histórica Editora, 2009.

DUARTE, Ronaldo Goulart. *A Cidade, que Lugar É Esse?*. Coleção Geografia em Revista. São Paulo: Editora do Brasil, 2003.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis (1763-1808)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis (Uma Reflexão em Busca da Autoestima)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (org.). *Rio de Janeiro - Cinco Séculos de História e Transformações Urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRIORI, Mary Del; VENANCIO, Renato. *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

RIO, João do (organização de Raúl Antelo). *A Alma Encantadora das Ruas: Crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTA RITTA, José de. *A Água do Rio: do Carioca ao Guandu: a História do Abastecimento de Água da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Synergia, Light, Centro Cultural da SEAERJ, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

TINHORÃO, José Ramos. *História Social da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Editora 34 Ltda., 1998.

Web

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império*. O Rio de Janeiro no Século XVIII. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

CONDURU, Roberto. A Pólvora e o Nanquim. In: CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. *A Baía de Guanabara – Itinerários da Memória*. Disponível em: <http://www.usp.br>.

MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). *História do Brasil – Centro de Informações*. Disponível em: <http://portalmultirio.rio.rj.gov.br>.

SANTOS, Marília Nogueira dos. *Serviços, Honra, Prestígio e... Fracasso: A Herança Imaterial dos Governadores-Gerais do Brasil e Vice-Reis da Índia, nos Séculos XVII e XVIII*. Revista Eletrônica de História do Brasil. Disponível em: <http://www.ufjf.br>.

<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br>

<http://www.diretorio.ufrj.br>

<http://www.marcellona.com/rio>

<http://www.ifch.unicamp.br>

<http://letras.terra.com.br/fernanda-abreu>

<http://letras.terra.com.br/gabriel-pensador>

<http://letras.terra.com.br/imperio-serrano-rj>

<http://letras.terra.com.br/cantigas-populares>

<http://letras.terra.com.br/lulu-santos>

<http://www.revistadehistoria.com.br>

<http://www.ov.ufrj.br>

<http://cliquemusic.uol.com.br>

<http://letras.terra.com.br/jorge-ben-jor>

<http://vsites.unb.br>

<http://pt.wikipedia.org>

Músicas citadas e seus autores

Sei Lá, Mangueira – Paulinho da Viola e Hermínio Bello de Carvalho

Samba do Avião – Tom Jobim

Aquele Abraço – Gilberto Gil

Valsa de uma Cidade – Ismael Netto e Antônio Maria

Água – Djavan

Rio 40 Graus – Fernanda Abreu

Rio dos Vice-Reis – Aidno Sá, Mano Décio e Davi do Pandeiro

Se Esta Rua Fosse Minha – Cantiga de roda

Que Maravilha – Toquinho e Jorge Ben Jor

Como uma Onda – Lulu Santos e Nelson Motta

Aqui e Agora – Gilberto Gil



Rio de Janeiro, capital do Reino

Os quindins de lájá...

Ary Barroso



Sinopse

Tropas marcham em direção aos campos de batalha: a onda napoleônica assola a Europa. Acontecimentos que, no início do século XIX, atingiriam Portugal e sua possessão americana e que resultariam na vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808.

A partir daí, a fisionomia da cidade passaria por transformações significativas. O príncipe regente reforma o Rio, e a sede do Reino se instala por aqui. Dom João VI volta para Portugal em 1821, e o Rio de Janeiro transforma-se em uma cidade sem rei.

O mundo dá voltas; o príncipe regente Dom Pedro nega-se a voltar para Portugal, e, após a independência política, o Rio se transforma na capital do Império.

A conhecida canção *Os Quindins de laiá* mistura em notas musicais sabores culinários e encantos femininos. Pitadas e poções – magias – que se completam na melodia, na memória e na lembrança que o tempo não apaga.

laiá e quindim – “coisas do Brasil, coisas do amor”, em versos disse Guilherme Arantes.

“laiá”, segundo consta nos dicionários, é um regionalismo. Nome que tem origem na alteração da palavra “sinhá” (“senhora”); uma forma como os escravos tratavam as filhas dos seus senhores na época da escravidão. Quindim, por sua vez, é uma delícia açucarada de origem portuguesa presente nas cozinhas desde os tempos coloniais. Para os estudiosos da gastronomia, o mais correto seria dizer “quindim brasileiro”, por causa da substituição das amêndoas, da receita original, pelo coco.

Jean-Baptiste Debret – 1827



Um jantar brasileiro, aquarela de Jean-Baptiste Debret

A doçaria ganharia força, especialmente na França, ocupando seu papel de sobremesa (como se compreende hoje, servida após os pratos salgados), em meados do século XVII, por conta do açúcar oriundo, muitas vezes, dos engenhos coloniais brasileiros. Doces e mais doces, desde então, acompanham o “abraçar, comer e festejar”, segundo a pesquisadora Isabel Drumond Braga, em receitas variadas espalhadas pelo mundo afora. Esse “francesismo” que se apresentava nas mesas ao redor do mundo – traduzido em refinamentos (e que tais) através da utilização de talheres, de louças, de cristais, de pratarias em geral – iria além das iguarias e do seu fazer. Bem além.

Um conjunto de ideais liberais, em pensamentos e em atos, oriundo da França percorreria terras, atravessaria águas, alcançaria outras regiões e as pessoas que nelas habitavam; tempos em que as calmarias do viver e os deleites do paladar não seriam constantes. Tropas marchariam em direção aos campos de batalha: a onda napoleônica assolaria a Europa. Acontecimentos que, no início do século XIX, atingiriam Portugal e a sua possessão americana. Resultariam na vinda da família real portuguesa para o Brasil.

No caso dos doces, tachos e mais tachos permaneceriam, ao longo dos anos oitocentos e adiante, borbulhando em transformadora alquimia caramelizada nas cozinhas das casas grandes dos engenhos de açúcar da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e mais onde se possa imaginar...

Receitas anotadas, aqui e ali, com toques estrangeiros ou não, perpetuadas de boca em boca, incorporando tradições, consolidando costumes...

Receitas que agregaram, ao longo do tempo, ingredientes diversos, medidas que resultariam, poeticamente, em “doces prediletos” feitos “com açúcar e com afeto”. Sabores e emoções traduzidos nas palavras do carioca Chico Buarque de Holanda.

“Doces”, também, podem ser as palavras... Dependendo de quem as diz, como as diz e de quando são ditas...

Nesse sentido, para alguns, o momento seria do “acabou-se o que era doce”.

Cada história a seu tempo.

Entre ameaças e medos de invasão. Entre projetos e planos de evasão

Povo alerta

Que o rei deserta

Dito pelas ruas de Lisboa

A cidade, assustada, despertava e adormecia ouvindo notícias que davam conta da aproximação das tropas francesas, que, cruzando os limites territoriais entre Portugal e Espanha, avançavam na direção de Lisboa. As informações que alcançavam a população eram desencontradas. A insegurança aumentava a cada instante.

As tentativas de acordo do governo português com Napoleão Bonaparte não alcançavam êxito. Pelos salões e pelos corredores da corte lusitana, os riscos eram avaliados e a preocupação, generalizada.

O cotidiano lisboeta era fortemente tingido por boatos de toda sorte. Falatórios e intrigas. Rezava-se no interior das igrejas. Misticismos e crenças ganhavam dimensões, percorriam as vielas, frequentavam as moradias, alcançavam o cais. Alguém espalhou pelas ruas a informação de que se o príncipe regente – Dom João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança (1767-1826) – abandonasse Portugal e viesse para as terras brasileiras, sua embarcação naufragaria.

“Segurança” e “estabilidade” eram palavras esquecidas naqueles dias do mês de novembro de 1807.

A situação se agravava: começavam a faltar carne e trigo para a compra e para a venda. Um decreto estabeleceu, então, que só seria permitido o uso da farinha para a feitura do pão. Dias sombrios.

O projeto de fechar as malas, incluindo a coroa e o cetro, levantando as âncoras em direção à colônia americana, ganhava força. Ideia que não era propriamente uma novidade, sendo tratada como uma “possibilidade” toda vez que, de alguma forma, os reis se sentiam ameaçados na sua soberania. Perder a coroa nem pensar!

Nesse sentido, insere-se o projeto de Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812). Entendia o primeiro Conde de Linhares que, no caso de uma invasão francesa, a monarquia da Casa de Bragança e, conseqüentemente, o império lusitano correriam sérios riscos. Contudo, em 1803, quando apresentou ao príncipe regente Dom João a ideia da transferência da família real portuguesa para o Brasil, o fazia não apenas pelos perigos

vivididos frente à situação política europeia. Pensava na criação “(...) de um poderoso império na América do Sul, estável e duradouro”, no dizer da historiadora Lilia Moritz Schwarcz. Para que tal atitude não fosse, como acabou sendo para muitos, entendida como uma fuga ou um abandono do território luso, qualificaria esse ato como de “grande sabedoria e nobreza”.



Retrato de D. João VI

Verso e reverso. A própria historiografia oscila quando trata do assunto: herói ou desertor.

Para historiadores como Oliveira Lima, a vinda da Corte para a possessão americana representou uma manobra “inteligente e feliz”. Considerava que, agindo assim, o príncipe regente Dom João “escapava de todas as humilhações sofridas por seus parentes castelhanos e mantinha-se na plenitude dos seus direitos, pretensões e esperanças. Era como que uma ameaça viva e constante à manutenção da integridade do sistema napoleônico”. Estudiosos como Kenneth Light entendem essa viagem como “a saga da única monarquia do continente europeu que sobreviveu à fúria republicana francesa, graças

à preparação de uma viagem estratégica organizada com seis meses de antecedência”.

O reverso dessa situação, analisada por outros pesquisadores, aponta para “uma deserção covarde”, nem um pouco associada a qualquer resquício de estratégia política.

Mas uma coisa era planejar; outra, bastante diferente, era colocar a ideia em prática. De qualquer forma, a viagem aconteceria sob pressão.

Quando, na madrugada do dia 25 de novembro de 1807, o regente Dom João decidiu que deveria embarcar junto com a família real para o Brasil, as tropas de Napoleão Bonaparte avançavam em direção às fronteiras portuguesas.

O tempo era extremamente curto para a tarefa que se apresentava: colocar nas embarcações tudo o que seria necessário para sustentar o governo monárquico que seria sediado na cidade do Rio de Janeiro. A viagem era longa, e as preocupações, inúmeras. A urgência, diante das notícias que fervilhavam relativas a um ataque iminente, aumentava a cada instante.

Muito tempo havia se passado desde a época em que os navegadores lusos enfrentaram, aventureiramente, as águas desconhecidas do Mar Oceano, buscando riquezas e glórias. Se, por um lado, em 1807 esses percursos poderiam ser mais seguros, por outro, essa seria a primeira vez que uma família real cruzaria o Atlântico, enfrentando toda sorte de imprevistos para tentar viver em segurança longe da sua terra natal.

Acompanhando a família real nessa mudança, estavam os conselheiros, os ministros, a nobreza, os servidores da Casa Real... Todos com as suas famílias.

Afinal, era “a sede do Estado português que mudava de endereço, com seu aparelho administrativo e burocrático, seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais, seus arquivos e funcionários”, como registra Lilia Moritz. Tudo aquilo que fosse fundamental para sustentar a dinastia dos Braganças e dar continuidade ao governo de Portugal deveria cruzar as águas atlânticas e aportar em segurança na sede do Vice-Reinado americano. Pessoas e coisas.

Quanto aos demais súditos que não pertenciam a esses grupos, Dom João autorizou que também

viassem. Estavam livres se desejassem acompanhá-lo, mas deveriam embarcar em navios particulares, pois não havia lugares na esquadra inglesa responsável pela travessia do oceano.

Os preparativos para a viagem corriam céleres. Mas havia muito a ser feito. Afinal, embarcar tão ilustres pessoas, com um número incontável de malas e baús, abastecer os navios com víveres e água potável era tarefa complicada. Muito complexa. Havia também a tripulação: marujos e oficiais. E mais, e mais! Bagagens, sacos e engradados apareciam de todo lado, despejados nas idas e vindas até o cais de Belém. Cálculos não são precisos quanto ao número de viajantes que acompanharam o príncipe regente. Possivelmente, em torno de 10 mil a 15 mil almas.

Para piorar, resposta à crendice popular ou não, chovia intensamente e um forte vento sul soprava rodopiando pelas ruas e pelos caminhos de Lisboa.

Conseguiriam zarpar antes que as tropas inimigas alcançassem a cidade? Incertezas tumultuavam o coração dos reinóis. Daqueles que iam, daqueles que pretendiam ir, daqueles que sonhavam em ir e daqueles que sabiam que iam ficar. Todos.

O intenso ir e vir desses dias seria registrado por um oficial que compunha a esquadra inglesa: “o pânico e o desespero tomaram conta da população e muitos homens, mulheres e crianças tentaram embarcar nas galeotas até algum navio”. Acrescentava que “muitas senhoras de distinção meteram-se na água, na esperança de alcançar algum bote, pagando algumas com a própria vida”.

A população lisboeta assistia, desolada e atônita, a toda essa agitação. Como acreditar que estivesse sendo largada à própria sorte pelo príncipe regente e pelas demais autoridades! Ministros, conselheiros, juízes da Corte suprema, funcionários do Tesouro, patentes do Exército e da Marinha e membros do alto clero!

Esses reinóis que, sem opção, permaneceriam em Portugal sentiam-se completamente desamparados. Perguntavam-se como enfrentariam o exército de Napoleão Bonaparte, que se aproximava.

Segundo o historiador Ilmar Rohloff de Mattos, Lisboa estava um caos e, assim, “Junot e sua tropa, apesar de bastante desfalcada, não tiveram problema para dominar a cidade, cuja população estava atordoada com o que consideravam uma fuga vergonhosa”.

A hora era de adeus para muitos. Da segurança da antiga casa para um incerto destino. Nessa mesma hora, para outros, que permaneceriam na terra natal, o destino era tão incerto como o daqueles que partiam.

Contudo, todos tiveram que enfrentar o que estava por vir.

Sentir diferente talvez fosse, como disse o poeta Fernando Pessoa, “estar distraído”.

A chegada da família real portuguesa

Viva Portugal! Vivam as cinco chagas de Cristo! Morra a França!

Exclamações ouvidas em Lisboa
(1807)

eo.wikipedia.org



Partida de D. João de Portugal para o Brasil, em 1807

Talvez as vaías populares ainda ecoassem na memória de muitos daqueles que, apressados, naquela manhã fria de outono do dia 29 de novembro de 1807, embarcaram na comitiva que seguia ao lado da família real portuguesa para o Brasil. Talvez os gritos de “Ai Jesus! Ai Jesus!”,

entremeados de exclamações e de lamúrias de Dona Maria I (1734-1816), chamada de “a Louca”, recusando-se a embarcar na nau capitânia, já tivessem sido esquecidos.

Afinal, diante da realidade daquela viagem, que se desenhava dura e longa, outras aflições e preocupações possivelmente assolassem os corações e as mentes daquelas almas que zarpavam com destino à cidade do Rio de Janeiro.

Apesar do passado pontuado pelas conquistas portuguesas, nos séculos XV e XVI, viagens marítimas não eram comuns naqueles tempos. Ainda mais para terras tão distantes! Dom João apenas uma vez ausentou-se de Portugal. No caso, para encontrar-se com o sogro, o rei de Espanha, Carlos IV, na região de Badajós, um pouco além da fronteira entre as duas monarquias.

É possível imaginar, então, o sentimento desses viajantes, que enfrentariam cerca de dois meses de viagem monótona. Tempo arrastado, alegrado volta e meia pela observação da evolução dos veleiros da frota ao som de alguma viola, em notas saudosas. Dias e noites vividos na longa travessia em navios superlotados, que se fizeram à vela. Na correria que precedeu o embarque, dezenas chegaram a viajar com a roupa do corpo. Não havia espaço suficiente para tantas pessoas e para tantos pertences que seguiam junto com as riquezas da Corte. Obras de arte, todo o dinheiro do Tesouro português e as preciosas joias da Coroa. E mais: objetos dos museus e a importante Biblioteca Real, com mais de 60 mil livros! Tudo acomodado nos porões das embarcações, ao lado de animais como porcos, cavalos, bois, vacas, galinhas.

As famílias estavam separadas, embarcadas em diferentes veleiros da frota. Nem todos tinham seus pertences à mão. Inúmeras bagagens abandonadas no cais do porto de Belém ou extraviadas em meio àquela intranquilidade que precedera a viagem. A água e os alimentos racionados. A higiene bastante precária. O calor intenso. Houve, inclusive, um surto de piolho nos navios, obrigando as mulheres a raspar a cabeça. Entre elas, a princesa Carlota Joaquina e as demais damas da família real e da Corte, acostumadas a uma rígida etiqueta.

Em meio ao balanço das ondas, motivos não faltavam para gemidos, para suspiros e para resmungos ouvidos pelo convés naquela dura jornada pelas águas atlânticas. De qualquer forma, apesar dessas desventuras em série, os embarcados sentiam-se livres dos perigos da guerra. Deixavam para trás toda a agitação e toda a insegurança existente, naquele momento, no continente europeu. Por outro lado, deixavam também para trás os amplos espaços de palácios como o de Mafra e o de Queluz. “Que tipo de moradia nos aguarda?”, interrogavam-se os preocupados viajantes.

A viagem, contudo, para os comandantes e para os marujos, transcorria sem acidentes mais graves e sem óbitos. Porém, em meados de dezembro, na altura da região da Ilha da Madeira, um temporal acabaria separando algumas embarcações. Diante disso, os planos de navegação foram mudados por conta da tormenta. A nau capitânia (Príncipe Real) e os navios que a acompanhavam aportaram na cidade de Salvador, onde permaneceriam por um mês, seguindo, posteriormente, para a cidade do Rio de Janeiro. Era o dia 22 de janeiro de 1808, e, após 54 dias de viagem, terra firme!

Ao aportar na Bahia, segundo a historiadora Mary Del Priori, quem ali chegava, Dom João, não era um refugiado, “e sim o chefe de um Estado nacional em funções que resolveu migrar para cá”. Era o governante de um reino que ainda se estendia por quatro continentes.

Relatos contam que, informado da chegada de tão ilustres visitantes, o governador da capitania de Pernambuco enviou uma embarcação repleta de frutas tropicais, como pitanga e caju. Verduras e legumes também. Sabores exóticos para aqueles viajantes; alimentos frescos depois de tanta carne salgada, tanto biscoito envelhecido...

A surpresa dessa aproximação tomaria conta do governante da Bahia e da sua população. Pelas ruas, as perguntas alastravam-se, debruçando-se por janelas curiosas, alcançando o cais: “Quem são os que chegam?”. Vozes ansiosas respondiam: “A família real portuguesa!”. Mais agitação. Então, como deveriam se comportar? Qual o protocolo a ser seguido? O que fazer? Afi-

nal, era a primeira vez que alguém da realeza chegava até a possessão lusa na América.

Mas outro espanto viraria burburinho em Salvador. Que damas da Corte eram essas, assim como os demais passageiros, que desembarcavam com aparência tão lastimável? Um marinho do navio inglês Belford comentou: “Minha pena é inadequada para descrever a situação angustiada das pobres mulheres que superlotavam a nau”.

Aos poucos, essas circunstâncias – da etiqueta e da moda – foram sendo contornadas. O príncipe regente, nos dias em que ficou em Salvador, visitou plantações, recebeu a elite local. Festes espalhavam-se pelas ruas em homenagem a Dom João. Porém, não só as visitas, as missas, os folguedos e os rapapés ocuparam o tempo do príncipe.

Em 28 de janeiro, ele assinaria a primeira medida régia, decretando a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, ainda que em caráter provisório. Ficava permitida a importação “de todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportadas em navios estrangeiros, das potências que se conservavam em paz e harmonia com a Real Coroa, ou em navios portugueses”. Essa medida, tomada pela necessidade da própria Corte portuguesa de assegurar sua sobrevivência, gerou, de fato, o fim do monopólio comercial, base das relações entre metrópole e colônia. Através dessa Carta Régia, suspendia-se o isolamento comercial, beneficiando, de imediato, segundo Ilmar Rohloff de Mattos, “os comerciantes dos Estados Unidos, mas com a assinatura dos Tratados de 1810 os interesses ingleses acabaram sendo os mais favorecidos”.

Alimentos, tecidos, peças de vestuário, cristais, louças, vidros, mobiliário, panelas de ferro, talheres, pentes, navalhas, escovas, livros, jornais, perfumes, sabonetes, velas, barbantes, caixões mortuários, carruagens, todo tipo de quinquilharias e o que mais pudesse ser comercializado chegavam nos navios abarrotados...

Nem tudo o que aportava seria consumido. Muitos produtos – com lógica na Europa –, como carteiras e porta-notas, eram completamente dispensáveis no Brasil, já que não havia papel-

-moeda e os senhores abastados não carregavam o dinheiro, devido ao peso. Essa era uma tarefa atribuída aos escravos.

Consta que o governador da Bahia propôs a Dom João construir um palácio em troca da permanência da Corte na cidade de Salvador – saudoso, possivelmente, da condição de antiga sede da colônia. O príncipe, porém, manteve o propósito original: fixar-se na cidade do Rio de Janeiro, centro do poder colonial, muito bem guardado por inúmeras fortalezas e bem distante dos franceses...

O povo lamentava em versos: “Meu príncipe regente,/ Não saias daqui,/ Cá ficamos chorando,/ Por Deus, e por ti...” (quadrinha popular – Bahia/1808).

O impacto da mudança: verso e reverso

Tudo era caro, importado da França ou da Inglaterra, e não se podia fazer má figura. Se a primeira troca de olhares é a que fica, então era preciso caprichar no visual e mostrar que na sede da colônia se vivia como na Corte portuguesa. Afinal, ao menos na imaginação, éramos uma quase Europa...

Lilia Moritz Schwarcz, antropóloga



Chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, tela de Geoff Hunt

A primeira embarcação a alcançar a cidade do Rio de Janeiro foi o brigue Voador, no dia 14 de janeiro. Seus ocupantes, entretanto, ainda aguardaram, permanecendo nos navios, até a chegada da rainha e do príncipe regente, no início de março de 1808.

Contudo, as notícias não esperaram; desembarcaram rapidamente, dando conta de que os franceses haviam invadido Portugal e que a família real, contando com o apoio da Inglaterra, estava de mudança com a sua Corte para o Rio de Janeiro. A cidade seria a capital do Reino até que a situação europeia encontrasse um destino mais seguro.

Se Lisboa, desolada, lamentava o momento que vivia, outra cidade comemorava com grandes festejos esse mesmo momento. Além disso, segundo a historiadora Maria Odila Silva Dias, “com a vinda da Corte, pela primeira vez, desde o início da colonização, configuravam-se nos trópicos portugueses preocupações de uma colônia de povoamento e não apenas de exploração ou feitoria comercial, pois no Rio teriam que viver e, para sobreviver, explorar os enormes recursos naturais e as potencialidades do império nascente, tendo em vista o fomento do bem-estar da própria população local”.

Viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil nos anos iniciais do século XIX comentavam que o Rio de Janeiro apresentava um perfil mais urbanizado do que em tempos anteriores. Segundo o historiador Delgado de Carvalho, a cidade estendia-se “entre o Rio Comprido e o Rio das Laranjeiras e contava apenas 46 ruas e 19 largos”; quatro travessas e seis becos completavam seu perfil urbano. Citando Oliveira Lima, prossegue: “O Catete e Botafogo, isto é, os quarteirões desafogados, os bairros limpos e aprazíveis de hoje, não passavam então de arrabaldes, somente encerrando casas de campo”.

A cidade, diante da iminente chegada de tão ilustres personagens, passou por reformas urgentes pelas mãos do Conde dos Arcos. Preparou-se em um tempo bastante curto! As ruas foram limpas e melhoradas um pouco aqui e ali. O Paço foi preparado para receber a família real.

O vice-rei, dispondo dos recursos que possuía (que nem eram tantos), mandou cair o prédio, reformou o interior, chegando a forrar paredes com peças de seda de cores variadas. Era preciso pensar em tetos para o restante dos viajantes. Os proprietários dos prédios próximos à sua antiga moradia foram intimados por decreto a deixá-los livres para que abrigassem os fidalgos, negociantes, funcionários, militares e mais quem fizesse parte da Corte lusa, que se transferia para os trópicos. Na fachada, as letras pintadas, P.R., que significavam “príncipe real”, eram traduzidas pela população, ironicamente diante desse infortúnio, como “ponha-se na rua”, ou ainda “prédio roubado”.

Havia, também, a questão da alimentação para todo aquele povo! Os governadores das capitanias de São Paulo e de Minas Gerais enviaram mantimentos diversos, com sabores tropicais que surpreenderiam o paladar daqueles recém-chegados.

Festas precisavam ser organizadas! Touradas, cavalhadas, músicas, foguetórios! Agora, o príncipe regente estaria presente para a cerimônia do “beija-mão”! Ao vivo! Não em imagem de gravuras, folhetos ou moedas. A cidade, em expectativa, fervilhava...

Salvas de tiros de canhões das fortalezas misturavam-se com o repicar dos sinos das inúmeras igrejas! O ruído era intenso, ensurdecedor, naquele dia 7 do mês de março.

A população, com as suas melhores vestimentas, desejosa de não perder nenhum detalhe, movimentava-se na direção das praias e dos morros de onde se poderia avistar a aproximação, pelas águas da Baía de Guanabara, da esquadra que trazia a família real. Gritando e acenando, os habitantes do Rio de Janeiro saudavam os novos moradores que chegavam à cidade pelo porto. “Porta”, agora, permanentemente aberta, por onde não cessariam “de entrar coisas e pessoas, quase todos os dias”, no dizer de Ilmar Rohloff de Mattos. O governo do príncipe regente, ao se transferir para a colônia americana, deixava para trás perigos, ameaças e medos que o Velho Mundo vivenciava desde o início da Revolução Francesa.

O que antes poderia parecer impossível agora acontecia, apesar de algumas decepções de parte a parte...

Aqueles que desembarcaram na tarde do dia 8 de março de 1808, cansados, preocupados, amedrontados, estranharam o calor tropical, a paisagem e as pessoas, concluindo que aquele não era, certamente, o “lugar dos sonhos”. Para os que, ansiosos e emocionados, aguardavam as novidades do Reino, a visão de um príncipe regente tão diferente do que o imaginário havia construído também causava espanto. E, ainda por cima, “Oh!” , as damas da corte com cabelos raspados!!!!???

Dom João reforma o Rio

Toda a cidade se iluminou de tal sorte, que não se fazia sensível à retirada do Sol, pois não houve casa, ainda do que a mais pobre, que por meio de luzes não manifestasse exteriormente a alegria interior dos seus moradores.

Memórias para Servir à
História do Reino do Brasil

Os desencantos daqueles momentos iniciais foram, aos poucos, se diluindo. Afinal, a convivência ia prosseguir sem prazo fixo para terminar. Então, as comemorações intensas, registradas por aquele que era conhecido como “Padre Pereca” (Padre Luís Gonçalves dos Santos), demonstravam que se deixavam “para depois” preocupações e incertezas. O momento era de alegria e de emoção. A população do Rio de Janeiro, em expectativa, imaginava as novidades que estariam por acontecer a partir de então.

A ansiedade tomava conta daquelas almas a partir desse momento. O ir e vir das embarcações parecia não ter fim. A chegada e a partida também. No ano de 1808, atracaram 855 navios, sendo 90 estrangeiros. No ano seguinte, quase

o dobro de quatro anos antes! Aportavam mercadorias trazidas não somente por comerciantes reinóis. Também, por caixeiros viajantes ingleses, cada vez mais numerosos. Afinal, o Decreto Régio que abria os portos brasileiros garantia essa movimentação.

Chegavam à cidade, além das coisas, pessoas de origens e de rostos diversos. Franceses, ingleses, espanhóis, alemães, suíços... Louros, ruivos, altos, baixos, magros... Alguns católicos, outros não. Alguns com títulos de nobreza, outros desprovidos deles. Atraídos pelo novo e pelo desconhecido, artistas e cientistas que, atores da cena daqueles tempos, deixariam importantes registros da história da cidade e dos seus moradores em imagens e em textos. Esses viajantes estrangeiros trariam, também, por meio de livros e de outras publicações, os pensamentos liberais que se espalhavam pela Europa naqueles tempos...

Por essa “porta” permaneceria entrando outra importante mercadoria, preciosa e lucrativa: escravos negros trazidos da África. Pelos tempos seguintes, aqueles que vieram do Velho Mundo para o Rio de Janeiro comentariam a exuberante natureza tropical, assim como a luminosidade dos dias e a variedade das cores e dos tons observados em verde e azul. Em contraponto, ficariam inquietos, amedrontados e inseguros com a enorme quantidade de negros escravos espalhados pela cidade. Diriam, por exemplo, em cartas, e porque isso chamava a atenção, que não se sentiam seguros diante de tantos vadios e desocupados. A escravidão estava por toda parte. Escreviam, referindo-se à visível superioridade numérica de negros no Rio de Janeiro, que na cidade faltavam “gente branca, luxo e boas estradas”.



Enseada de Botafogo, tela de Nicola Antonio Facchinetti

Mas, por outro lado, “água e verduras” – em falta em Lisboa – eram abundantes no Rio de Janeiro, onde reconheciam haver “sítios lindíssimos muito perto da cidade e onde moram muitas pessoas da sociedade, e, por exemplo, o que chamam de baía de Botafogo é, sem exagero, comparável aos mais belos sítios da Itália ou da Suíça”.

A vinda da família real mudaria, aos poucos, a fisionomia da cidade do Rio de Janeiro. Aquela que fora vista por inúmeros viajantes como “suja, feia e malcheirosa”, por preconceito ou pela realidade, começaria a se expandir e a tomar modos europeus. “Tomar modos”, e não ser a cópia fiel dos modelos europeus...

As antigas ruas de terra, esburacadas e malcuidadas, deixavam de ser apenas “um alinhado de fachadas, por onde se anda na cidade” (como definem os dicionários). Ganhavam nova pavimentação, para facilitar a circulação das carruagens que começavam a trafegar em várias direções, definindo caminhos e facilitando a construção de novas casas fidalgas, que surgiram na passagem de quem ia para São Cristóvão (onde Dom João passou a ter residência) ou para Botafogo (onde Carlota Joaquina foi morar).

A malha urbana espriava-se vagarosamente nas direções norte e sul, preenchendo os espaços vazios entre as terras dos antigos engenhos e a “cidade velha”. Para subsidiar essa expansão, foi criada a Décima Urbana – origem do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) –, que vigora até hoje na cidade.

Em 1808, foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil e, em 1809, a Guarda Real, nos moldes das existentes em Lisboa: recebendo do príncipe regente a incumbência de zelar pela segurança da cidade e pelo policiamento. Isso significava prevenir a infiltração de espões, proteger a família real e a sua Corte, além de combater as ações inspiradas naquelas “infames ideias francesas”. Que elas não atravessassem o Atlântico!

Como em Portugal e na colônia americana, as instituições responsáveis pela polícia, desde o momento da sua fundação, privilegiariam a ideia de “ordem na cidade”. As atividades da polícia

no Rio de Janeiro não ficariam restritas à repressão e ao controle social. Seria uma polícia plural, responsável por organizar os espaços da cidade, disciplinando os costumes da sua população. Estaria encarregada, além da segurança e da vigilância, dos serviços de melhorias e de embelezamento do Rio de Janeiro. Limpeza, iluminação, abastecimento...

aistoriadomumentodorio.blogspot.com



Chafariz do Mestre Valentim, localizado na Praça XV

Então, mais chafarizes foram construídos, além de pontes e de calçadas. Ruas e estradas foram abertas para dar escoamento aos produtos cultivados em áreas próximas à Corte, como a do Comércio e a da Polícia, que cortavam a área entre os rios Paraíba e Preto. A iluminação pública expandiu-se utilizando o óleo de baleia. Pântanos foram aterrados. Mercados e matadouros passaram a ser fiscalizados. Festas e espetáculos públicos também.

Inúmeras vezes, essas melhorias aconteciam contando com a contribuição dos ricos moradores que, em troca, receberiam “benefícios” do príncipe regente. Essa atitude de “dar e de receber” era comum: uma das marcas da monarquia portuguesa com os seus súditos, formando uma crescente espiral de poder, no dizer da historiadora Mary Del Priori, “subordinada a uma estratégia de ganhos simbólicos que se estruturava sob atos de gratidão e serviços”.

Segundo o historiador Francis Albert Cotta, “a Intendência Geral da Polícia teria assumido o papel de ‘agente civilizador’. Ela teria funcionado como uma instituição privilegiada do Estado

para a difusão de valores e códigos de comportamento social, condizentes com a ordem social renovada que se pretendia fundar no Brasil a partir de 1808”.

O número de habitantes do Rio de Janeiro passou de 50 mil para 100 mil durante o período em que Dom João esteve na cidade. Europeus de diversas nacionalidades vinham fazer negócios ou tentar a vida na cidade. Novidades que vieram “dar à praia”, como na canção do compositor Gilberto Gil, em forma de mão de obra qualificada: modistas, cozinheiros, alfaiates, padeiros, farmacêuticos, professores, médicos...

O Rio de Janeiro, agora sede do governo português, receberia também representantes diplomáticos dos velhos países europeus e dos novos países americanos, como os Estados Unidos da América.

Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, “a sociedade refinava-se”. Mudava a sua aparência. O que era “novo” chegava à cidade pelas mãos desses viajantes europeus. As moradias perdiam aquela face austera e modesta dos tempos anteriores. Ganhavam janelas emvidraçadas e jardins externos à maneira inglesa, como pediam os costumes da época. Consolidava-se, aos poucos, a construção do palacete no estilo neoclássico, inserido na malha urbana ou nos arredores, sob a forma de “chácaras” ou de “chalés”. Gradativamente, os grandes beirais de telhas e as fachadas brancas foram substituídos pela arquitetura mais elaborada trazida pela missão francesa. Tudo isso acompanhado pela chegada da cor. Os tons de bege, rosa, azul e verde (valorizados pela intensa luminosidade do sol tropical) ocupavam o lugar da brancura colonial.

Reuniões concorridas e bailes aconteciam nessas moradias. Os mestres de dança ganhavam prestígio. As salas de música compunham o cenário dessas habitações onde as mulheres, quando apareciam em público, deveriam adotar um comportamento bastante discreto: notadas pela elegância das roupas e pelos gestos contidos, à moda francesa. Ponto.

Com o passar do tempo, muitos funcionários mais graduados começaram a comprar chácaras ou

quintas em locais próximos ao Centro da cidade, como a Rua Mata-Cavalos (atual Rua do Riachuelo), ou em seus arredores, nos bairros do Catumbi e de São Cristóvão. Aqueles que quisessem “ter a honra de beijar a augusta mão de Sua Alteza” poderiam chegar ao Palácio da Boa Vista, em São Cristóvão, distante do então Centro da cidade, utilizando um veículo de condução coletiva, a diligência, precursora do “bondinho de burro”. Este, puxado por quatro cavalos, percorria uma linha, concedida por “Aviso Régio de 18 de outubro de 1817”, com o objetivo de proporcionar uma “condução cômoda”, segundo cita Charles Dunlop.

Essas mudanças eram percebidas pelos viajantes que visitavam o Rio de Janeiro. Um deles, o médico e botânico George Gardner (1812-1849), fazia referência à Rua do Ouvidor, que ganharia importância e luxo. Chegaria mais tarde a ser comparada às ruas parisienses, por concentrar um comércio variado e “chique”: modistas francesas, joalheiros, alfaiates, livreiros, sapateiros, confeitores, barbeiros... A Ouvidor fazia história; em 1829, receberia calçamento, sendo proibida ao tráfego de veículos. Em 1857, pavimentação com paralelepípedos. Seria a primeira a ganhar a iluminação a gás, em 1860, substituindo a de azeite, feita em 1854. Em 1891, iluminação elétrica. Memórias de uma rua registrada em crônica pelo escritor Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) como “elegante e vaidosa”.

Costumes familiares mudariam. As mulheres mais abastadas passaram a frequentar espaços públicos, como ruas e teatros, quebrando a reclusão do lar. Iam às lojas de modas, às joalherias...

A mudança da antiga realidade colonial, agora nova sede da monarquia, prosseguiria. Afinal, uma Corte que se prezasse deveria estar dotada de “distinção, grandeza e civilidade”. O Rio de Janeiro “deveria estar apto para cumprir o seu papel de sede da monarquia e cartão-postal do Império”, segundo palavras de Lilia Moritz.

Não era, entretanto, um começo do “zero” (anteriormente, a administração da metrópole já se estendera à colônia, montando repartições semelhantes às existentes em Lisboa). Foram instalados ministérios do Reino, da Marinha e Ultra-

mar e da Guerra e Estrangeiros, o Real Erário e outros órgãos da administração pública e justiça portuguesas (como a Mesa da Consciência e Ordens). Em 1809, foi criado um Observatório Astronômico. Também criados as Academias Militar e da Marinha, o Arquivo Militar e a Fábrica de Pólvora; a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, que representaria o início das instituições voltadas para a saúde; a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios e o Museu Real, com a finalidade de “estimular os estudos de Botânica e de Zoologia no local”.



www.ibrj.gov.br

Aleia das palmeiras do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em fotografia de 1865

Também o Real Horto Botânico, onde, seguindo o espírito daqueles tempos, seriam desenvolvidas experiências ou colecionadas espécies diversas, raras, desconhecidas. Localizado na região da Lagoa Rodrigo de Freitas, lá foram plantados: cravo-da-índia, pimenta-do-reino, canela, lichia, fruta-pão, mangueiras, jaqueiras, caramboleiras, amoreiras, entre inúmeras outras espécies. Plantas a serem aclimatadas, por exemplo, para produção comercial, uso prático farmacêutico ou tinturaria.

A Biblioteca Real, com o acervo precioso de livros, de gravuras e de documentos trazidos de Lisboa, abriria as portas ao público em 1814. Futuramente, seria a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A queda de Napoleão (1814) facilitaria o convite por parte da Corte lusa, segundo a versão oficial, para que viesse ao Rio de Janeiro a Missão Artística Francesa. No caso, a intenção era a de suprir a colônia americana, “carente de boa arte”. Chefiada por Joaquim Lebreton, dela faziam parte artistas como os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, que deixariam inúmeros desenhos e aquarelas que retratam costumes e paisagens da época, assim como o dia a dia da população; e os escultores Auguste Marie Taunay, Marc e Zéphirin Ferrez. Também o arquiteto Grandjean de Montigny, autor de projetos de edificações urbanas que, sobrevivendo ao tempo, hoje podem ser admiradas pelas ruas da cidade. Passeando pelo Centro do Rio de Janeiro ou pelos bairros de Botafogo, Flamengo, entre outros, percebe-se o cenário carioca pontilhado pela influência francesa. Inúmeras edificações guardam ainda em suas fachadas a memória da época. Esse grupo organizaria, a partir de agosto de 1816, a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, transformada, em 1826, na Imperial Academia e Escola de Belas-Artes.

Dom João acreditava que essas expedições de estrangeiros ampliavam as informações sobre certas áreas da colônia, ainda pouco conhecidas, assim como novas e possíveis formas de aproveitamento e de ocupação do interior. Era como um “redescobrimto do Brasil”, com suas possibilidades naturais.

A política joanina também criaria o primeiro Banco do Brasil, que concederia créditos para que os proprietários de terras e de escravos enraizassem seus interesses nas áreas próximas ao Rio de Janeiro. Dessa forma, poderiam explorar as terras férteis recebidas na região chamada, na época, de “Serra acima” (Vale do Paraíba). Foram distribuídas para esses proprietários rurais mudas e sementes diversas para experimentação, entre elas as de café.

A Imprensa Régia seria criada no dia do aniversário de Dom João (13 de maio de 1808). Nela,

seria editado o primeiro jornal da colônia americana: a *Gazeta do Rio de Janeiro*. O periódico possibilitaria a circulação de notícias, embora restritas, já que era um veículo usado para expandir a imagem que convinha à Casa de Bragança. A publicação indicava, também, onde adquirir gêneros que atenderiam ao paladar daqueles que migraram para os trópicos: pães de diversos tipos, vinhos variados, salames italianos, presuntos portugueses. Nas quatro páginas, nenhum “queixume”, nenhuma reclamação em tintas mais fortes: o Brasil era tratado como um “paraíso terrestre”. A publicação falava, por exemplo, sobre os príncipes europeus ou registrava louvores sobre os membros da família real portuguesa. Até 1814, publicaria informações sobre o andamento da guerra que acontecia na Europa, realçando as vitórias contra Napoleão. Os franceses eram tratados como “pragas” que assolavam o Velho Continente.

É importante registrar que o fim da proibição da existência de gráficas não significaria “liberdade de imprensa”. Havia uma junta formada por três autoridades encarregadas de “examinar os papéis e livros que se mandasse publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”. Segundo Ilmar Rohloff de Mattos, “o ato que criava a imprensa na Colônia, criava, também, a censura. A aplicação da censura aos livros fez com que houvesse, nessa época, um intenso contrabando de publicações para abastecer a elite letrada da Corte”.

Os jornais da oposição não eram impressos no Brasil. O *Correio Braziliense*, por Hipólito José da Costa (1774-1823), “jornal independente”, segundo Boris Fausto, e que fazia severas críticas ao governo de Dom João, era editado em Londres (entre 1808 e 1822).

Como o príncipe regente permitiu a qualquer pessoa a abertura de escolas de “primeiras letras” – que, na maioria das vezes, funcionavam na casa do professor (geralmente, europeu) –, os filhos das famílias abastadas passavam a receber uma “formação geral” que conduziria à leitura de livros e de periódicos. Muitos completariam seus estudos em universidades europeias.

Essas leituras desempenhariam um papel extremamente importante. Folhetos e livros circula-

riam, clandestinamente, entre os letrados. As ideias liberais neles contidas alcançariam, repercutindo, as camadas mais humildes da população. Falava-se em felicidade, liberdade, igualdade, fraternidade.

O trabalho escravo, necessário às atividades braçais nas casas, nos sobrados e nas chácaras dos senhores, permanecia. Nenhuma mudança nesse sentido. Segundo Lilia Moritz, “a escravidão representava o limite e a contradição fundamental dessa Corte de cenários”. Nesse sentido, prossegue a historiadora, “um dia se assistia à coroação grandiosa de Dom João” e, no outro, em animada curiosidade, o espancamento de um cativo dito “fujão”.

Reprodução de Alberto Jacob Filho



Porto do Rio de Janeiro

A presença dos escravos e dos homens livres pobres na cidade atemorizava a Corte, deixando em permanente sobressalto a população branca e proprietária. Era mais uma preocupação para a Intendência de Polícia da Corte, tirando o sono daqueles que eram conhecidos como os “brinquinhos do Reino”. Para agravar a situação, cativos fugidos das fazendas da região formavam quilombos nas matas da Serra da Carioca.

Quantas transformações – pensavam os que haviam chegado à cidade com a família real! Os que moravam no Rio de Janeiro pensariam da mesma forma? Possivelmente, todos se indagassem o quanto as suas vidas foram mudadas...

Afinal, que tempos eram esses?

O que acontecia, segundo palavras de Lilia Moritz, “era absolutamente novo e não tinha antecedente: a colônia transformava-se em sede da metrópole, e a sede se transformava, aos poucos, em colônia”.

Nem tudo são flores: o jogo de poder e de interesses – “Os amigos do rei”

*Meu caro amigo eu não pretendo provocar
Nem atijar suas saudades*

*Mas acontece que não posso me furtar
A lhe contar as novidades*

Meu Caro Amigo

Chico Buarque de Holanda
e Francis Hime

Pelo porto do Rio de Janeiro, uma das “portas” da cidade aberta, agora permanentemente, para o mundo exterior (a outra, para o interior: o “sertão”), as novidades não paravam de chegar. Quase todos os dias não cessavam de entrar “coisas e caras novas”.

Entre saudades e memórias, diversos registros saem da cidade, na direção do Velho Mundo, narrando o imenso afluxo de mercadorias (inglesas, em especial), o intenso movimento de pessoas e as transformações que muitas dessas almas vivenciavam.

Ser “amigo do rei”, estar perto da Corte era um sonho acalentado. Funcionários e comerciantes percebiam o quanto era fundamental essa proximidade. Empregos, negócios, títulos de nobreza, proteção e prestígio social estavam fortemente vinculados a essa convivência. Os habitantes do Rio de Janeiro e de áreas próximas rapidamente compreenderam essa realidade. E os que puderam fixaram residência na cidade para tentar usufruir dessas vantagens tão almejadas.

Dom João, por sua vez, desejando concretizar a ideia de um império luso-americano, tendo como sede o Rio de Janeiro, assinava Decretos Régios e governava. Determinou a abertura de estradas na direção daquela “porta” que ia rumo ao “sertão”; suspendeu as proibições quanto à existência de manufaturas. Distribuiu lotes de terra (sesmarias) para os funcionários e comerciantes portugueses por áreas “ainda não ocupadas por população branca”. Incentivou a agricultura.

Para os “amigos do rei”, a vida sorria em promessas: dominavam a Corte, que parecia existir apenas para atender aos interesses desses privilegiados. Dom João teria conferido mais títulos de nobreza, nessa época, do que a Casa de Bragança desde que assumira o trono lusitano. Os empréstimos ao Erário Real, inúmeras vezes, eram saldados de forma simbólica com títulos de nobreza ou comendas. Muitos que estavam fora dessas “vantagens”, desagradados e descontentes, indignavam-se. Reclamavam. Pelos cantos da cidade, ouvia-se que a Corte joanina era “corrupta, infame e depravada”. As queixas de moradores de outras partes do Brasil davam conta de que o Rio de Janeiro “tinha se tornado uma nova Lisboa, dominada pelos portugueses que oprimiam os brasileiros”, no dizer de Ilmar Rohloff de Mattos.

Os protestos envolviam, por exemplo, as enormes despesas relativas à manutenção da Corte com tantos criados! Abundantes impostos e taxas foram criados pelo Brasil todo para sustentar essa “Corte ociosa que desejava viver esbanjando da mesma forma como se em Portugal estivesse”. Comentava-se que as riquezas – em moeda circulante, em ouro e em diamantes – trazidas de Portugal pela Casa Real não teriam sido suficientes nem para o começo! Reclamava-se de que não havia recursos que bastassem para tantos desperdícios feitos à custa alheia!

Se determinados setores das elites brasileiras se beneficiaram com uma maior liberdade política, com a vinda da família real, o preço a pagar crescia a cada instante. A “compensação” oferecida pela obtenção das “boas maneiras” à moda europeia, conseguida pelo contato com a nobreza, esfumava-se. Era pouco diante do preço cobrado pelos enormes sacrifícios. Os encargos eram pesados, justificando a crescente insatisfação dos habitantes da terra, pois nem todos, nessa relação de “proximidade amistosa”, eram como canta a canção de Marco Antônio Gonçalves dos Santos: “o amigo, do amigo, do amigo, do amigo, do amigo” (de Dom João)...

Esses sentimentos, traduzidos em protestos, caminharam para além das cercanias do Paço Real,

saíram pelas duas “portas” da cidade em direção a pontos diversos da colônia e da metrópole. Talvez, nesse momento, aquelas nuvens claras e serenas sob a imagem de Dom João que ilustraram o painel que recepcionou a chegada da família real ao Rio de Janeiro já nem fossem tão plácidas assim. Escurecidas, possivelmente apontassem para o prenúncio de relâmpagos e de trovões, que, se não eram plenamente previsíveis, seriam, adiante, irreversíveis.

O Rio agora é a Corte – a capital do Reino Unido

Pela boca de um contemporâneo, a cidade, antes da chegada de D. João, era sujeita a meteoros elétricos (...), sobretudo no verão, notava-se (...) mudanças atmosféricas. O tempo toldava-se e depois (...) de relâmpagos maiores (...) apareciam trovões mais ou menos fortes e prolongados. (...) Pois bem, desde 1812 em diante e até hoje esses fenômenos meteóricos têm ido pouco a pouco a escassear-se.

Lilia Moritz Schwarcz

Aqueles que, eventualmente, acreditavam que a presença da realeza na colônia poderia interferir nos fenômenos da natureza tropical carioca, certamente, exageravam! Ao atribuírem esses poderes extraordinários, carregavam nas cores das ideias construídas em torno dos monarcas unguídos pela escolha divina. Levavam a extremos a teoria do absolutismo político europeu.

Mas, se Dom João não “fazia chover” e muito menos “relampejar”, na Europa eventos transformadores ressoariam no Brasil, desdobrando-se em consequências. O estrondo dos canhões silenciou no Velho Continente com a derrota de

Napoleão Bonaparte em 1814. Isso encerrava a necessidade da Corte lusitana de permanecer no Brasil. O Congresso de Viena (1815) determinava, desejando restabelecer a antiga ordem europeia, que as monarquias depostas pelo governante francês reassumissem seus tronos. Se a sede reconhecida do governo luso era Lisboa, a situação de Dom João no Brasil era ilegítima! Para reassumir (seu trono), o retorno era necessário.

Mas não era assim que pensava o regente. Bem adaptado, assim como grande parte dos seus súditos que vieram com ele, não demonstrava intenção de sair da América. Ou, então, de retornar tão cedo. Esse impasse seria contornado com a promulgação da Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815, assinada por Dom João: o Brasil era elevado a Reino Unido a Portugal e Algarves. O documento dizia: “Que os meus Reinos de Portugal, Algarves, e Brasil formem dora em diante um só e único Reino”. O trono português, dessa forma, ficava preservado para a Casa dos Braganças. Também atendia aos interesses e às aspirações dos súditos do novo Reino, que teriam os seus negócios resguardados.



Símbolo do Reino Unido de Portugal e Algarves

Essa medida, que causaria enorme alegria no Rio de Janeiro, provocaria uma enorme insatisfação em Portugal, que se via equiparado à sua colônia e, mais ainda, ameaçado de perdê-la. Alerta Boris Fausto que os “atritos entre a gente da metrópole e da colônia” não desapareceram só “porque, por algum tempo, a colônia se vestiu de metrópole. Ao transferir-se (...), a Coroa não deixou de ser portuguesa e favorecer os interesses dos portugueses no Brasil”.

Para Sérgio Buarque de Holanda, “a elevação da antiga colônia à dignidade de reino foi, por outro lado, o reconhecimento de uma situação de fato. (...) um ato político no sentido amplo (...) além de assegurar a administração tranquila, permitia que se forjassem planos imperialistas na direção do Prata e mesmo se reavivassem sonhos de uma amplitude continental – havia de prender a Coroa ao Brasil, e o Brasil à monarquia”.

Com a morte de Dona Maria I, no ano seguinte, o príncipe regente Dom João VI passaria a rei de Portugal, do Brasil e de Algarves. O primeiro que toda a América conheceria! A aclamação apenas aconteceria mais tarde, em 1818, por conta do luto e pela eclosão de uma revolução em Pernambuco, em 1817.

Festejos à parte, as reclamações prosseguiram, derramando-se em insistentes críticas ao esbanjamento, à arrogância dos portugueses e aos privilégios que não paravam de ser concedidos aos “amigos do rei”. Pelas ruas, pelas vielas, nas proximidades do Paço, nos arrabaldes da cidade, o descontentamento crescia em indagações frequentes...

“O que será que será/ (...) Que andam sussurrando/ Em versos e trovas?/ Que andam combinando/ No breu das tocas/ Que anda nas cabeças?/ Anda nas bocas?” (Chico Buarque de Holanda e Milton Nascimento)

Uma cidade sem rei: o regresso de Dom João VI e parte da família real

...o meu Rio de Janeiro

Antes que um aventureiro/ Lance mão...

Samba de Orly

Chico Buarque de Holanda,
Toquinho e Vinicius de Moraes

Inúmeras pessoas, ansiosas, aguardavam mais notícias que chegavam despejadas pelas embarcações que atracavam no porto do Rio de Janeiro. Naqueles dias de outubro de 1820, pela Rua Direita (atual 1º de Março), muitos habitantes da cidade falavam, gesticulavam, conversavam sobre o rei Dom João VI, sobre a Corte e sobre as suas próprias vidas. Comentavam a notícia que corria e que causava tanto espanto: em agosto, havia estourado uma revolução, de inspiração liberal, iniciada na cidade do Porto e que ganhara a adesão de outras regiões portuguesas.

Palavras nem sempre utilizadas eram ouvidas aqui e ali pelo Rio de Janeiro: “liberdade”, “constituição” e “revolução” pontilhavam as conversas. Para comerciantes, funcionários públicos, artesãos, padres e demais homens livres, tudo era novo e causava emoção. Olhos fixos no cais aguardavam as notícias do Velho Reino que chegariam pelas águas da Baía de Guanabara. Os escravos talvez se perguntassem a razão de tanta agitação: afinal, o que acontecia parecia não ter relação alguma com as suas vidas.



Cortejo da família real portuguesa no Rio de Janeiro

As notícias tão aguardadas de Portugal davam conta das ideias liberais que se espalhavam pela Europa, defendendo uma Constituição que limitaria o poder do soberano, instituindo uma monarquia constitucional. Mas não ficariam apenas pela cidade. Seguiriam adiante, causando grande perplexidade, em direção à outra “porta” do Rio de Janeiro: aquela que se abria rumo ao interior (“sertão”). Eram informações, palavras, desejos que andavam (ou que passariam a andar) “pelas cabeças e pelas bocas”...

Ficava evidente que os portugueses não estavam nada satisfeitos com a vida que estavam levando. Ansiavam por um governo liberal, não desejando mais serem governados por um rei absoluto. Reivindicavam que a família real retornasse para a terra natal! Dessa forma, conseqüentemente, o Brasil voltaria à condição anterior a 1808: uma colônia.

Assim pensavam os habitantes de Portugal que viviam aqueles tempos difíceis: diversas cidades destruídas devido às lutas travadas contra as tropas invasoras; economia em crise; comércio decadente, não apenas pela ocupação francesa, mas também pela abertura dos portos da colônia. E mais: os comerciantes reinóis metropolitanos estavam profundamente descontentes com a perda do monopólio comercial que detiveram até 1808.

A situação do reino de Portugal se agravava mais ainda após os Tratados de 1810, assinados com os ingleses, que viam a América como uma espécie de “compensação” para as perdas sofridas, especialmente, pelo Bloqueio Continental (tentativa de isolar econômica e comercialmente a Inglaterra, imposta por Napoleão Bonaparte, em 1806). Sentiam-se no direito de participar “como sócios preferenciais dos negócios portugueses”, segundo Ilmar Rohloff de Mattos. As negociações foram longas. Dom João sabia que essas pretensões iam atingir interesses como os dos comerciantes lusos, que veriam cair por terra seus antigos privilégios. Mas, diante da inflexibilidade dos ingleses e das necessidades que o governo português vivenciava, os tratados foram firmados: de Aliança e Amizade, de Comércio e Navegação e outro que versava sobre as relações postais entre os dois reinos.

Como o príncipe regente imaginava, tais acordos não foram bem recebidos. Houve uma grita generalizada no Rio de Janeiro (e em outros pontos do Brasil)! Magistrados discordando da presença de juízes ingleses; bispos e padres católicos contrários à liberdade de culto para os protestantes; traficantes negreiros contra as limitações impostas à escravidão; comerciantes reinóis ameaçados nos seus negócios. Para todos estes, os ingleses estavam se tornando os novos colonizadores. A colônia saía da esfera do colonialismo mercantilista português para ingressar na dependência do capital industrial inglês.

No dizer de Ilmar Rohloff de Mattos, “esses tratados quebraram o monopólio português em nome do liberalismo, e feriram em cheio os interesses lusos, além de humilhar a soberania portuguesa. (...) A Inglaterra impôs vantagens, entre elas: o direito da extraterritorialidade, que permitia aos súditos ingleses radicados em domínios portugueses serem julgados aqui por juízes ingleses, segundo a lei inglesa; o direito de construir cemitérios e templos protestantes, desde que sem a aparência externa de templo; a garantia de que a Inquisição não seria instalada no Brasil, com o que a Igreja Católica perderia o controle das almas; a colocação dos produtos ingleses nos portos portugueses mediante uma taxa de 15%, ou seja, abaixo da taxa dos produtos portugueses, que pagavam 16%, e bem abaixo da dos demais países, que pagavam 24% em nossas alfândegas”.

Muitas vezes em Portugal se erguiam por conta de tudo o que vinha ocorrendo. O mal-estar aumentava com a longa permanência do monarca no Brasil! Pelas ruas de Lisboa, a pergunta não calava: “Afinal, Dom João volta ou não volta?”. Diziam que todas essas desventuras e todos esses sofrimentos aconteciam resultantes dessa ausência: “Queremos nosso rei de volta!”. E logo acrescentavam: “Mas queremos um rei constitucional!”.

Do outro lado das águas atlânticas, na cidade do Rio de Janeiro, a “calma reinante era parte de um cenário frágil”, no entender de Lilia Moritz. Existiam aqueles que tinham pensamentos contrários ao que acontecia no Velho Reino. Os motivos variavam de acordo com o jogo de interesses que estava na mesa. Grupos desejavam a permanência do rei na cidade, garantindo todas as vantagens adquiridas desde 1808 (e que não eram poucas). Outros, embora defensores das ideias de liberdade, temiam a libertação dos escravos, pois não desejavam deixar de ser proprietários destes.

Naquele agitado ano de 1820, repleto de interrogações e de perguntas, a chegada de alguma notícia vinda de Portugal era sinal de confusão na cidade. A discussão tomava conta das ruas, em posições contrárias ou favoráveis que pareciam não ter fim.

O que se tramava? O que teria concerto? O que seria certeza? E o que seria incerteza? O que ia acontecer?

Após inúmeras dúvidas e hesitações, pressionado, desejando preservar o regime, a sua dinastia e a manutenção da união dos reinos europeus e americano, Dom João VI regressou a Portugal no dia 26 de abril de 1821. Mas deixou no Brasil o príncipe Dom Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon (1798-1834), herdeiro do trono. Essa atitude do monarca tinha a intenção de contentar àqueles que se opunham ao retorno da família real para Portugal.

A cidade do Rio de Janeiro, agora, não tinha mais um rei...



Retorno de D. João VI a Portugal, em 1821

O Rio de Janeiro: da “cidade do Fico” à capital do Império – a Independência

Querido Papai: A oportunidade permite-me (...) escrever-vos (...). Aqui tudo é confusão, por toda a parte dominam os princípios novos, da afamada Liberdade e Independência. O meu marido que, infelizmente, ama tudo que é novidade, está entusiasmado, como me parece, e

terá no fim que espiar tudo (...). Depois de todas as notícias (...) a nossa viagem para a Europa torna-se impossível (...) seria a maior ingratidão e o mais grosseiro erro político se todos os nossos esforços não tendessem a garantirmos uma justa liberdade, conscientes da força e grandeza deste belo e florescente Império (...) que (...) poderá (...) com o tempo, ditar leis. (...) Beijo-vos (...) as mãos (...) vossa filha obediente, Leopoldina.

Dona Leopoldina – arquiduquesa da Áustria e esposa do príncipe regente Dom Pedro – manteve uma extensa correspondência com a sua família. Nesses trechos de cartas datadas de 23 de junho e de 8 de agosto de 1822, endereçadas a seu pai, Francisco I (1768-1835), é possível perceber contornos da situação política.

O retorno de Dom João VI, pressionado pela vitoriosa Revolução do Porto, assim como as medidas recolonizadoras adotadas pelas cortes de Lisboa (que tentavam ainda limitar o poder do príncipe regente Dom Pedro), ia definindo uma outra situação: da união das forças políticas brasileiras contrárias à política adotada por aquelas cortes.

Quanto mais a intenção sobre a recolonização não deixava dúvida, mais a ideia de independência ganhava força. Reação à ação praticamente alcançada no chamado Dia do Fico, quando o príncipe regente recusou-se a obedecer à ordem de retornar a Portugal; a Independência, próximo passo, seria formalizada com o Ato do Ipiranga no dia 7 de setembro de 1822.

Muitas voltas daria o mundo, como diz a frase popular, até que a Independência proclamada por Dom Pedro I do Brasil fosse aceita por todas as províncias e reconhecida por outras nações.

Na Bahia, no Pará, no Piauí, no Maranhão e na Cisplatina, militares e comerciantes portugueses,

que não tinham interesse que o domínio de Portugal sobre o Brasil terminasse, revoltaram-se. O governo imperial teve que contratar tropas compostas por soldados mercenários para, ao lado de “milícias populares”, no dizer de Ilmar Rohloff de Mattos, combater aqueles que se colocaram contrários à Independência.

O reconhecimento político internacional, necessário para toda nação nessa situação, iniciou-se primeiramente com os Estados Unidos, seguidos pelas demais nações sul-americanas, que fizeram restrições ao regime monárquico adotado, já que, livres do domínio colonial espanhol, haviam se transformado em repúblicas. A Inglaterra permaneceria por algum tempo em expectativa. Aguardava a posição que Portugal, seu tradicional aliado, tomaria. Contudo, interessada em manter as inúmeras vantagens obtidas através dos tratados assinados em 1810, pressionou Lisboa ao reconhecimento da independência política da sua antiga colônia americana.



D. Pedro anuncia, em janeiro de 1822, que permanecerá no Brasil, no chamado Dia do Fico

Naqueles dias de setembro do ano de 1822, novas portas na direção da liberdade e da independência política surgiam possíveis. Justificadas, quem sabe, pelo pensamento do “tudo se divide, tudo se separa” (Humberto Gessinger).

Mas haveria espaço para tudo e para todos? Novas situações, outras perguntas... Alheio a esses questionamentos, em algum recanto do Rio de Janeiro, agora capital do Império do Brasil, alguém, sonhadora e despreocupadamente, de-

sejando viver em uma cidade diferente, recitava alegremente: “Sabíá cantou na mata,/ Eu cantei no meu terreiro:/ Viva o Rei do Brasil,/ Viva Dom Pedro Primeiro!”.

Conceitos-chave

- Entre ameaças e medos de invasão. Entre projetos e planos de evasão
- A chegada da família real portuguesa
- O impacto da mudança: verso e reverso
- Dom João reforma o Rio
- Nem tudo são flores: o jogo de poder e de interesses – “Os amigos do rei”
- O Rio agora é a Corte – a capital do Reino Unido
- Uma cidade sem rei: o regresso de Dom João VI e parte da família real
- O Rio de Janeiro: da “cidade do Fico” à capital do Império – a Independência

Para usar em sala de aula

- Após uma apresentação do conteúdo pelo professor, propor um sociodrama com o tema “Revivendo a História”. Os alunos recriariam o momento da chegada da família real ao Rio de Janeiro através de uma transmissão ao vivo. Além dos personagens da época, incluir o locutor e o repórter.
- Montar um livro de receitas tradicionais chamado *No Tempo da Vovó* a partir de uma pesquisa na web.
- Organizar uma visita ao Jardim Botânico e pedir aos alunos que desenhem o seu recanto favorito do jardim. Montar um mural com as ilustrações feitas pelos alunos.

Para visitar

- Paço Imperial
- Biblioteca Real
- Jardim Botânico
- Museu Real

Bibliografia

Livros

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. *Sabores do Brasil em Portugal*. Descobrir e Transformar Novos Alimentos (Séculos XVI-XXI). São Paulo: Senac, 2010.

CALDEIRA, Jorge *et al.* *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CALMON, Pedro. *História do Brasil na Poesia do Povo*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973.

CARVALHO, Delgado de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Divisão de Edição e Edição C/DGDI, 1994.

CASTRO, Therezinha de. *História Documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

DUNLOP, Charles. *Os Meios de Transporte do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1972.

EDMUNDO, Luiz. *A Corte de D. João no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1957.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

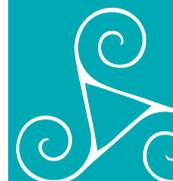
FREEDMAN, Paul (org.). Tradução de Anthony Sean Cleaver e Julie Malzoni. *A História do Sabor*. São Paulo: Senac, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1962.

MATTOS, Ilmar Rohloff de *et al.* *O Rio de Janeiro, Capital do Reino*. São Paulo: Atual Editora, 1995.

MATTOS, Ilmar Rohloff de; ALBUQUERQUE, Luis Affonso Seigneur de. *Independência ou Morte. A Emancipação Política do Brasil*. São Paulo: Atual Editora, 1994.

PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. Volume único. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1969.



PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. *Rio de Janeiro: Cinco Séculos de História e Transformações Urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

PRIORI, Mary Del; VENANCIO, Renato. *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz *et al.* *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*. Do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. *500 Anos da Casa no Brasil*. As Transformações da Arquitetura e da Utilização do Espaço de Moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VIANNA, Helio. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, Indústrias de Papel, 1970.

Web

ALVES, Jorge Fernandes. *Ler, Escrever e Contar na Emigração Oitocentista*, separata da Revista da História das Ideias. Universidade de Coimbra, 1999. Disponível em: <http://ler.lettras.up.pt>.

COTTA, Francis Albert. *Uma Polícia para o Império*. Historiografia e iconografia sobre a polícia no Rio de Janeiro – primeira metade do século XIX. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br>.

FLORES, Moacyr. *Cartas de Dona Leopoldina*. Artigo. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br>.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). *História do Brasil* – Centro de Informações. Disponível em: <http://portalmultirio.rio.rj.gov.br>.

<http://letras.terra.com.br/ary-barroso>

<http://www.revistadehistoria.com.br>

<http://www.marcillio.com>

<http://letras.terra.com.br/gilberto-gil>

<http://www.vagalume.com.br>

<http://letras.terra.com.br/chico-buarque>

<http://letras.terra.com.br/engenheiros-do-hawaii>

<http://letras.terra.com.br/guilherme-arantes>

<http://pt.wikipedia.org>

Músicas citadas e seus autores

Os Quindins de Iaiá – Ary Barroso

Coisas do Brasil – Guilherme Arantes

Com Açúcar, com Afeto – Chico Buarque de Holanda

A Novidade – Gilberto Gil

Meu Caro Amigo – Chico Buarque de Holanda e Francis Hime

Amigo do Amigo – Marco Antonio Gonçalves dos Santos

O que Será – Chico Buarque de Holanda e Milton Nascimento

Alívio Imediato – Humberto Gessinger



DOS HOMENS

Neste tema, a proposta é caracterizar as principais transformações vividas pela cidade do Rio de Janeiro, tendo como fio condutor as relações de poder que se manifestaram nos diferentes estatutos jurídicos ao longo da história carioca, a partir de 1822 até 1960.

O Rio de Janeiro novamente

Corte: Império

*Liberdade, liberdade! / Abra as asas sobre nós /
E que a voz da igualdade / Seja sempre a nossa voz*

Liberdade! Liberdade! Abra as Asas sobre Nós
Niltinho Tristeza, Preto Jóia, Vicentinho e Jurandir



Sinopse

Em fins do século XVIII e início do XIX, a palavra “liberdade” atravessou oceanos e mares e alcançou o Rio de Janeiro. Aqui, traduzida em independência política, fez da cidade cenário perfeito e novamente Corte: capital do Império. Após o “Grito do Ipiranga”, Dom Pedro, transformado em imperador, teve a tarefa de organizar politicamente o nascente Estado e mantê-lo imperial sob a dinastia dos Braganças. Tempos complexos. Governando com política autoritária e sofrendo oposição, abdicou em favor do filho menor, Dom Pedro de Alcântara. Seguiu-se um período de crises: as Regências.

Em meio a esse quadro de agitação, o café chegaria às terras cariocas e a chamada “onda verde” se espalharia em direção ao Vale do Paraíba, fazendo surgir o poderoso grupo dos “barões do café”. É o momento em que a cidade do Rio de Janeiro se expande ao longo dos trilhos dos trens e dos bondes. O perfil urbano se altera. Damas e cavalheiros chiques passam a frequentar as confeitarias e livrarias da Rua do Ouvidor, o “pulso da cidade”. Nem tudo era perfeito. Espalhavam-se pelas ruas capoeiras, vadios e ladrões, que se misturavam à forte presença dos escravos.

Nas últimas décadas do século XIX, falava-se que o antigo brilho da família imperial já não era o mesmo. Nuvens pairavam sobre o Império, anunciando uma tempestade de fatos e ideias que culminaria com a proclamação da República.



A palavra “liberdade”, cantada no refrão de uma escola de samba carioca, repleta de intenções e de significados, ao longo do tempo vem sendo o estandarte de inúmeros homens e de inúmeras mulheres por todos os cantos do mundo. Invocada por pobres, ricos, fracos, poderosos. Perseguidos, escravizados, dominados. Letrados ou não. Em incontáveis reclamos, erguem-se vozes – em prosa, em verso – desejando alcançá-la.

Liberdade – fonte de inesgotáveis paixões cristalizadas nos corações sonhadores...

Ao longo do tempo, muitos refletiram e interrogaram-se: afinal, o que seria “essa tal liberdade”, tão primordial na vida dos homens? Apenas “ilusão”, como pensaram os filósofos?

<http://bndigital.bn.br>



Junta à Fernambouc, gravura de Jules David. Retrata reuniões em que o tema era a liberdade

Diversas áreas do conhecimento humano ocuparam-se, ao longo da história, na ampliação do complexo conceito dessa palavra. No campo do Direito contemporâneo, por exemplo, a “liberdade é a regra”, conforme expresso na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que estabelece: “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa a não ser em virtude de Lei”. Internacionalmente, a ONU adotou, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que engloba os direitos e as liberdades que devem ser objetivos de todas as nações.

Aliás, a própria dificuldade em definir o conceito de liberdade conduziria à utilização do termo “liberdades”, mais plural e mais concreto. Um somatório das suas diversas formas: pública, política, econômica, de pensamento e de opinião, entre outras. Desafios.

Incontáveis vezes a História narra fatos em que as ideias de liberdade foram exercidas, postas em prática. Não por todos e nem sempre para todos. Com perdas, com ganhos. Algumas, cercadas, frustrariam incontáveis sonhos. Outras, um leque de caminhos para o presente e de possibilidades para o futuro.

Memórias. Aventuras, temores, lembranças...

Como em outros cantos do mundo, pelos derradeiros anos do século XVIII e pelas primeiras décadas do século XIX, a palavra “liberdade” viajou pelas águas salgadas do Mar Oceano, alcançando as terras tropicais. Em revoada “azul”, rodopiou caprichosamente sem se desfazer no ar. Alcançando a “porta” que se abria na direção das vilas e das cidades, subiu e desceu ladeiras, percorrendo caminhos e ruas. Volteando pelas vielas, borbulhou em sons junto aos chafarizes. Circulou, clandestinamente, através da palavra escrita, repetida em murmurações de boca em boca. Respondeu esperançosa: “Presente!”, em diversas habitações, onde vozes sussurrantes conspiravam vontades e interesses à luz das velas e dos lampiões, em conversas que varavam a noite, em trama surda. Alcançando o Rio de Janeiro, traduzida em independência política, fez da cidade cenário perfeito, novamente Corte (depois de deixar de ser): capital do Império.

Em versos, Cecília Meireles definiu: “Liberdade, essa palavra/ que o sonho humano alimenta/ que não há ninguém que explique/ e ninguém que não entenda” (*Romanceiro da Inconfidência*).

Mas liberdade para quem? Para quantos?

A complexa arquitetura política pós 1822, tendo como palco o Rio de Janeiro

Já raiou a liberdade

No horizonte do Brasil!

Hino da Independência

Esse é um trecho da letra do *Hino da Independência*, escrita pelo jornalista Evaristo da Veiga (1799-1837). A melodia, primeiramente atribuída ao maestro Marcos Antônio da Fonseca Portugal (1760-1830), seria substituída, posteriormente, por uma outra composta por Dom Pedro I (1798-1834), que, em vibrantes notas musicais, fala da liberdade que raiava “no horizonte do Brasil”.

Versões de uma mesma pessoa. Registros da época e mais recentes traçam, em nuances, o perfil daquele que, segundo a historiadora Isabel Lustosa, passaria de “espectador a ator” no palco e no cenário que conduziriam ao processo da emancipação política no Brasil. Nesse sentido, o jornalista Evaristo da Veiga entendia que Dom Pedro, ao assumir o papel de protagonista na cena política da época (desde o “Fico”), garantiria que o país não fosse retalhado “em pequenas repúblicas inimigas, onde só dominassem a anarquia e o espírito militar”.

Para o escritor Otávio Tarquínio de Souza, o príncipe era “um ser de escândalo e contradição, cuja vida, tão breve, se marcou de rasgos generosos que lhe redimem erros e pecados”. O historiador José Murilo de Carvalho assinala que Dom Pedro, por vivenciar, muitas vezes, “emoções contraditórias”, podia ser “romântico, autoritário, ambicioso, generoso, grosseiro, sedutor. Era capaz de grandes ódios e grandes amores”.

Essa diversidade de comportamento daria assunto para o diz que diz do povo, que, quando descontente, não perdoava, referindo-se às atitudes do monarca com palavras “crespas”, segundo o escritor Paulo Setúbal. Especialmente depois que os vivas delirantes dos primeiros tempos se calaram...

O primeiro rei do Império brasileiro aprendera a tocar vários instrumentos musicais: piano, cravo, flauta, violino. O piano, grande novidade na cidade, introduzido no país na segunda década do século XIX, teria interessante trajetória. Objeto de desejo, viria compor o mobiliário das residências patriarcais (sobrados urbanos ou sedes das fazendas), inaugurando um espaço privado – o salão. Nele, aconteceriam saraus e, posteriormente, bailes e festas que dariam outro ritmo à dinâmica familiar. Por suas teclas deslizariam compassadamente não apenas as “brancas mãos das moças de elite” do período imperial, como diz José Ramos Tinhorão. Mas, adiante, também, por outras “ágeis e saltitantes de negros e mestiços músicos de gafieiras, salas de espera de cinema, de orquestras de teatro de revistas e casas de família dos primeiros anos da República e inícios do século XX”, conclui o escritor.

Diversamente dos seus contemporâneos (que viam os trabalhos manuais como “coisa de escravo”), Dom Pedro era hábil ferreiro, marceneiro, e consta que sonhara em ser marinheiro. Circulava frequentemente pelo Rio de Janeiro, mantendo contato com a população no vai e vem das ruas, na lufa-lufa da cidade. Traço da sua personalidade que encantava no primeiro contato, e, no dizer da historiadora Isabel Lustosa, ao ser abordado na saída da capela da Glória, aonde ia todos os sábados rezar, conversava com “a gente do povo”, pessoas de “todas as idades e cores”, gracejando e sorrindo.

Simpatia para uns, espanto para outros. “Oh!”, exclamava surpreendida a realeza na Europa, seguidora de regras e condutas, diante dessas familiaridades incomuns. A tradicional nobreza no Velho Mundo censurava sem compreender. Que etiqueta era essa, conduzida de forma extremamente particular pelo jovem imperador brasileiro?

Versões de uma mesma pessoa. Olhares. Comportamentos. Contrapontos.

Tempos nada fáceis tinha Dom Pedro à sua frente; a complexa tarefa que se apresentava era a de efetivar a partir do “espaço político-simbólico do Rio de Janeiro a montagem do Estado e da nação brasileiros”, no dizer do historiador Carlos Eduardo Sarmiento. Tarefa de longa duração pontuada por inúmeras disputas políticas, ten-

www.al.sp.gov.br



D. Pedro I ao piano, tela de Augusto Bracet



do como cenário a capital do Império, cada vez mais ligada “à dinâmica do mundo atlântico e, em especial, à Europa”.

No Rio de Janeiro e nas províncias próximas, o Sete de Setembro seria saudado com entusiasmo. A historiadora Mary Del Priori acrescenta que grande parte do “sucesso do Grito do Ipiranga” aconteceria por ter contado com o apoio das elites do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo. Se não fosse assim, “passaria para a História como mais um berro inconsequente do autoritário Dom Pedro”.

No dia 12 de outubro de 1822, no Campo de Santana, região central da cidade do Rio de Janeiro, um grande número de pessoas receberia Dom Pedro, que retornava de São Paulo, aplaudindo o momento da aclamação daquele que, de príncipe regente, transformava-se em Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

Pelas ruas e vielas da cidade, misturavam-se o repique dos sinos e os gritos entusiasmados da população. Em meio à rotina do dia a dia, as conversas fervilhavam no vai e vem junto aos mercados ou às lojas de comércio a varejo. Depois de ser aclamado, conforme a tradição em Portugal, Dom Pedro I, em cerimônia envolvida em pompa e circunstância absolutista, foi sagrado e coroado no dia 10 de dezembro de 1822.

Nesse mesmo dia, o monarca criaria a Ordem Imperial do Cruzeiro, como símbolo do poder imperial, a primeira genuinamente brasileira. Seu desenho buscaria inspiração nos modelos franceses. Porém, o nome escolhido baseou-se na “posição geográfica desta vasta e rica região da América Austral” (ao sul da linha do Equador) que forma o Império do Brasil, onde se vê a grande constelação do Cruzeiro do Sul.

As armas, assim como a bandeira do novo Império, foram desenhadas por Jean-Baptiste Debret (1768-1848), que integrara o grupo conhecido como Missão Artística Francesa, composto por artistas reconhecidos em seu meio e que vieram para o Brasil, “uma colônia até então fechada aos estrangeiros – sobretudo franceses – e com imensas possibilidades de comércio, mercado e artes”, no dizer de Lilia Moritz Schwarcz.



Bandeira do Brasil Império

Sobre essa questão, a versão oficial relata essa vinda como um “convite” oficial, que teria como finalidade engrandecer a presença da Corte portuguesa nos trópicos (como já o fizera consagrando a glória do imperador Napoleão Bonaparte). Entretanto, documentos da época, datados dos derradeiros meses de 1815, sinalizam que as autoridades portuguesas não “tinham nenhuma ideia da assim chamada Missão” e nem os “políticos brasileiros (...) possuíam instrução ou ordem da Corte que pudesse atender às demandas dos franceses ou ajudar no financiamento de tal viagem”. A conjugação de aspectos como a situação dos artistas, desempregados ou “quase”, desejosos de emigrar (preocupados com represálias após a queda de Napoleão Bonaparte, a quem tinham servido); uma moda francesa nas artes; a monarquia portuguesa “estacionada nos trópicos”; e o papel do Brasil no imaginário francês acabaria “juntando a fome com a vontade de comer”, observa a historiadora. A Coroa só daria o seu apoio após o fato consumado, com a chegada definitiva dos franceses. A partir daí, sim, “pagaria pela estada dos artistas em território americano”, conclui Lilia Moritz.

Apesar de tantas alegrias e de tantas expectativas, a tarefa que se apresentava naqueles dias e nos anos seguintes era a de organizar politicamente o nascente Estado e mantê-lo imperial sob a dinastia dos Braganças.

As forças políticas que conduziram o processo de emancipação e as que surgiriam com o passar do tempo, sempre desejosas de manter em pauta os seus interesses, iam, ao longo do período imperial, frequentemente, divergir, en-

frentando-se através das palavras em discursos inflamados ou até, pontualmente, em conflitos armados. Dias turvos.

O quadro que se configurava durante o Primeiro Reinado (1822-1831) seria desenhado por conflitos, rugas e arruaças, em cores fortes, que refletiriam os interesses variados que estavam em jogo. De um lado, aqueles que desejavam preservar as estruturas socioeconômicas vigentes. De outro, Dom Pedro I pretendendo aumentar e reforçar seu próprio poder, evidenciado na marca característica da Constituição outorgada de 1824: a existência do Poder Moderador, exclusivo do imperador.

Afinal, acontecia aquilo que a canção de Eduardo Gudín e de Paulo César Pinheiro descreve: “tudo que mais nos uniu separou/ o mesmo alento que nos conduziu, debandou”...

Apesar da intensa agitação que ocorria na capital do Império, as populações rurais do interior mantinham-se indiferentes e mal-informadas sobre os acontecimentos. Segundo relatos do naturalista Auguste de Saint-Hilaire, em suas viagens pelo Vale do Paraíba paulista, “as revoluções que operam em Portugal e no Rio de Janeiro não tiveram a menor influência sobre os habitantes desta zona paulista; (...) a mudança de governo não lhes fez mal e nem bem (...). A única coisa que compreendem é que o restabelecimento do sistema colonial lhes causaria danos, porque se os portugueses fossem os únicos compradores de seu açúcar e café, não mais venderiam suas mercadorias tão caro quanto agora fazem”.

Governando com política autoritária, o monarca sofreria forte oposição na imprensa e na Câmara dos Deputados.

Um dos jornais de oposição, *O Repúblico*, em 23 de março de 1831, publicava “em tom subversivo”, segundo Otávio Tarquínio de Souza, um soneto que dizia: “Às armas! Brasileiros denodados!/ Às armas! Contra os pérfidos malvados!”. Grupos que apoiavam o imperador retrucavam: “Morra o redator d’*O Repúblico!*”. No teatro das palavras, cada cena tinha um sentido, uma vontade, uma ação.

A situação desses dias dramáticos e tumultuosos seria agravada pelos problemas econômicos

e financeiros do país, minando a popularidade do imperador, que, apesar do apoio de alguns setores da sociedade, como o Partido Português, não conseguia reverter a crise.

Na madrugada do dia 7 de abril de 1831, no Palácio da Boa Vista, Dom Pedro I, buscando apaziguar os ânimos no Brasil, declararia a sua abdicação em favor do filho menor, o príncipe imperial Dom Pedro de Alcântara.

O Brasil teria nesse momento, segundo o historiador Boris Fausto, “a perspectiva de sagrar um rei nascido no país”. Mas, para que isso acontecesse, águas e mais águas de março fechariam verões no Rio de Janeiro. O herdeiro do trono tinha 5 anos apenas.

No Campo de Santana, chamado antes de “Aclamação”, agora de “Honra”, alguém esperançoso dizia em rimas: “Uma prudente regência/ Um monarca brasileiro/ Nos prometeu venturoso/ O porvir mais lisonjeiro”.

Muito tempo depois, outro verso feito canção talvez contasse um pouco do sentimento que assaltava aquela alma que renunciava ao trono do Brasil, embarcando para a terra natal a bordo de uma fragata inglesa: “Vou-me embora agora pra longe/ Meu caminho é ida sem volta/ Uma estrela linda me guia/ Minha asa presa se solta” (Tim Maia e Carlos Imperial).

Após a abdicação de Dom Pedro I, o Brasil atravessaria um período marcado por mais crises: enquanto o Império era governado por regentes, diversas forças políticas prosseguiriam em acirradas lutas pelo poder.

Por outro lado, o país perdia espaço na concorrência por mercados econômicos e aumentava a sua dependência em relação às potências estrangeiras da época. As reivindicações populares se avolumavam, ocasionando revoltas em diversos pontos do país. Homens livres brancos, mulatos, mestiços, pardos e negros forros iam às ruas em busca do direito de participação na vida política e de melhores condições de vida.

Em meio a esse quadro de agitação, ocorreria a expansão da cultura cafeeira na região do Vale do Paraíba, fazendo surgir o poderoso grupo dos “barões de café”. Apesar da pressão inglesa, permanecia fundamental a manutenção da



escravidão e do tráfico negreiro em um país de economia primário-exportadora e “sem técnica própria”, segundo o professor Celso Furtado. A mão de obra escrava era responsável não só pelos trabalhos na lavoura, mas também por outros – domésticos e/ou urbanos. Além disso, a extinção do tráfico negreiro afetaria os grandes proprietários de escravos e terras, justamente a camada social que sustentava o Império brasileiro.

Nesse período das Regências, seriam criados o Colégio de Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “com a finalidade de desenvolver uma política cultural para o país”, segundo Ilmar Rohloff de Mattos.

Em 1837, o Ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), apresentaria ao regente Pedro de Araújo Lima (1793-1870) uma proposta para a organização do primeiro colégio secundário oficial do Brasil: o Colégio de Pedro II, situado na atual Avenida Marechal Floriano.

leopoldotristo.blogspot.com



Fachada do Colégio Pedro II, no Centro do Rio

No decreto de fundação (2 de dezembro de 1837, dia do aniversário do herdeiro do trono), constava no art. 30: “Neste colégio serão ensinadas as línguas latina, grega, francesa, inglesa, retórica e os princípios elementares de geografia, história, filosofia, zoologia, mineralogia, álgebra, geometria e astronomia”.

A inauguração e o começo das aulas ocorreram no dia 25 de março de 1838. Compareceram o jovem imperador e as suas irmãs, o regente Araújo Lima, assim como todos os ministros de Estado. Essas presenças ilustres demonstravam

a importância política dada ao colégio, que representaria outros papéis além do da instrução. Receberia atenções especiais na sua organização e na sua orientação. “Afinal era uma instituição aristocrática destinada a oferecer a cultura básica necessária às elites dirigentes, à ‘boa sociedade’, formada por aqueles que eram brancos, livres e proprietários de escravos e de terras”, no dizer de Ilmar Rohloff de Mattos. Essa “boa sociedade” dependia de bons governantes, de bons administradores, de bons agentes civilizadores, como, por exemplo, o médico, o romancista e o professor de História e de Geografia.

Dados dão conta de que, enquanto a população brasileira girava em torno de 5 milhões de habitantes, apenas 1,2% era de alunos matriculados nas escolas do Império...

O IHGB seria criado no ano seguinte, inspirado no Institut Historique, fundado em Paris em 1834. De imediato, figuras importantes da elite econômica e literária do Rio de Janeiro se associariam. Desde a sua inauguração, contaria com a proteção de Dom Pedro II, expressa por uma ajuda financeira que a cada ano significava uma parcela maior do orçamento do instituto. Mas foi somente a partir de 1840 que o imperador, além de participar frequentemente de suas sessões, tornou-se o grande incentivador da instituição.

Em meio a esses acontecimentos, o período regencial prosseguiria marcado por constantes disputas entre os grupos políticos e por levantes militares, naquele contexto crítico, tendo como palco o Rio de Janeiro.

Na cidade, não aconteceriam revoltas, lutas sangrentas, como a Cabanagem paraense, mas furiosas disputas parlamentares, alguns conflitos populares e “empastelamento” (destruição das instalações) de jornais. Essas revoltas preocupariam, extremamente, os proprietários de escravos e de terras. Temiam que a anarquia levasse o Império à desintegração.

Grupos políticos da época (liberais e conservadores), com medo de perder o controle da nação e em nome da preservação da unidade nacional, concordavam que somente Dom Pedro de Alcântara poderia pacificar e unir o Império brasileiro. Acreditavam que a ordem se implantaria “provi-

dencialmente” se o jovem imperador assumisse o trono. Viam como solução antecipar a maioria do príncipe herdeiro, conseguida por uma mudança na Constituição, permitindo que um adolescente de 14 anos de idade assumisse o trono do Brasil. A juventude e a inexperiência do futuro imperador (chamado de “rapazinho”) talvez fossem vistas como ganho, como um trunfo, por aqueles que imaginavam poder manipulá-lo exatamente porque o levaram ao poder...

O período entre a abdicação de Dom Pedro I (1831) e a antecipação da maioria de seu filho (1840), segundo Carlos Eduardo Sarmiento, seria “o de maior efervescência política na cidade onde se jogava a disputa pela condução do processo de construção do Estado imperial”.

Nessa época, possivelmente, perguntas assaltassem corações e mentes em dúvidas e em anseios: “Será só imaginação? Será que nada vai acontecer? Será que tudo isso em vão? Será que vamos conseguir vencer?” (Renato Russo, Dado Villas Boas e Marcelo Bonfá).

Se os anos entre 1822 e 1840 (período político do Primeiro Reinado até as Regências) foram marcados, segundo Boris Fausto, “por uma enorme flutuação política, por uma série de rebeliões e por tentativas contrastantes de organizar o poder”, os que viriam adiante, com as revoltas sufocadas, seriam os da consolidação do Império.

Os passos que resultariam na antecipação da maioria percorreriam caminhos conflituosos. Inúmeras reuniões aconteciam nas casas e se alongavam em meio à teoria e à prática. Nas ruas, o debate prosseguia com a população mobilizada e pressionando os deputados. Tumultos na Câmara, incluindo “vivas estrondosos à maioria”!

A cidade do Rio de Janeiro presenciava a intensa campanha que se espalhava em quadrinhas populares. Umas a favor: “Queremos Pedro II/ Ainda que não tenha idade/ A nação dispensa a lei/ Viva a maioria”. Outras nem “tão”: “Por subir Pedrinho ao trono/ Não fique o povo contente/ Não pode ser boa coisa/ Servindo com a mesma gente”.

Quanto à reação de Dom Pedro, a história registra aspectos diferentes daquele momento:

no Palácio de São Cristóvão, fora consultado, ouvindo a leitura da representação que tratava da sua maioria. Uma versão aponta para uma atitude arrebatada, traduzida na frase “Quero já!”.



Palácio Imperial de São Cristóvão, atual Museu Nacional, localizado na Quinta da Boa Vista

Outra afirma que o próprio monarca, de personalidade reservada, negava ser o autor de tais palavras; segundo ele, a aceitação da maioria “representava um sacrifício” e que só concordara por conta das revoltas que “ameaçavam a integridade do país”.

Esperava-se bastante de alguém com apenas 14 anos, cujo aprendizado político, até então, tinha sido teórico... A vida que se apresentava para o futuro monarca seria assim? Quando o muito é nada e quando o tudo não basta? Um sinal? O tempo responderia?

Em 1840, quando Dom Pedro II foi sagrado imperador do Brasil, havia sido criada uma expectativa favorável quanto à estabilidade econômica e política do país.

Os festejos da sagração e da coroação aconteceram no dia 18 de julho de 1841. O Rio de Janeiro foi embelezado para a cerimônia. As comemorações encerraram-se no dia 24 de julho com um grande baile de gala no Paço da Cidade, entre bordados, leques e cristais. Para aqueles convidados que valsavam felizes, na lógica do momento, a vida era tão rara...

A partir dos anos 1850, Dom Pedro passaria a se dedicar a “difundir a civilização” através do desenvolvimento de um projeto cultural que atingiria todo o país. Tornava-se necessário criar uma cultura para a “nação brasileira” que expressasse os sentimentos tidos como nacionais.

www.riodejaneiroaqui.com



pt.wikipedia.org



Retrato de D. Pedro II, de autoria de Francisco de Souza Lobo

O governo pessoal de Dom Pedro II duraria de 1840 até 1889 e seria o mais longo da história do Brasil. Um poder que ao longo desse período se agigantaria no espaço da Corte. Porém, não “alcançaria as municipalidades e mal atingiria as províncias”, segundo palavras de José Murilo de Carvalho. Um poder em que a Coroa, passada a crise, seria legitimada e aceita com Poder Moderador e tudo! Uma “monarquia tropical”, exceção no contexto da América, rodeada de repúblicas por todos os lados...

Criação do Município Neutro: o Rio de Janeiro como “espaço” para a ação do governo imperial; o Ato Adicional de 1834

Não se pode precisar ao certo a origem da expressão “Município Neutro”, mas, evidentemente, ela denota de maneira muito clara o estatuto político da cidade a partir do período regência.

Carlos Eduardo Sarmento, historiador

No período regencial, a necessidade de uma reforma na Constituição outorgada de 1824 esquentava as discussões na capital do Império e nas demais regiões do país, que vivia um período turbulento sacudido por conflitos que colocavam em risco a sua unidade.

Em cada cabeça, havia uma sentença.

Grupos políticos ora intranquilos, ora acudados, procuravam impor, fazendo triunfar, as suas ideias. Ideias que envolviam conflitos pela existência da escravidão, ou aquelas que desejavam uma monarquia centralizada, ou, ainda, as que temiam o fortalecimento excessivo do Estado. Para os grupos que pensavam dessa última forma, parecia mais conveniente uma ampliação dos poderes e das atribuições da Câmara dos Deputados, onde estavam representados os interesses da “boa sociedade” das diferentes províncias.

Esses embates resultariam na promulgação, em 6 de agosto de 1834, do Ato Adicional à Constituição, que, pode-se dizer, foi concebido como um instrumento conciliador entre as principais forças políticas do Brasil daquela época. Um pouco de aproximação aqui, um pouco de pequenas concessões acolá...

Por meio dele, por exemplo, a Regência tornava-se una; foram criadas Assembleias Legislativas Provinciais com autonomia administrativa, embora seus presidentes permanecessem escolhidos pelo governo central (o que garantia o seu controle); o Conselho de Estado foi extinto, e o Senado vitalício foi mantido. O Poder Moderador prosseguiria da forma que era – privativo do Imperador.

A criação do Município Neutro (uma cidade livre do raio de ação dos poderes provinciais que ora se estabeleciam) se deu por meio do Ato de 1834. Era formado pela cidade do Rio de Janeiro e seu termo (limites), independente da Província do Rio de Janeiro, cuja capital seria Niterói. A nova ordenação política fundava uma cidade-sede do poder imperial.

Assim seria corrigida, em especial, a situação da província do “Rio de Janeiro, cuja importân-

cia política e econômica não cessava de crescer, mas que não havia tido nem presidente de província nem conselho provincial até então, por abrigar a administração geral do Império”, segundo registra Ilmar Rohloff de Mattos.

Para o geógrafo Anderson Barboza de Souza, o Rio de Janeiro, nesse momento, “definitivamente consagrado como a cidade/capital do Brasil”, passava “a ser um território único e institucionalmente diferenciado das demais províncias”.

Apesar de o Ato Adicional ter sido encarado como um instrumento de conciliação entre as diferentes forças políticas, uma espécie de “compromisso”, logo começaria a receber críticas, especialmente dentro da própria Câmara.

São palavras. Pontos de vista na órbita do tempo.

Na época, o futuro Visconde de Uruguai, Paulino José Soares de Souza (1807-1866), referia-se ao Ato Adicional de 1834 considerando que: “Edificava-se, assim, um castelo inexpugnável, não só para o lado oprimido, como ainda para o governo central”.

Hoje, José Murilo de Carvalho comenta que o Ato que reformou a Constituição de 1824, promovendo uma “maior descentralização”, foi seguido de “um recrudescimento das revoltas e conflitos provinciais. Nunca houve período mais conturbado na história do Brasil”.

Em 7 de abril de 1835, aconteceriam as eleições para o cargo de regente, com um mandato de quatro anos renovável, cumprindo a determinação do Ato de 1834. O Brasil possuía cerca de 5 milhões de almas. Desse total, apenas pouco mais de 5 mil pessoas eram eleitores...

Em contrapartida, consolidava-se a imagem simbólica do Rio de Janeiro, “uma cidade singular com uma missão bastante peculiar: a de ser o centro da nação. (...) No Município ‘Neutro’ da Corte se instalaria não apenas a melhor vitrine da nação, como também estaria montado o palco privilegiado das ações e decisões cruciais da política brasileira”, segundo palavras de Carlos Eduardo Sarmiento.

Uma onda verde: o Vale do Paraíba; a força dos cafeicultores e a mão de obra escrava

Uma pausa para um cafezinho?

O hábito bem carioca de, no meio de um dia de trabalho, em uma reunião de negócios ou em um caloroso encontro de amigos, parar o que se estava pensando, discutindo ou comemorando a fim de saborear uma xícara de um “bom caféquentinho” vem de longa data. As voltas do tempo transformariam esse hábito em ritual. O cafezinho foi aos poucos deixando de ser um coadjuvante após as refeições ou, ainda, um simples aliado contra o sono. Ocupou a cena principal.

Obter essa infusão, com aquele cheirinho característico se espalhando pelos cantos da casa, usando um coador de pano, como no tempo das fazendas do interior do Rio de Janeiro, sofisticou-se. Virou profissão: o “barista” – que é um “conhecedor”, um profissional na arte de “tirar” (agora de máquinas sofisticadas) um café saboroso. Dados chegam a registrar que, em uma loja especializada na cidade do Rio de Janeiro, 3 mil xícaras de café são servidas por dia. Número bem expressivo...

O sentido do paladar, que o café aguça, e a sua presença constante na vida das pessoas ganham forma e força do “habitual”, na canção de Chico Buarque de Holanda: “Todo o dia ela diz que é pra eu me cuidar/ Essas coisas que diz toda mulher/ Diz que está me esperando pro jantar/ E me beija com a boca de café”.

Cotidiano de uma bebida popular, tão popular, que recebeu do carioca Millôr Fernandes a seguinte associação divertida: “Esnobar é exigir café fervendo e deixar esfriar...”.

Cafezinho presente, aquecendo o tom e a fala, nas ricas conversas – em trocas memoráveis pelas inúmeras “salas de professores” Brasil afora. Histórias; rabiscos de saudades cariocas em giz. Como ontem, como hoje.



E por falar em histórias...

A *Coffea arabica* é um arbusto originário dos planaltos da Abissínia, nome antigo dado ao que hoje representa a Etiópia, na região de Kaffa, que, segundo alguns autores, daria origem ao nome do fruto e da bebida com ele obtida.

Primeiramente, propagou-se para a Arábia Feliz ou Felix (que corresponde ao Iêmen e ao Omã atuais), de onde seu consumo se expandiu para a costa do Mediterrâneo oriental até chegar à Europa Ocidental (séculos XVII e XVIII). Tornou-se “um refinamento de intelectuais e uma bebida presente nas classes mais abastadas da França”. Mais tarde, ganharia popularidade “como bebida estimulante entre as classes trabalhadoras da Inglaterra e de outros países no início da Revolução Industrial” – nos conta o professor José Augusto Drummond. Franceses e holandeses, posteriormente, espalhariam essa cultura por outras partes do Novo Mundo. E mais: segundo o geógrafo Orlando Valverde, os franceses “contrabandearam sementes” da vizinha colônia holandesa na Guiana, levando-as para a sua possessão na região.

Lá pelos meados dos anos oitocentos, frequentar cafés e confeitarias na Corte era hábito que unia o útil ao agradável. No meio do burburinho, alimentado pelo tilintar das xícaras, saboreando um gostoso cafezinho, colocava-se a conversa em dia. O ambiente sempre cheio, meio cara de casa de família, estabelecia uma intimidade tão grande que se falava sobre tudo e todos.

“Pasmem, senhores! O cafeeiro foi introduzido em território brasileiro através do contrabando”, diria possivelmente algum frequentador. Outro alguém comentaria que, por conta de uma aventura galante ou de qualquer outro stratagem, o sargento-mor Francisco de Melo Palheta conseguira burlar as restrições do governo francês ao comércio de mudas e sementes em condições de germinar.

Conta a lenda que, em uma visita de Palheta “ao governador de Caiena, a esposa deste, num gesto de extrema amabilidade, pusera grãos de café no bolso do jaleco de Palheta, sob o olhar complacente do marido”. Orlando Valverde, na *Revista Brasileira de Geografia*, observaria também

que “a carga de sementes e mudas que Palheta trouxe demonstra, porém, que essa história é inteiramente fantástica”.

Na cidade do Rio de Janeiro, inicialmente, o café foi introduzido como uma cultura de quintais e de chácaras. No século XVIII, era plantado nos jardins das moradias. Logo, demonstraria boa adaptação ao clima do Rio.



1889cafe.com.br

Plantação de café, um dos principais produtos cultivados no país

A geografia da expansão cafeeira em terras cariocas pode ser observada no texto a seguir, no qual Valverde sugere uma viagem no tempo. “Entre os primeiros plantios de café no Rio, houve um na Rua dos Bartolos (atual Evaristo da Veiga). Na zona sul (...) na encosta do Corcovado, (...) assim como nos morros vizinhos à atual praça do Jóquei Clube. (...) Ao norte do maciço da Carioca havia culturas de café sobre suas vertentes, em Mata Porcos (atual Largo do Estácio), bem como na Cascatinha da Tijuca. Os cafezais se expandiram para as encostas de Jacarepaguá, no maciço da Pedra Branca e para as elevações que circundam a baixada de Santa Cruz. (...) o sítio do padre Couto, no Mendanha (...) foi a principal propriedade cafeeira em terras cariocas, (...) dele saíram quase todas as matrizes dos grandes cafezais fluminenses.”

Foi na Serra da Carioca que primeiro houve substituição em larga escala da vegetação da floresta nativa pelo cultivo do café. O calor diurno tropical, com total exposição aos raios solares, aliado à umidade das chuvas e dos solos, somado ao

frescor das noites nas áreas mais altas, favoreceu um bom rendimento dos arbustos plantados nessa serra. Aparentemente, os plantadores desconheciam que a *Coffea arabica* cresceria melhor sob o natural sombreado dos arvoredos mais altos. O desmatamento acabou por definir, segundo Drumond, “o futuro da cafeicultura no Rio de Janeiro”, que “silenciosamente assinou a sentença de morte das montanhas florestadas no Estado”.

Esse cultivo seria a base da economia no período das Regências. Para preservá-lo, os “barões do café”, que defendiam o regime de produção latifundiário-escravista, desejavam, diante dessa expansão vertiginosa (entre 1820 e 1840), não apenas manter a mão de obra, mas aumentar a importação da mesma. Dessa forma, adotaram uma posição de enfrentamento e de resistência à política inglesa de repressão ao tráfico negreiro intercontinental. Esse comportamento estava ligado ao desenvolvimento da cultura cafeeira no país, uma vez que os cafezais, adaptados às condições climáticas e de solo, estavam se espalhando rapidamente pelo Vale do Paraíba, fazendo a fortuna de fazendeiros e de comissários de café, além de enriquecer os cofres do Tesouro imperial.

Esses fazendeiros (e seus descendentes) eram aqueles “novos colonos” que, com a vinda da família real para o Brasil, tinham se instalado nas proximidades da Corte no Rio de Janeiro, ganhando terras para o seu cultivo (sesmarias) de Dom João. A partir daí, iniciariam um movimento de interiorização rumo às terras férteis da região conhecida como “Serra acima” (em direção ao Vale do Paraíba), estabelecendo o cultivo de diversos produtos agrícolas, entre eles o café, com mudas doadas pelo próprio regente Dom João. Com o passar do tempo, abandonariam as demais culturas, passando a investir nas plantações de café, diante das grandes possibilidades de lucros que ele oferecia. São esses homens, enriquecidos, que formariam o grupo conhecido como “barões do café”, que cresceriam em importância social e política.

A expansão cafeeira acarretaria o crescimento das propriedades e, com elas, o predomínio das grandes famílias. Acima dos interesses político-

-partidários, os grandes proprietários colocavam os interesses econômicos. Seria frequente, em todo o século XIX, a formação de poderosos laços criados pelos casamentos entre famílias proprietárias, que constituíam a chamada “boa sociedade”. Laços tão poderosos que ultrapassariam os limites provinciais, tendendo a transformar em um único bloco o terreno por onde se espalhavam os cafezais fluminenses, paulistas e mineiros, em quase continuidade com as áreas mais antigas da lavoura canavieira.

Na década de 1830/40, a exportação do café já representava mais de 40% das exportações totais do Império, suplantando, inclusive, o açúcar. A província do Rio de Janeiro era a que mais se destacava nesse comércio, sendo responsável pela produção de 3/4 de todo o café que saía do Brasil. O cultivo do café nas áreas próximas à Corte faria com que mais da metade das exportações do país se desse pelo porto do Rio de Janeiro, gerando um considerável aumento da importância econômica do Centro-Sul e ampliando as receitas do poder central, oriundas, em grande parte, das taxas alfandegárias.



Escravos do século XVII nas ruas do Rio de Janeiro.

A crescente importância desse produto resultaria na necessidade de abertura de novos caminhos (e de melhorias dos já existentes) para serem utilizados pelos tropeiros no transporte das sacas de café até o porto do Rio.

Quanto ao aumento da quantidade de cativos, especialmente na província do Rio de Janeiro,

historiadorbrasil13.blogspot.com

ligado à expansão cafeeira, os números são significativos: em 1840, a população escrava fluminense chegava a mais de 220 mil, sendo que, em 1819, era de 145 mil. Um dos principais líderes políticos da época, Bernardo Pereira de Vasconcelos, discursando no Parlamento, defendia a manutenção da escravidão no país, afirmando que “a África civiliza”. Pretendia demonstrar que o Império era uma nação civilizada, cuja economia baseava-se na agricultura de exportação, necessitando dessa mão de obra. Assim, justificava a escravidão e seu comércio como forma de o “Império brasileiro cumprir o seu destino”. O crescimento da cidade seria acompanhado pelo aumento populacional, inclusive dos escravos. Segundo a historiadora Ynaê Lopes dos Santos, aconteceria “uma relação proporcional entre ambos os crescimentos: quanto maior a expansão urbanística da cidade, maior era o número de negros que andavam nas ruas desempenhando os mais diversos trabalhos. O resultado dessa equação foi um imbricamento e uma adaptação da cidade ao sistema escravista e vice-versa”.

Jean-Baptiste Debret descreveria as ruas cariocas, nos tempos em que esteve pela cidade, apontando para uma característica: “Percorrendo as ruas fica-se espantado com a prodigiosa quantidade de negros, perambulando seminus e que executam os trabalhos mais penosos e servem de carregadores. Eles são mais raros em dias de festas”. Além de Debret, outros viajantes fariam relatos contundentes, descrevendo a presença dos cativos africanos pelas ruas do Rio de Janeiro.

A historiadora Mary Karasch, a propósito do assunto, compõe um quadro amplo sobre aspectos do cotidiano dos escravos, citando as doenças, os castigos cruéis e desmedidos a que eram submetidos, a alimentação com imensas carências nutricionais, assim como as formas de resistência à escravidão. Segundo a autora, que se contrapõe àqueles pesquisadores para os quais o cativo no Brasil receberia um tratamento “mais ameno” do que em outros países, essa ideia de “benevolência” não passa de uma fantasia.

Essa ideia seria incorporada pela literatura da época. O escritor José de Alencar (1829-1877), no romance *O Tronco do Ipê*, ao descrever as

comemorações dos escravos no terreiro da casa-grande do senhor na época do Natal, comenta, por meio de um de seus personagens, que duvidava que os trabalhadores de Londres fossem “tão felizes” e que tivessem condições de vida “tão boas” quanto os do Brasil...

Mapeando a cidade: mudanças na área urbana e na área rural



vestibular.uol.com

Nobres sendo transportados no período do Brasil Império

Saltando do tîlburi, o velhinho subiu ao sobrado, donde voltou logo munido de um par de óculos verdes, que usara outrora por causa dum ameaço de oftalmia. Fez ao cocheiro sinal de acompanhá-lo, e dobrou pela rua da Quitanda.

“Saltando do tîlburi”, os personagens do romance *Senhora*, de José de Alencar, percorriam o Rio de Janeiro, que, na segunda metade do século XIX, vivia o status de capital do Império brasileiro. Um espaço em processo de urbanização acelerado.

Como se mapeasse a cidade, “Seixas descia a rua do Ouvidor em busca do hotel de Europa, onde ia almoçar à fidalga, pela volta do meio

dia”. Sem esquecer que “havia nessa noite teatro lírico. Cantava Lagrange no Rigoletto”. Ele não podia faltar ao espetáculo.

Tendo como pano de fundo a cidade do Rio de Janeiro, desenrola-se a trama de uma das mais famosas obras do romantismo brasileiro.

O perímetro urbano da cidade, nos primeiros anos do XIX, era balizado pelos morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição – marcos do território. A instalação da Corte romperia a organização espacial da cidade. Em menos de 20 anos, a população duplicou, e a construção de casas se intensificava.

A área que correspondia às freguesias de Candelária, São José, Sacramento e Santana (atualmente, o Centro e a Zona Portuária) se expandia. Surgiriam novas freguesias, que dariam origem aos bairros atuais, como a Cidade Nova e o Engenho Velho. Com o crescimento da malha urbana, houve a introdução de melhoramentos no setor de transportes. Bondes e trens tiveram importância no crescimento e no processo de divisão socioespacial da cidade.

Em 29 de março de 1858, seria inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil), com extensão de 48.210m. O “memorável feito”, saudado com discursos e salvas de artilharia, interligaria a antiga Estação do Campo da Aclamação até a localidade de Queimados, na província do Rio de Janeiro. Dom Pedro II, presente na ocasião, diria rogar a Deus uma longa vida “para ver os brasileiros sempre amigos, sempre felizes, caminhando com velocidade cada vez mais crescente da civilização para o brilhante futuro que a Providência nos destinou”. Para Maurício Abreu, esses acontecimentos “por um lado permitiram, a partir de 1861, a ocupação das freguesias suburbanas pelos seus trilhos, por outro lado, os bondes viriam a facilitar a expansão da cidade em direção aos bairros da atual zona sul e zona norte”.

Diferentemente dos bondes, que penetraram em áreas que já vinham sendo urbanizadas (ou divididas em chácaras) desde a primeira metade do século, os trens foram responsáveis pela rápida transformação de freguesias que, até então, se mantinham exclusivamente rurais.

O trecho inicial da Estrada de Ferro Dom Pedro II seria responsável pelo surgimento das estações de Cascadura e Engenho Novo (no Rio de Janeiro) e de Maxambomba (atual distrito sede de Nova Iguaçu). Em 1859, surgiriam as estações de São Cristóvão e Sapopemba (atual Deodoro). A de São Francisco Xavier seria aberta em 1861. Sapopemba e Maxambomba eram, nessa época, pequenos núcleos isolados que serviam a uma população rural esparsa. Já Cascadura e Engenho Novo eram áreas rurais que mantinham contato com as freguesias centrais. A partir de 1861, quando começou o serviço regular de trens até Cascadura, esse contato aumentaria.

As antigas olarias, curtumes ou mesmo núcleos rurais foram se transformando em pequenos vilarejos, atraindo uma população que buscava moradia mais barata. Resultado: diante da procura por transporte, foi necessário aumentar o número de composições e de estações! Nesse contexto, seriam inauguradas as de Engenho de Dentro, Rocha, Méier e Madureira.

O processo de ocupação dos subúrbios tomou, a princípio, uma forma tipicamente linear: casas localizavam-se ao longo da ferrovia (com maior concentração em torno das estações). Essas áreas passariam a produtoras de uma pequena agricultura hortifrutigranjeira que abasteceria a cidade.



Antiga locomotiva da Estrada de Ferro Leopoldina

O crescimento dos subúrbios também se relacionaria com a inauguração, na década de 1880, de duas novas ferrovias. Uma delas, a Estrada de Ferro Rio Douro, datada de 1876, com a finali-

CiMais.com.br



dade de transportar materiais para a construção das redes de abastecimento de água, dos mananciais das serras do Tinguá e de Xerém para o Rio de Janeiro. Em 1883, começariam a correr os primeiros trens de passageiros e, ao longo do seu trajeto, surgiriam bairros como Inhaúma, Irajá, Pavuna. Ao longo da outra, a Estrada de Ferro Leopoldina (“The Leopoldina Railway Company Limited”), resultante de uma série de linhas e de ramais (entre os quais a Estrada de Ferro Petrópolis, construída pelo Barão de Mauá), despontariam os atuais bairros de Bonsucesso, Ramos e Parada de Lucas, entre outros.

Quanto aos bondes sobre trilhos e de tração animal, a primeira concessão seria dada ao médico inglês Thomas Cochrane (sogro do escritor José de Alencar), em 1856, ligando o Rocio (hoje Praça Tiradentes) à Gamboa. Outra companhia, a Ferro Carril Jardim Botânico, seria organizada tempos depois (1868), com bonde puxado a burro pelos bairros da Zona Sul, chegando ao Jardim Botânico em 1871. A ligação do Centro ao Porto e à Praça da Bandeira, alcançando Vila Isabel, Caju e Tijuca, era feita pela Carris Urbano.

Dessa forma, a malha ferroviária teria influenciado o processo de expansão da região metropolitana fluminense, ligando, inicialmente, a cidade do Rio de Janeiro a Japeri, na Baixada Fluminense. Com a inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina, se iniciaria o trajeto que, contornando a Baía de Guanabara, alcançaria Caxias e Magé. Em 1893, uma linha auxiliar faria a ligação da estação Dom Pedro II com Belford Roxo, chegando até Nova Iguaçu.

Os bondes, por sua vez, tiveram papel importante na integração de áreas urbanas dentro da cidade, unindo o Centro aos bairros distantes, através da articulação da área central com as principais praças e terminais ferroviários e hidrovíários.

O urbano cresce e o rural vai desaparecendo à medida que a cidade se expande...

Imaginando o futuro, Gilberto Gil, tempos depois, cantaria: “Começou a circular o expresso 2222/ Da Central do Brasil/ Que parte direto de Bonsucesso/ pra depois do ano 2000”.

Adiante, inúmeros e outros “expressos” prosse-

guiriam circulando por dezenas de trilhos. Por ruas e avenidas cariocas, atravessando corredores de trânsito, modernamente monitorados por câmeras, como a Linha Vermelha, a Amarela, a Transcarioca...

Melhorias materiais (transportes, serviços públicos, etc.)

O mundo vai girando

Cada vez mais veloz

(...) Eu sei, a vida não para

A vida não para não

Paciência

Lenine e Dudu Falcão

Nos anos 50 do século XIX, a interação de fatores diversos resultaria em uma fase de melhoramentos materiais no Império do Brasil. A popularidade de Dom Pedro II crescera em meio às medidas que objetivavam mudar a fisionomia do país.

Por onde passava, o imperador era cercado de forma calorosa – em clara demonstração de “visibilidade da realeza”, conforme afirma Lilia Moritz Schwarcz, reinando em um país que, então, caminhava para o que se considerava “modernidade”.

A cidade do Rio de Janeiro, particularmente desde a abertura dos portos determinada por Dom João, ligara-se mais estreitamente à dinâmica do mundo atlântico – o europeu, em especial. O contato entre os “dois mundos” foi se estabelecendo pela vinda de viajantes europeus ou da Missão Artística Francesa. Vistos como “heróis civilizadores”, portariam “em suas bagagens, repletas de maravilhas, a poção capaz de efetuar o encantamento que elevaria a cidade tropical ao status de uma corte dentro dos padrões europeus”, segundo palavras de Carlos Eduardo Sarmento.

Esse esforço para “atualizar e para civilizar” tinha como objeto fundamental a cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, caracteriza-se a vinculação desta cidade com um universo cultural eminentemente europeu. É a partir do seu espaço urbano que aconteceriam esforços no sentido de “civilizar” e “modernizar” a nação. Com o tempo, se consolidaria uma cultura cosmopolita que se estenderia para além das fronteiras físicas da cidade.

O Rio de Janeiro, em 1890, alcançaria um total de 522 mil habitantes. A vida política estava na capital do Império. Também as diversões da época e um número significativo de investimentos, como os feitos nas áreas dos transportes, da iluminação e do embelezamento da cidade.

Com recursos obtidos, por exemplo, pelas exportações cafeeiras, assim como pelos efeitos da tarifa conhecida como Alves Branco, de 1844, pela qual os produtos importados tiveram um aumento nas suas taxas, novas chances de negócios lucrativos seriam abertas. A extinção do tráfico negreiro, em 1850, traria como consequência uma grande quantidade de recursos antes utilizados na comercialização da mão de obra escrava africana. Quase que do dia para a noite, outras oportunidades de negócios lucrativos surgiam...

Devido ao encarecimento das importações, produtos como velas, sabão e tecidos começariam a ser produzidos no Império. Era vantajoso montar indústrias desses produtos de grande consumo.

Investiu-se muito na estrutura do país. Bancos, caixas econômicas, companhias de seguro, empresas industriais foram se instalando, especialmente na Corte. A “boa sociedade” da cidade do Rio de Janeiro vivenciava e admirava as mudanças que estavam acontecendo.

Nesse contexto de profundas transformações, possibilitadas especialmente pelo uso da energia a vapor, projetou-se Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), o Barão de Mauá, responsável por promover mudanças que causariam forte impacto no Brasil. Principal importador até então, com um olhar empreendedor, decidiria investir recursos, antes usados na compra de escravos (somando-os a outros oriundos de ca-

pitais ingleses), na construção de um estaleiro e de uma fundição (de ferro e de bronze). Dessas forjas, sairiam mais de 70 navios, assim como outros produtos, dando início ao desenvolvimento industrial no Brasil.

Mauá introduziria o telégrafo submarino (fazendo contato com a Europa) e o Banco Mauá Mc-Gregor & Cia (associado aos ingleses), com filiais espalhadas por vários cantos do mundo. Também implantaria companhias de iluminação a gás, sistema de esgotos, de bondes e ferrovias. A construção de ferrovias estava interligada à alta nos preços do café. Era uma necessidade diante do aumento das vendas no mercado internacional, a partir de 1845. O trem de carga conduziria até o porto do Rio de Janeiro as mercadorias a serem exportadas. Diante dessa situação, Irineu Evangelista investiria nesse negócio. Criaria 14 quilômetros de uma linha entre o porto de Mauá, na Baía de Guanabara, e a estação



A estação de trem do bairro do Méier, em meados do século XX

Fragoso, na raiz da Serra da Estrela (Petrópolis). A década de 50 do século XIX ficaria conhecida como a “era da estrada de ferro”; empreendi-

oriodeantigamente.blogspot.com



mento que simbolizaria, naquele contexto, segundo Lilia Moritz, “o avanço e o progresso das nações”. Na última década do século XIX, a malha ferroviária conduzia a população do Rio de Janeiro para além da Cidade Velha, levando ao surgimento de novos bairros, como Copacabana, Ipanema, Leblon, Tijuca, Vila Isabel e Méier.

A música do compositor e maestro Heitor Villa-Lobos (1887-1953) traduz em sons o ruído das locomotivas, e os seus versos contam a história de um tempo: “Lá vai o trem com o menino/ Lá vai a vida a rodar/ Lá vai ciranda e destino/ Cidade e noite a girar/ Lá vai o trem sem destino/ Pro dia novo encontrar/ Correndo vai pela terra/ Vai pela serra/ Vai pelo mar/ Cantando pela serra o luar/ Correndo entre as estrelas a voar/ No ar, no ar”.

Pelas ruas do Rio de Janeiro

Podem severos críticos achar de mau gosto o meu repetido recurso aos velhos manuscritos, mas hei de teimar nele: escrevo as Memórias da Rua do Ouvidor; que em seu caráter de rua das modas, da elegância e do luxo merece e deve ser adornada e adereçada condignamente.

Joaquim Manuel de Macedo, escritor

No princípio era só capim, uma picada, um “trio”, como se diz no interior paulista. Um braço que liga duas artérias. Algumas poucas criaturas começam a usá-la para encurtar o caminho. Um dia, alguém cerca um lote; no outro, surge o alicerce de uma casa. Mais outra e outra. Em outro dia, as autoridades recebem as primeiras reclamações: falta luz para tirar o caminho das sombras, e a lama e o capim atrapalham o caminhar de quem passa. Pronto. Foi

dada a partida. A prefeitura urbaniza o espaço, a rua ganha nome, passa a existir. E começa a ganhar fisionomia e alma.

Existe a rua da feira, a rua da escola, a rua da igreja, a minha rua, enfim, cada uma tem a sua característica, a sua história. Há outra também, modesta e sem graça, mas transformada em luz, em verdadeira festa, quando por ela passa “a deusa da minha rua” (Newton Teixeira e Jorge Faraj).

Há “ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira”, conclui João do Rio. O escritor francês Honoré de Balzac dizia que as ruas “de Paris nos dão impressões humanas”.

Por isso, caminhar pelas ruas de uma cidade é conhecer muito mais que a sua história; é entender a sua individualidade, a sua vocação.

Nos tempos do Brasil monárquico, o Rio de Janeiro era muito mais que o centro político e econômico. A cidade também exercia uma centralidade do ponto de vista cultural. Para a historiadora Margarida de Souza Neves, “o Rio de Janeiro era o grande laboratório onde se experimentavam as reformas que anunciavam os novos tempos”. Além de ser a cabeça política do Império, podia ser vista como o grande empório comercial e financeiro do país.

No rastro da chamada “onda verde”, aconteceria uma significativa expansão da cidade. Inúmeras mudanças iam alterar o seu perfil urbano.

O café que saía pelo porto do Rio de Janeiro, cruzando as águas atlânticas em navios abarrotados, era exportado para os Estados Unidos, para a Inglaterra, para a Alemanha e para a França. Outras embarcações faziam o trajeto inverso, trazendo incontáveis artigos industrializados. Produtos oriundos de outros países começariam a entrar no Brasil, especialmente da França, após a promulgação da Lei Alves Branco, que aboliu o privilégio desfrutado, até então, pelas mercadorias inglesas.

Tantos negócios prósperos, tantas novidades, tantas mudanças na cidade que crescera! Substituindo os antigos sobrados, foram erguidas casas vastas e sólidas; também luxuosos



palacetes com traços arquitetônicos europeus (marca da influência de mestres de obras e de operários italianos).

A iluminação pública feita a gás tirava da escuridão as ruas calçadas. Isso atrairia para fora das residências aquelas famílias que antes apenas saíam para as missas e, eventualmente, para o teatro. Dentro das casas mais abastadas, esse melhoramento também se fazia presente com a substituição de velas e lampiões.

Os transportes urbanos interligavam as freguesias, e as lojas de comércio de artigos finos, como aquelas localizadas na Rua do Ouvidor, abriam as suas portas, ofertando nas vitrines novidades de “encher os olhos”...

Vitrines cariocas refletindo multiplicadas luzes e sombras, diante da vontade de ter, de querer e de ser...

Segundo os letrados oitocentistas, a rua que mais traduzia a fisionomia e a alma da cidade (o ponto de encontro da sociedade carioca) era a Rua do Ouvidor. Joaquim Manuel de Macedo referia-se a ela como sendo “a mais passeada e concorrida, e mais leviana, indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas”, onde se fala e se ocupa de tudo. Para o escritor Delgado de Carvalho, era “o pulso da cidade”. Orgulho da Corte e sonho dos provincianos. Nessa época, um jovem vindo de outra província para estudar na cidade, assim registrou as suas impressões: “O Rio de Janeiro é o Brasil e a Rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro”.

As vitrines dessa famosa rua expunham os objetos de desejo que poderiam ser comprados por alguns e vistos por todos. “Ah! As lojas de comércio elegante”, diziam, vaidosamente, as senhoras da “boa sociedade”. Lojas que encantavam os olhares fixos femininos em sonhos perfumados com a moda francesa. Em contraponto, na passagem do tempo rei, em meio ao som das lojas de eletrônicos, às buzinas dos veículos, ao comércio de produtos populares e ao intenso verão carioca, por ali circula uma moda mais despojada. Traduzida nas bermudas, nas regatas, nos vestidinhos, dando o toque informal da Rua do Ouvidor de hoje. O Rio de Janeiro continua sendo uma cidade de muitas memórias...



Um passeio pela Rua do Ouvidor no início dos anos 1940

Nomes importados eram usados como uma forma de traduzir a origem do que era comercializado na Rua do Ouvidor. Se aquela que antes era a iaiá, agora “mademoiselle”, precisasse comprar roupas novas, deveria ir até a casa de modas de madame Dreyfus ou o Palais Royal. Tecidos finos, linhos, cambraias? Notre Dame. Vestimentas para cavaleiros: no alfaiate Raunier ou na Tour Eiffel. Precisando de chapéus? Casa Douvizi. Roupas femininas para montaria seriam encontradas na La Belle Amazone.

Interessante é notar que muito do que era importado, entrando no estoque das lojas cariocas e alcançando as vitrines, poderiam ser peças já descartadas pelas novas tendências; “virada da moda” na França. Ou pela mudança de estação, ou até mesmo por não terem caído no gosto das mulheres e dos homens parisienses.

Aquele carioca ou visitante que desejasse se atualizar com o conceito do que era novo, com o “grito da moda” parisiense, tinha que caminhar até o endereço certo: a Rua do Ouvidor. Para ver e para ser visto!

Damas e cavalheiros, chiques, depois de vestidos elegantemente, frequentavam as confeitarias e os cafés que ditavam hábitos e sabores na capital. Iguarias quentes ou geladas, como um tropical frapê de coco, na Cailteau, na Lalé ou na Cavé para aliviar as altas temperaturas! A Castelões, famosa pelas suas empadinhas e que

www.rioquepassou.com.br



era frequentada pelo escritor Machado de Assis (1839-1908), fugiria à regra dos nomes franceses; esse espaço posteriormente se transformaria (1894) na conhecida Confeitaria Colombo – patrimônio cultural e artístico do Rio de Janeiro integrado à história da cidade.

Senhores de fraque e cartola acompanhando senhoras que usavam pesadas vestimentas, vestidos longos, armados e rodados por ali circulavam. Também pequenos grupos compostos por políticos, boêmios, literatos, jornalistas. Com motivações e interesses diversos, reuniam-se nessas confeitarias e nesses cafés. Alguns, diante das mesinhas forradas com alvas toalhas de linho, saboreavam o “chá das cinco”, hábito tipicamente inglês, não importando se os termômetros indicassem 40 graus. O cotidiano procurava imprimir o toque europeu. Outros, ao final das apresentações teatrais, buscavam na confeitaria do Senhor Déroche os sorvetes ou uma *coupe de champagne*. Jovens escritores reuniam-se na Confeitaria Paschoal, frequentada pelo poeta Gonçalves Dias (1823-1864). Outro grupo preferia a Cailteau, famosa por servir o chope alemão de tonel.

Na época das festas carnavalescas, a animação tomava conta da Ouvidor, toda enfeitada. Por ela, em desfile, ecoavam os sons ritmados dos bumbos, de gosto popular (zé-pereiras). Também carros alegóricos, mais refinados, em alegria despreocupada. E muitos mascarados!

Mas, para aqueles letrados “bem nascidos”, havia na capital imperial “vida inteligente” além daquela que tratava das vitrines, das quinquilharias, das vaidades, dos paladares e afins. Até porque, muitos não se deixariam levar por esse modismo de “ser europeu”. Machado de Assis, por exemplo, ironizava esses comportamentos e essas maneiras sociais da época. A história desse logradouro se confunde com a história do próprio escritor, já que ali seria fundada a Academia Brasileira de Letras, em 1896: Ouvidor, número 31. Por outro lado, grande parte das obras de Machado de Assis seria publicada pela Livraria Garnier, localizada nessa artéria do Centro da cidade do Rio de Janeiro.



Imagem de época da Livraria Garnier

Na Rua do Ouvidor, estiveram instalados, entre periódicos e revistas, diversos jornais, como *Diário de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *A Nação*, *O País* e *Gazeta de Notícias*. Este último, quando passou para as mãos de Olavo Bilac e de João do Rio (João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto – 1881-1921), recebeu um cunho de “crônica social”, na qual se misturariam seções políticas com outras que tratariam, por exemplo, de concursos de elegância e de beleza masculina no Brasil.

A Ouvidor veria nascer e desaparecer, ao sabor dos ventos culturais e das tempestades políticas, dezenas de publicações que indicariam a variedade de pensamentos e de discursos feitos na cidade enquanto capital do Império do Brasil. Livrarias, em 1844, contabilizavam-se dez. A Universal, de propriedade de E. & H. Laemmert, situada na Rua da Quitanda, se tornaria a principal casa editora brasileira pelos finais do século XIX. Ali, a leitura se atualizava e o gosto dos cariocas letrados, especialmente quanto à literatura francesa, se aprimorava. Havia também disponíveis livros de autores brasileiros, como o primeiro volume da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, editado em 1854. Um romance de José de Alencar, *O Guarani*, que o jornal *Diário do Rio de Janeiro* vinha publicando em folhetins, era aguardado ansiosamente. Em outras livrarias, como a Garnier ou a Briguiet, os intelectuais encontravam traduções de pensadores franceses, como Honoré de Balzac ou Victor Hugo. Na Biblioteca Nacional, tomavam-se em empréstimo livros de autores diversos.



Muitos comentavam que o Brasil e a sua capital andavam no ritmo do “progresso e da civilização”.

Mas nem tudo era tão perfeito assim. Situações de insegurança despertavam o medo no coração das incontáveis pessoas que circulavam pela cidade do Rio de Janeiro; os moradores das casas vastas e sólidas preocupavam-se. Espalhados por ruas, becos e vielas, existiam inúmeros capoeiras, vadios e ladrões. Eram frequentes os episódios de confrontos com a polícia, gerando mais sustos e intranquilidade. Pesavam sobre a prática da capoeira inúmeras acusações de perturbação da ordem pública. Pedidos de criminalização surgiram a partir de 1870. A proibição viria adiante, em tempos da República, através do Código Penal de 1890.

“Ameaça maior, sem dúvida, era a das epidemias de febre amarela e cólera que, vez por outra, sitiavam a cidade”, observa Ilmar Rohloff de Mattos. Diante dessas epidemias, aumentariam os cuidados e as ações visando conseguir maior salubridade na cidade do Rio de Janeiro. Aterros seriam construídos. Áreas como a do Canal do Mangue, saneadas. Mais ruas, calçadas alargadas. Morros arrasados por se acreditar que haveria renovação do ar, vindo do mar, na direção dos densos quarteirões localizados no Centro da cidade.

Em 1874, por encomenda do primeiro-ministro do Império (João Alfredo Correia de Oliveira), uma comissão de engenheiros, sob a chefia do futuro prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913), elaboraria um plano de reforma urbana da cidade que previa alguns melhoramentos da área central e de arrabaldes. Contudo, esse plano diretor, como se diria atualmente, não seria realizado naquele momento.

Pelas inúmeras ruas da cidade do Rio de Janeiro, passaram estrangeiros, escravos, viajantes, letrados, artistas, religiosos, desvalidos, em uma profusão de histórias, de ideais e de sonhos. Homens e mulheres que viveram as suas vidas, ou parte delas, na capital do Império brasileiro. À sombra do passado ou diante do futuro?

É canção e conta uma história de amor, quem sabe carioca?

*Vou deixar a rua me levar
Ver a cidade se acender
A lua vai banhar esse lugar
E eu vou lembrar você...*

Pra Rua Me Levar

Ana Carolina e Antônio Villeroy

Ideais e sonhos: Onde foram parar?

Comentava-se que o Paço da Cidade se transformara, com o tempo e a falta de uso, em um velho palácio decadente e abandonado, com seus móveis velhos e sem valor, já que o imperador só dormia lá durante a Semana Santa. (...) Mesmo o Paço da Boa Vista sofria de problemas, com cupins.

Lilia Moritz Schwarcz

Pelas ruas da Corte do Rio de Janeiro, nas derradeiras décadas do século XIX, comentários davam conta de que o antigo brilho da família imperial já não era o mesmo. As carruagens estavam em estado de abandono, e o prédio do Paço contava apenas com um encarregado de limpeza e dois serventes. No carnaval de 1883, uma caricatura do imperador, sozinho em um quarto, apareceu em uma alegoria na qual constava a frase “Roubaram-lhe tudo”.

Segundo Lilia Moritz Schwarcz, “se até os anos 70 toda a vida cultural girava em torno da Corte, a partir dos anos 80 novos grupos se formam, desvinculados do antigo brilho da família imperial”.

E se o fascínio vai se extinguindo, as preocupações do imperador também iriam muito além dos cupins que, “fazendo a festa”, sem a menor cerimônia, devoravam madeiras e tecidos. A fragilidade da monarquia iria além dos insetos, das moradias e das vestimentas.



Nuvens pairavam sobre o Império, apontando para tempestades que despencariam envolvendo uma questão com bispos católicos e uma querela com os militares. Ambas desgastariam extremamente as relações da Coroa com a Igreja de Roma e com os militares. Muitos comentavam, aqui e ali, as atitudes aparentemente desinteressadas de Dom Pedro II, mais idoso e adoentado. Entendiam que se comportava como um espectador que assistia aos fatos que se desenrolavam no palco de um teatro político cada vez mais esvaziado.

Mas, apesar desses graves problemas, a principal questão que vinha mobilizando o Império, principalmente a partir dos anos 1870, era o fim da escravidão. A pressão para extingui-la crescia sem parar, e, na luta abolicionista, algumas cantigas, na contramão das teorias raciais, diziam: “Quando as casas de negócio/ Fazem sua transação/ O papel branco e lustroso/ Não vale nem um tostão/ Escreve-se com tinta preta/ Fica valendo um milhão”.

Crescia a preocupação dos senhores, que, aflitos, diante das possibilidades pouco otimistas, perguntavam-se: “Ficariam sem trabalhadores na lavoura? Perderiam os recursos que haviam investido na compra dos escravos?”.

Aos poucos, o movimento abolicionista, do qual também participariam negros e mestiços libertos, conquistava a sociedade em prosa e em verso, especialmente após o final da Guerra do Paraguai.

Em meio às fugas (apesar da vigilância) auxiliadas por ativistas ou à participação efetiva dos escravos em ações cotidianas (tanto nas senzalas das fazendas quanto nas cidades), o combate à escravidão acabaria resultando em um declínio da população escrava no Rio de Janeiro e em todas as regiões onde essa mão de obra era fortemente utilizada. Tendência acentuada especialmente depois de 1885, como bem foi observado por Boris Fausto. Na província do Rio de Janeiro, segundo quadro elaborado por Ilmar Rohloff de Mattos, os 268.881 escravos existentes em 1880 diminuiriam para 162.421 em 1885. Essa redução apontaria para a procura de solução na questão

relativa à lavoura. Mas essa é outra história de aventuras. Nem sempre fácil e nem sempre feliz. Um caminho de imigrantes a ser percorrido por homens e por mulheres (especialmente italianos), tendo como destino o Brasil.

Então, no dia 13 de maio de 1888, a chamada Lei Áurea consagrava juridicamente a Abolição da Escravatura, beneficiando cerca de 700 mil almas que compunham a população cativa do Brasil, para uma população total estimada em 15 milhões de pessoas. O ato em si seria marcado por cenas fora do protocolo. O jornalista e escritor José do Patrocínio (1853-1905) atirou-se ao chão, tentando beijar os pés da Princesa Isabel. As pessoas concentradas no Largo do Paço, após a notícia, tomariam as ruas do Rio de Janeiro, e as comemorações continuariam até altas horas da noite.



Gravura da Princesa Isabel, que assinou em 1888 a Lei Áurea

A cantiga traduzia bem o sentimento dos ex-escravos: “Acabou-se o cativo/ Viva a Santa Abolição/ Negro agora é brasileiro/ E o branco é seu irmão”.

Entretanto, após a Abolição, aquele que fora escravo viraria realmente “livre e brasileiro”? No dizer da historiadora Gladys Sabina Ribeiro, o

preconceito racial estaria a serviço do preconceito social, “mais explicitamente, do controle social, noção que passa pela luta de classes e pela hegemonia e projeto de dominação de um determinado grupo social, que, no caso do Brasil, não por acaso era branco”.

O imperador, com a saúde frágil, diabético e com problemas cardíacos, receberia a notícia da Lei da Abolição no exterior, onde se encontrava em viagem. Sua imagem, ao retornar, era bem diferente daquela reproduzida, tempos antes, nas litografias e, depois, nas fotografias, que ele tanto apreciava. A doença do imperador fragilizava o papel de elemento estabilizador das disputas, quer pelo seu prestígio pessoal, quer pelo Poder Moderador que exercia.

Por outro lado, o ideário republicano, para os historiadores que se dedicam a esse tema, foi um fator decisivo no processo da passagem do Império para a República. A historiadora Maria Teresa Chaves de Mello registra que a opinião pública do país, quase totalmente, havia perdido a confiança no trono. A presença das duas correntes, com elementos opostos, confirmava o debate vivenciado naquela época e percebido, segundo a historiadora, nas palavras de Antonio da Silva Jardim (1860-1891), advogado e jornalista de grande atuação no movimento republicano, especialmente no Rio de Janeiro. Em uma conferência intitulada *A Pátria em Perigo*, registra que as “tradições egoísticas, aristocráticas do privilégio, do espírito de retrogradação” se apresentam “contra os fortes, os novos elementos populares de paz, trabalho, liberdade, fraternidade, progresso e ordem que eram representados pelas pessoas ali reunidas”.

Um estudo do intelectual Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914), publicado no *Diário de Notícias* de 17 de julho de 1889, citado por Maria Teresa Chaves de Mello, aponta para a seguinte argumentação: “A ninguém é dado mais iludir-se sobre as aspirações republicanas do povo brasileiro. Presenciamos uma evolução irresistível. A marcha ascendente das camadas populares, sua fatal tendência a superar as velhas instituições da monarquia, da nobreza mili-

tar, da clerezia e da própria classe média, é um desses postulados da história universal, que só a fanáticos ou a ignorantes é dado a conhecer. Não se trata aqui de saber se é um bem ou se é um mal; afirma-se que é fato inevitável (...) termo necessário para a evolução total da humanidade. (...) Ora, o ritmo social é hoje para a democracia sem a menor sombra de dúvida. (...) Onde a democratização for completa na ordem social, a forma republicana, sua natural expressão na ordem política”.

Havia algo a mais. Além de ecoar no ar o ideário republicano que a imprensa publicava, alcançando os letrados, havia o som das vozes alteadas nas conferências e nos comícios que poderiam contar com a participação popular. Havia, ainda, grupos que discutiam e liam jornais em público. Espalhavam-se comentários sobre a crise. Ouviam-se conversas aqui e ali na capital do Império, nas confeitarias e nos cafés, em meio ao tilintar das xícaras. A crítica à monarquia conjugava-se à propaganda republicana com seu discurso, por exemplo, sobre a liberdade, sobre a promessa de participação política ou, ainda, sobre o progresso científico.

O clima na cidade estava extremamente tumultuado. Nos cafés, nos jardins, nas esquinas das ruas da capital, inúmeras discussões e ideias ganhavam contornos e tomavam força. A imprensa acirrava os ânimos com artigos repletos de críticas políticas. Gabinetes ministeriais foram substituídos, na tentativa de amenizar os efeitos da crise e assim manter o regime.

No dia 11 de novembro de 1889, Dom Pedro II participaria de um baile que seu governo oferecia à Marinha do Chile na Ilha Fiscal. Consta que, ao descer da carruagem, em um leve tropeço, logo amparado, espirituoso, gracejou: “A monarquia tropeça, mas não cai”.

Enquanto no salão dançava-se ao som de valsas e de polcas, fora dele a conspiração corria solta. Quatro dias depois, quando inúmeros boatos davam conta da iminente prisão de Deodoro da Fonseca (1827-1892), os fatos se precipitaram. Aquele que, antes dessa ameaça, relutara em liderar o movimento de derrubada do regime agiu:



marchou para o Ministério da Guerra à frente da tropa, saindo da sua casa no Campo de Santana. E o povo? Como se comportou no momento da Proclamação da República, gesto dos militares em boa parte desvinculados do movimento republicano civil? “Bestializados”, segundo o dizer de Aristides Lobo? O povo ingênuo, apartado da política, que apenas assistia desinteressado a tudo o que se passava? Ou, quem sabe, essa atitude possa ser vista por outro ângulo, como propõe José Murilo de Carvalho: o povo seria “bilontra” (esperto), aquele que analisa, reflete e se desinteressa, por perceber que o ponto de chegada daquela trajetória não lhe traria benefício algum. O historiador reforça essa tese apontando a popularidade que a monarquia desfrutaria em meios populares, principalmente, após a abolição da escravidão.

Para Maria Teresa Chaves de Mello, todo aquele contexto de movimentação política e intelectual acontecido pelas ruas do Rio de Janeiro na década de 1880 afligira também o “homem comum”. A historiadora entende que o povo não assistiu ao troca-troca de regime “bestializado”; evidenciando a sua face “bilontra”, cedeu aos encantos da República, “consentindo” a sua proclamação. O governo republicano que se instalou decidiu que o imperador e a sua família deveriam deixar o país em 24 horas. Preferia apagar rapidamente o cenário dos tempos da monarquia. Inúmeros leilões pulverizaram os símbolos materiais daqueles tempos. O martelo do leiloeiro batia ritmadamente ao som do “quem dá mais?”. Isso incluiria móveis, objetos, utensílios, coches, carruagens, memórias...

Em meio à tensão daqueles dias, solicitava-se aos compradores a retirada, em 24 horas, dos objetos para que as instalações do antigo Paço Imperial fossem entregues ao governo republicano.

Talvez, discretamente, muitos estivessem mergulhados em reflexões, em desilusões e em saudades. Não apenas aqueles que partiam. Mas, também, inúmeros daqueles que ficavam. Possivelmente, guardassem para si pensamentos como estes que, tempos depois, seriam versos em forma de canção:

Meu pai sempre me dizia:

Meu filho tome cuidado,

Quando eu penso no futuro,

Não esqueço o meu passado.

Dança da Solidão

Paulinho da Viola

Conceitos-chave

- A complexa arquitetura política pós 1822, tendo como palco o Rio de Janeiro
- Criação do Município Neutro: o Rio de Janeiro como “espaço” para a ação do governo imperial; o Ato Adicional de 1834
- Uma onda verde: o Vale do Paraíba; a força dos cafeicultores e a mão de obra escrava
- Mapeando a cidade: mudanças na área urbana e na área rural
- Melhorias materiais (transportes, serviços públicos, etc.)
- Pelas ruas do Rio de Janeiro
- Ideais e sonhos: Onde foram parar?

Para usar em sala de aula

- A partir da letra do *Hino da Independência*, o(a) professor(a) (com a colaboração dos alunos) conceituará “liberdade política” e identificará outros tipos de liberdade. A seguir, os alunos pesquisarão letras de música que têm como tema a liberdade e identificarão o tipo de liberdade retratado pelo compositor. No final do trabalho, pode-se montar um mural com o resultado da pesquisa feita pelos alunos.
- A partir do texto de Orlando Valverde que mostra a geografia da expansão cafeeira em terras cariocas no século XVIII, os alunos vão mapear, com a orientação do(a) professor(a), as principais áreas de cultivo do café na cidade do Rio de Janeiro.

- Montar um álbum que compare as principais características urbanas e rurais da cidade do Rio de Janeiro ontem (meados do século XIX) e hoje (primeira década do século XXI).
- Montar uma maquete da principal rua onde se localiza a escola, destacando seus principais prédios, suas lojas e outros pontos.

Para visitar

- Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro
- Real Gabinete Português de Leitura
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)
- Colégio Pedro II
- Banco do Brasil
- Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro

Bibliografia

Livros

CARVALHO, Delgado de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Divisão de Edição C/DGDI, 1994.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil (1834)*. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1985.

DUNLOP, Charles. *Os Meios de Transporte do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1972.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de; ALBUQUERQUE, Luis Affonso Seigneur de. *Independência ou Morte. A Emancipação Política do Brasil*. São Paulo: Atual Editora, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff de; GONÇALVES, Marcia de Almeida. *O Império da Boa Sociedade. A Consolidação do Estado Imperial Brasileiro*. São Paulo: Atual Editora, 1993.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

NEVES, Margarida de Souza; HEIDER, Alda. *A Ordem É o Progresso. O Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual Editora, 1998.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. *Rio de Janeiro: Cinco Séculos de História e Transformações Urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na Era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

SETÚBAL, Paulo. *As Maluquices do Imperador*. São Paulo: Editora Saraiva, 1960.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil. Fatos e Personagens em Torno de um Regime*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957, v. IX.

TINHORÃO, José Ramos. *História Social da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998.

Web

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil – Império: a Corte e a Modernidade Nacional*, v. 2. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos – Coleção Formadores do Brasil*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

CARVALHO, José Murilo de. *Dom Pedro II – Perfis Brasileiros*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.



HALLEVELL, Laurence. *O Livro no Brasil – Sua História*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

LUSTOSA, Isabel. *Dom Pedro I – Perfis Brasileiros*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). *História do Brasil – Centro de Informações*. Disponível em: <http://portalmultirio.rio.rj.gov.br>.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A República Consentida*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

SANTOS, Yanê Lopes dos. *Arranjos Escravos de Moradia sob o Olhar dos Viajantes*. Um Estudo sob a Moradia Escrava na Cidade do Rio de Janeiro do Século XIX. Disponível em: <http://anpuhsp.org.br>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil*. Nicolas-Antoine Taunay e as Desventuras dos Artistas Franceses na Corte de D. João. Disponível em: <http://books.google.com.br/books>.

SOUZA, Anderson Barbosa. *A Cafeicultura no Vale do Paraíba, Século XIX: Algumas Notas*. Disponível em: <http://w3.ufsm.br>.

<http://www.brasile scola.com>

<http://letras.terra.com.br>

<http://letras.terra.com.br/tim-maia>

<http://veja.abril.com.br>

<http://www.revistacafeicultura.com.br>

<http://www.releituras.com/cmeireles>

<http://letras.terra.com.br/so-para-contrariar>

<http://www.monarquia.org.br>

<http://letras.terra.com.br/eduardo-gudin-musicas>

<http://letras.terra.com.br/legiao-urbana>

<http://letras.terra.com.br/chico-buarque>

<http://letras.terra.com.br/heitor-villa-lobos>

<http://www.museuvillalobos.org.br>

<http://maplink.apontador.com.br>

<http://letras.terra.com.br/gilberto-gil>

<http://www4.planalto.gov.br>

<http://www.adorocinema.com>

<http://letras.terra.com.br/zelia-duncan>

<http://letras.terra.com.br/paulinho-da-viola>

<http://www.faced.ufu.br>

<http://www.sectran.rj.gov.br>

<http://www.estacoesferroviarias.com>

<http://www.marcillio.com>

<http://www.biblioteca-servicos.ufc.br>

<http://www.encontro2010.rj.anpuh.org>

<http://www.cccrj.com.br>

<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br>

<http://www.academia.org.br>

<http://pt.wikipedia.org>

Músicas citadas e seus autores

Hino da Independência – Dom Pedro I e Evaristo da Veiga

Liberdade, Liberdade, Abra as Asas sobre Nós – Niltinho Tristeza, Preto Jôia, Vicentinho e Jurandir

Mordaça – Eduardo Gudin e
Paulo César Pinheiro

Cristina – Tim Maia e Carlos Imperial

Será – Renato Russo, Dado Villas Boas
e Marcelo Bonfá

Cotidiano – Chico Buarque de Holanda

Expresso 2222 – Gilberto Gil

Paciência – Lenine

Trenzinho Caipira – Heitor Villa-Lobos

A Deusa da Minha Rua – Newton Mendonça
e Jorge Faraj

Pra Rua Me Levar – Ana Carolina
e Antônio Villeroy

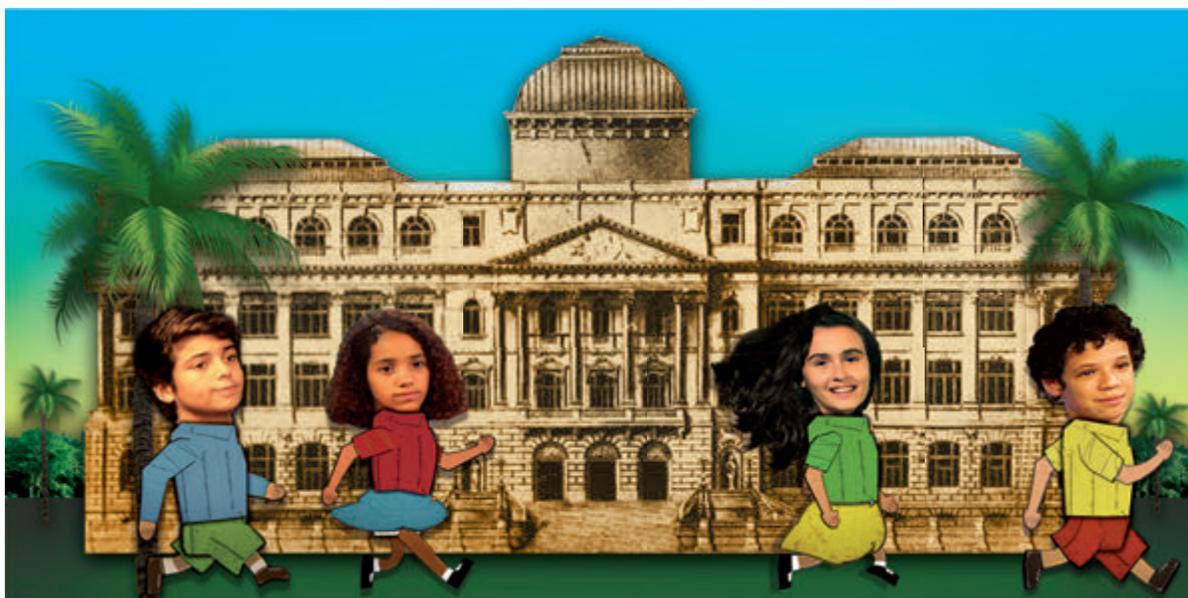
Dança da Solidão – Paulinho da Viola



O Rio de Janeiro: vitrine, cartão-postal e capital federal

Ó Abre Alas,/ Que eu quero passar

Chiquinha Gonzaga



Sinopse

Ventos que continham novidades soprariam no final do século XIX e no alvorecer do XX. Enquanto Chiquinha Gonzaga introduzia o violão nos salões, vozes dariam “vivas” à República proclamada na cidade do Rio de Janeiro.

Na condição de capital federal, a cidade não era mais aquela que presenciara a montagem do Estado imperial: vivia um processo de expansão e de “modernização”. Apesar disso, ainda era atingida por problemas urbanos que iam interferir na vida de seus habitantes. Questões para uma cidade cuja condição de vitrine e de palco da política nacional ficaria mais evidenciada com a instauração do regime republicano no Brasil.

O Rio precisava assumir sua função simbólica frente ao conjunto da nação. Resumindo: transformar toda a cidade em um “cartão-postal”, dando visibilidade através desse espaço como capital do “progresso”, o retrato da nova ordem estabelecida. Reformas realizadas, como na administração Pereira Passos, pretendiam dar outro perfil – na face e nos hábitos – à capital federal.

Os anos 1930 seriam tempos de mudanças, e o Rio de Janeiro continuava a crescer. Tempos da Era Vargas; tempos em que os novos comportamentos e as novas dimensões promoveriam transformações na cidade, como o crescimento dos subúrbios. Em 1960, o então presidente Juscelino Kubitschek deixaria o Palácio do Catete em direção à nova capital federal: Brasília. Que tempos viveria a cidade do Rio de Janeiro a partir daí?



*Ó Abre Alas,
Que eu quero passar*

Ó Abre Alas

Chiquinha Gonzaga

Quando nasceu Chiquinha Gonzaga, talvez algum anjo ou algum querubim tenha predito ou, quem sabe, tenha se perguntado se essa mulher desempenharia um papel singular no seu tempo. Em meio possivelmente aos “fulgores e aos encantos de uma lua branca” (como escreveria mais tarde), nascia, no dia 17 de outubro de 1847, na cidade do Rio de Janeiro, Francisca Edwiges Neves Gonzaga – a Chiquinha Gonzaga. Respondendo às “questões angelicais”, ou não, a trajetória daquela que seria compositora, regente e instrumentista estaria pontuada por um viver incomum para a época. As características que traçaram o seu perfil e que contaram sua história sinalizavam para o novo, para o diferente em relação às mulheres daqueles tempos – alguém que romperia com alguns padrões de comportamento para “ir à luta no seu querer”, no dizer da historiadora Monica Velloso.

www.chiquinhagonzaga.com



A compositora e cantora Chiquinha Gonzaga, em seu aniversário de 85 anos

Tida, modernamente, como personalidade feminina da música popular brasileira, seria a primeira: como maestrina, como autora de canções voltadas para o carnaval, como pianista de “choro”, como introdutora da música popular em salões elegantes cariocas e como fundadora da instituição protetora dos direitos autorais.

Segundo Monica Velloso, Chiquinha Gonzaga discutia “não só o lugar de nossa música na sociedade, mas também o lugar da mulher”.

Nada mais natural, então, que em verso e em música, em um tempo em que “ser da lira” significava ser boêmio, as alas se abrissem dando passagem a Chiquinha Gonzaga, que iluminaria corações em canções apaixonadas ou que uniria vozes carnavalescas pelos cantos e recantos da cidade do Rio de Janeiro.

Escrevendo choros, frequentando festas e reuniões artísticas nas quais a música erudita estava presente (mas também aprendendo com o povo das ruas, buscando as raízes da música brasileira), promoveria e regeria, no ano de 1889, um concerto de violões no Teatro São Pedro de Alcântara. Situação duplamente singular: ora por desempenhar essa função, ora pelo instrumento usado na récita. O violão, utilizado popularmente naqueles tempos, era visto com olhos desconfiados de “má fama”, coisa de boêmios, sinônimo de desocupados. Contudo, em sons, essa novidade causaria enlevo e espanto aos que compareceram à apresentação.

O girar da roda da vida, no qual o “sempre não é todo o dia”, como, em versos, escreveu Oswaldo Montenegro, transformaria a história desse instrumento.

A face do tempo revelaria, na obra de Heitor Villa-Lobos, “12 estudos para violão”. Mais adiante, “de frente para o mar”, marcaria presença no compasso de uma “batida diferente”. Harmonias no pulsar de corações cariocas, “colados e calados”, em rimas intimistas. Voz e violão cheios de saudades a dizer, como Tom Jobim e Vinicius de Moraes, que “sem ela não pode ser”.

No dedilhar das cordas, em acordes sutis ou em solos vibrantes, pelas mãos de anônimos ou pelas de virtuosos – como Egberto Gismonti, Paulinho Tapajós e Rafael Rabello –, esse instrumento antes marginalizado prosseguiria a sua trajetória, encontrando inúmeros rumos em acordes dissonantes, ou não, em harmonias refinadas...

Outros caminhos e destinos surgiriam, além daqueles ligados à história de instrumentos musicais como a do violão. Ventos que continham novidades soprariam nos anos finais do século XIX e no alvorecer do seguinte.

Em torno de projetos políticos diferentes, apontando soluções diferentes, trajetórias seriam percorridas até o momento em que vozes entusiasmadas dariam “vivas” à República proclamada na cidade do Rio de Janeiro. “A República passara do sonho à realidade”, segundo palavras do historiador José Maria Bello.

O novo poder se instalava no Brasil com um Executivo forte e intervencionista que pretendia conduzir o país para a “modernidade”. Distintamente do Império, com o advento da República, a “civilização” deixa de ser o valor fundamental, substituída pelo “progresso”, que continha o sentido de desenvolvimento material.

Eram tempos em que alguns pensavam que o Brasil não acompanhava o ritmo acelerado do século que estreava em promessas – ao menos para aqueles “que moravam nas grandes cidades e tinham o dinheiro para gozar os seus benefícios”, no dizer de Margarida de Souza Neves. Palavras como “república”, “trabalho livre”, “indústria”, “imigração”, “reformas urbanas” ocupavam a cena e compunham o cenário do Rio de Janeiro, que “era o grande laboratório onde se experimentavam as reformas que anunciavam os novos tempos”, prossegue a historiadora.

Porém, como dizia Fernando Pessoa: “Cada coisa a seu tempo tem seu tempo”.

A cidade chega ao final do século XIX na condição de capital federal, bastante diferente daquela que presenciara a montagem do Estado imperial, vivendo um processo de expansão e de “modernização”. Em contraponto, ainda atingida por problemas urbanos que iam interferir na vida de seus habitantes nas primeiras décadas do século XX. Questões para uma cidade cuja condição de vitrine e de palco da política nacional ficaria mais evidenciada com a instauração do regime republicano no Brasil.

Na primeira década republicana, o Rio de Janeiro passaria por uma fase turbulenta e complexa por conta das significativas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que já se delineavam anteriormente.

Mudanças importantes aconteceriam, por exemplo, no quadro social da principal cidade do país, que, na passagem do Império para a Re-

pública, era a principal praça financeira e o principal centro comercial e industrial do Brasil. Um excedente populacional se formaria em meio à abolição definitiva do trabalho escravo em 1888. Além dos comerciantes, artesãos, burocratas, militares e profissionais liberais, a população seria acrescida com os ex-escravos (oriundos de regiões agrícolas decadentes do interior fluminense, mineiro e baiano), com os migrantes (provenientes de outras regiões brasileiras) e com os imigrantes (devido à política imigratória adotada pelo Brasil em relação a outros países).

Boa parte dessa população ocupava uma posição mal definida no mercado de trabalho da época. A prática de biscates era comum diante de uma sobrevivência bastante incerta.

Dados apontam que, em 1890, a população carioca alcançava cerca de 522 mil habitantes. Na última década do século XIX, seria acrescida com mais de 200 mil almas. Esse aumento considerável não era acompanhado por planos de saneamento e de infraestrutura urbana.



Movimentação na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX

Toda essa movimentação para o Rio de Janeiro, “inequívoco polo de irradiação e de atração nacional”, segundo Carlos Eduardo Sarmiento, geraria um “inchamento demográfico”, refletindo-se, conseqüentemente, “em uma estrutura social bastante desproporcionada com um crescimento efetivo do nível de desemprego e do subemprego da população cidadina”.

A poesia popular da época, saudosista e amargurada, dizia: “Lamentando o tempo antigo/ Vou descrever consciente/ Uma parte do passado/

Slideshare.net



Outra da era presente/ Para se ver como era/
Nosso mundo antigamente. (...) Coisa pior do
que está/ ainda temos de ver/ O sol faltar luz
três dias/ a terra em massa tremer”...

Pelos idos de 1937, os compositores Ciro Monteiro e Babaú (nascido Waldemiro José da Rocha), compunham sobre o tema: “Ai, ai meu Deus/ Tenha pena de mim!/ Todos vivem muito bem/ Só eu que vivo assim/ Trabalho, não tenho nada/ Não saio do miserê/ Ai, ai meu Deus/ Isso é pra lá de sofrer”.

Bem mais adiante, o músico Renato Russo diria: “Não sei se tenho medo/ Não sei se tenho medo/ Trabalho o tempo inteiro/ Tô procurando emprego”.

O chamado “mundo do trabalho”, heterogêneo, descrito, escrito e reescrito a partir de diferentes visões...

Mas, se por um lado existiam expectativas de mudanças, com a instauração do regime republicano, por outro, pairavam incertezas. “Substituir um governo e construir uma nação, essa era a tarefa que os republicanos tinham que enfrentar”, segundo palavras do historiador José Murilo de Carvalho. Tarefa difícil e repleta de meandros.

O grande desafio seria o de buscar equilibrar as diferentes forças políticas que compunham o cenário republicano em torno de uma construção que fosse suficientemente harmoniosa, um pacto que mantivesse o regime estável. Segundo o historiador Lincoln de Abreu Penna, “em meio a esse clima de arranjos possíveis (...) que a República projetou seus primeiros passos em direção da consolidação do novo regime”.

Porém, depois dos inúmeros projetos que antecederam o 15 de Novembro, o que viria adiante? Essa seria a “República dos sonhos”? Haveria um abismo entre o almejado e a realidade?

Tais questionamentos, adiante, tomariam conta daqueles corações e daquelas mentes – a geração dos intelectuais da chamada Primeira República (1889-1930) –, desencantados com a “obra de 1889”. Estes perseguiriam a ideia de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação. Tratava-se de bus-

car bases que redefiniram a República e que estabelecessem um governo republicano que “não fosse uma caricatura de si mesmo”, segundo José Murilo de Carvalho.

Mas todos esses eventos que vão compor a história política da cidade ao longo do tempo não deveriam torná-la “refém de um passado percebido como uma ‘idade de ouro’ e, por isso mesmo, (...) incapaz de projetar seu futuro”, no dizer da historiadora Marly Motta. Deveriam, sim, caracterizar a sua especificidade, estudando os “seus principais atores, trajetórias, projetos e estratégias de ação, bem como a análise dos padrões da cultura política e das forças balizadoras do seu campo político”.

Ao lado dos sonhos, apresentavam-se alguns pesadelos. Reflexos de temores e de medos reais ou imaginários. Corriam notícias espantosas sobre o “fim do mundo”, misturando-se a outras que davam conta de invenções como o cinema (Auguste e Louis Lumière) ou como a das “ondas de rádio” (Heinrich Hertz). No caldeirão dos acontecimentos, borbulhavam ideias que, desafiando a imaginação dos mais incrédulos, pareciam não ter fim!

Muitos acreditavam que essas novidades eram sinais do “progresso, irmão da civilização”, segundo Margarida de Souza Neves; uma era na qual reinariam a paz e a tranquilidade para os povos...

Intranquilidade quando rumores insinuavam que a humanidade estava em via de se acabar. A passagem de cometas que riscavam os céus dava o argumento para previsões de catástrofes. Rezas e simpatias espalhavam-se em prosa e em verso.

Um trovador profetizava pelas ruas da capital federal:

“Meus senhores, este caso/ Faz a gente embasbacar/
No fim do noventa e nove/ Vi o mundo se acabar.
Virá medonho cometa,/ Nos diz um sábio alemão,
Que há de lançar tanto fogo/
Que o solo fique carvão./ Desta vez o Corcovado/
Leva a breca, com certeza!
Liquefaz-se o Pão de Açúcar/
Por obra da natureza. Que espetáculo pavoroso!
Enormes chamas de fogo,
Que do Morro da Viúva/ Arrasarão São Diogo./



Meu avô foi para a Itália,/ Minha avó foi para Hamburgo!/ Para não morrer torrado/ Vim fugindo pr'a Friburgo.”

Questões que inquietam o espírito humano.

O compositor carioca Paulinho Moska pergunta: “Meu amor/ O que você faria/ Se só te restasse um dia?/ Se o mundo fosse acabar/ Me diz o que você faria”.

Contudo, nem ontem e nem hoje, “o tal do mundo não se acabou...” (Assis Valente). Nem as ideias otimistas sobre a “paz” e a “tranquilidade” seriam compartilhadas por todos no alvorecer da República no Brasil.

Afinal, segundo palavras de Fernando Pessoa, volta e meia e meia volta, “sucede o que acontece”.

A Constituição de 1891 e a criação do Distrito Federal: a nação se “expressando no espaço da capital”

Art. 2. – Cada uma das antigas províncias formará um Estado, e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.

Esse artigo faz parte do texto da primeira Constituição Republicana do Brasil, promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891. O Rio de Janeiro era confirmado como capital da República. Uma “capital provisória”; já nessa época, era considerada, no art. 3º, a possibilidade de transferir a sede do governo para a região pertencente à União localizada no Planalto Central do país.

Instalado o novo regime, em um sistema político fundado no pacto federalista, tornou-se necessário dar os passos que redefiniriam “o peso do poder central na Federação e, conseqüentemente, o papel até então assumido pela cidade do

Rio de Janeiro como capital”, segundo palavras do historiador Américo Freire. Uma cidade que por quase 70 anos seria o palco onde os acontecimentos republicanos se desenrolariam.

O desafio que se apresentara para as novas forças republicanas incluía diminuir a influência (política) dos militares, assim como controlar a situação bastante tumultuada na capital da República no campo político e social.



Capa da primeira Constituição Republicana do Brasil

Nos debates constituintes, o novo regime, ainda sem um projeto definido naqueles primeiros momentos, sinalizava a adoção de mudanças diversas. Levando-se em conta um conjunto de questões, como a crescente busca de autonomia para o governo da cidade do Rio de Janeiro, sede dos poderes federais, o Congresso viu-se obrigado a tomar decisões.

O texto da Lei Orgânica do Distrito Federal (20/09/1892) criaria o cargo de prefeito do Distrito Federal, chefe do Poder Executivo, que seria escolhido pessoalmente e indicado pelo presidente da República. Quanto aos membros do Legislativo, seriam eleitos diretamente pela população masculina, alfabetizada, maior de 21 anos,



através do voto “não secreto”. O Distrito Federal não teria mais vínculo com a antiga província, transformada em estado do Rio de Janeiro. O prefeito, então nomeado da forma que era, referendado pelo Senado, teria a sua permanência, assim como as suas ações, dependendo da vontade presidencial.

Sob o controle federal, estaria a administração de inúmeros serviços urbanos, como o abastecimento de água e a rede de esgotos. A polícia militar ficaria subordinada ao Ministério da Guerra. A polícia civil, ao Ministério da Justiça, que também atuava na esfera da Justiça Municipal.

Dessa forma, segundo o modelo da Lei Orgânica de 1892, reduzia-se a possibilidade, no campo político, de o Distrito Federal se “auto-organizar”. Nesse sentido, a intervenção do governo federal se faz clara; o Rio de Janeiro não representaria apenas a nação, mas a nação se expressaria “também no espaço da capital, com sua vida política e administrativa irremediavelmente atrelada à esfera nacional. Qualquer questão local passaria a exigir uma intervenção de âmbito federal, assim como as questões de caráter federal acabariam por ser lançadas por sobre e resolvidas no espaço do Distrito Federal, o autêntico palco da política nacional”, segundo Carlos Eduardo Sarmiento.

O poder externo limitaria extremamente o poder local, já que o primeiro atuava fortemente sobre o segundo. Diante dessa situação, articulações e negociações marcariam a política no espaço do Distrito Federal.

A ordem política estabelecida, pautada no federalismo, afetaria a capitalidade do Rio de Janeiro. A cidade, antes o lugar onde se formulava a política em âmbito nacional, cada vez mais teria essa função histórica esvaziada. Ora pelo aumento do poder político local, ora pela participação de representantes importantes como os das oligarquias paulistas e mineiras, muito mais comprometidos com a manutenção da hegemonia política dos seus estados, no âmbito da Federação, do que com a formulação de um projeto político nacional.

Administração Pereira Passos - a Avenida Central

Nasço amanhã

Ando onde há espaço:

Meu tempo é quando

Poética

Vinicius de Moraes

Pelo tempo afora, os espaços urbanos passaram por incontáveis alterações através da ação da natureza (terremotos, enchentes, ressacas) ou do homem, quando este, desempenhando o papel de agente transformador, busca um espaço adequado para viver.

Muitas dessas ações embelezaram praças e largos, aperfeiçoaram o traçado de ruas e de avenidas; outras, lamentavelmente, apagaram incalculáveis rastros e vestígios que a humanidade foi deixando no passar dos dias e das noites: no contar da história, no girar da roda da vida.

Marcas do “quando”. Pedra sobre pedra, tijolo sobre tijolo, responsáveis pelas pistas e pelos indícios que, aqui e ali, em mágicos desenhos, traçariam as histórias do ontem, a realidade do hoje e os projetos (possíveis) do amanhã...

São versos de Cecília Meireles: “As coisas acontecidas/ Mesmo longe, ficam perto/ Para sempre e em muitas vidas”.

Depois da República proclamada, depois da Constituição promulgada, inúmeros daqueles homens que construíram as novas instituições interrogavam-se: a era inaugurada seria realmente a de um tempo “moderno”? De “progresso” para o país?

A cidade, antes Corte e agora Distrito Federal, “permanecia sendo a mesma, (...), em seu traçado e fragmentada em seu tecido social”, no dizer de Margarida de Souza Neves. Crescia, tomando formato, uma ideia para mostrar ao país e ao mundo que a República efetivamente trouxera os tais “tempos novos”.

Assim, o Rio de Janeiro passaria a assumir uma importante função simbólica frente ao conjunto



da nação. Se, por um lado, fora neutralizado politicamente, por outro, como capital da República, deveria traduzir-se em “vitrine da nação”, refletindo a “modernização” do Brasil. Em outras palavras: transformar toda a cidade em um “cartão-postal” era atestar, dando visibilidade através desse espaço urbano como capital do “progresso”, o retrato da nova ordem estabelecida.

As ideias de reforma não eram propriamente novidade. Desde a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, planos de reurbanização já haviam sido pensados. Palavras como “obras”, “higiene”, “reedificação”, “demolição dos cortiços nas áreas centrais da cidade” constavam nos planos para mudanças.

oriodeanigamente.blogspot.com



Obras para abertura da Avenida Central, atual Rio Branco

Seria no governo de Rodrigues Alves (1848-1919), presidente da República de 1902 até 1906, que a realização do projeto que almejava transformar a cidade do Rio de Janeiro na “capital do progresso” aconteceria. A reforma urbana pretendia dar outro perfil – na face e nos hábitos – à capital federal. A cidade se transformaria em um imenso canteiro de obras, sob o comando do engenheiro Francisco Pereira Passos (1836-1913). Iniciava-se o que os habitantes da época nominaram de “Bota Abaixo”.

Os trabalhos realizados, a partir da aprovação em 1903 de um projeto chamado Embelezamento e Saneamento da Cidade (que incluía ações como o escoamento de águas pluviais, melhoramentos dos serviços a cargo da prefeitura, abertura de

escolas primárias), resultariam em disposições urbanas e despertariam olhares e sentimentos diversos quanto ao presente e quanto ao futuro.

“Gosto muito pouco de incomodar.” Essas palavras, escritas pelo jovem Francisco, aos 20 anos, talvez não tivessem sido proféticas. Desde os seus contemporâneos até os dias atuais, oscilam a extremos as descrições quanto ao seu perfil ou às suas ações: “empreendedor”, “incansável” e “benemérito”; ou “ditador”, “autoritário” e “insuportável”.

Através de documento da época citado pela pesquisadora Maria Inez Turazzi, o “autoritarismo” de Pereira Passos seria registrado com humor pelos “inconformados cães vadios, perseguidos na sua administração”:

“Protesto Súplice. Ao Todo Poderoso Sr. Prefeito: Nós, os cães sem dono rico, os desprotegidos da sorte, (...) vimos perante V. Ex. Protestar contra o vosso iníquo decreto, que condenna ao extermínio uma raça inteira de animais. (...) Em que legislação ou civilização aprendeu V. Ex. a decretar a morte de seres viventes, porque não pagam taxas ao Fisco? (...) não vos contaremos a nossa história, cheia de virtudes, (...) com que desde sempre acompanhamos a humanidade porque modestamente nos calam. (...) Faltará no nosso globo ar bastante para que possamos todos respirar? (...) Attendei, pois à nossa súplica, revendo a vossa lei, que tereis a gratidão da cachorrada, mais sincera do que a de muitos homens que se bem os conhecesseis, melhor os estimarieis. Os Serviçaes e Humildes Cães Pobres do Distrito Federal.” (sic)

Para aqueles que aprovavam as reformas, o barulho das demolições ecoava como sinfonia, anunciando a chegada do “progresso”. O autor dos versos do *Hino à Bandeira*, Olavo Bilac (1865-1918), na *Revista Kosmos*, referia-se ao som das picaretas como se entoassem “um hino jubiloso” – quando do início dos trabalhos que resultaram na abertura da Avenida Central.

As ações, apesar de mais intensas no Centro, espalharam-se em várias direções, atingindo inclusive os bairros da zona sul. Surgiria a principal artéria da charmosa e popular “Princesinha



do Mar”: a Avenida Atlântica. O hábito de ir à praia passava a ser mais frequente, e “a orla da zona sul se tornaria o novo eldorado urbano”, comenta o professor Augusto Ivan. Copacabana, com suas areias, seu céu tão lindo, um bom lugar “pra passear a beira-mar”, no dizer dos compositores João de Barros (o Braguinha) e Dorival Caymmi.

As edificações ganhavam um estilo arquitetônico (ecletismo) que aproximava o Rio de Janeiro da Europa, através da utilização nas fachadas de cúpulas e ornatos, procurando transformar a cidade na “Paris Tropical”. Prédios localizados na atual Avenida Rio Branco, antiga Avenida Central, como o do Theatro Municipal, o da Escola Nacional de Belas Artes e o da Biblioteca Nacional (“inspirados” na escola francesa), guardam a memória dessa época.

pt.wikipedia.org



Theatro Municipal do Rio de Janeiro, inaugurado em 1909

Os trabalhos avançavam rapidamente, ampliando aqui, nivelando adiante, calçando acolá. Ruas acanhadas, becos e vielas do Centro antigo dariam passagem a ruas e avenidas largas e arejadas, com destaque para o 1,8 quilômetro de extensão e os 33 metros de largura da Avenida Central.

O caso desse logradouro, mais do que qualquer outra obra, exigiria a demolição de aproximadamente 600 prédios antigos. Esses cortiços, de aluguéis mais baratos, abrigavam uma população heterogênea (como capoeiras e estivadores), que dividia aqueles espaços e que compartilhava a necessidade de inserção naquela sociedade em transformação.

Para agilizar, decretos davam poderes ao prefeito de desapropriar e de tomar posse de casas sem nenhum procedimento judicial. Avisos eram afixados nas moradias que seriam derrubadas, concedendo um prazo estreito para que seus moradores dali saíssem. Muitos retiravam seus pertences com a demolição já em andamento. Meses a fio, esse projeto, iniciado em 1904 e chefiado pelo engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933), desalojaria pessoas, deslocaria estabelecimentos comerciais, removeria escombros, lotearia terrenos, instalaria sistemas de esgotos, de água, de iluminação e de eletricidade.

A inauguração da Avenida Central aconteceria no dia 15 de novembro de 1905, não por acaso. O calçamento fora ornado com desenhos feitos com pedras portuguesas, e seu canteiro central, que dividia a avenida em duas mãos, arborizado com mudas de pau-brasil. Nascia uma artéria, substituindo a Rua do Ouvidor, um lugar onde a população passeava, admirando a iluminação elétrica ou o obelisco de granito, com 18 metros de altura, construído para marcar o final das obras. O escultor desse monumento, Eduardo Sá, nem poderia supor que, anos mais tarde, alguns encontrariam uma “função” a mais para a sua obra...

Tempo, tempo, tempo rei...

Mas havia aqueles que em nada concordavam com tais mudanças. Comentavam, alarmados, as cifras do empréstimo obtido à Inglaterra, que alcançava a metade da receita da União: 8.500.000 libras esterlinas! Críticos como Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), que acreditava que se tomava dinheiro emprestado para se colocarem abaixo as velhas casas da capital. Ele escreveu: “De uma hora para a outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia”.

O escritor acreditava que as reformas dividiam a cidade em duas partes, “uma europeia e outra indígena”. Na época em que “indígena” tinha o sentido de “nativo”. Nessa parte indígena da cidade, viviam os negros, os nordestinos, os imigrantes latinos, enfim, gente pobre de todo

o país. “O projeto urbanístico das elites visava esconder essa parte da cidade como se fosse uma vergonha, sinônimo de atraso”, segundo palavras da historiadora Monica Velloso.

Em meio a esse quebra-quebra, os cortiços – também conhecidos como “habitações coletivas”, compostos por cômodos pequenos sem cozinhas, com sanitários coletivos – iam desaparecendo, envoltos em nuvens de poeira. Através das imagens capturadas pela lente do fotógrafo Marc Ferrez (1843-1923), no alvorecer do século XX, é possível, hoje, observar como eram essas construções. Também outras paisagens e outros retratos que o seu olhar atento registrava, utilizando uma nova linguagem e um novo tipo de informação visual bastante diferente para os padrões da época.

A obra completa de Ferrez, considerado precursor do fotojornalismo no Brasil (em grande parte dedicada ao Rio de Janeiro), faz parte do acervo do Instituto Moreira Salles.

Os quiosques, pequenas unidades comerciais, teriam o mesmo destino que os cortiços. Criados como cópia do modelo europeu para venda de livros, de jornais, de revistas e de cartões-postais, com o tempo foram perdendo aqui e ali a função original. Passaram a vender bebidas, frituras, bilhetes de loteria. Reuniam uma clientela, dizia-se, cujos “asseio e modos sociais” eram incompatíveis com as reformas da administração Pereira Passos. A manutenção, ao menos daqueles localizados na área central da cidade, era insustentável diante dos “ares de progresso” que sopravam em novidades.

Tais quais os cortiços, os quiosques vieram abaixo. Contudo, ainda podem ser contemplados com seus clientes em documentos preciosos registrados nas imagens feitas por Augusto César Malta de Campos (1864-1957). Malta, que começou registrando informalmente as obras promovidas por Pereira Passos, acabou recebendo o cargo de primeiro fotógrafo documentalista da prefeitura. Nessa função, registrou, fotografando, a execução e a inauguração de obras públicas, logradouros com seus traçados modificados, prédios históricos que seriam demolidos.

Também, flagrantes como ressacas, enchentes, desabamentos...

A administração do espaço público é especialmente complexa. Uma arena onde interesses diferenciados, tais como locomoção, comércio, limpeza e concessões, se encontram e que, quando bem organizados, oferecem uma contribuição positiva para as cidades. Porém, retirados os cortiços e os quiosques, para onde foram os seus habitantes e seus clientes?

Certamente, muitos trocaram as moradias condenadas por outras em condições semelhantes, mais distantes do Centro, onde o “progresso” se instalava.

O escritor Aluísio Azevedo (1857-1913), irmão mais novo do dramaturgo e jornalista Arthur Azevedo (1855-1908), ambienta um de seus famosos romances, *O Cortiço* (publicado em 1890), nesse contexto. Buscando um lugar para morar, outros começariam a subir as encostas dos inúmeros morros existentes na cidade (com uma dinâmica geográfica montanhosa), construindo moradias bastante precárias. Surgiam, improvisados, casebres de madeira com telhados de zinco. É o caso do chamado Morro da Favela, localizado na área adjacente ao Centro. Um lugar onde as memórias desse tempo se fazem presentes. Embora não tenha sido o primeiro a ser ocupado dessa forma improvisada, mas sendo um dos mais habitados pela população pobre, acabou dando o nome “favela”, genericamente, aos demais. Hoje, é conhecido pelo seu nome original: Providência.

Em direção aos subúrbios, rumariam muitos outros na mesma procura.

Porém, outras questões graves, ligadas à situação sanitária da cidade (internacionalmente criticada), preocupavam a população e as autoridades republicanas. Estatísticas dão conta de que, até 1905, a taxa de mortalidade superava a de natalidade no Rio de Janeiro. Isso acontecia, especialmente, por conta de inúmeras doenças que se espalhavam.

A febre amarela aparecera no Rio em 1849 e chegara a dizimar quatro mil pessoas nesse ano, segundo a historiadora Armelle Enders. O governo



atribuiu o fato, na época, ao desembarque de escravos e às condições de moradia – pardieiros onde o contágio acontecia. Outras doenças, como a varíola, a tuberculose, as gripes, a rubéola e a peste bubônica, atacavam regularmente a população e os visitantes.

Para enfrentar esses flagelos que se propagavam pela cidade inteira, seriam criados dois laboratórios. Um deles, o Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, dirigido pelo médico Oswaldo Cruz (1872-1917), se especializaria no estudo das doenças transmitidas por insetos. Nesse centro de pesquisas, outro médico sanitário, Carlos Chagas (1878-1934), seria o responsável pelo desenvolvimento de importantes pesquisas na luta contra a malária.

Diante dessa situação, em 1904, estudantes de Medicina e empregados municipais partiriam para uma missão significativa, a “guerra” aos mosquitos e ao seu habitat: charcos e águas estagnadas.

Enquanto Pereira Passos reformava a cidade, o Dr. Oswaldo Cruz cuidava de sanear o Rio de Janeiro. Assumindo a direção da Saúde Pública, planejaria ações que não seriam mais pontuais. Para tal, os focos de ratos, transmissores da peste, foram erradicados. Para agir contra o mosquito transmissor da febre amarela, a prefeitura criaria um novo emprego público, conhecido como “mata-mosquitos”: agentes que iam de porta em porta visando eliminar possíveis focos. Segundo cita o historiador Delgado de Carvalho, a febre amarela, em 1901, fez 1.634 vítimas. Em 1908, nenhuma morte por conta dessa doença. Contudo, as estatísticas que viriam a seguir mostrariam que isso não se estendia às populações mais pobres da cidade.

O grande desafio para vencer a varíola percorreria um caminho bem mais tumultuado. Em 31 de outubro de 1904, seria aprovado um regulamento que impunha a toda a população a vacinação obrigatória. O povo contaria em versos o “sucesso”: “Meus curiosos senhores,/ Vou contar-vos a história/ Que os jornais anunciaram/ Da vacina obrigatória./ Esse caso que no Rio/ Ficou para a eterna memória!”.

A grita se generalizou, alcançando diversos setores da sociedade carioca. Muitos protestavam alegando ser um completo absurdo serem “obrigados” à vacinação, o que ia contra seus conceitos de liberdade individual (os “positivistas”).



Charge de época que retrata a revolta da população contra a vacina obrigatória

Segundo a historiadora Mary Del Priori, a população carioca levantava a “bandeira contra a modernidade imposta de cima para baixo”, quando, em 1904, essa contestação resultou em um levante que tomaria conta da capital republicana. Bairros portuários, como Gamboa, Santo Cristo e Saúde, cobririam-se de trincheiras. Confusão e quebra-quebra também no Centro da cidade. Acontecia a chamada “Revolta da Vacina”, que deixaria como resultado bondes incendiados e postes de luz destruídos. Em meio aos tiroteios, 23 mortos e 90 feridos.

As rimas prosseguiram relatando: “Ficou em estado de sítio/ A capital federal,/ Com espaço de trinta dias/ O medo era geral!/ Com a prisão dos revoltosos/ Voltou a paz afinal”.

Os presos nos dias de revolta seriam sumariamente enviados para o atual estado do Acre nos porões dos navios pertencentes ao Loide Brasileiro.

Para Armelle Enders, a revolta “evidencia a resistência popular contra a intervenção dos agentes do Estado em seus lares (...) comprova tensões ocasionadas por um crescimento demográfico que o tecido urbano não consegue absorver”.

“Em cada cabeça uma sentença”, diz a sabedoria popular.



Muitos viviam usufruindo, felizes, as mudanças acontecidas em menos de 10 anos. O cumprimento das metas estabelecidas por Pereira Passos e o estabelecimento de novas regras urbanísticas (claraboias para arejar melhor os cômodos das casas, por exemplo) mudaram as feições da cidade. A estrutura portuária, inadequada diante do crescimento do fluxo comercial, transformada – remodelada e reequipada –, seria a mais moderna da América do Sul.

Acreditava-se que inúmeras doenças tinham sido erradicadas através da campanha de vacinação em massa. Além disso, havia os encantos da Avenida Beira-Mar, com seus jardins, o Campo de Santana recuperado (e a própria Floresta da Tijuca) e o teleférico do Pão de Açúcar (1913). Tudo reforçava uma tradição que, desde o século XIX, vinha valorizando os sítios naturais e os espaços públicos, colocando-os em “perspectivas monumentais”.

Segundo Margarida de Souza Neves, em 1908, o escritor “Coelho Neto criava um título para a cidade modernizada: ‘Cidade Maravilhosa’, mais tarde aclamada como ‘coração do meu Brasil’ por uma marchinha famosa (hoje, o Hino Oficial da Cidade). Estava feita a reforma que transformara o Rio de Janeiro na capital do progresso”.

“Para o Rio de Janeiro, talvez, o século XIX tenha terminado em 1910. Pelo menos foi durante a primeira década do século XX que a sua imagem como grande capital sul-americana, tão sonhada nas pranchetas dos arquitetos e engenheiros durante mais de décadas, ganhou, enfim, visibilidade, marcando um tempo forte de sua história”, segundo palavras da professora Margareth da Silva Pereira.

Porém, outra frase popular alerta para o fato de que, inúmeras vezes entre cenários e virtudes, “as aparências enganam”...

Em meio a esse desafio de ser “brasileiro e cosmopolita”, nem todos estavam tão felizes. Havia os desiludidos com os caminhos que a República tomava. Havia os que, excluídos, nem seriam convidados para essa “festa” da vida mundana e cultural que acontecia, por exemplo, na Avenida Central – nem participa-

riam dessa reformada “cena” urbana de “progresso” que embelezou outras regiões da cidade. Nem frequentariam as lojas da moda, os teatros, os restaurantes, os cinemas, os...

A diversificação do quadro social carioca nos anos 30 do século XX. O Centro e outras áreas; o subúrbio

*Meu coração agradece ao padroeiro
e pede ao santo também que ele consinta
que eu faça um samba altaneiro
bem carregado na tinta
do Rio de Janeiro dos anos trinta*

Anos 30

Paulo César Pinheiro e Joyce Moreno



<http://eravargas1930-1945.blogspot.com>

A Revolução de 1930 marcou o fim da Primeira República e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder

A Revolução de 30 marca o quadro político do Brasil e do Rio de Janeiro. Getúlio Vargas chega ao poder e permanece nele até 1945.

A cidade atinge a marca de mais de 1 milhão de habitantes, segundo o censo de 1930. As reformas da época de Pereira Passos haviam multi-



plicado as vias de circulação, que passaram a interligar as diferentes regiões da cidade. Após essa administração, projetos de remodelação prosseguiriam desenhando e redesenhando os espaços urbanos da capital federal.

O Morro do Castelo, berço da cidade, local da sua primeira igreja matriz (São Sebastião) e onde se encontravam desde 1583 os restos mortais de Estácio de Sá, seria arrasado em 1922. Não sem debates apaixonados entre os que defendiam o símbolo histórico do local contra os defensores da “modernização”. Seu desmonte era defendido pelo prefeito Carlos César de Oliveira Sampaio (1861-1930) – engenheiro e professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro –, que entendia que o morro era um obstáculo para a ventilação da cidade e para o seu saneamento. Obras concluídas, a região daria lugar à esplanada de mesmo nome, onde seriam construídos os ministérios federais.

Dados da época apontam para um crescimento acelerado da população em áreas da zona sul e do subúrbio, migrante do Centro da cidade. Essa região, que, com o decorrer do tempo, passaria a ser eminentemente comercial, apresentará uma tendência de estagnação ou até de decréscimo demográfico.

Outras obras abririam espaço para a construção, por exemplo, de avenidas. Foi o caso da Presidente Vargas, com seus 4,5 quilômetros de extensão, inaugurada no dia 7 de setembro de 1944 e que hoje representa um importante canal de tráfego da cidade.

Os investimentos imobiliários vão se espalhando por bairros recentemente urbanizados, como Leblon, Ipanema e Copacabana – locais de uma área aprazível, “de acesso fácil aos principais bairros da região central da cidade e que atraiu um contingente populacional basicamente oriundo das classes mais altas da sociedade”, no dizer de Carlos Eduardo Sarmiento.

O subúrbio carioca, por sua vez, se expandia, aliando a política habitacional voltada para as classes trabalhadoras. Ao longo dos anos, diversos loteamentos com graves problemas de infraestrutura ocupariam a região. Apesar disso, a facilidade de acesso, via trens urbanos, acabaria

por atrair as camadas mais pobres da sociedade para esses locais. O subúrbio consolidava-se como moradia do proletariado.

Além disso, o empobrecimento das camadas populares (atingidas pela crise internacional de 1929, que, em espiral, alcançou o Brasil) corresponderia a um crescimento de pessoas que ocupavam os morros da cidade. Dados citados por Carlos Eduardo Sarmiento apontam para uma estimativa de que, entre 1920 e 1933, “as favelas teriam crescido em média 14% ao ano, tendo um aumento de cerca de 500% no total do período observado”.

A partir dos anos 1930, o Rio de Janeiro “se descobriu partido entre asfalto e morro, entre zona norte e zona sul”, afirma o antropólogo Hermano Vianna.



riquemoranomar.blogspot.com

Registro de cariocas circulando no bonde da linha São Januário

O compositor Wilson Batista (1913-1968), um cronista do seu tempo, faz o contraponto zona norte/zona sul nas suas composições. Ora narrando que o bonde São Januário leva mais um operário, ora revelando alegria quando o bonde Ipanema entra triunfalmente no Tabuleiro da Baiana (ponto dos bondes que vinham da zona sul, entre as atuais ruas Senador Dantas e Treze de Maio) trazendo belas mulheres a bordo.

Eram tempos, na Era Vargas, do Estado Novo (1937-1945), em que a propaganda exaltava o trabalhador como “herói dos tempos modernos”.

Dessa forma, substituía-se a imagem de um personagem típico dos morros cariocas, bastante ligado à história do samba: o malandro. O Rio de Janeiro seria “o laboratório de onde surge o Brasil mestiço e laborioso”, segundo palavras de Armelle Enders.

Hoje, Chico Buarque convida Penha, Irajá, Olaria, Acari, Vigário Geral e muitos outros bairros do subúrbio carioca a espalhar sua voz: “Vai, faz ouvir os acordes do choro-canção/ Traz as cachochas e a roda de samba/ Dança teu funk, o rock, forró, pagode, reggae/ Teu hip-hop/ Fala na língua do rap”.

E uma outra melodia, que descreve o andar de uma certa garota de Ipanema a “caminho do mar”, corre o mundo pontuando a fama do bairro localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

As realizações de Pedro Ernesto: outras administrações

*Mandaram avisar
Agora tudo mudou
Eu quis acreditar
Outra mudança chegou*

Perplexo

Herbert Vianna, Bi Ribeiro
e João Barone

Entre as décadas de 1930 e 1960, o Rio de Janeiro, através das diversas administrações, se urbanizava. Tempos em que os novos comportamentos e as novas dimensões promoveriam mudanças na cidade.

Prefeito de 1926 a 1930, Antonio Prado Júnior (1880-1955), entre diversas iniciativas, contratava o arquiteto francês Alfred Agache para realizar um estudo que resultaria no chamado “Plano Agache”, importante plano diretor da cidade do Rio de Janeiro. Abordaria o espaço urbano nos

aspectos relativos ao traçado das principais linhas de circulação e de transportes (incluindo o metrô, já existente na Europa), assim como o saneamento. Visava a uma cidade mais eficiente e funcional. Concluído em 1930, não chegaria a ser implantado “por ter sido considerado uma proposta conservadora e mais compatível aos desejos e aspirações da República Velha”, segundo a arquiteta Nina Maria de Carvalho Elias Rabha. Legados importantes ficaram dessa administração, como a Praça Paris, construída em estilo francês, e a colocação de sinais de trânsito com a intenção de disciplinar o trânsito de veículos que circulavam pelas ruas da cidade disputando espaços.

A administração do médico Pedro Ernesto Baptista (1884-1942), por dois períodos, entre 1931 e 1934 (como interventor) e entre 1935 e 1936 (como prefeito eleito indiretamente pela Câmara Municipal), resultaria em ações especialmente voltadas para as áreas da saúde e da educação. Ele participaria da campanha de Vargas à presidência da República, quando este foi lançado como candidato de oposição. Após os fatos de 1930, que deporiam o presidente Washington Luís e impediriam a posse do candidato eleito, Júlio Prestes, seria nomeado interventor federal na capital da República. Figura de inteira confiança durante o Governo Provisório, muito próximo de Getúlio Vargas, participaria intensamente do cenário político da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Assumindo a prefeitura em 1931, Pedro Ernesto (que valorizava os elementos da cultura popular e que se aproximaria de músicos com a intenção de fortalecer o diálogo com as camadas populares) logo ia demonstrar preocupação com as condições de atendimento clínico e sanitário para a população carioca, que, na época, girava em torno de 2 milhões de habitantes. Com poucos leitos disponíveis e com uma política de saúde pública voltada apenas para atendimentos de emergência e para “remediar doenças”, Pedro Ernesto acreditava na possibilidade de usar a medicina como “fator de melhoramento das condições de vida (...) da população”, segundo cita Carlos Eduardo Sarmiento. Nesse sentido, o centro de saúde deveria ser um polo preventivo,



“para o qual deveriam convergir todos os setores da sociedade, preferencialmente as camadas inferiores, na busca de atendimento constante”, conclui Sarmento.

Na área da saúde, seriam construídos hospitais como o Getúlio Vargas (Penha), o Jesus (Vila Isabel), o Carlos Chagas (Marechal Hermes), o Rocha Faria (Campo Grande), o Paulino Werneck (Ilha do Governador), o Miguel Couto (Gávea) e o Central de Vila Isabel (concluído após a sua administração e que receberia o nome de Pedro Ernesto).

Na educação pública, com a participação do professor Anísio Teixeira, que pertencia a um grupo de “pioneiros da escola nova” (como Fernando Azevedo), a tarefa seria a de revolucionar o ensino no Brasil. Embora não tendo alcançado os objetivos pretendidos, com plena reformulação da estrutura de ensino do município, o legado incluiria: seis escolas primárias e três escolas profissionais, entre elas a Escola Normal, localizada na Rua Mariz e Barros, na Tijuca.

prosa Carioca.blogspot.com



Fachada do Instituto de Educação, antiga Escola Normal

Pensando no Ensino Superior, dentro da ideia de uma educação capaz de “formar dirigentes, formadores de opinião da nova sociedade”, criaria, por Decreto Municipal de 4 de abril de 1935, a Universidade do Distrito Federal. Mais adiante, seria incorporada à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1939). Na UDF, lecionaram mestres como Gilberto Freyre, Candido Portinari, Delgado de Carvalho, Cecília Meireles, Lucio Costa, entre outros.

Entre 1937 e 1945, à administração do carioca Henrique de Toledo Dodsworth (1895-1975) caberia “a responsabilidade de moldar a capital à imagem do regime (...) uma ditadura civil sustentada pelo Exército, a qual se concluirá em 29 de outubro de 1945 pela deposição de Vargas”, segundo Armelle Enders.

Nomeado pelo presidente e contando com o seu apoio, o prefeito Dodsworth impulsionaria obras pela cidade, trabalhando com auxiliares como o engenheiro Edson Passos. A mais importante seria a abertura da Avenida Presidente Vargas, responsável pela demolição de prédios e de igrejas que desapareceriam do cenário da cidade, excetuando-se a Igreja de Nossa Senhora da Candelária. Na época, a construção desse eixo viário, que colocaria abaixo antigos prédios de valor simbólico para a cidade, expressaria uma “modernização” ligada às propostas do Estado autoritário.

Outra importante artéria, a Avenida Brasil, seria também um grande empreendimento dessa administração. A rodovia, que possuía 15 quilômetros de extensão e uma largura de 60 metros, dividida em quatro pistas, facilitaria a ligação das áreas dos subúrbios (primeiramente, os da Leopoldina) ao Centro. Em torno dela, cresceria uma importante zona industrial. Mais adiante, essa artéria ia se prolongar na direção da Rodovia BR-2, que seria inaugurada em 1951 (hoje, Rodovia Presidente Dutra).

Outras administrações, até 1960, prosseguiriam pavimentando, saneando, canalizando, ampliando e abrindo túneis, ruas e avenidas. Obras e mais obras, como a realizada na administração do prefeito Ângelo Mendes de Moraes (1894-1990): a construção do Estádio do Maracanã (Estádio Mário Filho), inaugurado para a realização dos jogos de futebol da Copa do Mundo de 1950. Hoje, o Maracanã passa por reformas, preparando-se para a Copa que o Brasil vai sediar em 2014. Para o carioca – não importando se um apaixonado tricolor, flamenguista, vascaíno ou botafoguense –, uma conhecida melodia sempre está presente nas memórias felizes e animadas quando, subindo a rampa, na emoção que é estar lá, chegar lá, canta: “Domingo, eu vou ao Maracanã/ Vou torcer pro time que sou fã,/ Vou

levar foguetes e bandeira/ Não vai ser brincadeira,/ Ele vai ser campeão/ Não quero cadeira numerada,/ Vou ficar na arquibancada/ Pra sentir mais emoção/ Porque meu time bota pra ferver/ E o nome dele são vocês que vão dizer!” (Neguinho da Beija-Flor).

Um gaúcho no Catete: a Era Vargas

Óh seu Getúlio vem

Óh seu Getúlio vem

Lá no Catete

Só ele nos convém

(...) No palácio do Catete

Vamos ver quem tem mais caroço

A vitória há de ser um fato

Porque o gaúcho é um colosso

Seu Getúlio Vem

Marchinha de carnaval lançada
em 1931 por André Filho

O Catete é um bairro localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Possui um forte comércio de rua, no qual dezenas de lojas movimentam um número expressivo de pessoas que buscam um lugar para compras. Nessa agradável região, de ocupação bastante antiga, existem ainda inúmeros sobrados e prédios históricos. Relatos antigos já se referiam ao “Caminho do Catete” de maneira frequente.

Hoje, a região possui colégios, bancos, hospitais, escritórios, uma importante estação do metrô, além do Museu da República, localizado em um prédio repleto de memórias. Contar a história do Brasil necessariamente significa passar pelo local que acabou virando sinônimo do bairro: o Palácio do Catete. No dizer do professor Alexandre Ferreira Sandoval, “nada mais característico dessa fase do Distrito Federal do que o Palácio do Catete”.

Ocupando um antigo palacete erguido à beira do terreno entre 1858 e 1867, a mando do rico comerciante e fazendeiro de café Antonio Clemente Pinto (Barão de Nova Friburgo), ao ser concluído serviria para afirmar a posição social e o sucesso econômico do seu proprietário. Consta que a edificação feita à beira do terreno teria sido um desejo da baronesa Laura Clementina da Silva Pinto, que argumentara: “Ó barão, pensas que vou descer lá da fazenda, no meio do mato, para viver aqui cercada de mato também? Quero a casa dando janelas para a rua!”.



<http://picasaweb.google.com>

O Palácio do Catete foi sede do governo federal entre 1897 e 1960

Por mais de 60 anos, foi o coração do Poder Executivo brasileiro – palco de inúmeros acontecimentos importantes. Pelos seus pavimentos internos e pelos seus jardins (um grande pomar no tempo do barão), circularam personalidades e anônimos. Presidentes com as suas famílias ali viveram e trabalharam. Acordos foram celebrados ou planejados. Leis foram aprovadas e assinadas.

Mas a sua memória republicana como sede do Poder Executivo federal encontra-se fortemente vinculada ao presidente Getúlio Vargas (1882-1954), que governaria o país por dois períodos. Sua longa estada no poder fez com que se transformasse em uma das figuras mais marcantes na vida política brasileira no decorrer do século XX, permitindo, inclusive, que se falasse em uma “Era Vargas”.



O primeiro período vai de 1930 a 1945. Conduzido ao poder em outubro de 1930 por um movimento alvo de interpretações diferenciadas e que se autoproclamava revolucionário, Vargas permaneceria, provisoriamente, na presidência até a Constituição de 1934 ser promulgada. Esta viria legalizar a sua permanência no governo, ampliando os poderes presidenciais. A tendência crescente de autoritarismo político concretiza-se em novembro de 1937, quando iniciou-se o chamado Estado Novo: o Diário Oficial publicaria o texto de uma nova Constituição, tropas cercariam o Congresso, que foi dissolvido. Essa fase ditatorial do seu governo se estenderia até 1945, ano em que foi deposto.

Contudo, voltaria a governar o Brasil após uma campanha na qual pontuariam temas como a defesa da industrialização e a necessidade de ampliar a legislação trabalhista. Vargas também repetiria o *slogan* “Se eleito, o povo subirá comigo as escadarias do Catete”, demonstrando, segundo palavras do museólogo Cícero Antonio F. Almeida, que a “ascensão ao poder era, então, identificada pelas escadarias do Catete, que conduziriam ao centro do poder na República”.

Eleito, tomaria posse em janeiro de 1951, sucedendo o presidente Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), dando início ao segundo período de governo. Porém, agora, assumiria o poder através das urnas, iniciando um governo constitucional. Dessa vez, encontraria um país bastante diverso daquele que deixara em 1945. A situação internacional, em meio à chamada Guerra Fria, que polarizava o mundo naqueles tempos, não era a mesma. Os problemas internos se apresentavam ligados à alta inflacionária, ao custo de vida, às greves, além das críticas ferrenhas oriundas de opositores nos partidos políticos e nos jornais. Enfrentando dificuldades em meio à crescente oposição, à perda de base de sustentação política e à tentativa de assassinato contra o jornalista Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977), com a crise se avolumando, Getúlio Vargas suicidou-se em 1954.

O escritor José Américo de Almeida (1887-1990) relata os instantes seguintes ao fato: “Corri ao Catete. Por onde passava via um povo estupefa-

to (...). Atingindo o Palácio, rompi a onda, vendo máscaras convulsivas e ouvindo exclamações de desespero. (...) Lá fora as multidões inconsoláveis esperavam a visitação”.

Esse desfecho da trajetória política e de vida de Getúlio contribuiu, mais ainda, “para reforçar o mito construído sobre a sua personalidade assim como para marcar definitivamente o Palácio como espaço simbólico referencial da República”, no dizer de Cícero Almeida.

“O tempo passa e nem tudo fica/ A obra inteira de uma vida”, diz a letra da canção de Thedy Correa.

No dia 18 de abril de 1956, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, enviaria ao Congresso Nacional uma mensagem que propunha a mudança da capital para a região do Planalto Central do Brasil. Adiante, em 1960, uma fotografia registraria Juscelino, acompanhado da família e de autoridades, descendo pela última vez as escadarias do Palácio do Catete em direção à nova capital federal: Brasília.

Pelos espaços esvaziados e despojados, mas repletos de memórias, ouvia-se, naquele momento, o arrastar dos volumes e as ordens para que as caixas fossem carregadas com cuidado até a calçada, onde os caminhões de transporte aguardavam em muda expectativa.

“Coisas nossas” estão no ar!

*Madame diz que a raça não melhora
Que a vida piora por causa do samba
(...) Madame diz que o samba democrata é música barata sem nenhum valor,
(...) Vive dizendo que samba é vexame
Pra que discutir com madame*

Pra que Discutir com Madame
Haroldo Barbosa e Janet de Almeida

Pesquisadores dizem que, tradicionalmente, a certidão de nascimento do samba data de 1917,



quando da gravação em disco da música *Pelo Telefone*, de autoria de Donga – nascido Ernesto Joaquim Maria dos Santos (1890-1974).

O samba, essa construção musical feita com um ritmo de compasso binário – símbolo nacional nos anos 1930 –, viria se formando e sendo construído ao longo de várias décadas. Resultaria do entrecruzamento de grupos sociais distintos, de experimentações artísticas variadas, do surgimento de novos meios de comunicação, das transformações políticas e sociais ocorridas naquela época.

E os versos da canção destacavam o perfil dos apreciadores do ritmo: “Quem for bom de gosto/ Mostre-se disposto/ Não procure encosto/ Tenha o riso posto/ Faça alegre o rosto/ Nada de desgosto...”.

A partir de *Pelo Telefone*, o samba urbano carioca começaria a ser difundido pelo Brasil, associado, inicialmente, ao carnaval e, mais tarde, adquirindo o seu lugar no mercado musical.

Essa música popular, misturando sátiras e temas simples e graciosos (o orvalho, a aurora, o canto de pássaros), fazia história. Inspiraria autores pelos anos 1920 e pelos seguintes em melodias que não são esquecidas.

No Rio de Janeiro, as ruas, os largos e as praças funcionariam, inúmeras vezes, como espaços informais da cultura: pontos de encontro entre as diversas camadas populares, que, aos poucos, articuladas, participariam da vida da cidade. Diferentemente do conceito que marcava as metrópoles modernas, onde as palavras de ordem eram “circular”, “passar”, “movimentar-se”, “no Rio, as ruas também eram lugar de identidade e de encontro”, no dizer de Monica Velloso. Talvez porque nelas as pessoas pudessem sentir uma maior proximidade e, por conta disso, negócios eram acertados e/ou fechados, empregos eram conseguidos, visitas eram combinadas, vidas trocavam de rumos...

Espaços urbanos onde as culturas eram expressas e o cotidiano, conduzindo amores e desamores, seguia seus próprios caminhos.

Os quiosques, por exemplo, eram locais bastante frequentados pelas camadas po-

pulares e por jornalistas. Neles, de conversa em conversa, de canção em canção, fervilhavam ideias em acordes, às vezes dissonantes, em um rico intercâmbio cultural. A divulgação das músicas entre os artistas, intelectuais e as camadas populares também acontecia nos cafés, nas festas das igrejas católicas (como a da Penha, nos domingos de outubro), nas casas de candomblé, como a da Tia Ciata (nascida Hilária Francisca de Almeida – 1824-1924), um dos principais locais de encontro dos ranchos e nos carnavais.



Augusto Malta e o Rio de Janeiro: 1903-1936

Foliões brincam no carnaval dos anos 1910

A Festa da Penha seria uma ocasião reconhecida, mesmo depois do surgimento do rádio, como plataforma para lançamentos musicais. A letra da canção, de 1932, composta por Noel Rosa (1910-1937) e Vadico (nascido Oswaldo Gogliano – 1910-1962) dizia: “Por isso agora lá na Penha/ Vou mandar minha morena/ pra cantar com satisfação/ E com harmonia/ Esta triste melodia/ Que é meu samba em feitiço de oração”.

Objetivando transformar o Rio de Janeiro em uma “Europa possível”, como dito por um cronista da época (Alberto Figueiredo Pimentel – 1869-1914), o prefeito Pereira Passos, com seu conhecido “Bota Abaixo”, desalojaria a população mais carente, empurrando-a para os morros e subúrbios. O samba carioca, que havia nascido nas áreas centrais da cidade, se espalharia por essas regiões, como, por exemplo, o bairro do Estácio. Sua população



era composta por um grande contingente de negros e de mulatos, e era considerado pelas classes mais abastadas como um local “perigoso”, reduto de “malandros”, segundo José Ramos Tinhorão.

Lá surgiria a Deixa Falar, inicialmente um rancho carnavalesco, que passaria a bloco carnavalesco e depois se transformaria, segundo muitos pesquisadores, na primeira escola de samba do Brasil.

Para alguns estudiosos, como Luis Fernando Vianna, Deixa Falar era “um bloco de corda” organizado e diferente daqueles espontâneos “blocos de sujos”. Se os ranchos da época incluíam instrumentos de sopro, o Deixa Falar utilizava apenas percussão e era formado por surdos, tamborins, cuícas e, mais tarde, pandeiros e chocalhos. Esse conjunto musical receberia depois o nome de “bateria” – que daria um tom diferente, uma batida sonora criada para empolgar uma “dança” que avançava pelo espaço do desfile carnavalesco.

Como a reunião da turma do Estácio acontecia em frente a uma escola normal, localizada na esquina das ruas Joaquim Palhares e Machado Coelho, espaço onde se formavam professores, o compositor Ismael Silva (1905-1978) sugeriu que aquele grupo composto por “professores” era, portanto, por analogia, integrante de uma “escola de samba”.

Em entrevista concedida em 1974, Ismael tenta explicar a mudança que ele e outros compositores (como Nilton Bastos, Bide e Aurélio Gomes) tinham provocado na música dos anos 1920: “O samba era assim: tan tantan tan tantan. Não dava. Como é que um bloco ia andar na rua assim? Aí, a gente começou a fazer um samba assim: bum bum paticumbum prugurundum”. Essa expressão seria consagrada, em 1982, através do samba-enredo de mesmo nome, considerado um dos maiores de todos os tempos (autoria de Beto Sem Braço e Aluísio Machado). Adiante, surgiriam a Estação Primeira de Mangueira, outra escola no Morro do Salgueiro, a escola de samba Portela e outra, e mais outras...

Em meio aos confetes e às serpentinas, em dias contagiantes de alegrias nos quais “a tristeza

nem pode pensar em chegar”, muitos perguntariam ao “espelho meu/ Se há na avenida alguém mais feliz que eu” (Didi e Mestrinho).

“Coisas nossas”, segundo Noel, “muito nossas: o samba (...) e outras bossas”.

Das regatas às partidas de futebol: os “deuses” do futebol

Bola na trave não altera o placar

Bola na rede sem ninguém pra cabecear

Bola na rede pra fazer um gol

Quem não sonhou em ser um jogador de futebol?

É uma Partida de Futebol

Samuel Rosa e Nando Reis

As torcidas vão chegando aos estádios cariocas, como o Estádio Mário Filho, o Maracanã. Vozes ultrapassam os portões, ecoam pelas rampas, soam nas arquibancadas. Hei de torcer, torcer, torcer! Alcançando o gramado, se transformam no prazer e na alegria de ver o time brilhar, sendo consagrado, sempre amado, um ai Jesus! Nas arquibancadas, as bandeiras se agitam em meio às tradicionais nuvens perfumadas, saudando aquele tantas vezes campeão, que emociona, que domina, que fascina corações! A cruz de malta é o pendão de outra agremiação que ostenta o nome de um heroico português, com uma estrela a iluminar o mar! Uma outra equipe repleta de tradições gloriosas registra que há um herói em cada jogo e que, por isso, não perde para ninguém!

Uma palavra define esse esporte responsável por tantos sentimentos e paixões, cantados em hinos por Lamartine de Azeredo Babo (1904-1963): o futebol. Esporte que ocuparia as atenções de um público entusiasmado, antes voltadas para as competições de remo que se espalhavam pelos espelhos d’água da cida-



de durante o século XIX. Por conta disso, em 1874 surgiria o Club Guanabarrino; em 1895, o Club de Regatas Flamengo; em 1898, a comunidade portuguesa, comemorando o quarto centenário da chegada de Vasco da Gama às Índias, criaria o clube de regatas com o nome daquele navegador.

A partir do final dos anos 1920, o futebol, inicialmente tido como um esporte de elite praticado em clubes elegantes cariocas, mudaria esse perfil da preferência pelas regatas.



Estádio do Clube de Regatas Vasco da Gama, em São Cristóvão

A primeira agremiação a adotar o futebol no Rio de Janeiro seria o Fluminense Football Club, fundado no dia 21 de julho de 1902. No seu estádio com 15 mil lugares, concluído em 1919, o Brasil ganharia, no terceiro Campeonato Sul-Americano, o seu primeiro título internacional de futebol, derrotando o time do Uruguai por 1 x 0.

A nova paixão crescia em aceitação, e os antigos clubes de remo iam se adaptar, abrindo espaços para o futebol. Nos anos 1930, ia se constituir em um esporte de massas, atraindo um número cada vez maior de torcedores. Equipes que antes não aceitavam atletas negros mudariam a ideia que predominara inicialmente: a de ser um “esporte de brancos”.

A primeira Copa do Mundo, disputada em 1930 no Uruguai, consagraria os anfitriões como campeões. Outras aconteceriam, aumentando, cada vez mais, as plateias para os jogos. Uma geração de ídolos negros, como Leônidas da Silva (1913-2004), consagrado pelo seu talento com o apelido de “Diamante Negro”, ia pouco a pouco, conforme citado na publicação *Nosso Século*

(1930/1945), “colocando um ponto final às considerações racistas” dos primeiros tempos.

“Houve uma época ao final da década de 1930 e início de 1940 que o Brasil possuía três celebridades: o ‘Pai dos Pobres’ – Getúlio Vargas; Leônidas da Silva – o ‘Diamante Negro’; e Orlando Silva – o ‘Cantor das Multidões’.” (Citado no site www.marcellio.com.br.)

“Senhores ouvintes, bom dia! O rádio traz a paz, a educação e a alegria!”: programas para todos os gostos

Alô, alô, alôô!

Diretamente da Rádio Nacional, temos o prazer de apresentar:

A Felicidade Bate a Sua Porta!

A Felicidade Bate a Sua Porta

Gonzaguinha

Um grupo musical de grande sucesso nos anos 1980 interpretava alegremente uma canção que anunciava a possível visita da “tal da Dona Felicidade”, repleta “de ioiôs, colares, cocares, miçangas e tangas e sambas para o nosso carnaval”.

O autor, Gonzaguinha, sutilmente revisitava, através dessa música, uma época entre “sonhos intermináveis”, na qual as ondas “Hertz” (sonoras) causariam um enorme impacto na sociedade brasileira. Um veículo que seria capaz de, além de vender produtos e ditar “moda”, mobilizar as massas, criando um elo entre o indivíduo e a coletividade: o rádio.

“Alô!” Com essa pequena palavra, oriunda da saudação inglesa “hello”, que saía daquelas



“caixas falantes”, iniciava-se uma verdadeira revolução radiofônica. São tempos transformadores conduzidos por antenas e por microfones; mitos e ídolos populares surgiram, encantando e emocionando os corações dos radiouvintes. Fazendo sonhar, chorar, sorrir...

A primeira transmissão aconteceria no dia 7 de setembro de 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência: um discurso do presidente Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942), através de um transmissor instalado no alto do Morro do Corcovado.

www.radioantigo.com.br



Modelo de rádio dos anos 1930

As experiências com a radiodifusão prosseguiriam até que, em 20 de abril de 1923, surgiria a primeira estação de rádio do Brasil: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por iniciativa do professor Edgard Roquette-Pinto (1884-1954): o “pai do rádio brasileiro”. O conceito de “rádio sociedade” ou “rádio clube”, nessa época, significava que os ouvintes poderiam ser associados, contribuindo com mensalidades para a manutenção da emissora.

Até os primeiros anos da década de 1930, existiam 21 emissoras de rádio instaladas no Brasil,

veiculando uma programação composta por músicas eruditas e textos “instrutivos”. Mudanças aconteceriam quando o governo Vargas, através do Decreto-Lei de 10 de março de 1932, autorizou a introdução de mensagens comerciais em 10% da programação.

Com a inclusão dessa novidade, as estações passariam a apresentar programas de variedades, abrindo caminho para que esse meio de comunicação se transformasse em um fenômeno social. Patrocinados por empresas como laboratórios fabricantes de purgantes, surgiram programas para todos os gostos!

Nesses tempos pioneiros do rádio comercial, os “programistas” – uma nova profissão – exerciam inúmeras funções: estabeleciam contatos para revender os espaços para os anunciantes, redigiam o texto publicitário, comandavam a produção e a apresentação dos programas. Outras inovações, como o *speaker*, construiriam a história desse veículo de comunicação.

No dia 12 de setembro de 1936, sábado, a imprensa escrita carioca noticiava que a população sintonizasse “980 Kilocyclos” para ouvir, pela primeira vez, a PRE 8 Sociedade Rádio Nacional. Em seus quadros, brilharão vozes que seriam, como nas outras, os “carros-chefes” da emissora. Verdadeiras marcas registradas.

Nesse dia, então, às 21h, um gongo soou três vezes, e a voz marcante do radialista Celso Guimarães anunciou: “Alô, Alô, Brasil! Está no ar a Rádio Nacional do Rio de Janeiro”. Depois, a melodia *Luar do Sertão* e uma benção realizada pelo cardeal da cidade. A inauguração, sem grande solenidade na época, não impediria que se transformasse em uma verdadeira lenda, vitoriosa em termos de programação e de público. Dotada de um potente transmissor, foi criada pelo grupo do jornal *A Noite*, do qual faziam parte as revistas *Noite Ilustrada*, *Vamos Ler e Carioca*, que publicaria em 1936 que o *speaker* é, indiscutivelmente, a alma da estação de rádio (...). Ele é o que tem a mais espinhosa missão no rádio. Dele depende o êxito da música, do artista, do compositor, enfim, da estação de rá-

dio”. Essa observação confirmava que da narração e da emoção do locutor dependeria – e como dependeria! – a transformação do pensamento e do comportamento daqueles radiouvintes apaixonados. Vozes famosas, como a de César Ladeira, César de Alencar e Paulo Gracindo, inspiravam sentimentos variados nas almas cariocas.

A frase “Senhores ouvintes, bom-dia! O rádio traz a paz, a educação e a alegria”, dita frequentemente, na verdade não expressava completamente tudo o que aquela “caixa sonora” irradiava. Dessa “engenhoca”, como era vista por alguns, além das publicidades, outros tons e sons seriam incorporados. Muitos compreenderam que nesse meio de comunicação, que alcançava recantos distantes, não bastava falar. Era preciso, também, “saber” falar.

Durante a Era Vargas, o presidente, habituado a dirigir-se às massas em comícios, agora, através do rádio, ao repetir cadenciadamente, nos inúmeros discursos oficiais, “Tra-ba-lha-do-res do Bra-sil”, não o fazia sem intenções.

Reprodução de Alberto Jacob Filho



A região do porto do Rio, com o prédio da antiga Rádio Nacional

Também não sem intenções que, em 1940, a Rádio Nacional – entendida como um instrumento de propaganda para o governo e de afirmação para o regime – foi estatizada, transformando-se na rádio oficial do governo brasileiro. “Pelo rádio, o indivíduo encontra a nação, de forma idílica; não a nação ela própria, mas a imagem que dela se está formando”. O rádio comercial e

a sua popularização serão capazes não apenas de vender produtos e de ditar modas, mas de “mobilizar as massas”, conclui o sociólogo Orlando Miranda.

A programação das emissoras, como a da Nacional, pouco a pouco ganharia um novo formato. Em parte, dinamizado pelos lucros conseguidos com a publicidade, incluindo o lançamento, em 1943, de uma famosa marca norte-americana de refrigerantes. Programas voltados para a música, para o humor, as radionovelas, assim como programas de calouros e shows transmitidos ao vivo e realizados em diferentes bairros da cidade, faziam um enorme sucesso.

Maestros com suas orquestras, como Radamés Gnattali, Francisco Mignone e Hervé Cordovil; compositores como Noel Rosa, Pixinguinha e Lamartine Babo; cantores e cantoras como Ciro Monteiro, Moreira da Silva, Francisco Alves, Carmen Miranda, Marlene, Emilinha Borba, Dalva de Oliveira e Ângela Maria, entre tantos outros. Personagens que fizeram escola, marcando profundamente a história da vida artística brasileira (e carioca).

As transmissões esportivas ocupariam um espaço importante na história do rádio. Vários locutores deixariam suas marcas na forma de narrar uma partida. Verdadeiras lendas, como Ary Barroso, Oduvaldo Cozzi e Luiz Mendes, que viveram os momentos emocionantes das vitórias, como a da Copa do Mundo de 1958, e as agruras das derrotas, como a de 1950, em pleno estádio do Maracanã, emudecido pelo espanto e banhado em lágrimas.

A chamada Era do Rádio, “milagre dos milagres da tecnologia”, no dizer do historiador Nicolau Sevcenko, consagraria astros e estrelas no firmamento cultural do Brasil. Através das inúmeras emissoras, que demonstravam o “Progresso Radiophônico do Paiz”, como assinalava um cartaz da época, em meio aos transmissores e às antenas, além dos problemas técnicos que poderiam tirar a emissora do ar por três dias, um anúncio da Rádio Ipanema do Rio de Janeiro desejava ir além, sonhando em atingir toda a América do Sul. Para Armelle Enders, “a única estrela fixa dessa constelação é a cidade do Rio de Janeiro”.



“Pois essa vida não está sopa”: metamorfoses urbanas

Lista de infrações cometidas (...) incluindo automóveis, bondes, ônibus (...): desobediência ao sinal para ser fiscalizado: 8; excesso de velocidade: 5; não diminuir a marcha no cruzamento: 4; estacionar em local não permitido: 54; passar à frente de outro ônibus: 29; contramão de direção: 17; falta de atenção: 10; e outras faltas menores.

Essa curiosa relação de infrações cometidas no trânsito do Rio de Janeiro, publicada no dia 12 de março de 1934 no jornal *Avante*, era um forte indicativo de que a vida na cidade já não era a mesma. Muitos chegavam a dizer que o Rio estava “inabitável”! Protestavam contra o barulho produzido pela circulação de automóveis, ônibus, motocicletas e caminhões, que cruzavam as ruas em “estrondosa sinfonia”.

As queixas, depois que os sinais de trânsito foram instalados, vinham de todo lado. Os motoristas reclamavam das multas recebidas. Os pedestres, pela demora em atravessar as ruas, que, muitas vezes, resultava na perda da “barca da Cantareira”, que cruzava as águas da Baía de Guanabara em direção a Niterói.

O visual da cidade, entre 1930 e 1960, transformava-se não apenas pelo trânsito de veículos, mas também pela presença dos altos prédios erguidos e de inúmeros reclames expostos em painéis ou em muros. O espaço urbano carioca teria outros traçados e um crescimento demográfico significativo.

Uma “modernidade” que causava orgulho para alguns. Outros suspiravam em saudades. Lamentavam que o tradicional cafezinho, antes saboreado nas mesinhas nas quais as conversas tratavam das últimas notícias políticas ou de amores e desamores, agora era servido apressadamente em pé, trocado por fichas...

O Centro vai perdendo moradores que se deslocam para os novos bairros da zona sul. Copacabana, por exemplo, vivencia um aumento populacional associado à verticalização das construções. Olhar para o céu, nesse bairro, era ter o raio de visão bloqueado pelo concreto dos prédios erguidos em plena expansão imobiliária...



Rio de Janeiro: cidade entre o mar e a montanha

A concentração das camadas médias na “Princesinha do Mar” atrairia um comércio sofisticado: lojas refinadas, restaurantes da moda, cinemas. Turistas e cariocas adotariam a prática do caminhar pelas famosas calçadas pisando nos mosaicos que reproduzem ondas, ondas e mais ondas, inspiradas nos ventos que sopram do Atlântico...

Mas não era apenas em Copacabana que aconteciam metamorfoses. Os bairros periféricos ao Centro, assim como os dos subúrbios da zona norte, conheceriam nesse período uma expansão considerável. O número de estabelecimentos comerciais no Rio de Janeiro cresceria em torno de 30%, e a mão de obra empregada no setor comercial, em 40%.

As indústrias, mais acentuadamente a partir de 1938, começavam a se expandir em direção aos subúrbios, pois as instalações preexistentes no Centro da cidade se revelavam inadequadas. Então, ocupam espaços ao redor de bairros como o de São Cristóvão (de memória imperial), de Bonsucesso, de Del Castilho, de Maria da Graça. Às fábricas de tecidos juntam-se as de papel, as de lâmpadas, as de parafusos e de pregos, as de vidros por processo mecânico; em 1961,

a indústria química e a refinaria de petróleo localizariam-se no município de Duque de Caxias. A construção civil, por sua vez, espalhava-se em concreto e vigas pelo Rio de Janeiro “onde antes só havia chão”, como diria o poeta Vinícius de Moraes...

Todas essas atividades, gerando empregos, estimularam o êxodo rural em direção à capital federal. Pelas estradas brasileiras, viriam muitos nordestinos, que ocupariam as áreas próximas às fábricas em que trabalhavam, na zona norte e na região da Baixada Fluminense. Moradias seriam projetadas para esses novos bairros que se formavam no subúrbio carioca. Era necessário que essas casas populares, além dos preços acessíveis, proporcionassem habitações “dignas” para os seus compradores.

Para muitos, como registrava a canção de Noel, “a vida não era (nada) sopa”.

A esperança de melhores condições de vida, que era o chamariz para essas populações que se deslocavam para o Rio de Janeiro, inspiraria um comentário ácido e irônico do jornalista Nestor de Holanda, citado pelo professor Sergio Micelli Pessôa de Barros: “O Cristo no alto do Corcovado, de braços abertos, vive bancando guarda de trânsito, a fechar o sinal para impedir a entrada de novos nordestinos”.

Talvez não percebesse que, para aqueles que chegavam, viver era tão importante quanto sonhar...

Conceitos-chave

- A Constituição de 1891 e a criação do Distrito Federal: a nação se “expressando no espaço da capital”
- Administração Pereira Passos – a Avenida Central
- A diversificação do quadro social carioca nos anos 30 do século XX. O Centro e outras áreas; o subúrbio
- As realizações de Pedro Ernesto: outras administrações
- Um gaúcho no Catete: a Era Vargas

- “Coisas nossas” estão no ar!
- Das regatas às partidas de futebol: os “deuses” do futebol
- “Senhores ouvintes, bom dia! O rádio traz a paz, a educação e a alegria!”: programas para todos os gostos
- “Pois essa vida não está sopa”: metamorfoses urbanas

Para usar em sala de aula

- Percorrer a Avenida Rio Branco com os alunos, fazendo paradas ao longo do caminho para fotos do ângulo que cada um escolher. A seguir, organizar uma exposição fotográfica com o tema “Avenida Rio Branco – Flashes de um Tempo”. Cada foto deverá receber uma legenda, criada pelo seu autor, na qual (com uma frase) ele dirá por que escolheu esse ângulo da avenida. A atividade final será uma sistematização realizada pelo professor. Nesse momento, deve ser feito um breve histórico da antiga Avenida Central, com destaque para os prédios que hoje representam a época da sua inauguração e a administração do prefeito Pereira Passos. É importante fazer o contraponto entre o ontem e o hoje, usando a exposição fotográfica e fotos de época.
- Dividir a turma em grupos e propor a produção de programas musicais para uma estação de rádio, a ser montada na sala de aula. Cada programa deverá abordar um gênero musical do momento. A rádio terá, também, um noticiário e comerciais. Outro programa terá como tema os gêneros musicais dos anos 1930 e 1940, além de comerciais, uma espécie de “Hora da Saudade”.
- O professor deverá orientar a confecção de cartões-postais da cidade. Através de um trabalho de recorte e colagem, cada aluno apresentará o seu postal, sem se esquecer de identificar, resumidamente, o local retratado, além de remetê-lo a alguém de sua escolha. Os pontos da cidade retratados nos postais serão paisagens significativas para a população do Rio até os anos 1960.



Para visitar

- Instituto Soroterápico Federal (atual Fundação Oswaldo Cruz)
- Theatro Municipal
- Forte Copacabana
- Cinema Odeon
- Aeroporto Santos Dumont
- Edifício Gustavo Capanema
- Estádio Mário Filho, o Maracanã
- Museu de Arte Moderna

Bibliografia

Livros

ALMEIDA, Cícero Antonio F. *Catete. Memórias de um Palácio*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1994.

BELLO, José Maria. *História da República: 1889-1954*. Síntese de Sessenta e Cinco Anos de Vida Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *Nos Tempos de Getúlio*. Da Revolução de 30 ao Fim do Estado Novo. São Paulo: Editora Atual, 1990.

CALMON, Pedro. *História do Brasil na Poesia do Povo*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973.

CARVALHO, Delgado de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Divisão de Edição e Circulação C/DGDI, 1994.

CASTRO, Therezinha de. *História Documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Indústria, Trabalho e Cotidiano. Brasil – 1889 a 1930*. São Paulo: Atual Editora, 1991.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva; DANTAS FILHO, José. *De Getúlio a Getúlio – O Brasil de Dutra e Vargas: 1945 a 1954*. São Paulo: Atual Editora, 1991.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

NEVES, Margarida de Souza; HEIDER, Alda. *A Ordem É o Progresso*. O Brasil de 1870 a 1910. São Paulo: Atual Editora, 1998.

PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (org.). *Rio de Janeiro: Cinco Séculos de História e Transformações Urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, 2010.

PRIORI, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

REZENDE, Antonio Paulo. *Uma Trama Revolucionária? Do Tenentismo à Revolução de 30*. São Paulo: Editora Atual, 1991.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na Era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SIMMONS, John. *Os 100 Maiores Cientistas da História*. Tradução de Antonio Canavarro Pereira. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

TINHORÃO, José Ramos. *História Social da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998.

VASCONCELLOS, Ary. *A Nova Música da República Velha*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1985.

VELLOSO, Monica. *Que Cara Tem o Brasil? As Maneiras de Pensar e de Sentir o Nosso País*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S.A., 2000.

Web

AQUINO, Rubim Santos Leão de. *Sociedade Brasileira: Uma História Através dos Movimentos Sociais*. Da Crise do Escravismo ao Apogeu do Neoliberalismo. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

AZEVEDO, André Nunes de. *Sob a Égide do Progresso: O Rio de Janeiro entre 1889 e 1902*. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br>.

CAIXETA, Rodrigo. *Registros Precursores do Fotójornalismo*. ABI. Disponível em: <http://www.abi.org.br>.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o Imaginário da República do Brasil*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

CORREA, Fernando Satt. *Crônicas Musicadas de uma Cidade* - Representações do Rio de Janeiro nas Letras de Música Popular Brasileira do Século XX. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br>.

HIPPÓLITO, Lucia. *Histórias da História do Rio. A República no Rio*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com>.

MOTTA, Marly Silva da; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Política Carioca em Quatro Tempos*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

OSORIO, Mauro. *Rio Nacional Rio Local: Mitos e Visões da Crise Carioca e Fluminense*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

SANTOS, Fábio Saito dos. *As Funções da Harmonia e da Melódia na Bossa Nova e no Jazz*. Disponível em: <http://www.sonora.iar.unicamp.br>.

SILVEIRA, Marcelo da Rocha. *As Casas Populares e a Formação do Subúrbio Carioca*. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br>.

TURAZZI, Maria Inez. Fontes para a História do Rio de Janeiro. O Uso Social de um Arquivo Particular: o Arquivo Pereira Passos. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, mai-ago, 2003. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br>.

VIANNA, Luis Fernando. *Geografia Carioca do Samba*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

<http://letras.terra.com.br/chiquinha-gonzaga>

<http://www.chiquinhagonzaga.com>

<http://letras.terra.com.br/tom-jobim>

<http://www.jornaldepoesia.jor.br>

<http://letras.terra.com.br/carmen-miranda>

<http://letras.terra.com.br/paulinho-moska>

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.samba-choro.com.br>

<http://www.academia.org.br>

<http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br>

<http://cpdoc.fgv.br>

<http://www2.dbd.puc-rio.br>

<http://letras.terra.com.br/marchinhas-de-carnaval>

<http://cpdoc.fgv.br>

<http://letras.terra.com.br/neguinho-da-beija-flor>

<http://letras.terra.com.br/joao-gilberto>

<http://letras.terra.com.br/noel-rosa>

<http://www.vagalume.com.br>

<http://www.museudatv.com.br>

<http://letras.terra.com.br/vinicius-de-moraes>

<http://letras.terra.com.br/nenhum-de-nos>

<http://letras.terra.com.br/uniao-da-ilha>

Músicas citadas e seus autores

Ó Abre Alas – Chiquinha Gonzaga

O Sempre Não É Todo Dia – Oswaldo Montenegro

Chega de Saudade – Vinicius de Moraes e Tom Jobim

Tenha Pena de Mim – Ciro Monteiro e Babaú

Desemprego – Renato Russo

O que Você Faria – Paulinho Moska

E o Mundo Não se Acabou – Assis Valente



Copacabana – João de Barro e Alberto Ribeiro

Sábado em Copacabana – Dorival Caymmi e Carlos Guinle

Anos 30 – Paulo César Pinheiro e Joyce Moreno

Garota de Ipanema – Vinicius de Moraes e Tom Jobim

Subúrbio – Chico Buarque de Holanda

Perplexo – Herbert Vianna, Bi Ribeiro e João Barone

Domingo no Maracanã – Neguinho da Beija-Flor

Seu Getúlio Vem – André Filho

Sobre o Tempo – Thedy Correa

Pra que Discutir com Madame – Haroldo Barbosa

Pelo Telefone – Donga

Feitio de Oração – Noel Rosa e Vadico

É Hoje! – Didi e Mestrinho

São Coisas Nossas – Noel Rosa

É uma Partida de Futebol – Samuel Rosa e Nando Reis

A Felicidade Bate a Sua Porta – Gonzaguinha

Com que Roupas – Noel Rosa





Do que Era e do por Vir

A transferência da capital do país para Brasília será o ponto de partida para a apresentação de um painel com as mudanças vividas pelo Rio.

Partindo dessa realidade (muitas vezes, desafiadora), pretendemos estimular a busca de soluções para algumas das principais questões que fazem parte do cotidiano do cidadão carioca.

Um Rio de muitos janeiros

Um repórter me telefona (...) para saber se eu achava melhor que o Distrito Federal fosse incorporado ao estado do Rio...

Vinicius de Moraes



Sinopse

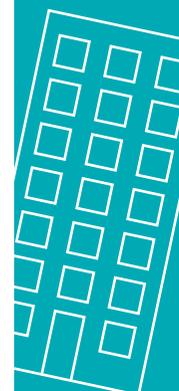
Desde a chegada dos navegadores lusos até as águas da Guanabara, em 1502, quando a cartografia teria registrado pela primeira vez o nome “Rio de Janeiro”, outros janeiros e mais inúmeros janeiros se passaram. Impulsionada pelo tempo, esta urbe cresceu. Homens e mulheres que nela nasceram, sonharam, moraram e trabalharam construíram uma cidade “maravilhosa”.

Capital do Vice-Reinado do Brasil, em 1763, permaneceria com esse status político até 1960, quando da inauguração da atual capital do país: Brasília. A partir daí, passaria a existir um novo membro no conjunto federativo: o estado da Guanabara. Eleito seu primeiro governador, Carlos Lacerda colocaria em prática o projeto de fazer da Guanabara um estado e manter a cidade do Rio de Janeiro como “cabeça do país”. A reforma urbana realizada seria uma face desse novo momento: obras por todo lado.

A cidade, em 1965, comemora o seu IV Centenário, em meio aos desafios e mais “maravilhosa” do que nunca.

A última grande alteração nos estatutos políticos do Rio ocorreria em 1975. Nesse ano, foi estabelecido o território do atual estado do Rio de Janeiro, através da fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

O Rio, sempre capital, passaria por transformações. Havia algo de novo no ar: o ritmo e o Rio viveriam no compasso da Bossa Nova.



“Um repórter me telefona (...) para saber se eu achava melhor que o Distrito Federal fosse incorporado ao estado do Rio (...) ou se preferia sua transformação no novo estado da Guanabara. Sem hesitação optei pela segunda alternativa, não só porque me parece que o Distrito Federal constitui uma unidade muito peculiar dentro da Federação, como porque vai ser muito difícil a um carioca dizer que é fluminense (...). O negócio é mesmo chamar o Distrito Federal de estado da Guanabara, que não é um mau nome, e dar-lhe como capital o Rio de Janeiro, continuando os seus filhos a se chamarem cariocas.”

As palavras do poeta Vinicius de Moraes sobre Distrito Federal e estado da Guanabara, narram de maneira bem-humorada o alvorecer, o iniciar de outro capítulo nesse contar, repleto de nuances, da história da cidade do Rio de Janeiro.

Desde a chegada dos navegadores lusos até as águas da Guanabara, no ano de 1502, quando a cartografia teria registrado pela primeira vez o nome “Rio de Janeiro”, outros janeiros e mais inúmeros janeiros se passaram.

Um provérbio popular sutilmente reflete que “a maior jornada começa por um passo”. E assim seria. Com o tique-taque do tempo impulsionando o relógio da vida.

A cidade seria fundada anos depois por Estácio de Sá, no dia 1º de março de 1565, e ao seu nome seria adicionado São Sebastião. Segundo a historiadora Angela de Castro Gomes, acrescentar esse santo guerreiro como padroeiro teria sido uma escolha “adequada”, pois a cidade, do ponto de vista político, “foi e continuará sendo palco de muitas lutas, sempre com repercussão nacional”.

Em um passado nem tão remoto, os compositores Aldir Blanc, Moacyr Luz e Paulo César Pinheiro, nostalgicamente, propõem em versos redentores, com *Saudades da Guanabara*, a retirada das “flechas do peito do meu padroeiro/ Que São Sebastião do Rio de Janeiro/ Ainda pode se salvar”.

Retrocedendo no tempo, caminhando pelos quatro cantos desta urbe – nomeada de São Sebastião do Rio de Janeiro – pelos séculos seguintes, trajetos, iluminados pelo sol ou sombreados pela noite, seriam percorridos por incontáveis pesso-

as. Homens e mulheres que nela sonharam, moraram e trabalharam construíram, projetaram e realizaram obras nem sempre preservadas...

Nesta cidade, chamada de “maravilhosa”, destinos ilustres ou anônimos seriam vividos, traçados, percorridos e, hoje, observados aqui e ali pelas frestas das janelas entreabertas do tempo. Vidas, entre acertos e enganos, teriam seus rumos presentes entrelaçados ou alterados na busca do sonho, do ideal almejado entre o que era e o “por vir”.

Capital do Vice-Reinado do Brasil (em 1763), permaneceria com esse status até 1960, quando da inauguração da atual capital do país: Brasília.

Muitos se perguntavam o que aconteceria com o Rio diante da irreversível construção de Brasília e da consequente transferência da capital para o Planalto Central – fonte de inspiração para Vinicius de Moraes e Tom Jobim, que, em sinfonia, assim descreveram o chão daquela região: “No princípio era o ermo/ Eram antigas solidões sem mágoas/ O altiplano, o infinito descampado”.

A mobilização em busca de respostas se espalhava, por exemplo, em debates parlamentares e pelos meios de comunicação de massa. Através do rádio, que atraía um número incontável de ouvintes, a propaganda e o debate sobre o assunto se espalhavam, ecoando pelas ondas sonoras – vozes.

A televisão, ainda nos seus primórdios nessa época, com a programação apresentada “ao vivo” (sem *replay*), desempenharia papel importante. Tal qual o rádio, nas décadas anteriores, a força da sua penetração, especialmente significativa na cidade do Rio de Janeiro em razão da existência dos aparelhos nas residências cariocas, seria percebida com um “algo a mais” por alguns políticos. Estes, através do olhar eletrônico das câmeras, fariam “da televisão da capital federal o palco iluminado onde procuravam demonstrar os seus próprios acertos e os erros do outro”, segundo a historiadora Marly da Silva Motta.

Contudo, seria através da imprensa escrita que os debates apareceriam em cores nítidas. Mais que em qualquer outra região do Brasil, a população carioca era predominantemente urbana,

com um alto grau de alfabetização. Esse aspecto ia favorecer, intensificando-a, a difusão do debate político através dos artigos, dos editoriais que apresentavam, em letra de forma, conteúdos divergentes.



Modelo de TV do final dos anos 1950

Manchetes veementes estampadas em jornais como *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* cobriam as bancas localizadas nas esquinas e nas praças da cidade, aquecendo e fervilhando os debates. *A Tribuna*, em novembro de 1956, sobre a mudança da capital, diria que “por força de secular trabalho de unificação, todos os caminhos vão para o Rio. E agora?”.

O ano de 1958, segundo Marly Motta, colocaria o Rio de Janeiro diante do “desafio de deixar de ser não só a capital do país, mas, principalmente, a sua vitrine, a caixa de ressonância dos problemas nacionais”.

Nesse mesmo ano, além dos debates políticos e das disputas eleitorais, a cidade vivia a dinâmica do seu dia a dia. O atual Aterro do Flamengo ainda recebia toneladas de terras oriundas do desmonte do Morro de Santo Antônio (hoje ocu-

pado por prédios empresariais). O tempo passava entre o dormir e o despertar da população.

O Rio de Janeiro, no início do século XX, segundo palavras do jornalista Joaquim Ferreira dos Santos, “havia se civilizado (...) com as avenidas abertas por Pereira Passos e (...) com a Avenida Presidente Vargas pelo prefeito Dodsworth”. Contudo, enquanto o tempo acelerava “pedindo pressa”, transformações aconteciam pelos espaços da cidade do Rio de Janeiro, sinalizando que não era apenas o Centro – local de “fazer compras” ou de realizar negócios – que movimentava a população, polarizando a sua atenção.

Diante das possibilidades de lugares e de meios, aqueles que vinham rumo à modernização que acontecia na zona sul, ao trafegarem pela Avenida Oswaldo Cruz, se deparavam, além da conhecida beleza natural da região, com a visão da primeira experiência em néon! Era puro encantamento, muitos comentavam. Um verdadeiro cartão de visitas do estilo urbano da capital, outros tinham como certo! Olhares deslizavam focados em uma propaganda que iluminava, parcialmente, a enseada de Botafogo, tendo ao fundo o contorno milenar do Pão de Açúcar: uma garrafa de água mineral ia se acendendo aos poucos, despejando o seu líquido em um copo que se completava em azul...

Memórias – o passado se aproximando do presente pelos contornos das águas da Baía de Guanabara em um jogo, possível, da imaginação. Afinal, no pensar e no sentir do compositor André Abujamra, quantas vezes “o mundo de dentro da gente é maior que o mundo de fora da gente?”.

Águas borbulhantes em um anúncio que não mais existe. E águas da mãe natureza brotando e cascadeando encosta abaixo, permeando a terra em orvalho, em chuviscos, em chuvas, em temporais retornando e revivendo. Ora trazendo vida, ora gerando transtornos.

Desde sempre. Sempre elas.

Águas em gotas – “gota d’água” – nos limites do desamor a transbordar dentro de algum apaixonado coração transmutado por instantes em um “pote até aqui de mágoas”, nas palavras do carioca Chico Buarque...



O Rio de Janeiro deixa de ser a capital do Brasil – o estado da Guanabara (a cidade-estado)

*Despontou a nova era
Emoldurando o teu cenário
Tua arquitetura é joia rara
Hoje teu nome é Guanabara*

O Rio Através dos Séculos

Hélio Turco, Pelado e Comprido

Quando, em 1960, o espaço do Distrito Federal foi transferido para Brasília, localizada no Planalto Central, passaria a existir um novo membro no conjunto federativo: o estado da Guanabara.

Essa mudança (prevista quando da promulgação da Constituição de 1891, no seu artigo 3º) seria aprovada pelo Congresso em outubro de 1957.

Mas surgiria um novo (e especial) debate sobre o lugar que o Rio de Janeiro ocuparia na Federação: o que fazer com a cidade, o antigo Distrito Federal – chamado na época de “Velhacap”? A discussão que entraria em pauta na ordem do dia, em um intrincado jogo de interesses partidários e regionais, de contornos opostos, seria: o destino da cidade do Rio de Janeiro.

Inúmeras matérias publicadas, por exemplo, no *Jornal do Brasil*, no *Correio da Manhã* e na *Tribuna da Imprensa*, em artigos e mais artigos, continham opiniões diversas. Forte indicativo de que esse era o assunto, sem dúvida, que mobilizava, agitando a imprensa carioca daquela época. O debate aberto em 1958, prioritariamente em letra de forma, escorregava pelas bocas, alcançando a população. Nos anos seguintes, avançaria na direção da tribuna parlamentar. E prosseguiria, adiante, durante as administrações dos seus governadores.

Diante da irreversibilidade da transferência da capital, ora pelas obras aceleradas, ora pelos acordos políticos fechados pelo então presidente Juscelino Kubitschek com a oposição, segundo Marly Motta, não era possível “encolher os ombros e fechar os olhos à realidade, já que a sorte da mais bela cidade brasileira, da grande capital imperial e republicana, estava em jogo”. Por outro lado, o novo espaço político que seria aberto na cidade, antiga capital federal, era especialmente ambicionado “em virtude da acentuada politização decorrente da sua condição de ‘caixa de ressonância’ das questões nacionais, com uma população alfabetizada concentrada no meio urbano e representando um dos mais expressivos contingentes eleitorais do país”, conclui a historiadora.

Articular uma solução, cada vez mais urgente, envolveria ideias que, partindo do nível federal, se irradiariam pelas estruturas estaduais e locais.

A pergunta rolava insistentemente pelas cabeças e pelas bocas em debates expressivos: “O que seria melhor para o futuro da cidade: a fusão com o estado do Rio de Janeiro ou a formação de um novo estado emancipado?”. Havia também a possibilidade da transformação em um território.



Bandeira do estado da Guanabara

Em meio às disputas políticas (a sombra da campanha presidencial de 1960), a proposta do governo federal para constituir o Rio de Janeiro como “território da Guanabara” pelo prazo de 10 anos, sob o controle e a expensas da União

(uma área especial no quadro da Federação), era percebida como a manutenção do direito da intervenção federal na ex-capital, causando descontentamento aos políticos cariocas. Por outro lado, igualar-se à situação de outros territórios brasileiros, como o Acre, era impensável. Afinal, segundo Marly Motta, pesaria, “em qualquer decisão sobre o futuro da cidade, o passado do Rio de Janeiro como cabeça do país (...) fator relevante para a análise das propostas que, nesse momento, discutiam a criação do estado da Guanabara ou a fusão com o estado do Rio”. Nem todos estavam a favor da fusão com o estado do Rio de Janeiro.

A maioria dos políticos do antigo Distrito Federal, assim como a população de maneira geral, não desejava essa solução. O foco de todo esse descontentamento ligava-se ao fato de a cidade do Rio de Janeiro, que por mais de cem anos ostentara a condição de capital do Império e da República, ser reduzida “a mera cidade ou capital de um estado que não é dos mais prósperos da União” e onde “(...) três milhões de cariocas passariam a gravitar na órbita de dois milhões de fluminenses e a política municipal se somaria à provinciana”, conforme o editorial publicado no *Jornal do Brasil* em 17 de julho de 1958 e citado por Marly Motta.

Essas propostas, nos meses iniciais de 1960, alcançariam o Congresso Nacional. Afinal, a transferência da capital estava marcada para o dia 21 de abril e, portanto, uma solução se tornava cada vez mais urgente!

Parte significativa dessas preocupações, traduzidas em tantas questões, relacionava-se ao fato de que o Rio de Janeiro, no alvorecer republicano, fora transformada em capital “vitrine”, concentrando instituições culturais como o Museu de Belas Artes, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Letras, a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional, a Universidade do Brasil - todas de âmbito nacional. Nas décadas seguintes, o “status” da cidade como centro divulgador de hábitos e de costumes solidificou-se. Lazer, por exemplo, significava ir aos museus, aos teatros, aos cinemas.



Prédio do cinema Metro Passeio, em perspectiva

Entre risos e lágrimas, filmes, espetáculos e exposições compunham a cena carioca. O cineteatro Plaza (desativado em 1980), localizado na Rua do Passeio, com seus 1.180 lugares, som de qualidade e efeitos luminosos na fachada, concorria com seus vizinhos mais próximos, como o Metro, o Palácio (na mesma rua), e com outros localizados na Praça Floriano Peixoto. Jovens e adultos, com seus melhores trajes, ali procuravam “o divertimento e a cultura. (...) Era uma efervescência cultural na capital do Brasil”, segundo palavras de Ricardo Maranhão.

O Rio de Janeiro era, ainda, o principal centro financeiro do país, abrigando a mais importante bolsa de valores, além de instituições bancárias e de previdência importantes. Todo esse perfil, associado às belezas naturais, fazia a cidade ser o maior centro turístico do Brasil.

Então, não estava em pauta apenas a nova identidade para a ex-capital federal. Tratava-se de encontrar, segundo Marly Motta, uma “nova identidade para o país. (...) Como seria o Brasil sem a sua tradicional vitrine, sem o seu centro irradiador de civilização?”.



Os debates sobre o futuro da cidade do Rio de Janeiro se estenderiam até 1960, quando da efetiva transformação em estado da Guanabara - nascido no mesmo dia da inauguração de Brasília, 21 de abril.

O professor Anderson Barbosa destaca que alguns autores entendem “a transferência da capitalidade para Brasília como o início do processo de perda progressiva da centralidade política exercida pelo Rio de Janeiro, ou mesmo de um processo de esvaziamento econômico”.

O futuro apontaria a continuidade do debate de difícil solução (entre defensores da fusão e “guanabarinós”): descobrir qual a identidade político-administrativa que deveria ser adotada pela ex “grande capital do Império e da República”.

Hoje, o futuro transformado em presente propõe novas reflexões. “Quais os impactos na economia e na política local que essa fusão acarretou? Foi um erro ou o pontapé inicial para o desenvolvimento do interior fluminense?”, aponta o professor Anderson Barbosa.

Enquanto o presente não virava passado, um governador provisório assumiria até que eleições fossem realizadas.

A população do estado da Guanabara - não por muito tempo - passaria a escolher nas urnas o seu governador e os seus deputados, que teriam como incumbência elaborar a primeira Constituição do novo estado da Federação.

Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977), eleito em disputa apertada como primeiro governador, tomaria posse em cerimônia realizada no Palácio Tiradentes, no dia 5 de dezembro de 1960.

Uma eleição com o mais alto índice de participação eleitoral do Brasil: mais de 1 milhão de votantes, aproximadamente 34% da população da Guanabara.

No estado que Lacerda ia governar por cinco anos, vivia uma população que girava em torno de 3,3 milhões de pessoas, com alto índice de alfabetização (em torno de 85%), com uma densidade econômica significativa, estando apenas atrás do estado de São Paulo na relação dos estados da Federação.

Segundo Marly Motta, “essa densidade se refletia na renda *per capita* do estado, a mais alta do país, com quase o triplo da média nacional”.

“As eleições de 1960 ocupam ainda hoje um lugar todo especial no quadro eleitoral brasileiro. Afinal, foi a última vez que se indicou, por voto direto, o presidente da República antes da longa abstinência imposta pelo regime militar”, registra a historiadora.

Obras por todo lado: o Aterro do Flamengo, túneis, avenidas alargadas, viadutos...

Não somos uma capital decaída, mas uma cidade libertada. Os que daqui saíram com saudade sabem que o Rio é uma cidade insubstituível, uma cidade em que todos os brasileiros, ontem, hoje, sempre, estarão como em sua casa. (...) Porque somos a síntese do Brasil, porque somos a porta do Brasil com o mundo, e somos do mundo a vera imagem que ele faz de nós.

Carlos Frederico Werneck de Lacerda,
governador do estado da Guanabara (1960-1965)

No discurso proferido no dia 17 de junho de 1960 pelo ainda candidato a governador da Guanabara, estava bastante clara a defesa da preservação do “lugar especial” que o novo estado representaria na Federação. Havia uma intenção, entre outras, de atrair votos dos inconformados com a transferência da capital para Brasília e com a perda da tradicional posição da cidade como eixo do país. Eleito, colocaria em prática as promessas de campanha que o levaram à vitória nas urnas: fazer da Guanabara um estado e manter o Rio de Janeiro como “cabeça do país”, com um governo técnico com ações administrativas bem definidas.

Dessa forma, o Executivo carioca percebia que era o momento para colocar em prática uma estratégia que tornaria possível o crescimento da economia, consolidando o estado da Guanabara como segundo polo econômico do país. A reforma urbana realizada seria uma face desse novo momento vigente nos anos 1960.

O rodoviarismo seria o fio condutor das transformações urbanas operadas na cidade. O Túnel Rebouças e a Avenida Perimetral são marcas na paisagem do Rio de Janeiro que comprovam o império dos automóveis e a hegemonia da indústria automobilística do Brasil de então.

Nessa época, o censo apontava para uma população urbana concentrada, em grande parte, nas favelas, que cresciam em progressão geométrica nos subúrbios cariocas e na região metropolitana vizinha. Sinais de uma possível explosão demográfica.

memoria80+.blogspot.com



A praia de Ipanema, nos anos 1960

Na zona sul, Ipanema “era só felicidade”, diriam mais tarde os compositores Vinicius de Moraes e Toquinho em uma melodiosa *Carta ao Tom*. Era o bairro da moda, dos artistas, da Bossa Nova e da praia.

Em 1969, surgiria o plano piloto da Baixada de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca, de autoria do arquiteto e urbanista Lucio Costa (1902-1998). Um novo “Jardim do Éden” estava surgindo na cidade. Protegido pelos morros que o separavam da zona sul, esse paraíso do capital imobiliário passaria a ser prioridade em qualquer plano de governo. Foram construídos o elevado e o túnel do Joá e inaugurada a Autoestrada Lagoa-Barra,

importantes articulações que viabilizariam a ocupação da Barra. Essa região, que antes era uma área pouco frequentada em relação ao restante da cidade, inspiraria o compositor João de Barro para o carnaval de 1957. A marchinha *Vai com Jeito* aconselhava maliciosamente as jovens que tomassem cuidado com encontros em determinadas praias desertas: “Se alguém lhe convidar/ Pra tomar banho em Paquetá/ Pra piquenique na Barra da Tijuca/ Ou pra fazer um programa no Joá/ Menina, vai/ Com jeito vai/ Se não um dia a casa cai...”.

A partir daquelas articulações e ao longo das próximas décadas, surgiria um novo estilo de vida na cidade: os condomínios fechados, as amplas áreas de lazer, as pistas exclusivas de alta velocidade (autoestradas) e, principalmente, os shopping centers. “A Barra passou a representar não apenas a utopia urbana modernista, mas também um pedaço de Brasília na antiga capital federal”, afirma o arquiteto e urbanista Augusto Ivan.

As linhas mestras do planejamento urbano da cidade, nesse período, emanaram de um plano conhecido como Doxiadis, apresentado pelo então governador Carlos Lacerda. O foco principal era o deslocamento do tráfego, em especial o de automóveis e ônibus. A tônica daquela época era privilegiar os transportes coletivos e individuais em detrimento daqueles de massa. O legado para a posteridade do Plano Doxiadis foram as chamadas linhas policrômicas, tais como as Linhas Vermelha e Amarela.

O marco paisagístico das décadas de 1950 e 1960 foi, sem dúvida, o Parque Brigadeiro Eduardo Gomes (mais conhecido como Aterro do Flamengo). Ligando o Centro à zona sul, o maior parque urbano público da cidade é um projeto de Afonso Eduardo Reidy (1909-1964), arquiteto e urbanista, e de Roberto Burle Marx (1909-1994), arquiteto e paisagista. Segundo a arquiteta e urbanista Margareth da Silva Pereira, em entrevista concedida em 2000 aos pesquisadores Américo Freire e Lucia Lippi, “Reidy aprendeu cedo com Agache (de quem foi estagiário em 1929) que arquitetura e cidade têm que andar juntas”.



O Aterro confirma uma tradição do Rio de tentar unir a natureza existente com importantes espaços verdes construídos pelo homem que vem do Passeio Público (século XVIII) e chegou aos tempos atuais, com todo o tratamento dado ao entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Os anos 1970 e 1980 mostrariam um Rio enfraquecido política e economicamente. A cidade presenciaria um aumento das áreas de pobreza, representado pelas favelas e pelos loteamentos em locais mais distantes do Centro. Enquanto isso, os investimentos públicos continuavam a priorizar as zonas mais ricas e o tráfego de automóveis. As obras públicas mais importantes desse período comprovam essa afirmativa.

O metrô (transporte de massa) só implantou um pequeno trecho ligando a zona sul (Botafogo) ao subúrbio (Pavuna). Por outro lado, a preocupação com a circulação de ônibus, automóveis e pessoas no Centro e na zona sul levaria à demolição de mais um morro – o de Santo Antônio – e ao aterro de Copacabana. No Centro, surgiria uma esplanada semelhante à de Brasília, com prédios isolados e vias exclusivas para pedestres e veículos. Já em Copacabana, o aterro visava resolver os danos causados aos prédios da Avenida Atlântica pelas ressacas e facilitar o tráfego na região.

Outro passo importante na busca por uma melhor qualidade de vida para os habitantes da cidade foi o Plano Urbanístico Básico do Rio de Janeiro. Criado nessa época, apresentava pela primeira vez a ideia de “preservação do patrimônio construído e natural”, ressalta Augusto Ivan, orientação que ia influenciar todos os planejamentos até hoje.

A década de 1990 caracterizou-se por um lento processo de retomada do crescimento econômico e social do Rio. Entretanto, os 5.400.000 moradores da cidade continuavam a enfrentar vários problemas urbanos, muitos deles construídos ao longo do tempo e cujos efeitos na urbe carioca ainda se constituíam em um desafio a vencer: moradia de qualidade para a população de baixa renda; aumento da malha ferroviária e metropolitana; combate ao desmatamento das áreas florestadas e à poluição dos corpos hídricos; garantia do direito de ir e vir com se-

gurança da população. Todos fatos do dia a dia que exigem uma atenção especial de todos os cariocas que desejam um Rio melhor.

O resultado dessa consciência foi a adoção de novas formas de atuação do poder, estabelecida através da implantação de políticas urbanas voltadas para a garantia de um espaço público de qualidade. Projetos como o Rio Cidade, o Favela Bairro e as APACs (Áreas de Proteção do Ambiente Cultural), além do reflorestamento de encostas, apontam algumas importantes diretrizes para o Plano Diretor Decenal, aprovado em 1992.

O século XXI chegou, e o Rio de Janeiro vive um período rico em contrastes e possibilidades. A caminho dos 450 anos de fundação (2015), enquanto se prepara para receber os Jogos Olímpicos de 2016, consolida-se como uma grande região metropolitana que abriga no seu interior e área de influência dois polos industriais: o de siderurgia (zona industrial de Santa Cruz e na cidade de Itaguaí) e o petroquímico (no município de Itaboraí).



Foto Cristiana Isidoro

Os antigos casarios do Centro do Rio

No núcleo central, as atividades portuárias e os estaleiros dão sinais de recuperação, e a revitalização da região portuária aponta para o surgimento de mais uma área de interesse.

No dizer do arquiteto e urbanista Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, a cidade “resiste para se oferecer ao futuro”.

Resiste através do casamento entre o mar e a montanha; persiste na capacidade de inventar e na criatividade de sua população; se perpetua

no casario do entorno da Praça XV (que insiste em contar o tempo); mostra seus contrastes, mesmo ao longo da sua orla do Leme ao Pontal. E, acima de tudo, “ela” é carioca, mesmo sendo o purgatório da beleza e do caos.

No mais, aquele abraço.

As remoções das favelas e os conjuntos residenciais da zona oeste

A aparência de eterno canteiro de obras (...) mantém-se nas favelas. Ruas estreitas e desordenadas lembram uma cidade medieval, tortuosa e confusa, dotada de desenho que não obedece ao imperativo do automóvel.

Márcio Moraes Valença, arquiteto e urbanista

As palavras do professor Márcio Moraes Valença registram um olhar sobre as favelas que se espalham por várias regiões do Brasil. Para os historiadores Américo Freire e Lucia Lippi Oliveira, é impossível falar do urbanismo das cidades, como o do Rio de Janeiro, sem falar nesse tipo de aglomeração.

Diversos aspectos envolvem a questão das favelas. A vulnerabilidade é um desses aspectos, especialmente importante em domicílios onde a carência persiste tanto na oferta de serviços públicos quanto nas condições. Essas moradias chamadas de “barracões”, feitas de zinco e que o samba lançado para o carnaval em 1953 dizia pedirem “socorro à cidade aos seus pés” (Luis Antonio e Oldemar Guimarães).

Muitas dessas habitações irregularmente construídas, quando não correm riscos de segurança de permanência no local, situam-se em áreas de preservação ambiental. Sem arruamentos, sem plano urbano, sem água e sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza dos

seus moradores e do descaso do poder público, surgiriam imagens que fariam da favela um lugar do perigo a ser erradicado, da falta e da carência, bem diferente do restante da população urbana tida como “civilizada”, segundo Márcio Moraes Valença.

Em uma crônica publicada em 1908, o escritor e jornalista Olavo Bilac (1865-1918), membro fundador da Academia Brasileira de Letras, observa: “Perco-me muitas vezes, por dever profissional, visitando escolas no alto destes morros (...) do Rio de Janeiro - Conceição, Pinto, Livramento, (...) de ladeiras íngremes, em que se acastelam e equilibram a custo casinhas tristes, de fachadas roídas e janelas tortas (...). É uma cidade à parte. O Rio já é uma aglomeração de várias cidades, que pouco a pouco se vão distinguindo, cada uma adquirindo uma fisionomia particular e uma certa autonomia de vida material e espiritual”.

Segundo o historiador Américo Freire, nesse momento, Bilac, enveredando por um caminho queixoso, utilizava-se, “em seus textos para a *Gazeta de Notícias*, de uma linguagem forte para propor mudanças urgentes na capital brasileira. Segundo ele, os brasileiros deveriam se envergonhar pelo fato de que ‘ali assim, a quatro dias de viagem há uma cidade como Buenos Aires, e que nós, com filhos da mesma raça e do mesmo momento histórico, com muito mais vida, com muito mais riqueza, com muito mais proteção da natureza, ainda temos por capital da República, em 1900, a mesma capital de D. João VI em 1808, isso é o que dói como uma afronta, isso é o que revolta como uma injustiça”.

Concluía, então, clamando: “Quando aparecerás, tu Providência dessa terra, Alvear da cidade carioca?!”.

Eram tempos “do dinamismo, da ação, do progresso, enfim, da vaga civilizatória que tomara conta do ambiente político-cultural brasileiro naquele início de século, que se desdobrara em campanhas em prol da modernização do país, segundo os modelos europeus, das quais Bilac foi um dos principais cruzados”, considera Américo Freire.

De Bilac até Valença, a ocupação das favelas no Rio de Janeiro prosseguiria; sem traçado



planejado, sendo um fenômeno essencialmente metropolitano, espalhando-se, acentuadamente, pelas encostas dos morros e pelas periferias da cidade.

Falar em favelas é reportar aos finais do século XIX, especialmente quando o foco é o Rio de Janeiro republicano. Para a antropóloga Alba Zaluar, teriam se tornado uma “marca da capital federal, em decorrência (não intencional) das tentativas dos republicanos radicais e dos teóricos do embranquecimento (...) para torná-la uma cidade europeia”.

O contraste vivido pelo Rio de Janeiro em meio à política que derrubava os cortiços resultaria na movimentação da população mais pobre na direção das áreas dos morros, dos charcos e das demais ainda não ocupadas no entorno da capital federal. As favelas prosseguiriam a existir e a crescer.

Apenas no Plano Agache, em 1927 – embora não tenha sido colocada em prática –, aparece uma ação que propõe a transferência das populações das favelas que criavam problemas tanto “sob o ponto de vista da ordem social e da segurança como sob o ponto de vista da higiene geral da cidade, sem falar da estética”.

Histórias narradas por autores diversos e escritas nas páginas dos jornais em épocas distintas apresentam esse contraste entre o morro e o asfalto.

Sobre essa ideia, uma canção seria consagrada, em 1956, ao contar uma história de alguém com destino incerto: “Conceição/ Eu me lembro muito bem/ Vivía no morro a sonhar/ Com coisas que o morro não tem/ Foi então/ Que lá em cima apareceu/ Alguém que dizia a sorrir/ Que descendo a cidade/ Ela iria subir”.

Em 1963, já em outros tempos e em outros ritmos musicais, os compositores Marcos e Paulo Sérgio Valle, segundo o jornalista Nelson Motta, escreveriam uma “bela melodia romântica com harmonias sofisticadas, pura Bossa Nova”, contando o drama de uma moradora de favela: “Tanta roupa pra lavar/ Todo o barraco pra arrumar/ Tanta coisa pra chorar/ Todo o morro a sambar/ Tanta gente pra invejar/ Nenhum sonho pra sonhar...”.

Por outro lado, a ideia de que as favelas podem ser resumidas como locais onde o mundo da desordem impera é insuficiente para compreendê-las. Para Alba Zaluar, a marca também deveria ser atribuída à “(...) criatividade cultural e política, à capacidade de luta e de organização demonstrada pelos favelados” no decorrer do tempo.

O compositor Pedro Luis, a propósito, pergunta na letra da canção: “Quem foi que disse que a miséria não ri/ Quem tá pensando que não existe miséria no Japão/ Quem tá falando que não existem tesouros na favela?/ A vida é bela/ Tá tudo estranho/ É tudo caro/ Mundo é tamanho”.

Por outro lado, o desejo de “europeizar” a capital federal não se transformaria em realidade, ora pela presença das festas populares que reuniam diferentes grupos sociais, ora pela presença – misturando o erudito com o popular – dos diversos estilos musicais, especialmente o samba. Segundo estudiosos do tema, justamente pelos caminhos da música a produção cultural da cidade do Rio de Janeiro foi fortemente marcada pelos encontros entre músicos e literatos eruditos com compositores e poetas populares, o que resultaria em uma mistura de gêneros e de estilos.

Quando o primeiro governador assumiu a sua função em 1960, as favelas estavam em expansão na cidade do Rio de Janeiro – localizadas nas proximidades dos empregos das indústrias instaladas na zona norte e dos serviços na zona sul. Dados citados pela historiadora Armelle Enders informam que em 1960 essas regiões abrigavam mais de 330.000 pessoas, que aos poucos iam ocupar, também, os arredores industriais da Avenida Brasil.

Os planos urbanísticos daquela época começariam a considerar que as favelas deveriam ser transferidas para outros locais. Sob a ação do estado, “parques proletários”, com precárias instalações, são construídos. Porém, diante da valorização dos terrenos, seriam retirados dali. Em 1963, diversas associações de moradores reunidas fundam a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara. Surgiria a ideia, que não iria em frente, de urbanizar os locais das favelas em vez de erradicá-las.



Complexo de favelas da Praia do Pinto, no início dos anos 1960

Nessa primeira gestão de um governador no estado da Guanabara, a escolha recai na remoção, que geraria muito descontentamento e protestos. Surgem as Vilas Kennedy (Senador Camará), Aliança (Bangu), Esperança (Vigário Geral) e a Cidade de Deus (Jacarepaguá), compostas por pequenas unidades padronizadas servidas por transportes públicos insuficientes e distantes dos empregos da maioria.

Hoje, quem passa pelo Parque da Catacumba, na Lagoa, pelos prédios da chamada Selva de Pedra, no Leblon, ou pelo campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Maracanã, nem imagina que esses espaços abrigaram as três maiores favelas do Rio dos anos 1960: Catacumba, Praia do Pinto e Esqueleto, respectivamente. De 1968 até 1975, pelo menos 50 mil famílias carentes foram transferidas.

Apesar da distância do Centro, da separação forçada dos vizinhos e da forma muitas vezes arbitrária com que o governo conduziu as remoções, para alguns ex-moradores das favelas extintas a mudança teve também seus pontos positivos. Entre prós e contras, eles destacam a conquista dos títulos de propriedade e de sistemas mínimos de infraestrutura, como água encanada e esgoto. “Se fizessem um Favela Bairro na Catacumba, eu voltava para lá correndo”, resume um ex-morador.

Há relatos que revelam que o “poetinha” Vinicius de Moraes teve a ideia de escrever a peça *Orfeu da Conceição* durante um baile na favela da Praia do Pinto. Na contracapa do disco, de

1956, Vinicius assim descreve a inspiração: “Foi por volta de 1942 que eu, uma noite, depois de reler o mito numa velha mitologia grega, senti subitamente nele a estrutura de uma tragédia negra carioca.”

Por outro lado, o jornalista Zuenir Ventura, no seu livro *Cidade Partida*, citado pelo historiador Jaime Larry Benchimol, chama a atenção para um aspecto significativo da política de remoção de favelas desencadeada nos anos 1960: uma reflexão importante sobre o ontem e sobre o hoje. “A política de exclusão foi um desastre. Não apenas moral e humanitário, mas também do ponto de vista da eficácia. (...) ao empurrarem as ‘classes perigosas’ para os espaços de baixo valor imobiliário, as ‘classes dirigentes’ não perceberam que as estavam colocando numa situação estrategicamente privilegiada em caso de confronto (...). Enquanto dos morros só se ouviam os sons do samba, parecia não haver problema. Mas agora se ouvem os tiros.”

Mas como diz a sabedoria popular: “não há mal que sempre dure nem bem que nunca se acabe.”

E assim é.

Comemorações dos 400 anos de fundação (1565-1965)

Foi Estácio de Sá quem fundou

E São Sebastião abençoou

Rio é quatrocentão

Mas é um broto no meu coração...

Rancho do Rio – Hino do 4º Centenário

João Roberto Kelly

Rio – IV Centenário – 1965.

Quatrocentos anos após Estácio de Sá proclamar “levantemos esta cidade que ficará por memória do nosso heroísmo e do exemplo de valor às gerações vindouras para ser a rainha das pro-



víncias e o empório das riquezas do mundo”, o ano de 1965 se anunciava em tons e sons, sob a administração do primeiro governador eleito pela população.

A Superintendência do IV Centenário seria criada para promover eventos visando dar maior destaque ao desenvolvimento do Rio de Janeiro, bem como enfatizar o turismo na “Cidade Maravilhosa”.

Um dos cartazes da Secretaria de Turismo do Estado da Guanabara, produzido para divulgar o IV Centenário da Cidade, apresentava o jovem Pelé com a antiga camisa da seleção brasileira (então bicampeã mundial), com o escudo da CBD (Confederação Brasileira de Desportos), e com uma bola G-18 (sonho de consumo de todos os “peladeiros”), fabricada pela Superball (que tinha lojas na Rua do Acre e em Copacabana).

Símbolos de uma época.

Inúmeras festividades ocorreram na ocasião, como um torneio de futebol internacional entre seleções no Maracanã e um carnaval com a cidade ornamentada com os símbolos do IV Centenário. Billy Blanco concorreu, no Festival Internacional da Canção, com uma bela música (cantada por Wilson Simonal) que dizia assim:

“Rio,/ Estácio no passado fez este presente/ E deu abençoado três vezes à gente / Pois Deus é africano, o índio é português / Com babalaô, o padre e o pajé/ (...) a credence, a missa e a fê/ Rio bonito até mesmo com chuva/ Cresceu, foi surgindo e todo lindo se fez.”

Houve o concurso para escolher a Rainha do IV Centenário. Na noite do dia 3 de fevereiro de 1965, no Maracanãzinho lotado, foi eleita a loira Solange Dutra Novelli, carioca de Botafogo. O evento, além de eleger a Rainha do IV Centenário, também foi palco da inauguração do novo sistema acústico do ginásio.

1965 foi também o último ano do governo Carlos Lacerda. O plano urbano em execução não teve continuidade no governo seguinte, nesse caso justificado por desastres naturais (foi um ano de grandes enchentes) e uma conjuntura adversa. Porém, uma indicação do Plano Doxiadis foi executada: do conjunto de vias que integraria o território, a Lilás foi imediatamente implantada,

ligando os bairros de Laranjeiras e Santo Cristo. Obras fundamentais para o início da renovação urbana da Cidade Nova.

Em outra direção, o futuro sistema viário proposto para facilitar a circulação no estado da Guanabara deu origem a um planejamento urbano inovador em um amplo território - a Baixada de Jacarepaguá. Área até então de difícil acesso, tornou-se o ponto de articulação entre o passado e o futuro urbano da cidade. A natureza ainda intocada daquela região inspiraria o plano piloto criado por Lucio Costa.

“Reeditava-se assim a cidade balneária, agora inspirada no modelo americano, conformando-se uma Miami carioca ou um ‘eldorado urbano’”, registra Nina Maria de Carvalho Elias Rabha.

Do estado da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro: o Rio de muitas histórias... A fusão (15/03/1975)

Sr. Presidente, estive recentemente em Niterói e quero trazer a impressão desoladora que encontrei naquela cidade, em consequência da fusão. Niterói, hoje, é uma cidade que sofre a ausência do governo do estado: o Palácio do Ingá está fechado e não tem serventia; o Tribunal de Justiça ali não mais funciona; o Tribunal de Contas transferiu-se para a antiga Guanabara; as Secretarias de Estado deixaram também a antiga capital fluminense e, com elas, os empreiteiros que juntos trabalhavam, de modo que a compreensão que se tem, quando se chega a Niterói, é a de uma cidade abandonada pelo governo, como nos tempos da guerra.

Debate com o senador Osires Teixeira em *Diário do Congresso Nacional*, de 4 de junho de 1975

A última grande alteração nos estatutos políticos do Rio de Janeiro ocorreu em 1975. Nesse ano, é estabelecido o território do atual estado do Rio de Janeiro, através da fusão, sem consulta popular, dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Anulava-se a “singularidade da antiga Guanabara em prol de sua integração ao novo estado do Rio de Janeiro”, segundo registra Marly Motta. O que nos faz refletir sobre os limites e as possibilidades de um projeto como a fusão, prossegue a historiadora, “cuja implementação teria que lidar com a identidade política de duas regiões forjada pela memória que cada uma delas construiu de seu próprio passado. De um lado, a cidade do Rio de Janeiro, capital do país por mais de cem anos, há 15 ocupando um lugar singular na Federação, o de estado-capital, e lutando para conservar o seu tradicional papel de ‘caixa de ressonância’ de paíis; de outro, o antigo estado do Rio, a ‘velha província’, dividido entre a atração pela ‘Cidade Maravilhosa’ e o medo da suburbanização”.

A partir daí, a Guanabara tornava-se um município do atual estado, sendo que a cidade do Rio de Janeiro passava a exercer a função de capital dessa nova unidade federada.

Niterói, por sua vez, ao perder o status de capital de estado, transformando-se na sede de um município, vivencia um processo de esvaziamento, conforme o registro do *Diário do Congresso Nacional*. Muitos eram os desgostosos que lamentavam a situação a que chegara a “Cidade Sorriso”.

Há ainda um aspecto cultural a ser lembrado. Será que o carioca se entende como natural do estado do Rio de Janeiro ou como natural de sua capital?

Aliás, consta que a expressão “carioca”, referindo-se aos que nascem na cidade, começaria a ser usada a partir da criação do Município Neutro, desmembrado da antiga província do Rio de Janeiro, em 1834. Anteriormente, eram chamados de “fluminenses” – do latim *flumens* = rio –, como são ainda os nascidos no estado do Rio de Janeiro e não na cidade.

Essa proximidade geográfica entre as cidades de Niterói e do Rio de Janeiro, que conduz a popu-

lação, de lá para cá e daqui para lá, a trabalhar em uma cidade e morar na outra, gerava, e ainda gera, dificuldades e problemas. Pois se hoje estão ligadas por uma ponte concluída em 1974, que minimizou situações, ontem a movimentação das pessoas era quase que exclusivamente feita por barcas que cruzam as águas da Baía de Guanabara.

A canção composta, em 1969, por Gordurinha (nascido Waldeck Artur de Macedo) brinca com a situação: “Tá vendo como é que dói/ Tá vendo como é que dói/ Trabalhar em Madureira/ Viajar na Cantareira/ E morar em Niterói”.



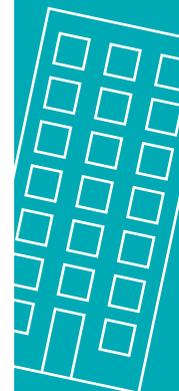
Antiga barca que fazia a travessia entre o Rio e Niterói

Apesar do descontentamento de boa parte da população carioca, que, segundo Marly Motta, até hoje não enxerga com bons olhos o fato de o Rio de Janeiro ter sido reduzido a um município, como no desabafo de Francisco de Melo Franco (derradeiro secretário de Planejamento da Guanabara): “O Rio de Janeiro faz parte da história mundial. Como pode ser um município como outro qualquer?”.

Após 1975, surgiria um novo estado com algumas características especiais.

Quase 90% de sua população morando em cidades e concentrados na região polarizada pela capital. Essa região, formada por 14 municípios que representavam 15% do território, 80% da população e 80% do PIB do estado, mais tarde seria denominada de Região Metropolitana. Além disso, com a fusão, a antiga Guanabara perdia sua arrecadação estadual e os repasses federais, remanejados por um novo e ampliado

www.rioquepassou.com.br



território, ainda não beneficiado pelos chamados *royalties* do petróleo, que viriam para compor essa realidade.

O plano básico urbanístico – PUB Rio, de 1977 – viria para apresentar soluções para a cidade, adequando-a à nova realidade e contando com o apoio de recursos federais. Seria de suma importância ter sido desenvolvido por técnicos locais, “talvez os únicos que poderiam desatar os nós e encontrar caminhos para a nebulosa situação urbana”, destaca Nina Maria Rabha.

Um governo estadual envolvido com o planejamento territorial desencadearia um processo de pesquisas e de levantamentos que atenderiam às necessidades do estado, da Região Metropolitana e do município do Rio de Janeiro. Na época, a cidade do Rio de Janeiro convivia com a seguinte realidade: uma população de 4.251.918 habitantes, que correspondia a 60,05% da população metropolitana; e 273 favelas, com um total de 762.297 moradores, segundo dados de 1974 da Fundação Leão XIII.

Pela primeira vez, o Rio fazia parte, em caráter oficial, de uma visão ambientalista, destacando o ambiente natural e o histórico-cultural, abordagem pioneira para a época.

Essas indicações norteiam, até hoje, qualquer planejamento, plano setorial ou projetos sobre e para o Rio de Janeiro.

Em tempo: o PUB Rio foi o primeiro planejamento urbano local submetido à consulta popular.

Um cantinho e um violão: a música carioca no compasso da Bossa Nova

E diz a ela que sem ela não pode ser

Chega de Saudade

Tom Jobim e Vinicius de Moraes

Poderia ser em uma moradia – “casa própria” – como aquelas ajardinadas tradicionais da Tijuca, no final de uma rua arborizada. Ou em um apartamento de fachada retilínea que cortava

o horizonte na zona sul da cidade: Ipanema. O som que se espalhava era intimista. Harmonias dissonantes, acordes elaborados que ressoavam pelos espaços das residências.

Jovens que poderiam ser Marco, Silvia, Jeanne, Luis, Anne, Vinicius – quase todos universitários de Engenharia ou de Filosofia, que haviam estudado piano e/ou violão (alguns com as mães) – reuniam-se, sob o olhar cúmplice dos pais, em alegre agitação no cômodo individualizado chamado de “sala de música” ou na “sala de visitas”. Ali, marcando espaço, ainda convivendo em harmonia com a “rádio vitrola”, um imponente piano. De origem francesa ou alemã, tradição familiar, ressoava em memórias dos acordes clássicos conjugados com os compassos – “novidades” – dedilhados em suas teclas.

Pessoas. “Gente espelho da vida/ Doce mistério”, como versejou Caetano Veloso.

O violão era o instrumento parceiro imprescindível! Objeto de desejo dos alunos que frequentavam as academias, que se multiplicavam especialmente na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, da melhor marca da época, possuía o selo de 3 estrelas douradas no seu interior com a propaganda anunciando e valorizando a característica: “GS – Grande Sonoridade”.

Piano e violão, ao lado de uma bateria, aguardavam a chegada do charme discreto daquela trilha sonora que, em canções, poderia assim filosofar: “É melhor ser alegre que ser triste/ Alegria é a melhor coisa que existe/ Assim como a luz no coração” (Vinicius de Moraes e Baden Powell).

A esse grupo, frequentando a casa, juntavam-se amigos e amigos dos amigos que, nas reuniões, se espalhavam pelo chão: naquela turma ninguém sentava em cadeiras! Uma atitude muito natural, completamente bossa-nova!

Cenários e personagens, suficientes e perfeitos, para que, nos finais de semana, a “moça-flor” e o “rapaz de bem” marcassem encontros especiais cantando baixinho e contando aquilo que era “moderno”. Encontros que, muitas vezes, em canções, em sussurros, em cartinhas traduziam-se em “se você quer ser minha namorada” (Vinicius de Moraes e Carlos Lyra).

Era um querer da “vida sempre assim/ Com você perto de mim/ Até o apagar da velha chama”... Na paisagem perfeita do Corcovado.

E os corações, nada descrentes, entravam no ritmo de uma batida diferente – a batida da Bossa Nova.

Ritmo e “Bossa Nova”.

Ritmo é a batida como aquela do coração, do relógio...

Na “Bossa Nova”, é aquela batida diferente obtida no violão, que a canção de Durval Ferreira traduzia assim: “Veja como bate engraçado o meu coração assim/ Tum tum tum tum tum tum tum/ (...) Bate realmente sincopado/ Vem ouvir aqui/ Mas bem pertinho de mim/ Tum tum tum tum tum tum tum tum tum”.

Essa novidade em compasso 2 por 4 seria incomum de tudo o que até então existia. Até porque, no falar carioca dos anos 1950, “bossa” significava “forma de fazer, jeito, maneira”. Mas de fazer com um toque diferenciado, inovador, criativo. Aqueles jovens reunidos nos bairros cariocas da Tijuca e de Ipanema passariam a utilizar a expressão “Bossa Nova” em oposição a tudo aquilo que era antigo, superado, “quadrado”.

A crítica bem-humorada em relação aos estilos musicais “pesados” e melodramáticos (bolero, samba-canção) surgia, por exemplo, nas composições dos encontros musicais tijuicanos: “É ‘Bossa Nova’ tocar assim/ E, quem não toca, ‘quadrado’/ Tome cuidado, pra não ser mais enjoado/ Olhe a dissonância!/ Veja a batida bem/ E, quem não toca o samba assim/ É ‘quadrado’, é ‘quadrado’, sim!/ ‘Quadrado’ não entende/ O samba diferente/ ‘Quadrado’ não entende/ A ‘bossa’ diferente!”.

Refinada, por contar com material harmônico preciso, oriundo do jazz americano, receberia críticas e elogios por utilizar muitos acordes típicos daquele estilo musical. Surgiriam dissonâncias que criariam, musicalmente, efeitos narrativos extremamente diferenciados do que era feito até então.

Com letras simples, mais alegres e otimistas, completamente diferentes das composições an-

teriores, faria história; adiante, romperia fronteiras com João Gilberto, que inventaria uma forma de tocar e de cantar convidando para um “vem ouvir um Hô-ba-la-la”.

Havia algo de novo no ar.

A música popular brasileira, a música carioca não seria mais a mesma.



Divulgação Odeon

Capa do álbum *Chega de Saudade*, de João Gilberto, lançado em 1959

São palavras de quem viveu essa época, meditando e acreditando “no amor, no sorriso e na flor”, segundo Nelson Motta: “Tínhamos uma música que imaginávamos só para nós. João Gilberto era nosso pastor e nada nos faltaria”.

E prosseguiria rompendo fronteiras geográficas em voz e violão ou em discos de vinil, resultado de parcerias históricas jamais esquecidas...

Vozes, sons, melodias. Verdadeiro “fino da bossa” navegando algumas vezes em um “barquinho a deslizar no macio azul do mar”; outras volteando em “pipas de papel de seda”, como aquelas cantadas em palcos nunca dantes alcançados, utilizando a linguagem universal – a música – que aproxima, que emociona, encantando a vida e o viver daqueles afinados ou não, pois “no peito dos desafinados/ No fundo do peito bate calado/ Pois no peito dos desafinados/ Também bate um coração”...

Conceitos-chave

- O Rio de Janeiro deixa de ser a capital do Brasil – o estado da Guanabara (a cidade-estado)
- Obras por todo lado: o Aterro do Flamengo, túneis, avenidas alargadas, viadutos...
- As remoções das favelas e os conjuntos residenciais da zona oeste
- Comemorações dos 400 anos de fundação (1565-1965)
- Do estado da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro: o Rio de muitas histórias... A fusão (15/03/1975)
- Um cantinho e um violão: a música carioca no compasso da Bossa Nova

Para visitar

- Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói)
- Sambódromo da Marquês de Sapucaí
- Catedral de São Sebastião do Rio de Janeiro
- Pavilhão de São Cristóvão

Para usar em sala de aula

- Utilizando como fonte de inspiração uma pesquisa sobre os festivais dos anos 1960, organizar um festival de música, tendo o Rio de Janeiro como tema. Dividir a turma em grupos e distribuir as tarefas para a produção da atividade (inscrições, cartazes de divulgação, corpo de jurados, local, dia, etc.). Essa atividade poderá ser direcionada apenas à turma ou estar ligada a um projeto que envolva toda a escola.
- Montar uma revista chamada *Memória do IV Centenário do Rio de Janeiro*, registrando, através de imagens e pequenos textos (incluindo entrevistas com familiares ou amigos que viveram a época), os momentos desse evento.

Bibliografia

Livros

CASTRO, Ruy. *Chega de Saudade*. A História e as Histórias da Bossa Nova. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

MARANHÃO, Ricardo. *Cinelândia. Retorno ao Fascínio do Passado*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2003.

MORAES, Vinicius de. *Para Viver um Grande Amor*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984.

MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MOTTA, Nelson. *Noites Tropicais*. Solos, Improvisos e Memórias Musicais. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2000.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (org.). *Rio de Janeiro: Cinco Séculos de História e Transformações Urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: O Ano que Não Devia Terminar*. Rio de Janeiro: Editora Record Ltda., 1997.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na Era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. *500 Anos da Casa no Brasil*. As Transformações da Arquitetura e da Utilização do Espaço de Moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

Web

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *O Rio de Janeiro Setecentista*. A Vida e a Construção da Cidade da Invasão Francesa até a Chegada da Corte. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Rio de Janeiro: Uma Cidade na História*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>.



FERREIRA, Marieta de Moraes; GRYNSPAN, Mario. *A Volta do Filho Pródigo ao Lar Paterno? A Fusão do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

MOTTA, Marly Silva da; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Política Carioca em Quatro Tempos*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

MOTTA, Marly Silva da. *Cabeça da Nação*. Teatro do Poder: A Cidade-Capital como Objeto de Investigação Histórica. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>.

MOTTA, Marly Silva da. *De Grande Capital a Mera Cidade – O Destino do Distrito Federal Após a Transferência da Capital para Brasília*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>.

MOTTA, Marly Silva da. *O Lugar do Rio de Janeiro na Federação Brasileira: Uma Questão em três Momentos*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>.

OSÓRIO, Mauro. *Rio Nacional – Rio Local: Mitos e Visões da Crise Carioca e Fluminense*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

VALENÇA, Márcio Moraes (org.). *Cidade (I) Legal*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). *Um Século de Favela*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

<http://letras.terra.com.br/paulo-cesar-pinheiro>

<http://letras.terra.com.br/vinicius-de-moraes>

<http://www.letras.com.br/ney-matogrosso>

<http://letras.terra.com.br/chico-buarque>

<http://www.dicionariompb.com.br>

<http://letras.terra.com.br/andre-abujamra>

<http://www.vagalume.com.br>

<http://www.cifras.com.br>

<http://letras.terra.com.br/johnny-alf>

<http://letras.terra.com.br/vinicius-de-moraes>

<http://fotolog.terra.com.br>

<http://www.favelatemmemoria.com.br>

<http://www.feth.ggf.br>

<http://letras.terra.com.br/cauby-peixoto>

<http://www.mpbfm.com.br>

<http://www2.uol.com.br>

<http://www.jobim.com.br>

<http://letras.terra.com.br/vinicius-de-moraes>

<http://www.dicionariompb.com.br>

<http://www.letras.com.br>

<http://www.dicionariompb.com.br>

<http://cifrantiga3.blogspot.com>

<http://letras.terra.com.br/bonde-da-stronda>

<http://www.bossanovaguitar.com>

<http://letras.terra.com.br/caetano-veloso>

Músicas citadas e seus autores

Saudades da Guanabara – Moacyr Luz, Aldir Blanc e Paulo César Pinheiro

Brasília, Sinfonia da Alvorada – Vinicius de Moraes e Tom Jobim

Imaginação – André Abujamra

Gota d'Água – Chico Buarque de Holanda

O Rio Através dos Séculos – Hélio Turco, Pelado e Comprido

Carta ao Tom – Vinicius de Moraes e Toquinho

Vai com Jeito – João de Barro

Rio 40 Graus – Fernanda Abreu

Aquele Abraço – Gilberto Gil

Barracão – Luis Antonio e Oldemar Guimarães

Conceição – Jair Amorim e Waldemar de Abreu

Sonho de Maria – Marcos e Paulo Sérgio Valle

Miséria no Japão – Pedro Luis

Rancho do Rio – João Roberto Kelly

Rio do Meu Amor – Billy Blanco

Mambo da Cantareira – Gordurinha

Chega de Saudade – Vinicius de Moraes e Tom Jobim

Gente – Caetano Veloso

Samba da Bênção – Vinicius de Moraes e Baden Powell

Moça-Flor – Durval Ferreira

Rapaz de Bem – Johnny Alf

Minha Namorada – Vinicius de Moraes e Carlos Lyra

Corcovado – Tom Jobim

Batida Diferente – Durval Ferreira

Quadrado – Jeanne e Marco Antonio Abi-Ramia

Hô-Ba-La-La – João Gilberto

Meditação – Tom Jobim e Newton Mendonça

O Barquinho – Roberto Menescal e Ronaldo Bôscoli

Desafinado – Tom Jobim e Newton Mendonça

O Rio de Janeiro no presente

*As cores, figuras, motivos/ O sol passando sobre os amigos/ Histórias (...)
sorrisos/ E afeto em frente ao mar/ Quando as sombras vão ficando compridas
Enchendo a casa de silêncio e preguiça/ Nessas horas é que Deus deixa pistas
Pra eu ser feliz/ E quando o dia não passar de um retrato/ Colorindo de
saudade o meu quarto/ Só aí vou ter certeza de fato/ Que eu fui feliz/ O que
vai ficar na fotografia/ São os laços invisíveis que havia*

Fotografia
Leoni e Leo Jaime



Sinopse

O presente é o futuro que se tornou realidade.

Partindo dessa realidade, muitas vezes desafiadora, pretendemos, neste capítulo, através de temas como a natureza, a tecnologia, o cinema, a moda, a gastronomia, a cidadania, estimular a busca de soluções para alguns dos principais desafios que fazem parte do cotidiano do cidadão carioca.

O desenvolvimento sustentável da economia da cidade, a inclusão digital e social como direito de todos e a ação participativa daqueles que vivem no Rio são aspectos do dia a dia que precisam de uma ação transformadora do presente que garanta um “por vir” mais justo para todos.

E, nesse sentido preciso e em muitos outros, “a hora é esta”!

Afinal: “Oh! Pacato cidadão!/ Eu te chamei a atenção/ Não foi à toa, não”.



Sob o sol ou sob a lua, na *Fotografia*, de Tom Jobim: “A tarde cai/ Em cores se desfaz/ Escureceu/ O sol caiu no mar/ E a primeira luz lá embaixo se acendeu/ Você e eu”.

As imagens são assim. Expressam, em incontáveis vezes, sentimentos, intenções, momentos. Nas fotografias que vão registrando figuras, histórias, amigos, sorrisos. Estrelas, águas, terras, pessoas. O que era. O “por vir”. No tempo e no espaço. Ou seria no espaço e no tempo?

Pelas terras cariocas, passos e mais passos foram dados. Portas foram abertas e ultrapassadas. Mas a jornada não está concluída. Outras surgem aqui e ali. Mais um passo acolá. Sempre. É preciso ir mais longe.

Existe uma nova luz “no outro lado do rio”, diz a letra da canção premiada.

Ir além do que a vista alcança muitas vezes a partir do enquadramento: clique! Em cores, sabores, emoções. No olhar atento de dois daqueles cariocas nascidos na Tijuca e no Méier ou em outro bairro qualquer – que no Rio de Janeiro fizeram o seu começo e o seu meio de viver e de estar. De ensinar e de contar. De aprender e de trocar. De buscar e de acreditar. Tão simples e tão complexo.

Na cidade cantada e contada, que vive seus desafios, nos seus cantos, seus recantos e seus encantos que um clique eterniza. Com a imagem capturada no presente, transformada em “presente” para o “por vir”.

Alberto Jacob Filho



Enseada de Botafogo e o Pão de Açúcar, uma das mais belas vistas da cidade

Um clique... Na mãe natureza

*Que eu sou feito da terra, do fogo,
da água e do ar*

Gita

Raul Seixas e Paulo Coelho

Gita é baseada no *Bhagavad-Gita*, parte do *Mahabarata*, que seria a “bíblia” da religião hindu de Krishna. No texto, um guerreiro, Arjuna, interroga Krishna sobre o seu significado. Ele, então, responde com frases como: “entre as estrelas, sou a lua... entre os animais selvagens, sou o leão... de todas as criações, eu sou o início e também o fim e também o meio”, em que obviamente se basearam os versos de *Gita*.

Segundo depoimento do próprio Raul, cada um de nós é a vida, o tudo, o nada, o equilíbrio cósmico. Complementando essa ideia, os ambientalistas afirmam que a humanidade é “uma das configurações possíveis da vida. Fazemos parte de um todo maior, de um sistema inter-relacionado em que, do ponto de vista da própria natureza, temos tanta importância quanto a árvore que habita o nosso quintal”.

De uma forma ou de outra, uma nova consciência é necessária. Cada ser, cada elemento tem direito a cumprir sua “história de vida”. Uma nova visão, na qual os seres humanos não são os únicos a ter direitos sobre o planeta. Desde os microrganismos até o cão que passa na rua – todos têm funções e razões de existir dentro dessa engrenagem chamada natureza.

O homem é o quinto elemento.

No entanto, ele difere das demais manifestações de vida, interveio no planeta de uma forma muito profunda. Cursos de rios alterados, mares e lagoas aterrados, florestas destruídas, montanhas explodidas e animais exterminados. Tudo isso de forma “inconsciente” ou em nome de uma pretenciosa parceria com o divino, ou ainda na busca incessante do progresso.

“Terra, és o mais bonito dos planetas,/ Estão te maltratando por dinheiro”, denunciam Beto Guedes e Ronaldo Bastos.

Hoje, antes tarde do que nunca, percebe-se que, como consequência da intervenção humana no meio ambiente, não foi alcançado somente o progresso material. Em vez disso, o planeta adoeceu.

Sintomas dessa doença fazem parte do nosso dia a dia. A cidade do Rio de Janeiro, pedacinho de terra no planeta que habitamos, convive frequentemente com enchentes que fazem transbordar os rios assoreados, ressacas que mostram a fúria do mar em recuperar o que lhe foi roubado, derramamentos de óleo na Baía de Guanabara, favelas e condomínios que aceleram o desmatamento nas encostas da cidade.

Foi preciso sujar para que percebêssemos o papel de predadores da própria vida exercido pela humanidade. É necessário formar uma nova e urgente leitura de mundo. Uma nova visão em relação à natureza.

É preciso saber que “além da terra, além do céu,/ no trampolim do sem-fim das estrelas,/ no rastro dos astros,/ na magnólia das nebulosas./ Além, muito além do Sistema Solar,/ até onde alcançam o pensamento e o coração,/ vamos!/ vamos conjugar/ o verbo fundamental essencial,/ o verbo transcendente, acima das gramáticas/ e do medo e da moeda e da política,/ o verbo sempreamar,/ o verbo pluriamar,/ razão de ser e de viver”, recomenda Carlos Drummond de Andrade.

Com base nessa nova visão, a humanidade precisa refletir sobre importantes questões, como: meio ambiente, educação ambiental e o homem como fator ecológico.

Segundo Édis Milaré, especialista em Direito Ambiental, a palavra “ambiente” “indica o lugar, o sítio, o recinto, o espaço que envolve os seres vivos ou as coisas”.

Todos esses conceitos e reflexões geraram em várias partes do mundo reuniões, encontros, conferências que originaram várias propostas visando alcançar o desenvolvimento sustentável, isto é, crescimento econômico e implementação de atividades que não esgotam nem degradam os recursos ambientais, dos quais depende o crescimento econômico presente e futuro.

A cidade do Rio de Janeiro sediou alguns desses importantes eventos, como a ECO 92 ou RIO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A cidade se organizou e recepcionou representantes de 180 países, incluindo chefes de Estado ou de governo. O programa de ação Agenda 21 é fruto dessa conferência.

A Agenda 21 é um documento assinado por 170 chefes de Estado, assumindo o compromisso de traduzir em ações o conceito de desenvolvimento sustentável, visando alcançar o equilíbrio no século XXI.

Cinco anos após a ECO 92, aconteceu o Rio+5, fórum de discussão das Nações Unidas com o objetivo de revisar a implementação da Agenda 21, criando mecanismos de operacionalização de desenvolvimento sustentável.



Logomarca da Rio+20, que acontecerá em junho de 2012, no Rio de Janeiro

Em 2012, acontece na cidade do Rio de Janeiro um desdobramento da ECO 92: a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Chamada de Rio+20, visa renovar o engajamento dos líderes mundiais no desenvolvimento sustentável da Terra. A “economia verde” estará na pauta dos debates, assim como a eliminação da pobreza, focando “sobre a questão da estrutura de governança internacional na área do desenvolvimento sustentável”, segundo a página do site da Presidência da República Federativa do Brasil.

Iniciativas públicas e privadas refletem cada vez mais a preocupação em defender o planeta, tão ameaçado pelo descuido ambiental.

Na cidade do Rio de Janeiro, como em qualquer lugar do mundo, uma questão se torna ainda



mais contundente: o destino final dos resíduos produzidos. A crise ecológica está chamando a atenção da humanidade, e, nesse sentido, o sinal de alerta está acionado, seja no que diz respeito aos problemas socioambientais nos aterros sanitários, seja quanto ao trabalho das cooperativas de catadores, seja no que concerne aos programas de reciclagem.

Por conta disso, foram criados projetos e programas como: o Projeto Lagoa Limpa; o Programa Reflorestamento; o MonitorAr-Rio, que tem como objetivo monitorar a qualidade do ar na cidade; o Rio Capital Bicicleta; e tantos outros.

Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs) representam uma preocupação na formação de memória de uma cidade moderna e são uma forma de intervenção do poder público no sentido de preservar certa ambiência urbana, buscando, com isso, conter a chamada “especulação imobiliária” em áreas consideradas nobres na cidade.

Congressos, acordos, medidas, reuniões, tudo isso pode ser traduzido no amor que existe entre o filho (o homem) e a mãe (a natureza).

“Um coração/ De mel de melão/ De sim e de não/ É feito um bichinho/ No sol de manhã/ Novelo de lã/ No ventre da mãe/ Bate um coração/ De Clara, Ana/ E quem mais chegar/ Água, terra, fogo e ar”, poeticamente disseram em canção Joyce Moreno e Maurício Maestro.

Cuidar com o coração do ventre materno é deixar um legado de vida para quem mais chegar.

Um clique... No mundo virtual

Criar meu web site

Fazer minha home-page...

Pela Internet

Gilberto Gil

Primeiro o desconhecido. Um mundo paralelo. A sensação de que aquela tecnologia era para poucos, para aqueles conhecedores dos códigos secretos daquela “máquina infernal”.

Mas ele veio chegando. O computador. Ocupando espaços. Através do trabalho, pelas solicitações do dia a dia (caixas eletrônicos, celulares, etc.), pela curiosidade provocada pelo desafio, ele aos poucos se impôs na vida das pessoas.

Entretanto, nem sempre a curiosidade e a paciência eram do mesmo tamanho. E o mundo evoluindo. No mar da informação, muitos ainda estavam sem rumo.

Mais uma vez, Gilberto Gil traduz com seus versos um sentimento, uma necessidade. Era preciso “um barco que veleje nesse infomar/ Que aproveite a vazante da infomaré/ Que leve meu e-mail até”... o vizinho ou mais longe, no local de trabalho.



Ilustração Carlos Benigno

A internet ampliou o acesso de crianças e jovens ao conhecimento

E o mistério em forma de teclas assumindo as formas mais variadas. O controle remoto do aparelho de DVD ou a interatividade de uma TV a cabo, em que utilizar os recursos armazenados no “menu principal” é uma verdadeira batalha. O embate entre a máquina e o homem continuava. Uns resistiam. Outros cediam. Mas muitos aderiam. E, cada vez mais, a expressão “inclusão digital” era utilizada.

Na cidade do Rio de Janeiro, não poderia ser diferente. Parcerias entre poder público e instituições particulares promovem cursos de iniciação à informática para ampliar a inserção de crianças, jovens e pessoas da terceira idade no mundo digital.

O conhecimento no mundo digital não para de evoluir. Novas necessidades geram novas tecnologias, e o vocabulário de quem navega por esses mares aumenta.

Atualmente, é possível utilizar a conexão de internet *wi-fi* em um ambiente agradável e diferente para trabalhar (um recanto à beira-mar, por exemplo). Nesse caso, é importante conhecer os locais em que se dispõe de conexão *wireless* grátis no Rio de Janeiro. Maravilhas da tecnologia.

Hoje, a necessidade de entrar na rede mundial de computadores para contatar pessoas e lugares nos quatro cantos do mundo é cada vez mais comum. Por isso, além do conhecimento, é importante disponibilizar recursos tecnológicos para a população em geral. Além da inclusão digital, é preciso ampliar a inclusão social. Vale mencionar o resultado de pesquisas recentes que apontam para a importância da iniciativa de associações de moradores, em várias comunidades, na criação de *lan houses*. Elas constituem locais onde para muitos acontece o primeiro contato com o mundo cibernético e o consequente acesso ao mundo virtual: identificando-o e sendo identificado por ele.

Afinal, com o computador passando a fazer parte, como novo hóspede, desses locais e das moradias, o que mais se quer é “entrar na rede para contatar/ os lares do Nepal, os bares do Gabão”, quem sabe até através de SMS, via celular ou...

Um clique... Na cidade como polo de cinema

Salgueiro

Apresenta o Rio no cinema

Já não há mais lugar pra nos ver na passarela

Cada um é um astro que entra em cena

No maior espetáculo da tela

*A Cinelândia a reencontrar
A luz se apaga acende a vida
Projeta sonhos na avenida.*

O Rio no Cinema

Dudu Botelho, Miudinho,
Anderson Berson e Luiz Pião

O cinema é pura magia. Emoção. Para muitos, uma ilusão construída por imagens e sons que, desde a sua primeira sessão, realizada pelos irmãos Lumière (quando o público, assustado, correu ao ver uma locomotiva avançando na sua direção), abriria as portas para aquela que seria chamada de Sétima Arte. Adiante, outras portas conduziram através de um corredor para uma sala “escurinha”, “longe de qualquer problema/ Perto de um final feliz”. Proposta irrecusável feita em versos por Rita Lee e Roberto de Carvalho.

Pela tela iluminada, universos diferenciados desfilam sob olhares assustados ou emocionados, mas sempre atentos, diante do extraordinário resultado que combina imagens e sons através dos recursos que produzem efeitos – cada vez mais especiais. Na vertigem de uma queda ou de um salto fantástico, além da imaginação, ou na lágrima produzida pela cena que revolve a memória afetiva da plateia.

Não sem motivo, portanto, que os compositores Claudinho e Buchecha, associando a magia do cinema à dos romances, disseram que a “Nossa história vai virar cinema/ E a gente vai passar em Hollywood, mas/ Se ninguém gostar não tem problema/ Meu bem um grande amor/ Não há quem mude”.

Histórias e mais histórias vividas pelas salas de exibição espalhadas pelo mundo todo, incluindo a cidade do Rio de Janeiro.

Aliás, imagens da Baía de Guanabara – o porto do Rio de Janeiro – feitas em 1898 por Affonso Segretto deixaram os registros iniciais da cinematografia no Brasil. Nessa trajetória, a cidade do Rio de Janeiro teria uma participação significativa. Em 1930, seria instalado o primei-



ro estúdio de cinema, chamado de Cinédia, que produziria comédias musicais e dramas bem ao gosto popular.

Dessa época até hoje, muitos passos foram dados através da produção de centenas de filmes exibidos para plateias que buscam informação, lazer e diversão.

No Rio de Janeiro, conhecido como polo importante de produção cinematográfica do Brasil, os cursos de edição, de roteiro, de fotografia, oferecidos por diversas instituições e em diversos locais da cidade, multiplicaram-se.

Em 1986, foi criado, como parte do Programa de Construção de Polos Industriais da Cidade do Rio de Janeiro, o complexo chamado de Polo Cine e Vídeo e Comunicação. Ocupando uma extensa área localizada no bairro de Jacarepaguá, nele funciona um moderno complexo audiovisual, com grandes estúdios cinematográficos e ampla infraestrutura.

Curta Cinema



A cidade é palco, todos os anos, de eventos cinematográficos, como o festival Curta Cinema

Além disso, os holofotes iluminam festivais que acontecem na cidade, como o Festival do Rio, o Curta Cinema (Festival Internacional de Curtas do Rio de Janeiro) e o Anima Mundi (Festival Internacional de Animação do Brasil).

E a magia do cinema é tanta que, poeticamente, até “a lua foi ao cinema”, ao menos nos versos de Paulo Leminski. Afinal, cinema e poesia, com imagens vistas ou intuídas, contam histórias, constroem sonhos...

*A lua foi ao cinema,
passava um filme engraçado,
a história de uma estrela
que não tinha namorado.*

*Não tinha porque era apenas
uma estrela bem pequena,
dessas que, quando apagam,
ninguém vai dizer que pena!*

*Era uma estrela sozinha,
ninguém olhava para ela,
e toda a luz que ela tinha
cabia numa janela.*

*A lua ficou tão triste
com aquela história de amor,
que até hoje a lua insiste:
– Amanheça, por favor!*

Um clique... Na cidade como polo de moda

*Chiquita Bacana lá da Martinica
Se veste com uma casca
de banana nanica*

Chiquita Bacana

Braguinha e Alberto Ribeiro

Se hoje a beldade Chiquita, expressão do “existencialismo” da época e sucesso como marchinha de carnaval em 1949, desejasse ser uma mulher elegante, seguindo as tendências da moda – que, após as edições do Fashion Rio, enfeitam as vitrines das lojas dos shoppings cariocas ou daquelas populares localizadas na Saara –, certamente buscaria algo mais elaborado que apenas o curioso estilo de se vestir com a casca de uma fruta.

Aliás, um premiado filme estrangeiro sobre moda descreve, entre enganos e acertos das personagens, como é laborioso e detalhado o processo que vai indicar, anualmente, as cores, os tecidos e os materiais a serem utilizados (e que cada vez mais se interligam com a consciência ecológica).

Nada por acaso. Sempre com o objetivo de estimular o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva do mercado de moda.

E a cidade do Rio de Janeiro, inserida nesse contexto, participa de um evento profissional de classe mundial que apresenta coleções de moda em duas edições a cada ano: janeiro (outono/inverno) e julho (primavera/verão).

Tendo como objetivo principal consolidar o Rio de Janeiro como uma importante referência para as tendências de moda tanto no âmbito nacional como internacional, na passarela, estão presentes o talento e o bom gosto, que, unidos, celebram em charme esse importante evento.

Os desfiles acontecem na cidade – em sedes como o Museu de Arte Moderna (MAM) e a Marina da Glória, que viram surgir e se consolidar inúmeras marcas no mercado.

Um clique... Na culinária e na gastronomia cariocas: “gostos” e sabores

Mulher, você vai fritar

Um montão de torresmo pra acompanhar

Arroz branco, farofa e a malagueta;

A laranja-bahia ou da seleta.

Joga o paio, carne seca,

Toucinho no caldeirão

E vamos botar água no feijão

Feijoada Completa

Chico Buarque de Holanda

Tantas vezes as imagens em fotografias confirmam: cariocas de todas as regiões da cidade (como em outros cantos do mundo) aparecem reunidos em torno da mesa, trocando ideias e afetos, compartilhando e festejando sabores. Jogando conversa fora, no dizer popular.

Resultado das receitas criativas elaboradas ou improvisadas servidas em finas toalhas de linho ou nas de algodão quadriculado. Seja em almoços familiares despreziosos, com aquele toque de comida caseira, ou em refinados jantares repletos de requintes.

Ou, ainda, nos balcões das lanchonetes; talvez nas mesinhas dos bares espalhados pelos bairros da cidade, como Benfica, São Cristóvão, Tijuca, Méier, Bangu, Copacabana ou Ipanema. Pesquisadores acreditam que esses espaços democráticos, em meio às iguarias e em meio aos assuntos variados, abrem os braços para uma frequência que inclui intelectuais, músicos, artistas, jovens, adultos... Enfim, todos. Não selecionando nem escolhendo seus frequentadores, mas unificando-os em um espaço feito da pluralidade da população carioca. O falar da política e da vida alheia, que nos tempos em que a cidade era a capital do Império acontecia nos cafés e nas confeitarias cariocas, agora, acrescido do futebol praticado no Maracanã ou em tantos campos espalhados pelos bairros da cidade, transferiu-se para esses locais, onde os cardápios revelam aquele gostinho especial de “comida caseira”.

Delícias que provocam suspiros traduzidos em “hummmmm”! Receitas e mais receitas, com o passar do tempo, foram sendo anotadas e acumuladas nos cadernos que constroem a memória da família carioca. Rapidamente, em pedaços de papéis ou guardanapos, na pressa do dia a dia ou cuidadosamente coletadas, na onda da modernidade, no site de um chef famoso ou anônimo.

Em melodia, os compositores Leoni e Frejat vão bem além daquelas que indicam combinações obtidas através das medidas feitas por xícaras e por colheres, ao dizerem: “Eu já ouvi 50 receitas/pra te esquecer”.



Mas, como diz a sabedoria popular, “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”.

Para o escritor Carlos Alberto Dória, o fazer culinário é “algo tão essencial como a leitura, a escrita, a música e todas as atividades humanas que nos envolvem no cotidiano”. Vale distinguir, para começo de conversa, que a culinária envolve práticas, métodos e procedimentos, enquanto que a gastronomia, segundo Dória, “é o conjunto de saberes sobre a construção do prazer ao comer”, uma verdadeira “ocupação do espírito” ou, no dizer popular, “comer rezando”!

E, por conta desse entendimento, os prazeres à mesa, assunto da gastronomia, frequentam a harmonia de gostos e de sabores, as pitadas de tempero, a dosagem do sal e do açúcar, o ponto certo do cozimento do alimento ou daquele dourado atraente visível através do vidro (temperado!) de um forno doméstico.

Para escritores como Guilherme Studart, “o carioca é, de forma geral, naturalmente aberto a influências externas, e em matéria de gastronomia não poderia ser diferente: ele sempre esteve disposto a experimentar novos paladares”. Diante disso, “o Rio de Janeiro é reconhecidamente um celeiro de invenções gastronômicas e foi palco de diversas criações hoje famosas em todo o país”.

Outros especialistas no tema entendem que a culinária carioca traz consigo pitadas da descontração e da poesia de uma cidade que surgiu às margens da Baía de Guanabara e que ficou conhecida, internacionalmente, através das notas musicais que cantam e que contam o trajeto de uma menina a caminho do mar de Ipanema. E a pergunta registrada em um site de culinária carioca ganha contornos divertidos: “Onde mais poderiam existir pratos com nomes de embaixadores, como o filé Oswaldo Aranha e a sopa Leão Veloso?”.

O Rio de Janeiro, fundado por Estácio de Sá no século XVI, passaria evidentemente pela forte influência portuguesa nos hábitos alimentares da sua população. Exemplo disso é o uso na culinária de pratos à base de bacalhau, como os famosos bolinhos.

Não importa o onde nem o quando: a gastronomia carioca apresenta seus contornos e suas intenções.

Como a tradicional feijoada completa, que para diversos autores teve a sua origem no Rio de Janeiro. Prato símbolo da gastronomia brasileira, tem a sua história associada frequentemente aos escravos. É comum obter a informação de que teria nascido nas senzalas. Essa versão é contestada por aqueles que sinalizam que o alimento destinado aos cativos, em tempos coloniais, era pobre em nutrientes, sendo composto por uma mistura bastante rala de feijão e farinha acrescida, eventualmente, das sobras de carne não utilizadas nas cozinhas da casa-grande.

Para o pesquisador Câmara Cascudo, citado pelas autoras Dolores Freixa e Guta Chaves, a feijoada seria resultado de um prato de cozido europeu feito com feijão branco.

No Brasil, o feijão preto entrou em cena, acrescido de uma variedade de carnes salgadas. Acompanhando a iguaria: farofa, laranja e couve. Pronto. Eis o que se conhece como “feijoada completa”, obviamente bastante diferente do que os escravos dos tempos coloniais tinham à mesa.

Feijoada de tantas histórias que, acredita o escritor Pedro Nava, teve a sua origem, segundo recortes dos jornais de época, entre os apetrechos da cozinha, no fervilhar das panelas, em certo restaurante localizado na Rua General Câmara, no Centro do Rio antigo, pelos idos do século XIX. Restaurante – chamado de “casa de pasto” na época – com preços modestos, frequentado por estudantes e boêmios que acabaram sendo responsáveis pela divulgação do prato que viria a se tornar uma espécie de cartão de visitas da culinária brasileira.

Nem o estabelecimento nem a artéria urbana, conhecida nos idos do século XVIII como Rua do Sabão e desaparecida com a construção da Avenida Presidente Vargas, existem mais. Aliás, dessa via restou uma memória registrada na letra da cantiga de roda: “Cai, cai balão/ Cai, cai balão/ Na Rua do Sabão”. Ah! Mas a receita permanece viva nas cozinhas da cidade, escorregando em paladares.



dadão seria o pertencente à cidade, aquele que exerce o direito político, civil e social na sociedade. No entanto, dentro de uma democracia, a própria definição de direito pressupõe a contrapartida de deveres. Em uma coletividade, os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade.

O escritor Gilberto Dimenstein define que a cidadania “é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. (...) É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta”. Acrescenta que foi uma conquista dura da humanidade o “direito de ter direitos (...)”. Da mesma forma que a anestesia, as vacinas, o computador, (...) o transplante de coração”. Contudo, ressalta que aspectos que podem parecer insignificantes “revelam estágios da cidadania: respeitar o sinal vermelho no trânsito, não jogar papel na rua, não destruir telefones públicos. Por trás desse comportamento, está o respeito à coisa pública”, ou seja, o que é de todos.

No entanto, cidades como o Rio de Janeiro e tantas outras pelo Brasil apresentam grande desigualdade na divisão social do espaço. Há contrastes gritantes entre bairros e residências sofisticados (com todo o conforto e serviços públicos de qualidade) ao lado de outros carentes em tudo.

junglekey.com



Prédios de classe média alta em São Conrado, com a favela da Rocinha ao fundo, retratam o contraste social existente na cidade

A causa básica que explica essa situação é que, “na nossa sociedade, o solo urbano é uma mercadoria, ou seja, algo que se compra e vende”, lembra o professor Ronaldo Goulart Duarte. Por isso, em princípio, o acesso a uma moradia melhor ou pior dependerá do nível de renda das pessoas.

Formalmente, o “direito à moradia” foi estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), cujo artigo 10 diz: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. A escritora Ruth Rocha completa esse pensamento dizendo que “todos devem agir como se fossem irmãos”. E completa dizendo que essa declaração foi aprovada há muito tempo, “mas ainda existem países que não obedecem a esse documento. Para que isso aconteça, é preciso que todos aprendam nas escolas de todo o mundo o conteúdo dessa declaração”.

O artigo 17 diz: “Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros”.

No Brasil, somente a partir da Constituição de 1988 que um capítulo específico para política urbana transforma em lei o direito à moradia.

Os direitos à moradia, ao saneamento básico, à segurança, a uma infraestrutura de transporte são básicos para um cidadão. Viver em uma grande metrópole como o Rio de Janeiro é conviver com a desigualdade na distribuição de recursos e níveis de qualidade de vida diferentes. Aliás, questões que não são apenas da população carioca. São problemas do país.

Afinal, o Rio é uma cidade de poucos? Ou de todos? Quem resolve os muitos problemas da cidade? Muitos deles são resolvidos por órgãos do governo, outros por empresas particulares por ele contratadas. Esses órgãos são responsáveis pela iluminação pública, pela coleta de lixo, pelo abastecimento de água, pela drenagem dos rios, pelo combate a incêndio, etc.

Hoje, todo cidadão consciente sabe: somos iguais perante a lei, tanto em direitos quanto em deveres. O exercício pleno da cidadania exige participação. Discutir problemas, buscar soluções e organizar-se em associações é exercer o direito de cidadão. Denunciar atos de violência, ações de discriminação ou de qualquer tipo é dever do cidadão.

É especialmente importante que a sociedade participe das discussões orçamentárias, acompanhe o andamento das obras e exija a transparência e o bom uso do dinheiro público. Brasileiros ou não. Cariocas ou não. A escolha cabe ao cidadão: ficar de fora e deixar que gerenciem a vida de cada um ou ser o protagonista da própria história. “Oh! Pacato cidadão!/ Eu te chamei a atenção/ Não foi à toa, não.”

Um clique... Na agenda do “por vir”: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016

Quando o sol de cada dia entrar

Chamando por você

Querendo te acordar

Vai ter sempre alguém pra receber

(...) Até você voltar.

Canção pra Quando Você Voltar

Herbert Vianna e Leoni

E você aí? Que na vida segue pelo Rio afora. Que acorda sob a luminosidade do sol carioca, que vai e que volta. Que recebe aquele que vem para esta cidade traduzida em versos pelos poetas e em canções pelos compositores que respiram o ar marinho trazido pelos ventos que sopram da Baía de Guanabara.

Ei, você! Que caminha pelo chão da Cidade Maravilhosa, onde os contrastes e os desafios frequentemente se apresentam. Talvez se pergunte sobre rumos: para onde caminha a cidade do Rio de Janeiro?

Uma cidade que, como outros lugares no mundo, desperta polêmicas. Onde, segundo palavras do professor José Marcio Camargo, os “sentimentos são sempre exacerbados, nunca neutros”.

Em uma cidade em que a principal riqueza é a exuberante beleza natural, que constitui um bem público, e em que nos últimos anos, prossegue, é possível observar “uma mudança importante de percepção e de atitude – tanto da população quanto do poder público – quanto à necessidade de melhorar a segurança e a qualidade de vida em geral”. Isso inclui questões relativas à segurança pública, ponto fundamental para tornar o Rio de Janeiro mais atrativo para investimentos que geram desenvolvimento.

Essa mudança vem sendo percebida pela população de modo geral, pela mídia e pelos seus visitantes. Persistindo essa tendência (aumentando-a, inclusive) para o “por vir”, especialmente no sentido “de criar uma cidade cujo objetivo é o desenvolvimento sustentável, será então possível criar a mística de que o Rio é a cidade da biodiversidade (pois tem uma das maiores florestas tropicais do mundo), do lazer, do esporte aquático, da cultura, da ciência, da tecnologia e do turismo”, conclui José Marcio Camargo.

Rio, cidade de várias faces e muitas interfaces. Pluralidade que abre vários caminhos em direção ao futuro. Qualificações que construiram o perfil necessário para que ela fosse a escolhida para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Uma honra e vários desafios para a cidade “cartão-postal” do país.

Mesmo sendo o país do futebol, os estádios pelo Brasil precisam ser reformados ou construídos. No Rio, o Maracanã, inaugurado em 1950, quando o Brasil sediou pela primeira vez a Copa do Mundo, precisa de adaptações. Será construída uma nova cobertura. O projeto prevê ainda um prédio para estacionamento, acima das linhas da Supervia e do metrô, com cerca de 3.500 vagas.



Projeto do novo estádio do Maracanã para a Copa de 2014, que acontecerá no Brasil



Bonito por natureza, o Rio de Janeiro é o principal destino turístico do Brasil. A Cidade Maravilhosa tem tradição de hospitalidade e de infraestrutura hoteleira preparada para receber grande quantidade de turistas nacionais e estrangeiros. No entanto, há 19 projetos de novos hotéis, que devem ficar prontos a partir de 2011 e aumentarão a capacidade hoteleira em 3.885 leitos.

Porém, o maior desafio para a cidade ao sediar a Copa de 2014 será a mobilidade urbana. Será preciso uma melhoria na infraestrutura para acessibilidade às áreas de expansão urbana, como a Barra da Tijuca; contar com transporte de alta capacidade entre o aeroporto internacional e os principais locais de destino; investir em sistemas de transporte e segurança pública; acelerar a ligação terrestre rápida a São Paulo, entre outras ações.

As exigências da Fifa em relação aos sistemas de transportes estimularam ações iniciadas pelo governo do Rio, como as obras do Arco Metropolitano, com 145km, que integra os eixos rodoviários; a Via Light, que interligará o subúrbio do Rio com a região metropolitana de Nova Iguaçu; os corredores expressos de ônibus; e a expansão e modernização do metrô. Todas as ações planejadas para preparar o Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016 estão interligadas com as da Copa de 2014.

A demanda gerada por eventos esportivos do porte de uma Copa do Mundo ou de uma Olimpíada não para por aí. São necessários também investimentos em infraestrutura logística (como o Porto Maravilha, o trem-bala e a reforma do Aeroporto do Galeão); energética (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e energias renováveis); e social e urbana (programa Luz para Todos, saneamento, habitação, metrô, recursos hídricos).

Sediar eventos esportivos dessa importância gera desafios e deixa legados. Assim como a realização do Pan 2007 deixou para a cidade um Aeroporto Santos Dumont reformado e ampliado, espera-se que, ao término da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, o Rio de Janeiro e seus moradores tenham mais segurança pública, menos desigualdade social, um trân-

sito mais organizado, um sistema aeroportuário e portuário com maior capacidade de atendimento e outras necessidades atendidas.

Um legado e uma herança resultam do esforço e da vontade de todos. “O tempo passa e a vida é tão rara”, como em versos disse o compositor Lenine: “O mundo vai girando/ cada vez mais velloz/ a gente espera do mundo/ o mundo espera de nós”. Afinal, o que se sonha junto fica melhor ainda quando ele chega: o futuro.

“Amanhã/ Está toda a esperança/ Por menor que pareça/ Existe e é pra vicejar/ Amanhã/ Apesar de hoje/ Será a estrada que surge/ Pra se trilhar” (Guilherme Arantes).

Amanhã.

Um clique... Na cidade como cartão- -postal: cantos, recantos, encantos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

Os usuários da internet podem sincronizar seus computadores à Hora Legal Brasileira, que é gerada na Divisão Serviço da Hora com alta precisão, do Observatório Nacional, no Rio de Janeiro.

Citado no site da Federação Nacional dos Engenheiros

E, nesse sentido preciso, e em muitos outros, a “hora é esta”!

Hora, no girar sincopado das engrenagens dos relógios, quando o tempo responde para o tempo quanto tempo o tempo tem. Hora das chegadas e das partidas. Dos temores e dos medos. Das aventuras e das descobertas. O desconhecido além-mar. Das respostas e das perguntas. Hora certa dos encontros e dos reencontros felizes e oportunos.



Hora das letras, hora do agora, zero hora. Hora especialmente carioca: cidade “cartão-postal”.

Hora das escolhas pelos múltiplos caminhos, vislumbrando as estrelas, navegando pelas águas, alcançando as terras, o chão, percorrendo morros, ladeiras, vielas, praças.

Alberto Jacob Filho



Vista da praia de Copacabana, um dos principais cartões-postais da cidade

Hora das poesias e das canções que revelam histórias, como esta de Raul Seixas e Paulo Coelho: “Você me pergunta/ aonde eu quero chegar/ Se há tantos caminhos na vida/ (...) O caminho do fogo é a água/ O caminho do barco é o porto/ (...) O caminho do reto é o torto/ (...) O da nuvem é o espaço/ (...) O do errado é o certo”.

E o “certo”, segundo uma conhecida história infantil, depende frequentemente das escolhas que são feitas. Nesta publicação, elencamos caminhar por histórias traduzidas no “contar”: quando olhamos a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro lá do alto, das estrelas, alcançando-a, depois, através das águas salgadas do Mar Oceano; conhecendo as terras do seu entorno, mergulhando pelo sertão afora, pontuamos os ilustres ou os anônimos que vieram, que viveram (e que vivem) as suas histórias cariocas.

*Na nave língua em que me navego
só me navego eu nave sendo língua
ou me navego em língua, nave e ave.
eu sol me esplendo sendo sonhador
eu esplendor espelho especiaria*

*eu navegante, o antinavegador
de Moçambiques, Goas, Calecutes,
eu que dobrei o Cabo da Esperança
desinventei o Cabo das Tormentas,
eu desde sempre agora nunca mais
cultivo a miração das minhas ilhas.
eu que inventei o vento e a Taprobana,
a ilha que só existe na ilusão,
a que não há, talvez Ceilão, sei lá,
só sei que fui e nunca mais voltei
me derramei e me mudei em mar;
só sei que me morri de tanto amar
na aventura das velas caravelas
em todas as saudades de alguém-mar*

A Voz do Mar
Geraldo Carneiro

Conceitos-chave

- Na mãe natureza
- No mundo virtual
- Na cidade como polo de cinema
- Na cidade como polo de moda
- Na culinária e na gastronomia cariocas: “gostos” e sabores
- No exercício da cidadania: um Rio inteiro com direção
- Na agenda do “por vir”: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016

Para visitar

- Praia de Copacabana
- Lagoa Rodrigo de Freitas
- Praia de Grumari
- Floresta da Tijuca
- Santa Teresa
- Parque Estadual da Pedra Branca



Para usar em sala de aula

- Tendo como base o contorno do mapa da cidade do Rio de Janeiro, montar um painel de fotos e/ou gravuras. O painel destacará cantos e recantos da cidade pesquisados pelos alunos. Cada imagem deve receber uma legenda, destacando um aspecto daquele local.
- A partir de um debate sobre os temas abordados pelo programa, dividir a turma em grupos e distribuir tarefas necessárias à formação de um *Jornal Comunitário*. O jornal será dividido em seções que abordem diferentes aspectos e necessidades da comunidade onde está inserido o bairro da escola e do aluno.

Bibliografia

Livros

CABOCLO, Eliana *et al.* *Gente do Rio, Rio da Gente*. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O Cidadão de Papel*. A Infância, a Adolescência e os Direitos Humanos no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1988.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Estrelas no Céu da Boca*. Escritos sobre Culinária e Gastronomia. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

DUARTE, Ronaldo Goulart. *A Cidade, que Lugar é Esse?*. São Paulo: Editora do Brasil, 2003.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

FILHO, Ângelo Mourão. *Educação Ambiental: Habilidades de Gestão*. Rio de Janeiro: Senai/RJ, 1999.

FREIXA, Dolores; CHAVES, Guta. *Gastronomia no Brasil e no Mundo*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2008.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (org.). *Rio de Janeiro: Cinco Séculos de História e Transformações Urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

PRIORI, Mary Del; VENANCIO, Renato. *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

ROCHA, Ruth; ROTH, Otavio. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Uma Interpretação de Ruth Rocha e Otavio Roth. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1988.

STUDART, Guilherme. *Rio Botequim*. Os Melhores Petiscos e Comidas de Bar. Rio de Janeiro: Memória Brasil Projetos Culturais, 2006.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. *500 Anos da Casa no Brasil*. As Transformações da Arquitetura e da Utilização do Espaço de Moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

Web

BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu Figueiredo. *Cidade: Espaço de Cidadania*. Disponível em: www.rc.unesp.br.

FREITAG, Barbara. *Cidade e Cidadania*. Disponível em: <http://vsites.unb.br>.

MIELE, Luiz Carlos. *Poeira de Estrelas: Histórias de Boemia, Humor e Música*. Disponível em: <http://books.google.com.br>.

SILVA, João Batista Pereira da. *O Exercício da Cidadania*. Disponível em: <http://www.webartigos.com>.

<http://letras.terra.com.br/leoni>

<http://letras.terra.com.br/tom-jobim>

<http://letras.terra.com.br/chico-buarque>

<http://www.vagalume.com.br>

<http://www.tudook.com>

<http://rio-curioso.blogspot.com>

<http://www.ciberduvidas.pt>

<http://passoadiante.wordpress.com>

<http://letras.terra.com.br/marchinhas-de-carnaval>



<http://cifrantiga3.blogspot.com>
<http://www.firjan.org.br>
<http://ffw.com.br>
<http://www.fne.org.br>
<http://letras.terra.com.br/raul-seixas>
<http://www.geraldocarneiro.com>
<http://www.culturabrasil.pro.br>
<http://letras.terra.com.br/rita-lee>
<http://letras.terra.com.br/claudio-e-buchecha>
<http://letras.terra.com.br/joyce>
<http://letras.terra.com.br/beto-guedes>
<http://www.letras.com.br/gilberto-gil>
<http://letras.terra.com.br/skank>
<http://letras.terra.com.br/gabriel-pensador>
<http://www.dc.mre.gov.br>
<http://obras.rio.rj.gov.br>
<http://www.curtacinema.com.br>
<http://festivaldoriorio.com.br>
<http://www.animamundi.com.br>
<http://www.copa2014.org.br>
<http://letras.terra.com.br/guilherme-arantes>
<http://www.brasil.gov.br>

Músicas citadas e seus autores

Fotografia – Leoni e Leo Jaime

Fotografia – Tom Jobim

Gita – Raul Seixas e Paulo Coelho

Al Otro Lado Del Rio – Jorge Drexler

O Sal da Terra – Beto Guedes e Ronaldo Bastos

Clareana – Joyce Moreno e Maurício Maestro

Pela Internet – Gilberto Gil

O Rio no Cinema – Dudu Botelho, Miudinho, Anderson Benson e Luiz Pião

Flagra – Rita Lee e Roberto de Carvalho

Coisa de Cinema – Claudinho e Buchecha

Chiquita Bacana – Braguinha e Alberto Ribeiro

Feijoada Completa – Chico Buarque de Holanda

50 Receitas – Leoni e Leo Jaime

Cai, Cai Balão – Cantiga de roda

Que nem Jiló – Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira

Pacato Cidadão – Samuel Rosa e Chico Amaral

Canção pra Quando Você Voltar – Herbert Vianna e Leoni

Caminhos – Raul Seixas e Paulo Coelho

Paciência – Lenine e Dudu Falcão

Amanhã – Guilherme Arantes

Dançando com a Vida – Gabriel o Pensador e Sandra de Sá



Cantos, recantos e encantos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

Em cada capítulo desta publicação, indicamos locais a serem visitados em nossa cidade. Aqui, eles aparecem em ordem alfabética e com informações mais detalhadas.

Academia Brasileira de Letras

A ABL foi fundada no Rio de Janeiro em 20 de julho de 1897 por escritores como Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Inglês de Sousa, Olavo Bilac, Graça Aranha, Medeiros e Albuquerque, Joaquim Nabuco, Teixeira de Melo, Visconde de Taunay e Rui Barbosa. Composta por 40 membros efetivos e perpétuos e por 20 sócios estrangeiros, tem por finalidade o cultivo da língua portuguesa e da literatura brasileira.

Em 1923, o governo francês doou à Academia o prédio do Pavilhão Francês, edificado para a Exposição do Centenário da Independência do Brasil e uma réplica do Petit Trianon de Versalhes.

Essas instalações, tombadas pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac), abrigam reuniões regulares, sessões solenes comemorativas e de posse dos novos acadêmicos, assim como o tradicional chá das quintas-feiras. Podem ser conhecidos pelo público em visitas guiadas ou em programas culturais.

Endereço: Avenida Presidente Wilson, 203, Centro

Aqueduto da Carioca (Arcos da Lapa)

Em 1721, o primeiro protótipo do aqueduto ficou pronto, ligando os morros de Santa Teresa e de Santo Antônio e trazendo as águas do Rio Carioca para o chafariz de mesmo nome. Entretanto, não resistiu por muito tempo, pois era feito de madeira. Em 1744, começaram os reparos com pedras e óleo de baleia, demorando seis anos para a obra ser concluída.

Endereço: Largo da Lapa, s/nº, Lapa

Arquivo Nacional

Em 2 de janeiro de 1838, foi criado o Arquivo Público do Império, com a finalidade de guardar os documentos públicos. Funcionava no edifício do Ministério do Império, na Rua da Guarda Velha, atual Treze de Maio. Em 2004, o Arquivo Nacional foi transferido para sua nova sede, na Praça da República.

Endereço: Praça da República, 173, Centro

Biblioteca Nacional

Com a transposição da Biblioteca da Ajuda de Lisboa para o Rio de Janeiro, foi criada a Real Biblioteca, depois Biblioteca Imperial e Pública da Corte. Em 1876, recebeu o nome de Biblioteca Nacional, que permanece até hoje. O prédio atual foi construído entre 1905 e 1910 pelo arquiteto Francisco Marcellino de Souza Aguiar, com projeto do francês Hector Pépin. Seu aspecto externo mistura algo semelhante a um templo grego ou romano (seis colunas e um frontão) com componentes de *art nouveau*. É um prédio monumental, com o saguão de entrada de frente para a Cinelândia e toda a decoração em vitrais franceses. É a maior da América Latina, com um acervo de dez milhões de volumes, entre os quais milhares de obras raras trazidas de Portugal por D. João, em 1808.

Endereço: Avenida Rio Branco, 219, Centro

Catedral

Nos primeiros 38 anos de sua história, instalou-se na igrejainha que o governador Salvador de Sá mandou fazer de telha-vã, com três naves, no Morro do Castelo, e que foi demolida em 1922, quando acabou o desmonte do morro.

Em 1734, a catedral foi transferida para a Igreja de Santa Cruz dos Militares e, três anos depois, para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, onde ficou até a chegada da família real portuguesa.

Em 1808, o príncipe regente de Portugal fez da Igreja Nossa Senhora do Carmo, na Praça Quinze de Novembro, sua capela real, que, algum tempo depois, foi elevada à categoria de catedral. Muito mais tarde, em 20 de janeiro de 1964, a pedra fundamental do prédio da nova catedral foi lançada e abençoada por Dom Jaime de Barros Câmara.

Endereço: Avenida Chile, 245, Centro

Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ

Inaugurado em 1995, é um centro de popularização da ciência que explora as diversas áreas do conhecimento através de linguagens variadas – teatro, exposições, música, oficinas, cursos, palestras, seminários e audiovisual. O grande desafio tem sido motivar o público a fazer suas próprias descobertas a partir de atividades que o convidem a buscar respostas e provoquem a sua curiosidade.

Endereço: Rua Lauro Müller, 3, Botafogo

Chafariz do Caminho da Glória

O chafariz foi construído em 1772 no antigo cais e boqueirão da Glória, atual Rua da Lapa, junto à encosta do Morro do Desterro, hoje Santa Teresa. Era a gestão de D. Luiz de Almeida Portugal Soares d'Eça Mello Silva Mascarenhas.

Endereço: Rua da Glória, 156, Glória

Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro

A história do Convento de Santo Antônio começou em 1592, quando chegaram ao Rio de Janeiro os primeiros frades franciscanos. Em 1607, ganharam a posse de um morro, atualmente conhecido como Morro de Santo Antônio, no qual começaram a construção do convento.

Endereço: Largo da Carioca, s/nº, Centro

Cristo Redentor

No dia 7 de julho de 2007, o monumento do Cristo Redentor, localizado no Morro do Corcovado e inaugurado em 12 de outubro de 1931, foi

eleito Maravilha do Mundo. A estátua possui 38 metros de altura e pesa 1.145 toneladas.

O acesso ao topo do Morro do Corcovado pode ser feito por estrada asfaltada ou pela centenária Estrada de Ferro do Corcovado, inaugurada pelo imperador D. Pedro II em 1884. Funcionava com máquina a vapor até 1910, quando houve a substituição pela elétrica. Na subida, é possível apreciar a Floresta da Tijuca, a maior floresta urbana do mundo.

Até 2005, os visitantes do Corcovado precisavam subir 222 degraus para chegar aos pés da estátua do Cristo; hoje em dia, o trajeto pode ser feito por elevadores e uma escada rolante.

Endereço: Parque Nacional da Tijuca, com acesso pela Estrada de Ferro Corcovado, na Rua Cosme Velho, 513

Edifício Gustavo Capanema

O Edifício ou Palácio Capanema, construído entre 1936 e 1945, é um dos primeiros exemplares da arquitetura moderna no Brasil. O projeto, inspirado por Le Corbusier, era liderado por Lucio Costa e contava com uma equipe de jovens arquitetos composta por Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Jorge Moreira, Affonso Eduardo Reidy e Ernani Vasconcellos.

É conhecido como o prédio do MEC, pois funcionou como sede do Ministério de Educação e Cultura. Na transferência da capital para Brasília, passou a se chamar Palácio da Cultura. O nome atual (desde 1985) é uma homenagem ao ministro que, na época, ordenou sua construção.

O prédio de 16 andares abriga importantes peças de escultura de Celso Antônio, na escada e na parede externa do auditório; e de Alfredo Ceschiatti, nos jardins. Há também obras de Guignard e Pancetti. Ocupa uma área de 27.536 metros quadrados, com amplo jardim externo e jardim suspenso, ambos projetados por Roberto Burle Marx, e com azulejos decorados por Candido Portinari.

Endereço: Rua da Imprensa, 16, Centro

Escola de Música da UFRJ

Em 1841, com vistas à formação de artistas e professores, a Sociedade Beneficente Musical, criada por Francisco Manuel da Silva, solicitou ao governo imperial autorização para criar um Conservatório de Música, que foi inaugurado em 1848, instalado em um salão do Museu Imperial. Após a Proclamação da República, em 1889, o conservatório deu lugar ao Instituto Nacional de Música, que, em 1913, passou a funcionar no endereço que mantém até hoje. Em 1931, o Instituto foi incorporado à Universidade do Rio de Janeiro e, seis anos depois, recebeu o nome de Escola Nacional de Música. Em 1965, passou a chamar-se Escola de Música da UFRJ.

Endereço: Rua do Passeio, 98, Centro

Espaço Cultural da Marinha

A data de criação é 20 de janeiro de 1996, nas antigas Docas da Alfândega. Além de uma sala de exposições temporárias, oferece os módulos expositivos Galeota D. João VI (História da Navegação), Arqueologia Subaquática e Coleção Alves Câmara (Embarcações Regionais).

Atracados ao cais, estão o navio-museu Bauru, contratorpedeiro-escolta que participou da Segunda Guerra Mundial, e o submarino-museu Riachuelo.

Endereço: Avenida Alfred Agache, s/nº, Centro

Estádio Mário Filho, o Maracanã

Em 16 de junho de 1950, o estádio municipal do Maracanã foi inaugurado para o Brasil sediar a Copa do Mundo. “Maracanã” vem do tupi-guarani e significa “semelhante a um chocalho”. Antes da construção do estádio, existia no local grande quantidade de aves vindas do Norte do país

chamadas maracanã-guaçu, que emitiam sons semelhantes ao de um chocalho.

O nome oficial, Mário Filho, é uma homenagem ao jornalista que foi o grande incentivador do projeto.

O estádio recebe visitas guiadas com meia-entrada para estudantes e gratuidade para idosos e deficientes, sem agendamento, exceto para escolas.

Endereço: Rua Professor Eurico Rabelo, s/nº

Fortaleza da Conceição

A fortaleza foi construída no Morro da Conceição, em 1743, para defender a cidade, traumatizada com a invasão de Duguay-Trouin. A ideia era instalar os canhões em um local bem alto para proteger, nessa época, a faixa litorânea que ia do Valongo até o antigo cais do porto (Praça Mauá).

Endereço: Rua Major Daemon, 81,
Morro da Conceição, Saúde

Fortaleza de Santa Cruz

É uma das sete fortalezas e fortes de Niterói, tendo sido a primeira a ser erguida em volta da Baía de Guanabara, em 1555.

Endereço: Estrada General Eurico Gaspar Dutra, s/nº,
Jurujuba, Niterói

Fortaleza de São João

A primitiva Fortaleza de São João foi erguida em 1565. Atualmente, lá funcionam o Centro de Capacitação Física do Exército e a Escola Superior de Guerra.

Endereço: Avenida João Luis Alves, s/nº, Urca

Fortaleza de São José da Ilha das Cobras

Localiza-se na Ilha das Cobras, no interior da Baía de Guanabara, no Centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. Sua construção começou em 1624.

Endereço: Ilha das Cobras, Centro

Forte de Copacabana

No início do século XX, dada a vulnerabilidade da então capital da República à artilharia embarcada, decidiu-se pela construção da grande fortificação em Copacabana, que aconteceu em 1908. Porém, o Forte de Copacabana propriamente só foi inaugurado em 1914, considerado, à época, a mais moderna praça de guerra da América do Sul e um marco para a engenharia militar de seu tempo.

Em 1919, com a venda pela Mitra do terreno ao lado, a antiga igrejinha que remontava à primeira metade do século XVIII, foi demolida para dar lugar ao Quartel de Paz, concluído em 1920.

Endereço: Praça Coronel Eugênio Franco, 1, Ipanema

Fundação Oswaldo Cruz

Em 1900, foi inaugurado o Instituto Soroterápico Federal com o objetivo de fabricar soros e vacinas contra a peste bubônica, tendo como diretor técnico o jovem bacteriologista Oswaldo Cruz. Em 1903, nomeado diretor-geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz promoveu memoráveis campanhas de saneamento, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, que na época foi assolada por surtos e epidemias de peste bubônica, febre amarela e varíola.

Em 1908, a instituição ganhou o nome de seu diretor, que mantém até hoje. Após a Revolução de 30, o instituto foi transferido para o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública,

época em que as campanhas de saneamento capitaneadas pelo sanitarista passaram a atingir o interior do país, colaborando de forma decisiva para o desenvolvimento nacional. Nas décadas de 1950 e 1960, o instituto defendeu o movimento para a criação do Ministério da Ciência e a transferência do setor de pesquisa para o novo órgão. No entanto, o Ministério da Educação e Saúde Pública priorizava a produção de vacinas. Essa polêmica culminou no Massacre de Manguinhos, em 1970, com a cassação dos direitos políticos e a aposentadoria de renomados pesquisadores.

Em 1970, foi instituída a Fundação Oswaldo Cruz, congregando, inicialmente, o então Instituto Oswaldo Cruz, a Fundação de Recursos Humanos para a Saúde (posteriormente, Escola Nacional de Saúde Pública, ENSP) e o Instituto Fernandes Figueira (IFF). As demais unidades que hoje compõem a Fiocruz foram incorporadas ao longo dos anos.

Endereço: Campus Sede: Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos

Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência

Localizada junto ao Convento de Santo Antônio, no morro de mesmo nome, foi construída entre 1657 e 1733, em uma obra que sofreu várias interrupções.

Endereço: Largo da Carioca, s/nº, Centro

Igreja de Nossa Senhora da Candelária

A igreja paróquia da Candelária (construída em 1609) foi reformada em 1710 e sofreu obras para ampliação em 1775, sob o comando do engenheiro português sargento-mor Francisco João Roscio.

Endereço: Praça Pio X, Centro

Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro

A igreja tem origem em uma pequena ermida do século XVII construída em um terreno doado à Irmandade da Glória em 1699 por Cláudio do Amaral Gurgel. A historiografia registra controvérsias quanto à autoria e à data da construção do templo definitivo. Porém, a versão mais aceita é a de que foi inaugurada em 1739.

Endereço: Praça Nossa Senhora da Glória, 135, Glória

Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores

Construção iniciada em 1747 e terminada em 1750. O culto a Nossa Senhora da Lapa foi trazido de Portugal. Os comerciantes da região da Rua do Ouvidor, impedidos de frequentar a Igreja de Santa Cruz dos Militares, tiveram a iniciativa de construir esse templo, que antes era chamado de Nossa Senhora da Lapa dos Mascates.

Endereço: Travessa do Comércio, 23, Centro

Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso

Faz parte do conjunto arquitetônico da Santa Casa de Misericórdia. É originária de uma pequena capela que já existia desde 1585. A fachada atual data de 1780.

Endereço: Rua Santa Luzia, 206, Centro

Igreja de Nossa Senhora de Montserrat

Em 1633, teve início a construção da igreja, que faz parte do Complexo do Mosteiro de São Bento.

Endereço: Rua Dom Gerardo, 68, Centro

Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo

A construção foi iniciada em 1754, e a igreja funcionou como sede episcopal da diocese até 1976, quando foi concluída a nova Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, razão pela qual também é referida como Antiga Sé.

Endereço: Rua Primeiro de Março, s/nº, Centro

Igreja de Santa Cruz dos Militares

Nas ruínas do Forte de Santa Cruz, foi instalada uma capela pela Irmandade de Santa Cruz, em 1623, que, depois de cinco anos de obras, transformou-se em sólida igreja.

Endereço: Rua Primeiro de Março, 36, Centro

Igreja de Santa Luzia

Construída em 1752, a igreja é mais um dos marcos do Rio de Janeiro. Já assistiu a transformações radicais no ambiente à sua volta. Ao ser erguida, no século XVIII, ficava à beira-mar, junto à encosta do Morro do Castelo.

Endereço: Rua Santa Luzia, 490, Centro

Igreja de São Francisco de Paula

A Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula foi fundada no Rio em 1752, tendo a pedra fundamental da igreja sido lançada em 1759, no antigo Largo da Sé Nova, atual Largo de São Francisco de Paula.

Endereço: Largo de São Francisco de Paula, s/nº, Centro

Igreja de São José

Fica ao lado do Palácio Tiradentes e do Paço Imperial, a poucos metros da Igreja do Carmo. Teve suas obras iniciadas em 1808 e finalizadas 34 anos depois. Seus sinos são conhecidos como os mais sonoros da cidade.

Endereço: Avenida Presidente Antonio Carlos, s/nº, Centro

Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia

Localizado no Largo de Santa Rita, esquina com a Rua Miguel Couto, o templo desafia, com sua singela e bela fachada, a grandeza dos edifícios locais. É um confronto harmonioso entre o estilo barroco-rococó do século XVIII e o arrojo da arquitetura moderna.

Endereço: Largo de Santa Rita, s/nº, Centro

Ilha Fiscal

Chamada de Ilha dos Ratos até 1882, entrou para a história em 9 de novembro de 1889, por ter sediado o chamado “Último Baile do Império”. Diariamente, em três visitas guiadas, são mostrados o castelo em estilo gótico, seus salões, o torreão e as exposições permanentes.

Endereço: Avenida Alfredo Agache, s/nº, Centro

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Fundado a 21 de outubro de 1838, é a mais antiga e tradicional entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de Ciências Sociais do Brasil. Sua criação, juntamente com a do Arquivo Público do Império e a da Academia Imperial de Belas Artes, integrou

o esforço das forças políticas e dos intelectuais para a construção de um Estado imperial centralizado e forte.

Contou com o patronato do imperador D. Pedro II, a quem foi dado o título de protetor. Este incentivou e financiou pesquisas, fez doações valiosas, cedeu sala no Paço Imperial para a sede do instituto, em seus passos iniciais, e presidiu mais de 500 sessões.

Endereço: Avenida Augusto Severo, 8, 9^o/13^o andar, Glória

Instituto Moreira Salles

Fundado em 1990 pelo embaixador e banqueiro Walther Moreira Salles, o Instituto Moreira Salles conta com um acervo de cerca de 550 mil fotografias, 100 mil músicas (entre as quais, 25 mil gravações digitalizadas), uma biblioteca com 400 mil itens (quase 90 mil deles catalogados) e uma pinacoteca com mais de três mil obras. Entre as coleções desse conjunto, mantido por meio das mais modernas técnicas de restauração e conservação, destacam-se as de Marc Ferrez, Marcel Gautherot, José Medeiros, José Ramos Tinhorão, Humberto Franceschi, Pixinguinha, Décio de Almeida Prado e Ana Cristina Cesar.

Endereço: Rua Marquês de São Vicente, 476, Gávea

Jardim Botânico

O príncipe regente D. João criou, no antigo “Engenho da Lagoa”, pertencente a Rodrigo de Freitas, o Jardim de Aclimação, com a finalidade de aclimatar especiarias oriundas das Índias Orientais, como: noz-moscada, canela e pimenta-do-reino. No mesmo ano, o local recebeu o nome de Real Horto. Sua direção foi entregue ao Marquês de Sabará (João Gomes da Silveira Mendonça), entendedor de botânica e diretor da Fábrica de Pólvora criada ao lado. Com o nome de Real Jardim Botânico, foi aberto à visita

pública em 1822. Posteriormente, passou a se chamar Imperial Jardim Botânico e, hoje, Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Endereço: Rua Jardim Botânico, 1.008, Jardim Botânico

Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro

Fundado em 1590 por monges vindos da Bahia, o mosteiro beneditino do Rio de Janeiro foi construído a pedido dos próprios habitantes da recém-fundada cidade de São Sebastião.

Endereço: Rua Dom Gerardo, 68, Centro

Museu Cartográfico do Serviço Geográfico do Exército

Ocupa duas salas de um prédio histórico que abrigou, de 1702 a 1905, a residência do bispo do Rio de Janeiro, recebendo o nome de Palácio Episcopal da Conceição. Foi adquirido da Mitra pelo Ministério da Guerra em 1923. Lá, estão expostos mapas, fotografias e instrumentos como bússolas, lunetas e teodolitos utilizados em levantamentos topográficos, compondo a evolução da cartografia no Brasil.

Endereço: Rua Major Daemon, 81, Morro da Conceição, Centro

Museu da Chácara do Céu

Projetada pelo arquiteto moderno Wladimir Alves de Souza, a casa oferece vista panorâmica (360°) da Baía de Guanabara e do Centro da cidade.

Endereço: Rua Murinho Nobre, 93, Santa Teresa

Museu da Vida

Museu científico interativo que discute os temas ligados à vida, oferece vários espaços interliga-

dos pelo “trenzinho da ciência”. Tem como objetivo informar e educar em ciência, em saúde e em tecnologia, de forma lúdica e criativa, por meio de exposições permanentes, atividades interativas, multimídia, teatro e laboratórios.

Endereço: Avenida Brasil, 4.365, Mangunhos

Museu de Arte Moderna

Em 1948, foi assinada a ata inaugural do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, tendo como seu presidente Raymundo de Castro Maya. O pós-guerra favoreceu a aquisição de obras de artistas europeus para o museu, tais como: Pablo Picasso, Ben Nicholson, Wassily Kandinsky, Paul Klee e Salvador Dalí.

A exposição inaugural Pintura Europeia Contemporânea abriu na sede do Banco Boavista, onde o museu se instalou provisoriamente. Em 1952, mudou para o Palácio Gustavo Capanema e, depois, para sua sede atual, projetada por Affonso Eduardo Reidy e com jardins de Roberto Burle Marx.

Em 1955, começou a funcionar a Cinemateca do Museu, e, três anos depois, concluiu-se a construção do Bloco Escola, que passou a ser a sede do museu. As exposições de Alexander Calder, Georges Mathieu e Lygia Clark e os cursos de Ivan Serpa e John Friedlander transformaram o MAM em foco de transformação artística e na sede do neoconcretismo.

Endereço: Avenida Infante Dom Henrique, 85, Parque do Flamengo

Museu de Astronomia e Ciências Afins

A instituição de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia foi criada em 1985 e trabalha prioritariamente com preservação, com divulgação da memória científica nacional e com projetos desenvolvidos nas áreas de História da Ciência, Museologia e Educação em Ciências.

Endereço: Rua General Bruce, 586, São Cristóvão

Museu de Ciências da Terra

Possui um vasto acervo de minerais, rochas, fósseis e meteoritos, fruto do trabalho de vários cientistas e pesquisadores que passaram pelo Serviço Geológico, extinto em 1934 e posteriormente sucedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral. Sua principal atração, atualmente, são os fósseis de dinossauros brasileiros.

Endereço: Avenida Pasteur, 404, Urca

Museu do Índio

Instituição governamental que trabalha a preservação das tradições dos povos indígenas e o respeito pela diversidade étnica, zelando pela afirmação da cultura de cada um dos 270 grupos que vivem hoje no Brasil.

A construção, de 1880, é sede de um dos mais importantes acervos de povos indígenas da América Latina. Sua biblioteca possui 50 mil imagens, entre fotos, filmes, vídeos e 200 registros sonoros.

Endereço: Rua das Palmeiras, 55, Botafogo

Museu do Transporte

Um trabalho de pesquisa minucioso feito pelo médico e cravista Roberto de Regina frutificou em uma viagem histórica no tempo e conta a trajetória dos transportes no mundo.

O acervo compõe-se de réplicas em miniatura produzidas em papel e plástico. São navios e transatlânticos, como o Titanic, um grande diorama, com trens e bondes antigos em movimento, os dirigíveis Graf Zeppelin e Hindenburg, além de ônibus e carros.

Endereço: Estrada do Mato Alto, 6.024, Barra de Guaratiba

Museu Histórico da Fortaleza de São João

Sua iconografia está assentada em 18 painéis que retratam a História, desde as Grandes Na-

vegações ao reinado de Pedro II. Mostram, também, as reformas das fortalezas do Rio de Janeiro, o Cinturão Defensivo da Entrada da Barra e, por fim, a história da Fortaleza de São João, no contexto da cidade do Rio de Janeiro, desde sua fundação. Um documentário multimídia, de 20 minutos, completa a aula de História.

Endereço: Avenida João Luis Alves, s/nº, Urca

Museu Histórico Nacional

Criado em 1922, é um dos mais importantes museus do Brasil, reunindo um acervo de mais de 287.000 itens, entre os quais a maior coleção de numismática da América Latina.

O conjunto arquitetônico que abriga o museu se desenvolveu a partir do Forte de Santiago, na Ponta do Calabouço, que foi um dos pontos estratégicos para a defesa da cidade do Rio de Janeiro.

Endereço: Praça Marechal Âncora, s/nº, Centro

Museu Nacional de Belas Artes

Criada em 1816 pela Missão Artística Francesa, chefiada pelo pintor Joaquim Lebreton, a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios funcionou inicialmente na Avenida Passos, no prédio em estilo neoclássico projetado por Grandjean de Montigny. Após a demolição, seu frontão foi colocado no Jardim Botânico.

A República construiu uma nova sede para a então Escola de Artes e Ofícios na recém-inaugurada Avenida Central (1905). O prédio abrigou, a partir de 1937, o Museu Nacional de Belas Artes. O projeto de Adolfo Morales de los Rios é um dos mais importantes do estilo eclético da cidade, em moda na época. Sua fachada principal é inspirada na fachada ocidental do Museu do Louvre, em Paris.

Endereço: Avenida Rio Branco, 199, Centro

Museu Nacional/UFRJ

Atualmente vinculado ao Ministério da Educação, é a mais antiga instituição científica do Brasil e o maior museu de História Natural e Antropologia da América Latina. Foi criado por D. João VI em 1818, inicialmente sediado no Campo de Santana com o nome de Museu Real. Em 1946, foi incorporado à Universidade do Brasil e, hoje, integra a estrutura acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Endereço: Quinta da Boa Vista, São Cristóvão

Museu Naval

Instalado em um prédio de mais de cem anos, oferece a exposição permanente *O Poder Naval na Formação do Brasil*, que ocupa sete salas do pavimento térreo. Integram o acervo: maquetes de navios, obras de arte, canhões resgatados de navios naufragados, figuras de proa e medalhas. O acervo é enriquecido com recursos interativos de som e imagem.

Endereço: Rua Dom Manuel, 15, Praça Quinze de Novembro, Centro

Paço Imperial

A origem do prédio data de 1699, quando a Casa da Moeda foi construída para fundir o ouro proveniente das Minas Gerais. Seu primeiro habitante foi o governador Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, que fez obras no prédio, aproveitando os edifícios preexistentes no local, a Casa da Moeda e o Armazém D'El Rey, e acrescentando dois pisos novos, que resultaram em uma sóbria construção em alvenaria caiada de branco, com molduras nas janelas em pedra de cantaria, tendo vários pátios por onde se fazia a circulação. Outras transformações foram feitas mais tarde, para abrigar a família real.

Após a Independência do Brasil, o local ganhou o nome de Paço Imperial. Em seu interior, o Pá-

tio dos Arqueiros, mantém a decoração em estuque original da década de 1840. Foi no Paço que, a 9 de janeiro de 1822, aconteceu o Dia do Fico e onde, também, a Princesa Isabel assinou, no dia 13 de maio de 1888, a Lei Áurea.

Endereço: Praça Quinze de Novembro, 48, Centro

Palácio do Catete

Na segunda metade do século XIX, Antonio Clemente Pinto, Barão de Nova Friburgo, veio residir na cidade do Rio de Janeiro, onde construiu um palácio que, com a sua morte, passou para o filho Antonio Clemente Pinto. Depois de quase ter sido transformado em hotel, foi incorporado ao patrimônio da União, em 1896. Nesse mesmo ano, durante a presidência de Prudente de Moraes, entrou novamente em reforma visando a sua adaptação às funções de sede do Poder Executivo da República. No dia 24 de fevereiro de 1897, inaugurou-se o Palácio Presidencial (que então passaria a ser chamado pela imprensa de Palácio do Catete ou, simplesmente, Catete).

Endereço: Rua do Catete, 13, Flamengo

Palácio do Itamaraty

De grande valor histórico e artístico, é uma construção de 1851, de autoria de Francisco José da Rocha, Conde de Itamaraty. Foi sede do governo republicano entre 1889 e 1898 e sede do Ministério das Relações Exteriores de 1899 a 1970. Os jardins e o lago internos são de autoria de Jacinto Rebelo, como também o projeto do edifício principal do palácio, em estilo neoclássico, simétrico e de nobres proporções. Abriga, hoje, o Museu Histórico e Diplomático, o Arquivo Histórico e a Mapoteca. Funciona, no Palácio do Itamaraty, a mais completa biblioteca de referência das Nações Unidas no Brasil.

Endereço: Avenida Marechal Floriano, 196, Centro

Palácio Pedro Ernesto

Construído entre 1919 e 1923, no contexto da instalação e do desenvolvimento histórico da Primeira República, faz parte de um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos da cidade. O projeto é do arquiteto Heitor de Mello e foi desenvolvido, após a sua morte, por Archimedes Memória e Francisco Couchet. Seu estilo arquitetônico é definido como eclético, pois mistura elementos das concepções dos estilos neoclássicos denominados Luís XIV e Luís XV, que também inspiraram a Ala Lescot do Louvre. Hoje, abriga a Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Endereço: Praça Floriano, s/nº, Cinelândia

Palácio Tiradentes

A primeira construção data de 1640 e possuía no seu piso inferior a chamada “Cadeia Velha”, onde eram abrigados os presos do período colonial e onde também esteve preso, por três anos, o inconfidente Joaquim José da Silva Xavier.

O prédio do parlamento imperial foi demolido em 1922 e deu lugar ao Palácio Tiradentes, projetado, em estilo eclético, por Archimedes Memória e Francisco Couchet e inaugurado em maio de 1926.

Com a instauração do Estado Novo, em 1937, o Palácio Tiradentes passou a ser a sede do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e, com o fim do Estado Novo, voltou a abrigar a Câmara dos Deputados.

Em 1960, a capital federal mudou-se para Brasília, e a cidade do Rio de Janeiro passou à qualidade de estado da Guanabara. O Palácio Tiradentes, então, acolheu a Assembleia Legislativa do estado da Guanabara, chamada Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a partir da fusão, em 1975. O local oferece aos visitantes uma exposição multimídia permanente, intitulada *Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Poder Legislativo*.

Endereço: Rua Primeiro de Março, s/nº, Centro

Pão de Açúcar

A vista da Baía de Guanabara, considerada uma das paisagens mais belas do mundo, era o atrativo que levava curiosos e alpinistas a escalar o Pão de Açúcar, já em fins do século XIX. Em 1912, começou a funcionar o bondinho, em duas rotas: uma ligando a base do Morro da Babilônia ao Morro da Urca, e outra ligando o Morro da Urca ao pico do Pão de Açúcar. O tempo médio do percurso total é de três minutos.

Endereço: Avenida Pasteur, 520, Urca

Passeio Público

Localizado entre a Lapa e a Cinelândia, é o primeiro parque ajardinado do Brasil, tendo sido projetado por um dos maiores artistas do período colonial brasileiro: Mestre Valentim da Fonseca e Silva. Erguido em 1783, o Passeio Público foi o grande ponto de encontro da população carioca nos séculos XVIII e XIX.

Pavilhão de São Cristóvão

O pavilhão, criação do arquiteto Sérgio Bernardes, foi inaugurado nos anos 1960, tendo abrigado o Salão do Automóvel, feiras industriais e a Expositec, entre outros eventos. Ficou fechado até 2003, quando passou a ser utilizado pela Feira de São Cristóvão e, depois de uma reforma, passou a ser chamado de Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas.

Endereço: Campo de São Cristóvão, s/nº,
São Cristóvão

Real Gabinete Português de Leitura

Em 1837, um grupo de 43 imigrantes portugueses do Rio de Janeiro resolveu criar uma biblioteca para ampliar os conhecimentos de seus

sócios e dar oportunidade aos portugueses residentes na então capital do Império de ilustrar o seu espírito. Surgiu, assim, o Real Gabinete.

Endereço: Rua Luís de Camões, 30, Centro

Sala Cecília Meireles

A tradicional e conceituada casa de concertos de música de câmara ganhou esse nome em homenagem à poetisa (e pianista amadora) Cecília Meireles.

O edifício foi erguido em fins do século XIX, tendo funcionado originalmente como um hotel, com o nome de Grande Hotel da Lapa, o qual hospedou importantes fazendeiros e políticos da República Velha. Em 1948, o prédio foi reformado, transformando-se em um cinema, com o nome de Cine Colonial.

Dois décadas mais tarde, visando à criação de um espaço para a música erudita, em particular a música de câmara, o antigo cinema deu lugar à Sala Cecília Meireles.

O edifício foi restaurado sob a gestão do governador Marcello Alencar, quando recebeu tratamento acústico e ganhou um novo auditório, denominado Auditório Guiomar Novaes, para pequenos concertos, e o Espaço Ayres de Andrade, para a realização de coquetéis.

Endereço: Largo da Lapa, 47, Lapa

Sambódromo

A Passarela Professor Darcy Ribeiro, popularmente conhecida como Sambódromo, é um projeto do arquiteto Oscar Niemeyer. Foi implantado durante o primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987), para dotar a cidade de um equipamento urbano permanente para a exibição do tradicional espetáculo do desfile das escolas de samba.

Inaugurado em 1984, com estrutura em peças pré-moldadas de concreto, possui cerca de 390 metros de comprimento e capacidade para 75.000 pessoas.

Além de abrigar o desfile das escolas de samba, a passarela já foi palco de shows de bandas estrangeiras, cultos evangélicos, entre outros eventos. Nos Jogos Olímpicos de 2016, vai sediar a final da maratona e do tiro com arco.

Endereço: Rua Marquês de Sapucaí, Cidade Nova

Teatro João Caetano

Inaugurado em 1813, foi palco da promulgação da primeira Constituição Brasileira, em 1824, quando pegou fogo durante a solenidade. Reconstruído e reinaugurado por D. Pedro I, em 1826, doze anos depois foi arrendado por João Caetano, um dos maiores artistas do século XIX, destruído, novamente, pelo fogo e reconstruído. Em 1929, depois de demolido, teve nova reconstrução, em estilo *art déco*, e, finalmente, em 1986 passou por uma outra obra, ganhando a forma atual.

Endereço: Praça Tiradentes, s/nº, Centro

Theatro Municipal

Em 1894, o autor teatral Artur Azevedo lançou uma campanha para que um teatro fosse construído como sede de uma companhia municipal, a ser criada nos moldes da Comédie Française. A campanha resultou em uma lei municipal que determinou a construção do Theatro Municipal. A lei, no entanto, não foi cumprida, apesar da existência de uma taxa para financiar a obra, que

nunca foi utilizada para a construção do teatro.

Somente em 1903, o prefeito Pereira Passos retomou a ideia e, a 15 de outubro de 1903, lançou um edital com um concurso para a apresentação de projetos para a construção do teatro. Os dois primeiros colocados ficaram empatados: o “Áquila”, pseudônimo do engenheiro Francisco de Oliveira Passos, e o “Isadora”, pseudônimo do arquiteto francês Albert Guilbert, vice-presidente da Associação dos Arquitetos Franceses.

O resultado desse concurso foi motivo para uma longa polêmica na Câmara Municipal, acompanhada pelos principais jornais da época, em torno da verdadeira autoria do projeto “Áquila”, que se dizia feito pela seção de arquitetura da prefeitura, e do suposto favoritismo de Oliveira Passos, pelo fato de ser filho do prefeito, entre outros argumentos.

Como decisão, resolveu-se pela fusão dos dois projetos. Feitas as alterações, a 2 de janeiro de 1905, o prédio começou a ser erguido, com a colocação da primeira das 1.180 estacas de madeira de lei sobre as quais se assenta o teatro. Para decorar a construção, foram chamados os mais importantes pintores e escultores da época, como Eliseu Visconti, Rodolfo Amoedo e os irmãos Bernardelli. Também foram recrutados artesãos europeus para fazer vitrais e mosaicos.

Finalmente, quatro anos e meio mais tarde - um tempo recorde para a obra, que teve o revezamento de 280 operários em dois turnos de trabalho -, no dia 14 de julho de 1909, foi inaugurado pelo presidente Nilo Peçanha o Theatro Municipal do Rio de Janeiro, que tinha capacidade para 1.739 espectadores.

Endereço: Praça Marechal Floriano, s/nº, Cinelândia

**Diretoria do Núcleo de
Publicações e Impressos**

Regina Protasio

Assessoria Editorial

Denise das Chagas Leite

Consultoria e Conteúdo

Alexandre Ferreira Sandoval

Jeanne Abi-Ramia

Assessoria Técnica

Américo Freire

Colaboração

Bete Nogueira

Daniela Oliveira

Revisão

Jorge Eduardo Machado

Fotografia de Capa

Alberto Jacob Filho

**Assessoria de Artes
Gráficas e Animação**

Marcelo Salerno

Gerência de Artes Gráficas

Ana Cristina Lemos

Projeto Gráfico

Aloysio Neves

**Ilustrações de Capa,
de Abertura de Capítulos
e Editoração**

Beatriz Pimentel

Impressão:

WalPrint Gráfica e Editora

Tiragem:

5.600 exemplares

Agosto 2011

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-60354-22-1



9 788560 354221

MULTIRIO - Empresa Municipal de Múltiplos Meios Ltda.

Largo dos Leões, 15 • Humaitá • Rio de Janeiro/RJ • Brasil • CEP 22260-210

Tel.: (21) 2976-9432 • Fax: (21) 2535-4424

www.multirio.rj.gov.br • ouvidoria.multirio@rio.rj.gov.br